



Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar

Ana Paula Portella Carmem Silva Simone Diniz



Mulher e Trabalho
na Agricultura Familiar

Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar

Ana Paula Portella
Carmen Silva
Simone Ferreira

Copyright © 2004, SOS CORPO - Gênero e Cidadania

Coordenação de Produção Márcia Larangeira

Produção Executiva Fátima Ferreira

Projeto Gráfico e Capa Carlos Pellegrino

Revisão de Texto Consultexto

Apoio

P843m Portella, Ana Paula
Mulher e trabalho na agricultura familiar / Ana Paula Portella;
Carmen Silva; Simone Ferreira. - Recife: SOS CORPO - Gênero e
Cidadania, 2004.
282 p. ; 24 cm
Bibliografia
1. Mulher e Trabalho. 2. Agricultura Familiar. I. SILVA, Carmen.
II. FERREIRA, Simone. III. Título.

CDD 396.5

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária do Centro de Documentação
e Apoio Pedagógico do SOS CORPO - Gênero e Cidadania.

Todos os direitos reservados ao

SOS Corpo Gênero e Cidadania

Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE

Tel: 81 - 3445.2086 / Fax: 81 - 3445.1905

e-mail: sos@soscorpo.org.br

Impresso no Brasil - 2004.

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Percursos políticos e metodológicos de uma pesquisa-ação	11
2. Trabalho e família: uma equação injusta e desigual	39
3. Perfil da população e divisão sexual do trabalho: resultados gerais	71
4. Áreas de extrativismo de babaçu e sisal	119
5. Áreas de agricultura familiar tradicional	149
6. Área de assentamento de reforma agrária	199
7. Algumas conclusões	215
Bibliografia	229
Dados da autora	239

APRESENTAÇÃO

Para a constituição do sujeito político, conhecer e agir são dimensões inseparáveis. A capacidade de analisar a realidade social e se posicionar criticamente frente a ela é uma dimensão indispensável do processo de transformação social.

É nessa lógica que esta pesquisa se insere. É a partir dela que retomamos a metodologia da pesquisa-ação na qual está contido um processo educativo, o qual possibilita uma relação de reconhecimento e troca de saberes entre os diferentes sujeitos que integram a ação de construção de conhecimento.

Pesquisa-ação, agricultura familiar, trabalho produtivo e reprodutivo, trabalhadoras rurais, pesquisadoras e perspectiva feminista formam um conjunto complexo que necessita de muito rigor e “paciência” para fazer os nexos que embasam o trabalho investigativo em dois sentidos, o de tornar claro as várias posições dos sujeitos no processo, para desfazer a hierarquia entre essas posições sem desfazer as tarefas e responsabilidades de cada um/a dos/as envolvidos/as; e aquele de construir instrumentos que possibilitem a emergência de novas análises que respondam às questões de as relações sociais de desigualdade dentro de um contexto — agricultura familiar — cuja divisão sexual do trabalho é encoberta pela naturalização das desigualdades nas relações familiares, as quais constituem a base de um modelo de gestão social e econômica de produção que, em geral, é concebido como uma forma de organização social justa e igualitária.

O desvendamento da realidade em um processo no qual os sujeitos que formam a amostra investigada participam da discussão que organiza a análise crítica é algo que produz momentos extraordinários para quem está inserida no contexto pesquisado, mas também para as/os pesquisadoras/es externas/os ao contexto. Isto é, no caso das trabalhadoras rurais, em algumas ocasiões, elas eram tomadas de estranhamento/surpresa e reconsideração sobre sua própria realidade. Momentos esses que parecem quebrar visões, do seu próprio universo, inteiramente estruturadas pelo senso comum ou preencher lacunas de conhecimento do mundo onde elas mesmas habitam. Do ponto de vista das/os pesquisadoras/es externas/os, o diálogo, a partir dos dados organizados como parte do processo de análise dos dados, produz novas descobertas e/ou reconsiderações sobre o universo pesquisado.

Nesse sentido, e cito aqui como ilustração, a experiência das narrativas da vida cotidiana feitas em grupo; foram momentos muito singulares. Nesses momentos das narrativas, a representação da vida no campo era a toda hora reconfigurada pela fala da outra. O cotidiano como base de reflexão se transformava, na discussão em grupo, em uma possibilidade de distanciamento crítico das condições sociais nas quais se desenrolam as jornadas de trabalho que, no dia-a-dia, parecem dotadas de um ritmo natural e incontornável. Como as trabalhadoras rurais foram também pesquisadoras de campo, suas descrições sobre o contexto de outras trabalhadoras traziam sempre a tensão entre a visão poética e a constatação das dificuldades.

O compromisso político institucional com a luta das trabalhadoras rurais é a razão que fundamenta a realização desta pesquisa. A isso deve ser acrescentado que o tema do trabalho na perspectiva da produção/reprodução é um campo estruturador da ação do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, tanto na produção do conhecimento como na intervenção social e política. Nesse sentido, compreende-se que as relações institucionais entre as organizações que empreenderam esta pesquisa se fortalecem mutuamente ao associar seus esforços nesse campo de produção de conhecimento.

A análise sobre agricultura familiar a partir de contextos diferenciados permite uma constatação, do ponto de vista qualitativo, da diversidade de situações que esse conceito denomina, mesmo em se tratando de uma única região, no caso, o Nordeste. Além disso, uma abordagem sobre trabalho que leva em conta a dimensão produção/reprodução com base na divisão sexual do trabalho possibilitou uma leitura mais integral dos processos nos quais a dinâmica das divisões entre os sexos está associada aos significados do trabalho e ao seu valor. Isto é, constata-se nesse campo o que tem sido tratado em outros trabalhos empíricos e nos debates teóricos (HIRATA, 1996) sobre divisão sexual do trabalho.

As relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises como sujeito da produção e da reprodução na agricultura familiar é um mecanismo de reprodução de desigualdade. Pois, como afirma Gouveia (2003),

As mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.

Isso tem também como consequência não levar em conta a importância do trabalho reprodutivo para a viabilização de um modo de produção socializado.

É pela ação política que se desacomodam e se transformam as desigualdades contidas na ordem social. É essa ação que suscita também novos desafios para a teoria social. Só a formulação de novas questões de pesquisa pode levar a novas respostas, o que é uma forma de encontrar um novo entendimento da vida social. É um processo dialético através do qual acontece uma espécie de desencantamento permanente do mundo.

Os resultados da pesquisa aqui apresentados estarão também disponíveis em outro formato de material educativo voltado para as necessidades das trabalhadoras rurais em seus processos políticos e de formação.

Maria Betania Ávila - SOS Corpo Gênero e Cidadania

BIBLIOGRAFIA

- Gouveia, Taciana. (2003). *Muito Trabalho e Nenhum Poder Marcam as Vidas das Agricultoras*. In: Observatório da Cidadania. Relatório 2003. Rio de Janeiro. Observatório da Cidadania
- Hirata, Helena. *Division Sexuelle du Travail e du Temps au Japon*. (1996). In: Femmes et partage du travail, sous la direction de Hirata, Helena et Senotier, Danièle, Paris, Syros.

PARTE I
MULHER, AGRICULTURA E TRABALHO:
QUESTÕES POLÍTICAS E CONCEITUAIS

PERCURSOS POLÍTICOS E METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO

“Conhecer os resultados desta pesquisa e ver que é igual ao que vivemos
me deu a tranquilidade de saber que fiz o que deveria ter feito.

Prova que essas coisas devem ser feitas por nós
e nos ensinam que devemos acreditar em nós mesmas,
que sabe (sic) que o coco é cortado no gume do machado
– quem não mora conhece parte, mas não sabe do todo.”

(Nazaré, pesquisadora de Itapipoca, Ceará)

Neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico desenvolvido durante o processo de pesquisa, entendendo a metodologia como o faz Minayo (1996), ou seja, como um caminho e um instrumental próprios para a abordagem da realidade, que articula as concepções teóricas, o conjunto das técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do/a pesquisador/a. Além disso, entendemos que a metodologia compreende o par *concepção e processo*, sendo, ao mesmo tempo, a concepção que temos sobre um determinado fenômeno e o próprio processo em que se dá a investigação sobre o mesmo e sendo as técnicas que permitem a execução da metodologia parte tanto da concepção quanto do processo (Portella & Gouveia, 1998). No caso

específico da pesquisa apresentada nesta publicação, sua origem localiza-se muito antes do início das atividades de pesquisa propriamente ditas e, por isso, iniciamos este capítulo com uma breve análise sobre o modo como o próprio problema de investigação foi construído pelo SOS Corpo e pelo MMTR/NE e, em seguida, apresentamos a descrição dos processos e das decisões metodológicas que orientaram o nosso trabalho.

1.1 Mulheres e Trabalho Agrícola: a Construção de um Problema

No Brasil, a organização política das trabalhadoras rurais tem uma de suas origens em Pernambuco, onde, assim como em outros estados do Brasil, se inicia concomitantemente ao surgimento das oposições sindicais que, no início dos anos 80, se reorganizavam para a retomada das direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, até aquele momento em mãos dos “pelegos”, isto é, diretorias vinculadas aos grupos políticos tradicionais da região, sem compromisso com a luta por direitos dos/as trabalhadores/as. Desde o início, as trabalhadoras já se articulavam com grupos feministas urbanos, entre os quais estava o SOS Corpo, para quem a temática da condição da trabalhadora rural e, conseqüentemente, do trabalho das mulheres rurais tornou-se parte de sua agenda política. Ações educativas voltadas para as trabalhadoras invariavelmente tinham como tema as questões da identidade da trabalhadora e da articulação entre produção e reprodução na agricultura familiar.¹ Eventualmente, as assalariadas rurais estiveram presentes nessas ações, mas, na sua ampla maioria, as trabalhadoras envolvidas em tais atividades eram pequenas produtoras de agricultura familiar de diferentes regiões do Nordeste.

No período de 1992 a 1995, realizamos uma pesquisa qualitativa (Portella *et al.*, 1998) que envolveu trabalhadoras e trabalhadores de sete municípios do Sertão por um período de cerca de dois anos entre o desenho da pesquisa e a devolução dos resultados. O tema dessa pesquisa era os direitos reprodutivos, mas, como era de se esperar, os temas do trabalho e da articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva sobressaíram em nossos resultados como um

¹Junto a estes, foram também importantes alguns dos temas clássicos do feminismo, como corpo, sexualidade e saúde, bem como a educação diferenciada de meninos e meninas e políticas sociais.

lugar central de subordinação de gênero, para além da classe, cujos efeitos podem ser observados em diferentes esferas da vida das mulheres, como a sexualidade, a saúde, a vida social e política e, mais importante, na sua própria condição de (não) cidadã.

Simultaneamente a essas atividades, desenvolvemos uma ação de assessoria político-educativa para a recém-conquistada Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, entre 1992 e 1994, cuja direção iria, pela primeira vez, realizar um trabalho voltado para a incorporação da perspectiva de gênero na política sindical e para o fortalecimento da participação das mulheres no sindicalismo rural. Aí tivemos uma dupla oportunidade. Em primeiro lugar, a de construir uma metodologia de trabalho educativo com os temas da família, da produção e da participação política, com um enfoque feminista, voltada especificamente para a produção agrícola em diferentes contextos, do assalariamento aos sistemas integrados de agricultura familiar, passando pelo extrativismo e pela agricultura familiar tradicional.² Nossa segunda oportunidade foi poder desenvolver, na prática, essa metodologia junto a dirigentes sindicais, homens e mulheres, de todo o Brasil, em um trabalho conjunto com a Comissão de Mulheres da CONTAG. Também aqui se repetiu a constatação da centralidade do trabalho para a identidade e a condição da trabalhadora (e do trabalhador) rural, bem como em função da complexa articulação entre produção, reprodução e família, para a subordinação das mulheres.

A recorrência das questões nos abriu dois caminhos, o primeiro mais diretamente político, e o segundo, investigativo. Na primeira senda, percebemos a necessidade de aprofundar o debate a respeito das implicações de gênero presentes nos diferentes modelos de agricultura familiar e nos projetos de política agrícola e agrária propostos e defendidos pelo movimento sindical rural e pelo Governo Federal. Aqui, evidentemente, tratava-se menos de uma questão técnica e mais, muito mais, da construção de espaço e legitimidade política para consolidar o tema no movimento, o que implicava a ação direta do próprio movimento de trabalhadoras rurais. Isso trazia problemas adicionais: como aprofundar, amadurecer e apropriar-se de um tema novo e complexo, sobre o qual havia

² A sistematização desta metodologia está publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (orgs.), 1997.

pouca produção teórica, em um movimento que se enfrentava com desafios concretos para a sua própria constituição como movimento? Essa era uma questão que só poderia ser respondida e encaminhada pelo próprio movimento de trabalhadoras rurais, que tomou para si essa tarefa sem que, contudo, obtivesse grandes sucessos, seja por suas próprias dificuldades organizativas e políticas ou, mais importante, pela significativa resistência das direções sindicais estaduais e nacionais, cujo interesse no tema das relações de gênero circunscrevia-se aos limites da família ou da relação na comunidade, não alcançando as questões estruturais do desenvolvimento rural no país. O fato é que cruzamos a barreira do milênio, e os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em suas mais diferentes vertentes, não lograram construir uma proposta de desenvolvimento rural ou de desenvolvimento da agricultura familiar que incorporasse plenamente o problema da subordinação das mulheres. Tampouco o Governo Federal, nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso ou neste ainda iniciante governo Lula, apresentou uma proposta consistente no sentido da plena incorporação de uma perspectiva de gênero aos seus projetos políticos nessa área.

O segundo caminho que seguimos nesse mesmo período foi, como dissemos, o investigativo, que se deu através de consultoria a uma pesquisa realizada pela equipe técnica da organização não governamental Fase,³ sediada na cidade de Cáceres, no Mato Grosso, como parte do Programa Integrado de Capacitação em Gênero, que envolveu quatro ONGs em um longo processo de incorporação da perspectiva de gênero em seus programas e projetos. Em Cáceres, a idéia era incorporar a dimensão de gênero no trabalho de assessoria técnica e política que a equipe desenvolvia junto a pequenos/as agricultores/as. Para isso, construímos um minucioso instrumento de pesquisa, que era um híbrido do questionário aplicado pelos/as agrônomos/as em seus diagnósticos e monitoramento dos estabelecimentos agrícolas com questões oriundas de pesquisas qualitativas realizadas pelo movimento feminista. Esse trabalho resultou em uma descrição detalhada de todas as atividades realizadas por homens e mulheres no estabelecimento agrícola, nos apresentando um quadro surpreendente de superexploração da força de trabalho das mulheres, de evidente desigualdade entre homens e mulheres e de clara injustiça na repartição dos

³ Publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (orgs.), 1997.

benefícios do trabalho. O que sabíamos, com base em relatos de homens e mulheres em atividades educativas, estava agora documentado valendo-se do olhar de técnicos/as que até suspeitavam que iriam encontrar alguma desigualdade, mas nunca imaginaram que seria tanta e tão cristalizada. A partir de então, atividades semelhantes foram repetidas em outras ONGs, em contextos diferenciados, com resultados muito similares aos de Cáceres.⁴

O que encontramos em todos esses levantamentos e diagnósticos foi uma descrição pormenorizada do contexto de subordinação das mulheres como um dos elementos estruturais da própria agricultura familiar. Tal como existe atualmente, esse modelo de agricultura familiar só sobrevive graças ao “sobretabalho” das mulheres e à concentração do poder e dos recursos econômicos na figura de um único homem. Resumidamente, e como está exaustivamente descrito em toda a literatura voltada para o tema de gênero e trabalho agrícola, temos o seguinte quadro: no plano do discurso, as mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, os idosos e os doentes, mas, na prática, são as responsáveis — em geral exclusivas, porém às vezes contando com o apoio de crianças e adolescentes — pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições de igualdade com os homens, das atividades de roça e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva “em si”, mas, na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado bovino.

A legitimidade desse tipo de arranjo está na própria imbricação entre as noções de família e produção ou, se se quiser, na idéia de uma família produtiva, na qual os princípios familiares são organizadores da produção, e não o contrário. A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo “natural” para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo, pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família. É ele, portanto, a figura pública representativa do

⁴ Com maior ou menor sofisticação e grau de profundidade, levantamentos desse tipo foram realizados em Tauá-CE, Pedreiras-MA e Esperantina-PI, como parte das ações de consultoria do SOS Corpo a ONGs que atuavam nessas áreas.

grupo familiar que trabalha e, sendo chefe da família, é também chefe dos/as trabalhadores/as e detentor dos recursos monetários auferidos com a produção, sobre cujo uso e cuja distribuição ele também tem o poder de decidir.

Mais do que qualquer outro tipo de trabalho, com exceção do doméstico, o trabalho das mulheres na agricultura nos leva diretamente às relações familiares como *locus* produtor de desigualdades e nos desafia, portanto, a questionar os modelos de desenvolvimento rural e, em particular, os voltados especificamente para a agricultura familiar, que, é mister reconhecer, poucos problematizam essa questão. As propostas mais progressistas nesse campo, que explicitamente incorporam uma perspectiva de gênero, ainda têm um alcance muito limitado e propõem alterações no interior do próprio modelo de agricultura familiar. De maneira geral, portanto, a idéia de agricultura familiar, ou de um sistema produtivo baseado na família, continua intocada e, enquanto assim permanecer, permanecerão também as condições de reprodução da subordinação das mulheres.

Depois de quase vinte anos de trabalho, parecíamos estar chegando a muitos impasses e a poucas respostas. No campo teórico, ampliara-se a produção sobre gênero e desenvolvimento rural e gênero e agricultura: são muitos os estudos de caso realizados em todo o Brasil, assim como diagnósticos e levantamentos quantitativos que nos oferecem análises importantes sobre a situação das mulheres nas áreas rurais. No campo político, por sua vez, assistimos à diversificação dos movimentos sociais rurais, especialmente com o surgimento dos diferentes movimentos de sem-terra. No plano econômico, proliferam também as redes de agricultura alternativa que, em todas as regiões do país, implementam novos modelos de produção agrícola, com resultados que, se ainda não são economicamente relevantes, apontam para interessantes mudanças no campo socioambiental e, ainda, cresce o número de assentamentos da reforma agrária, a grande maioria dos quais apresentando graves problemas de financiamento e organização da produção. Finalmente, o próprio Governo Federal, na gestão Fernando Henrique Cardoso, investiu na elaboração e implementação de programas que, comparados com os anteriores, podem ser considerados inovadores, mas que, apresentando sérios problemas de concepção e estrutura, terminaram por produzir resultados pífios, para dizer o mínimo.

Como resultado desse processo, foram raras as respostas satisfatórias para as questões que tratamos acima e, sobretudo, para a elaboração de projetos de desenvolvimento rural e agricultura familiar que efetivamente produzissem igualdade

e democracia nas relações entre mulheres e homens. Uma dificuldade adicional, no entanto, era a pouca relevância da discussão do desenvolvimento rural no âmbito do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, em geral, e do MMTR/NE, em particular, o que criava problemas para a constituição de um sujeito político que vocalizasse a questão de gênero e desenvolvimento rural com o grau de profundidade e radicalidade política que ela exigia. Numa clara inflexão de gênero, dessa vez no campo dos próprios movimentos sociais, a discussão sobre esse tema, assim como muitos outros considerados áridos por serem estruturais e/ou macroeconômicos, parecia encontrar limites concretos para chegar até as organizações de mulheres, concentrando-se nas direções dos movimentos e dos sindicatos e, entre estes, nas diretorias que eram invariavelmente ocupadas por homens. Aqui é importante lembrar que, como em outros movimentos mistos que contam com organização específica de mulheres, também no movimento de trabalhadores/as rurais, as mulheres, e alguns dos temas trazidos por elas, foram em alguma medida “guetificadas” em secretarias e comissões específicas. Se, por um lado, esses são mecanismos de construção de identidade e fortalecimento da organização; por outro, também têm se constituído em impedimento para a articulação e o diálogo entre mulheres e homens e para a incorporação das questões de gênero na pauta política dos movimentos. Nada poderia ser mais tradicional e conservador do que esse arranjo quase “natural” que alocou as políticas e questões sociais para as organizações e os movimentos de mulheres e as políticas e questões econômicas para o movimento misto ou, para ser ainda mais tradicional, o movimento “geral”, universal, que supostamente trataria de toda a classe de trabalhadores/as rurais. Aos homens, representantes privilegiados desse movimento “universal”, cabe pensar e promover as transformações estruturais e, às mulheres, tal como na família, cabe pensar e promover as políticas corretoras das desigualdades produzidas pelas estruturas econômicas e sociais, enquanto a transformação não vem... O fato é que, pouco a pouco, os movimentos de mulheres rurais, tendo em boa medida superado o problema da identidade da trabalhadora rural, volta-se prioritariamente problemas básicos da cidadania das mulheres, seja através da questão da documentação ou do acesso a serviços públicos.

Os projetos de agricultura alternativa, por sua vez, que poderiam ser um excelente espaço de experimentação da igualdade de gênero e da construção de experiências também alternativas de relações entre mulheres e homens, com algumas exceções, pouco se articulam com os movimentos de mulheres rurais. No caso específico do MMTR/NE, não há envolvimento dos grupos de mulheres que o

compõem com projetos dessa natureza, o que lhes tira a oportunidade de discutir questões técnicas e políticas importantes relacionadas à produção e à comercialização, excluindo-os ainda da possibilidade de gerar recursos monetários — elemento imprescindível para a construção da autonomia das mulheres.

Para nós, portanto, interessava desvelar, mais uma vez, os meandros da subordinação das mulheres no campo da produção agrícola, enfocando sobretudo a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre família e produção. Mas não nos interessava elaborar mais um material sobre o cotidiano e a sobrecarga de trabalho das mulheres que viesse somar-se aos muitos já existentes no país. Mais do que produzir informações ou revelar situações, nos interessava construir processos de conhecimento e apropriação da realidade nos quais sujeitos políticos também se constituíssem e se dotassem da capacidade coletiva de inventar respostas e soluções para os problemas identificados. Resumidamente, queríamos, na verdade, produzir conhecimento capaz de responder a um dos principais problemas colocados pelas trabalhadoras rurais, que era a falta de informação e análise sobre a realidade com base na qual atuam. Essa era uma tarefa também do movimento, do qual seríamos parceiras políticas, na construção do próprio problema e das condições de seu enfrentamento.

1.2 A Pesquisa-Ação na Teoria e na Prática

Por essas razões, a pesquisa-ação pareceu o melhor meio de nos alcançar nossos objetivos, já que permitiria uma aproximação do problema com fundamento em realidades concretas e limitadas, ao mesmo tempo que permitiria a construção de um novo olhar por parte das trabalhadoras. Essa metodologia já nos era familiar: em 1992, por solicitação da Coordenação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, coordenamos um processo de pesquisa-ação em todo o país, que produziu um perfil da trabalhadora doméstica para orientar as discussões políticas do Congresso Nacional da categoria. Sabíamos, portanto, que, para os nossos propósitos, a pesquisa-ação poderia ser perfeitamente adequada e, assim, em 2000, demos início a um longo processo de trabalho que, partindo de diferentes situações e da utilização de diversas técnicas, produziu os resultados que aqui analisamos.

Como dissemos, nossa parceria nesta pesquisa foi com o MMTR/NE, através da sua coordenação e da secretaria-executiva. Os acordos iniciais a respeito do trabalho foram feitos em reuniões de negociação entre a equipe do SOS Corpo,

composta de pesquisadoras e educadoras,⁵ e a secretaria-executiva do MMTR/NE, representada por trabalhadoras e assessoras. Nesses encontros, num total de três, foram discutidos os problemas políticos que gostaríamos de enfrentar e as possibilidades concretas de realização do trabalho. Uma das dificuldades enfrentadas pelo MMTR/NE em seu trabalho na região era o processo de formação política de suas coordenadoras, todas trabalhadoras rurais, lideranças comunitárias provenientes de contextos os mais diversos, que compartilhavam, contudo, da pouca escolaridade e do acesso reduzido a informações, como a maioria das mulheres rurais. Além disso, o fato de ser uma articulação regional e de passar por problemas de financiamento dificultava, por sua vez, a realização de processos de formação política pelo próprio MMTR/NE. Juntos, esses dois fatores, afetavam a sua capacidade de liderança e, como consequência, o próprio movimento, razão pela qual o processo de pesquisa-ação foi entendido também como uma oportunidade de formação para as coordenadoras do MMTR/NE, já que, até chegarmos ao “trabalho de campo”, teríamos um longo processo de discussão e análise da situação do trabalho das mulheres rurais.

Por isso, a idéia inicial foi envolver na pesquisa uma coordenadora de cada estado do Nordeste, que desenvolveria o trabalho em sua própria comunidade e, com isso, pretendíamos também reforçar a sua ação de liderança nas comunidades e garantir a realização direta de atividades no nível local que viessem a beneficiar as mulheres ali residentes, seja durante o próprio trabalho de campo ou durante o processo de devolução dos resultados e do planejamento das ações.

A metodologia da pesquisa-ação pode ser definida como um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os/as pesquisadores/as e os/as participantes representativos/as da situação ou do problema estão envolvidos/as de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986: 14). No trabalho com a pesquisa-ação, segundo Thiollent (1985), há três propósitos a

⁵ Fizeram parte desse processo, em diferentes momentos, as seguintes pesquisadoras e educadoras do SOS Corpo: Ana Paula Portella, Maria Betania Ávila, Carmen Silva, Enaide Teixeira, Rosana Lucena, Sílvia Camurça, Simone Ferreira e Taciana Gouveia. Pelo MMTR/NE, participaram, além das pesquisadoras, Auxiliadora Cabral, Maria Lúcia Araújo, Margarida Pereira da Silva e Vanete Almeida. Das oficinas de pesquisa, descritas mais adiante, participaram todas as trabalhadoras rurais, três integrantes do SOS Corpo e duas ou três assessoras do MMTR/NE.

serem alcançados: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento, existindo “realmente uma ação por parte das pessoas ou dos grupos implicados nos problemas sob observação” e ainda o tipo de ação que é, de fato, uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. Como se pode observar, essa metodologia seria perfeitamente adequada às questões que então nos colocávamos.

A estratégia metodológica da pesquisa-ação apresenta seis importantes aspectos, ainda de acordo com Thiollent, os quais apresentamos a seguir, já acompanhados de alguns comentários relativos ao modo como aconteceram em nossa pesquisa, entendendo o SOS Corpo como *coordenação técnica da pesquisa*, que corresponderia à categoria de *pesquisador*, de Thiollent, e o MMTR/NE como as *pesquisadoras*, ou, nas palavras de Thiollent, *pessoas implicadas na situação investigada*:

- a) *Há uma ampla e explícita interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada*: como dito acima, a relação política entre o SOS Corpo e o MMTR/NE remonta às origens das duas organizações no início dos anos 80, período em que também se iniciaram as ações político-educativas do SOS Corpo junto a trabalhadoras rurais.
- b) *Dessa interação, resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta*: a construção do problema que resultou na proposta de realização de uma pesquisa-ação foi um produto direto da nossa ação junto às trabalhadoras rurais, ao MMTR/NE e ao movimento sindical ao longo de quase vinte anos, e a definição das questões de pesquisa e dos procedimentos técnicos e metodológicos foram produto do próprio processo de pesquisa-ação que, como se verá a seguir, envolveu diferentes momentos coletivos de negociação, reflexão, formação e investigação.
- c) *O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas, e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação*: pretendíamos entender de que modo acontece a divisão sexual do trabalho no contexto complexo da agricultura familiar, ao mesmo tempo que queríamos problematizar o modo como o tema do

desenvolvimento rural e da agricultura familiar é tratado pelas lideranças de trabalhadoras rurais do MMTR/NE.

- d) *O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada: o conhecimento produzido pela pesquisa, bem como o conhecimento adquirido pelas pesquisadoras, deve auxiliar tanto o MMTR/NE quanto o SOS Corpo na definição de suas intervenções no campo do trabalho das mulheres, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.*
- e) *Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação: não fizemos exatamente um acompanhamento, mas trabalhamos juntas durante toda a pesquisa, salvaguardando, porém, responsabilidades específicas de cada instituição, de acordo com suas possibilidades materiais e financeiras, seus interesses e/ou formação especializada. Ao SOS Corpo, coube o financiamento e o gerenciamento administrativo e financeiro do projeto, bem como as atividades de secretaria, relatoria, sistematização, montagem e alimentação de banco de dados; o treinamento das pesquisadoras; a finalização dos instrumentos de pesquisa; a supervisão do trabalho de campo; a realização das primeiras análises para debate no grupo de pesquisa; a organização da infra-estrutura das oficinas; e a redação dos materiais, incluindo esta publicação. Ao MMTR/NE, coube a articulação e a negociação entre os grupos de mulheres e a coordenação do movimento; a seleção das pesquisadoras, a montagem da logística e parte da supervisão do trabalho de campo; a organização e o acompanhamento direto da participação das coordenadoras em todo o processo.*
- f) *A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo); pretende-se aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e dos grupos considerados: pretendíamos, de fato, alcançar os dois objetivos — queríamos nos aproximar de uma melhor compreensão a respeito do problema do trabalho das mulheres na agricultura familiar e, ao mesmo tempo,*

habilitar as lideranças, o MMTR/NE e o próprio SOS Corpo a lidar politicamente com a questão.

A pesquisa-ação pode ser descrita como um conjunto de metodologias de pesquisa que buscam, ao mesmo tempo, a ação (ou a mudança) e a investigação (ou a compreensão). Isso pode ser feito através de um processo cíclico ou em espiral, que se alterna entre a ação e a reflexão crítica, refinando continuamente, a cada ciclo, métodos, dados e interpretações, à luz da compreensão desenvolvida nos ciclos anteriores. É, portanto, um processo emergente, que toma forma à medida que cresce a compreensão do problema; é um processo interativo que converge para uma melhor compreensão dos fenômenos em questão. Na maior parte das vezes, a pesquisa é qualitativa e participativa; entre outras razões, porque se alcança mais facilmente a mudança quando as pessoas afetadas por ela estão envolvidas no processo (Dick: 2002).

Estando inteiramente voltada para os sujeitos e para o contexto do problema a ser esclarecido, a metodologia de uma pesquisa-ação, portanto, é determinada pela força da autonomia do processo investigado. A despeito disso, é possível indicar, de acordo com Thiollent (1986), as principais etapas de um processo de pesquisa-ação, entendendo que são flexíveis o bastante para se adequarem às diferentes situações de pesquisa, como foi o nosso caso: Fase Exploratória, Definição do Tema, Colocação dos Problemas, Lugar da Teoria, Hipóteses, Seminários, Campo de Observação, Amostragem e Representatividade Qualitativa, Coleta de Dados, Aprendizagem Conjunta, Saber Formal e Saber Informal, Plano de Ação e Divulgação. As etapas de aprendizagem conjunta e saber formal e informal são definidas como situações de aprendizagem coletiva que se produzem em diferentes momentos da pesquisa-ação e como a contínua inter-relação entre os dois tipos de saber envolvidos nesse processo, não podendo, ao nosso ver, ser rigorosamente classificadas como etapas do processo, sendo melhor compreendidas como elementos da pesquisa-ação presentes em todas as suas etapas. Por essa razão, em nossa descrição, não foram incluídas como etapas do processo mas, como se verá, estiveram presentes em todos o processo.

1.3 O Processo de Pesquisa

Tomando como marco as etapas apresentadas acima, passamos a descrever, então, o nosso processo de pesquisa, lembrando que o processo ainda não

está concluído, já que esta publicação apenas representa a finalização da etapa de análise e o início da fase de disseminação de resultados, restando-nos, ainda, as etapas de elaboração de: propostas para o enfrentamento do problema; divulgação mais ampla dos resultados, direcionada a grupos específicos; preparação de materiais informativos e educativos; e devolução dos resultados para as localidades envolvidas no trabalho. O quadro abaixo sintetiza as etapas percorridas até o momento:

Quadro 1 Etapas da pesquisa-ação Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar	
Fase exploratória e definição do tema	
Reuniões da Equipe do SOS Corpo:	1999/2000
Definições sobre Ação no Campo do Trabalho das Mulheres	1º semestre de 2000
Reuniões com MMTR/NE: Definições Políticas a Respeito da Parceria	
Colocação dos problemas, lugar da teoria, hipóteses e seminários	
Revisão da Literatura	1º semestre de 2000
Oficina 1: Agricultura Familiar Conceitos e Contextos	18 a 19/07/2000
Oficina 2: Agricultura Familiar Conceitos e Contextos	24 e 25/10/2000
Sistematização dos Resultados do Processo	2º semestre de 2000
Oficina 3: Extrativismo Conceitos e Contextos	12 a 14/03/01
I Seminário Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero	21 a 24/08/2001
Campo de observação, amostragem e representatividade	
Oficina 4: Desenho da Pesquisa	13 e 14/08/2001
Protocolo e Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa	2001
Oficina 5: Testagem dos Instrumentos de Pesquisa e Treinamento de Pesquisadoras	12 e 13/12/2001
Finalização de Instrumentos de Pesquisa e Elaboração do Manual das Pesquisadoras	2002
Oficina 6: Treinamento Final e Piloto da Pesquisa	21 e 22/02/2002
Coleta de dados e análise	
Trabalho de Campo	2002
Supervisão de Campo	2002
Primeira Análise	2002
Oficina 7: Primeira Análise Coletiva	ago./02
Oficina 8: Avaliação MMTR/NE	dez./02
Segunda Análise	2003
Oficina 9: Segunda Análise Coletiva	maio/03
Redação da Publicação com os Resultados do Trabalho	2003
Divulgação	
Oficina 10: Apresentação dos Resultados	out./03
Plano de ação	
Planejamento 2004	nov-dez./03

Fase Exploratória e Definição do Problema

Nessas etapas, realizam-se as seguintes atividades:

- a) Definição do campo social da pesquisa e dos/as interessados/as.
- b) Diagnóstico inicial da situação, para identificar seus problemas concretos e os principais atores do processo.
- c) Definição dos objetivos, do conjunto de teorias e metodologias de apoio à interpretação da problemática e à condução do processo de aprendizagem da pesquisa-ação.
- d) Definição da equipe de trabalho, que poderá ser integrada por pesquisadores/as e pelas pessoas envolvidas na situação a ser investigada, e das necessidades de treinamento.
- e) Aprofundamento sobre o problema concreto a ser estudado e para o qual se buscará um entendimento comum e uma possível solução, com o seu enquadramento teórico (Thiollent, 1986).

Essa fase do trabalho aconteceu durante o segundo semestre de 1999 e o primeiro semestre de 2000 e consistiu das reuniões de equipe do SOS Corpo e das já citadas reuniões de negociação entre o SOS Corpo e o MMTR/NE para a definição dos conteúdos e do desenho geral do trabalho. Para isso, avançamos na construção de uma compreensão comum a respeito do problema, com base numa revisão da literatura sobre agricultura familiar e na aproximação dos diferentes contextos produtivos nos quais as trabalhadoras estavam inseridas. Dos textos trabalhados, quatro foram selecionados para servir de ponto de partida para uma primeira análise com as trabalhadoras:⁶ inicialmente, foram discutidos entre a equipe do SOS Corpo e as assessoras do MMTR/NE e, a partir das questões surgidas dessa discussão, planejamos a primeira oficina com as trabalhadoras/pesquisadoras, que teria como objetivo realizar a primeira aproximação coletiva do tema de pesquisa. A partir dessa oficina, desencadeamos as próximas etapas do processo.

⁶ *Agricultura e Pobreza: Construindo os Elos da Sustentabilidade no Nordeste do Brasil*, de Domingos Armani; *Eficácia das Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda*, de Cândido Grzybowski; *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local, do DESER*; e *Sistema de Produção: uma Perspectiva de Gênero*, de Maria Emília Lisboa Pacheco.

Colocação dos Problemas, Lugar da Teoria, Hipóteses e Seminários

Ainda de acordo com Thiollent (1986), aqui se faz a definição final do objeto da pesquisa, construído em conjunto pela equipe de pesquisa e pelos sujeitos diretamente envolvidos na situação de pesquisa. Define-se ainda o enquadramento teórico dos temas a serem investigados, e os resultados da discussão já são considerados resultados parciais de pesquisa. As hipóteses são entendidas como suposições formuladas pelo/a pesquisador/a a respeito de possíveis soluções para um problema colocado na pesquisa, assumindo o caráter de condutoras do pensamento. Os seminários — no nosso caso, oficinas — funcionam como o lugar do exame, da discussão e tomada de decisões sobre a investigação, além da coordenação das atividades dos grupos. Algumas de suas principais tarefas são:

- a) Definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa se dirige.
- b) Elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa.
- c) Constituir os grupos de estudos e as equipes de pesquisa, coordenando as suas atividades.
- d) Centralizar as informações.
- e) Elaborar as interpretações.
- f) Buscar soluções e definir diretrizes de ações.
- g) Divulgar os resultados.

Nessa etapa, que se estendeu até agosto de 2001, demos continuidade à revisão da literatura sobre agricultura familiar no Nordeste e trabalho das mulheres, realizamos três oficinas, sistematizamos os resultados dos debates e, nesse mesmo período, foi realizado o Seminário Nacional Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero: Um Debate Crítico a Partir do Feminismo,⁷ cujas elaborações

⁷ Seminário promovido pela Comissão Nacional de Mulheres da CUT e pelas organizações feministas SOS Corpo, Agende e Elas, no Recife, em agosto de 2001.

alimentaram teórica e politicamente o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, acordamos que o nosso problema estava centrado na divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos de agricultura familiar. A experiência de vida das trabalhadoras e a experiência de trabalho do SOS Corpo, assim como a literatura estudada, apontavam para uma situação de profunda desigualdade nessa divisão, e nos interessava registrar e entender de que modo isso acontecia nos contextos selecionados. As duas primeiras oficinas foram exclusivamente voltadas para o tema da agricultura familiar, e a terceira colocou o foco sobre o extrativismo, entendido pelas trabalhadoras como parte da agricultura familiar, mas com especificidades que demandavam um momento próprio de discussão.

Todas as oficinas seguiram a mesma metodologia, que tinha como objetivos produzir informações sobre as atividades produtivas e reprodutivas das trabalhadoras presentes às oficinas e promover o debate a respeito dos problemas e das soluções para a agricultura no Nordeste. Para isso, o trabalho foi organizado de modo a articular a descrição do cotidiano das trabalhadoras, com suas compreensões sobre a agricultura familiar e com as análises trazidas pela literatura.

A dinâmica do trabalho baseou-se no levantamento e registro das informações pelas trabalhadoras, com o apoio das assessoras. O registro foi feito em cartazes, através de desenhos, colagens, pinturas e textos. Os cartazes eram então apresentados ao grande grupo e seguia-se uma discussão sobre o tema. No caso do trabalho com textos, a equipe do SOS Corpo apresentava um resumo de cada um dos textos e seguia-se uma discussão orientada por pequeno roteiro de questões. A avaliação e a relatoria das oficinas foram feitas em dois momentos: num primeiro, por cada uma das equipes envolvidas no projeto (SOS Corpo e MMTR/NE), e num segundo, quando socializamos e debatemos o que foram produzidos por cada equipe. O planejamento das etapas posteriores foi feito coletivamente, e a sistematização final foi elaborada pela equipe do SOS Corpo e posteriormente revisada pelo MMTR/NE. Os resultados dessas oficinas serão incorporados à análise apresentada nos capítulos posteriores e funcionarão como subsídios para todas as definições realizadas nas etapas seguintes do trabalho.

No final dessa etapa, tínhamos definido as áreas que fariam parte do nosso estudo e as trabalhadoras que seriam pesquisadoras, como se pode ver abaixo:

Quadro 2 Pesquisadoras e áreas de pesquisa

Pesquisadora	Localidade	Município	Estado
Maria de Jesus Teixeira	Mão Cheinha	Esperantinópolis	MA
Maria Nazaré de Souza	Assentamento Maceió	Itapipoca	CE
Antônia Cruz da Silva	Varelo de Baixo	Araruna	PB
Juscelina Martins do Amaral	Fazenda Nova	São José do Egito	PE
Antônia Santos Guerra	Cabaceiros	Inhapi	AL
Maria Gisélia Ferreira	Mata Grande	Itabi	SE
Elione Alves de Souza	Recreio	Valente	BA

Campo de Observação, Amostragem e Representatividade Qualitativa

Para Thiollent (1986), essa etapa volta-se para a definição do universo de pesquisa propriamente dito, no qual a amostragem deve tentar coincidir com a população implicada na pesquisa, não se valorizando, contudo, os princípios da amostragem estatística, mas sim o princípio da escolha ou seleção, que orienta as pesquisas qualitativas. Para isso, realizamos três oficinas, entre agosto de 2001 e fevereiro de 2002, seguidas por momentos de elaboração de materiais de pesquisa:

- Oficina de Desenho de Pesquisa*, que resultou no Protocolo de Pesquisa e na primeira elaboração dos instrumentos de pesquisa.
- Oficina de Testagem de Instrumentos e Treinamento de Pesquisadoras*, cujos resultados foram os instrumentos definitivos de pesquisa e o Manual da Pesquisadora.
- Oficina de Treinamento de Equipe na Área*, que resultou na preparação das pesquisadoras para a realização do trabalho.

Para o desenho da pesquisa, procedemos inicialmente a uma recuperação coletiva das etapas já percorridas, seguida pela análise dos resultados da sistematização das oficinas anteriores, que produziram o conjunto de temas que o grupo gostaria de ver tratado na pesquisa:

- Divisão do trabalho.
- Uso do tempo.
- Caracterização da mão-de-obra.
- Comercialização.
- Renda.

O processo de tomada de decisões, bem como o lugar dos jovens, foi tomado como tema transversal, ou seja: seria dado um recorte etário à pesquisa e em todos os temas seriam abordadas questões relacionadas ao poder de decisão de homens e mulheres. As nossas hipóteses iniciais, definidas nessa oficina, foram:

- a) Há desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ao uso do tempo, à utilização da mão-de-obra, às atividades de comercialização e à apropriação da renda gerada nos estabelecimentos agrícolas.
- b) As mulheres possuem a mesma capacidade dos homens no que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais.
- c) Com o seu trabalho, as mulheres contribuem tanto quanto os homens para o desenvolvimento das atividades do estabelecimento agrícola.
- d) As mulheres possuem as mesmas habilidades administrativas e financeiras dos homens.

O objetivo da pesquisa também foi definido nessa oficina, sendo formulado nos seguintes termos: verificar de que modo se organizam as atividades produtivas, reprodutivas e comerciais em estabelecimentos de agricultura familiar, levando em consideração o sexo e a idade dos/as componentes do domicílio. Finalmente, elegemos duas questões de pesquisa, que orientaram a elaboração dos instrumentos:

- a) Qual o perfil sociodemográfico das pessoas residentes nas localidades selecionadas?
- b) De que modo as relações de gênero estruturam as relações produtivas e reprodutivas no interior do estabelecimento agrícola?

Considerando as definições acima e as condições concretas de realização da pesquisa, o grupo decidiu que esta seria uma pesquisa qualitativa, cujos sujeitos seriam as famílias das localidades. Definimos que seriam estudadas cinco famílias por área, num total de 35, que seria o nosso universo total de pesquisa. Os critérios de elegibilidade das famílias foram: a) três famílias com pelo menos uma pessoa

entre 18 e 25 anos de idade; b) todas as famílias deveriam ter na agricultura familiar a principal fonte de sustento da família e c) ser residente na área há pelo menos um ano. Além disso, seria importante incluir, no mínimo, uma família chefiada por mulher e uma família com crianças e jovens menores de 18 anos.

As técnicas de pesquisa foram definidas nessa oficina: entrevista com uso de questionário com questões abertas e fechadas e observação do cotidiano das famílias. As razões para a escolha dessas técnicas foram a capacidade que apresentam para oferecer as informações que desejávamos, a possibilidade de capacitação das pesquisadoras para utilizá-las e a relativa facilidade que apresentavam para a supervisão à distância que, junto com a supervisão direta, também seria feita durante o trabalho de campo. Finalmente, ainda nessa oficina, realizamos um minitreinamento de aplicação de questionário — com um modelo de outra pesquisa — e de observação — realizada em uma praça e em um mercado público, pelo período de uma hora e mais uma hora para registro. Os resultados dessa oficina foram o Protocolo e os instrumentos de pesquisa (anexos), que foram revisados e aperfeiçoados nas duas oficinas seguintes.

Na oficina seguinte, testamos os instrumentos já em sua primeira versão, através de diferentes modalidades de aplicação do questionário — auto-aplicação a uma colega com observadora; a uma colega sem observadora; a pessoas estranhas — e de mais algumas sessões de observação no entorno do SOS Corpo. Além disso, definimos os procedimentos de campo e as questões de ética em pesquisa, que resultariam no Manual da Pesquisadora, e definimos que, durante o trabalho de campo, as pesquisadoras receberiam honorários de R\$ 300,00 pelo seu trabalho, já que estariam realizando uma atividade técnica e não política. A última oficina dessa etapa aconteceu em Serra Talhada, onde realizamos um pequeno piloto da pesquisa, aplicando questionários e realizando observações em estabelecimentos agrícolas da região, e finalizamos o treinamento das pesquisadoras. Essa etapa do trabalho foi encerrada com a elaboração da versão final dos instrumentos de pesquisa e do Manual da Pesquisadora (anexo).

O desenho final da pesquisa pode ser assim descrito:

- a) O MMTR/NE escolheu uma localidade rural em cada um dos sete estados do Nordeste.
- b) Em cada área, as pesquisadoras escolheram cinco famílias, obedecendo aos critérios de elegibilidade indicados acima.

- c) Em cada família, todas as pessoas com mais de 18 anos deveriam ser entrevistadas, utilizando-se um questionário com questões abertas e fechadas.
- d) Cada pesquisadora preencheu um questionário auto-aplicável, descrevendo a história e as condições atuais de sua localidade.
- e) Todas as famílias deveriam ser observadas por, pelo menos, dois dias inteiros, um durante a semana e um no final da semana, com o objetivo de se descrever as condições de moradia e verificar a distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas e o cotidiano da família.

Os instrumentos de pesquisa foram os seguintes:

- a) Questionário com quatro sessões sobre: identificação pessoal, características da propriedade, trabalho, tarefas e atividades e participação social e política, num total de 61 questões e dois quadros para preenchimento de informações sobre divisão sexual do trabalho.
- b) Roteiro de história e contexto da área, contendo as seguintes informações: história da comunidade, infra-estrutura e serviços básicos, políticas e programas sociais e organização comunitária.
- c) Roteiro de observação do cotidiano das famílias, contendo as seguintes informações: descrição do ambiente físico e humano, atividades de cada membro da família e relação entre os membros da família.

Do ponto de vista ético, deveríamos garantir o sigilo e o anonimato das informações, realizando as entrevistas sem a presença de outras pessoas além da entrevistadora e do/a entrevistado/a, exceção feita a crianças com até dois anos de idade. A participação na pesquisa deveria ser voluntária, devendo a pesquisadora explicar claramente seus objetivos e procedimentos éticos, oferecendo às pessoas a oportunidade de decidir de modo livre e estando plenamente informadas sobre a natureza e processo de sua participação. Utilizamos ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também anexo, de acordo com a Resolução

196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta os procedimentos de pesquisas envolvendo seres humanos.⁸

Coleta de Dados e Análise

Esta etapa refere-se, de acordo com a metodologia da pesquisa-ação, ao trabalho de campo propriamente dito que, no nosso caso, aconteceu de março a junho de 2002. Os materiais da pesquisa — manual da pesquisadora, questionários, fichas de observação, diários de campo, termos de consentimento livre e esclarecido, lápis, caneta, borracha e almofada-tinteiro para digitais — foram preparados pela equipe do SOS Corpo e enviados para as pesquisadoras pelo correio. Vanete Almeida, assessora do MMTR/NE, e Enaide Teixeira, integrante do SOS Corpo, fizeram a supervisão de campo, visitando todas as áreas de pesquisa durante, pelo menos, dois dias; pequenas dúvidas ou problemas na condução do trabalho foram resolvidos por telefone.

Os materiais de pesquisa foram devolvidos ao SOS Corpo também pelo correio e, a partir daí, iniciamos um longo processo de revisão e análise coletiva das informações produzidas, que envolveu três oficinas, uma nova revisão da literatura e o levantamento de dados secundários sobre as regiões envolvidas na pesquisa.

No quadro abaixo, pode-se ver a composição final de nosso universo, de acordo com o número de sujeitos e de famílias envolvidas na pesquisa.

Quadro 3 Universo de pesquisa: áreas, instrumentos e sujeitos				
Comunidade	Questionários			Nº de Famílias
	Homens	Mulheres	Total	
Mão Cheinha MA	9	8	17	9
Assentamento Maceió CE	13	11	24	5
Varelo de Baixo PB	11	13	24	5
Fazenda Nova PE	10	15	25	5
Cabaceiro AL	6	8	14	5
Mata Grande SE	10	13	23	5
Recreio BA	18	13	31	17
Total	77	81	158	51

⁸ Consideramos que boa parte das orientações contidas na Resolução 196/96 aplica-se a todas as pesquisas envolvendo seres humanos, sejam ou não do campo da Saúde.

É importante referir que as pesquisadoras do Maranhão e da Bahia foram as únicas que não seguiram o critério de selecionar apenas cinco famílias por localidade. De acordo com Jesus, do Maranhão, “as pessoas lhe pediam muito para entrar na pesquisa”, ela queria agradá-las e, por isso, incluiu-as, acreditando que isso não iria interferir no trabalho. Já Elione, da Bahia, tentou ampliar o número de pessoas entrevistadas através da inclusão de novas famílias, já que em sua localidade a maior parte das famílias é nuclear e com um ou dois filhos, geralmente menores de 18 anos, que não poderiam ser entrevistados. Como se verá a seguir, para o estudo das localidades selecionamos apenas cinco famílias da Bahia e do Maranhão, de modo a manter a homogeneidade na nossa análise; todas as pessoas entrevistadas, no entanto, foram mantidas no banco de dados geral da pesquisa, cuja análise é apresentada no terceiro capítulo desta publicação.

A primeira revisão dos questionários foi feita pela equipe do SOS Corpo, que montou um primeiro banco de dados, em formato Excel, cuja análise preliminar foi apresentada para debate na primeira oficina, com esse propósito, em agosto de 2002. Nessa ocasião, fizemos uma primeira revisão coletiva de todo o material, discutimos os resultados preliminares e fizemos a primeira análise coletiva do trabalho, a partir da qual a equipe do SOS Corpo começaria a elaborar o relatório de pesquisa. Em dezembro desse mesmo ano, a coordenação do MMTR/NE realizou uma oficina de discussão sobre agricultura familiar no âmbito do seu processo de avaliação institucional e, considerando que estávamos em pleno momento de análise sobre o mesmo tema, convidou o SOS Corpo para facilitar a oficina. O processo de discussão nessa oficina foi diretamente influenciado pela experiência da pesquisa e os seus resultados lançaram luzes sobre a nossa análise.

Em maio de 2003, realizamos a oficina final de análise, na qual foram apresentados os resultados referentes ao universo total da pesquisa e aos estudos das localidades. Fizemos então um levantamento minucioso de todas as questões que nos pareceram importantes para a resposta às nossas questões de pesquisa, cotejando-as com a literatura especializada e com as informações sobre o contexto socioeconômico dos municípios. Assim como na primeira oficina de análise, a idéia aqui era buscar as respostas e as explicações para as situações que encontramos no decorrer do processo de pesquisa, tentando também identificar e explicar similaridades e contrastes entre as comunidades.

Esta publicação é um resultado parcial desse processo. A análise que se segue, portanto, baseia-se em informações advindas das seguintes fontes:

- a) Oficinas com as trabalhadoras-pesquisadoras.
- b) Reuniões com assessorias do MMTR/NE.
- c) Banco de dados construído com as informações do questionário aplicado nas localidades.
- d) Roteiros de observação preenchidos pelas trabalhadoras-pesquisadoras.
- e) História e contexto das localidades escrita pelas trabalhadoras-pesquisadoras.
- f) Levantamento de dados secundários.
- g) Diário de campo das trabalhadoras-pesquisadoras.

Os dados foram armazenados em MS-Access 2000 e descritos, tabulados e analisados com o SPSS 11.5. Para efeito da análise dos dados, foi considerado um nível de confiança de 95% e um p-valor $< 0,05$ para rejeição da hipótese nula.

Plano de Ação e Divulgação dos Resultados

O plano de ação é elaborado coletivamente com base nos resultados encontrados na pesquisa e deve orientar a ação para a solução dos problemas identificados na situação investigada, enquanto a divulgação trata de devolver aos participantes os resultados da pesquisa e, com isso, valorizar a participação de todos/as no processo; serve ainda para construir uma visão de conjunto do processo a todos/as os/as participantes, permitindo a todos/as e a cada um/a dos/as participantes que se apropriem dos avanços e da aprendizagem produzidos pelo coletivo, envolvendo ainda a divulgação em eventos, seminários, congressos, etc. (Thiollent, 1986).

Essas etapas foram discutidas na oficina de devolução de resultados, realizada em outubro de 2003, que contou com a participação de representantes das famílias envolvidas pesquisa. Até o momento, foram sugeridas as seguintes ações: a realização de uma campanha de valorização da trabalhadora rural e de promoção da igualdade entre mulheres e homens; a produção de materiais educativos

diversos, adequados à população rural; a realização de atividades político-educativas e de articulação política sobre os temas de gênero, agricultura familiar e desenvolvimento, junto a diferentes movimentos e organizações que atuem nesses campos e, ainda, subsidiar a discussão sobre mulheres e trabalho no âmbito da reestruturação produtiva. Quanto à ação direta do MMTR/NE, naturalmente podemos apenas inferir, mas imaginamos que os resultados deste trabalho podem subsidiar a discussão sobre projetos políticos de ação, bem como orientar atividades educativas.

I.4 Ética e Técnica: Alguns Impasses e Sugestões

Um primeiro olhar sobre o nosso processo de pesquisa chama a atenção para o longo tempo entre o seu início e a sua finalização: quase quatro anos se passaram desde a primeira decisão de realização da pesquisa. Foram muitos os fatores que nos levaram a esse “alongamento” do processo de trabalho, entre os quais não podemos negligenciar de modo algum a própria natureza da pesquisa-ação, um processo interativo, cujo desenvolvimento depende inteiramente da qualidade da interação entre os sujeitos envolvidos. Vale lembrar ainda que, em nosso caso, esta foi e é uma interação política que, portanto, está sujeita às tensões e aos conflitos próprios da atividade política, os quais não podem ser submetidos às injunções da atividade técnica de pesquisa. Pelo contrário, é esta que, na maior parte das vezes, termina por se amoldar àquela e por encontrar o equilíbrio que não compromettesse a qualidade e o rigor nem de uma nem de outra foi o nosso desafio e compromisso do primeiro ao último dia deste trabalho, compartilhado na mesma medida pela equipe do SOS Corpo, pelas assessoras do MMTR/NE e pelas trabalhadoras-pesquisadoras.

Além disso, tivemos que superar dificuldades próprias da população rural residente no Nordeste do Brasil, ali representada pelas trabalhadoras-pesquisadoras, que compartilhavam com as pessoas residentes em suas comunidades o mesmo perfil e as mesmas imensas dificuldades socioeconômicas. Assim é que tivemos que lidar com grandes distâncias e a ausência ou precariedade dos transportes: cada oficina tinha que ser planejada com muita antecedência, de modo que as mulheres pudessem se preparar para a longa viagem — em alguns casos, de mais de um dia — e para o afastamento de casa e das tarefas que lá assumiam, pois, assim como as mulheres entrevistadas, também elas fazem uma dupla ou tripla jornada de trabalho e não contam com esquemas de suporte na

sua ausência. Fazer coincidir uma data em que todas pudessem estar juntas foi um exercício de logística que, em alguns momentos, espaçou os nossos encontros em períodos muito maiores do que o desejável.

O calendário agrícola e as vicissitudes climáticas também deram a sua cota de interferência no trabalho, tanto no que se refere às oficinas quanto no que toca à própria realização da pesquisa de campo, já que, por exemplo, em época de colheita não se acharia ninguém em casa para entrevistar ou observar. A necessidade de mantermos o processo coletivo, no entanto, não nos permitiu realizar o campo no melhor período para cada comunidade; como se verá a seguir, em algumas áreas “perdemos” pessoas para a migração temporária ou para o trabalho sazonal. O calendário político do SOS Corpo e do MMTR/NE também dificultou alguns de nosso encontros, por envolver em suas atividades muitas de nossas pesquisadoras.

Os benefícios pessoais trazidos pela pesquisa para as trabalhadoras-pesquisadoras foram significativos, como se verá no decorrer deste trabalho, mas não podemos deixar de mencionar que, em função de sua pouca escolaridade, a pesquisa lhes exigiu um considerável e louvável esforço de leitura e redação que, por sua vez, resultou em uma atividade a mais nas muitas que já desenvolvem, contribuindo não apenas para o indesejável estresse, que já faz parte de suas vidas, como também, ao lhes retirar temporariamente das atividades produtivas, para a redução dos poucos rendimentos auferidos pela família. Essa última dificuldade foi contornada apenas durante o reduzido período de quatro meses de trabalho de campo através do pagamento de honorários às pesquisadoras; para a participação nas oficinas, o projeto pagava tão somente as suas despesas durante o período de trabalho.

A logística de uma pesquisa como esta, realizada em áreas que distam milhares de quilômetros umas das outras, com consideráveis problemas de comunicação entre si, não é exatamente simples. Nesse sentido, coordenar esta pesquisa foi também um aprendizado para nós, do SOS Corpo, que tivemos de enfrentar o problema da rotatividade de pessoas na nossa equipe, comprometendo a continuidade das ações, o que terminaram por gerar pequenos problemas organizativos de ordem interna, especialmente no que toca à condução da análise.

No que se refere à execução das atividades de pesquisa, a principal dificuldade encontrada esteve ligada à quantificação da produção e dos rendimentos: a maior parte das pessoas não sabia responder diretamente a essas questões. Como essa era uma dificuldade que já sabíamos que iria acontecer, pela nossa experiência

em outras pesquisas semelhantes, orientamos as pesquisadoras a fazer perguntas e cálculos que chegassem o mais próximo possível desses valores. Temos que reconhecer, no entanto, que obtivemos bons resultados apenas em alguns casos, em outros — especialmente nas áreas mais pobres — essa informação não pôde ser produzida, simplesmente porque não tem relevância para as pessoas. Voltaremos a essa questão nos próximos capítulos.

Do ponto de vista da pesquisa propriamente dita, devemos deixar claro que, desde o início e durante todo o trabalho, lidamos com questões ligadas à própria natureza da pesquisa-ação. Tratam-se de questões éticas e metodológicas que, naturalmente, não foram criadas por nós, mas que se manifestaram de diferentes maneiras em nosso processo de pesquisa e com as quais decidimos lidar de forma clara e direta, buscando soluções que estivessem imbuídas de nossos princípios éticos e políticos, sem nos afastar do rigor metodológico necessário.

A seguir, indicamos algumas destas questões, acrescidas de comentários sobre o modo como lidamos com cada uma delas, entendendo que são respostas provisórias e diretamente articuladas à pesquisa em curso, podendo ser perfeitamente inadequadas a outras situações.

- a) Qual o rigor possível em uma pesquisa realizada por pessoas cujo treinamento técnico é limitado?
- b) Como ter “controle”, ou vigilância metodológica, nas palavras de Thiollent, sobre o olhar das pesquisadoras, condicionado pelos mesmos valores da comunidade investigada?
- c) Como reduzir as possíveis interferências entre a fala dos sujeitos e o registro das pesquisadoras ou, em outras palavras, como garantir que o registro seja o mais próximo possível do falado em uma pesquisa em que a supervisão e o treinamento são limitados?
- d) Como lidar eticamente com o fato de que as pesquisadoras trabalham quase voluntariamente, recebendo pagamento apenas para o trabalho de campo?

Certamente, uma pesquisa como essa não terá o mesmo rigor de uma pesquisa realizada por profissionais, e isso também pelos limites próprios ao nosso desenho. Algumas formas de minimizar os problemas citados acima foram:

- a) Adequação das definições e dos instrumentos de pesquisa ao grau de compreensão das pesquisadoras, de modo que elas pudessem de fato se apropriar dos mesmos.
- b) Garantia de muitos momentos de discussão, quando o maior espaço de fala era dado às pesquisadoras, para que pudéssemos nos aproximar de suas formas de compreensão do problema e de seu vocabulário para expressá-lo.
- c) Garantia de vários momentos de treinamento direcionado para o uso dos instrumentos e para os procedimentos de campo, de modo a só iniciar o trabalho quando todas nos sentíssemos seguras de que a equipe estava preparada.
- d) Procuramos estar permanentemente disponíveis para o acompanhamento das pesquisadoras, de modo a poder resolver os impasses de campo, tão logo eles acontecessem.
- e) Pagamento de honorários para a etapa que consideramos “mais técnica”, nos baseando em que as oficinas eram também momentos de aprendizado para elas — inclusive aprendizado de pesquisa — e no fato de que, sendo este um projeto político de parceria entre o SOS Corpo e o MMTR/NE, esta participação voluntária poderia ser a contrapartida do MMTR/NE para o projeto, já que o SOS Corpo entraria com a totalidade dos recursos financeiros e materiais.

Com isso, acreditamos ter produzido resultados que são capazes de revelar aspectos importantes relacionados à situação das mulheres trabalhadoras rurais nas comunidades estudadas. Foi possível também sistematizar as opiniões das coordenadoras, assessoras e trabalhadoras a respeito dos problemas tratados pela pesquisa, para além de registrarmos e analisarmos o rico processo de interação e aprendizagem que experimentamos ao longo destes quatro anos.

TRABALHO E FAMÍLIA: UMA EQUAÇÃO INJUSTA E DESIGUAL

A agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no Brasil, como, sobretudo, nos desafiam a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica. No cenário político atual, a agricultura familiar adquire crescente importância graças ao debate em torno dos acordos comerciais da Organização Mundial do Comércio – OMC, e às negociações em torno da ALCA e do MERCOSUL. A questão dos subsídios à agricultura e das barreiras à comercialização, temas centrais neste debate, traz à tona pelo menos duas grandes questões: a) qual o lugar da agricultura na economia nacional? e b) qual o modelo — ou quais os modelos — de agricultura que se deseja para o país? A agricultura familiar aparece como um dos modelos possíveis, muitas vezes apresentado como o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas quanto do ponto de vista socioambiental, mas especialmente pela capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento de grandes contingentes da população rural brasileira. Defendem essa posição, vários movimentos sociais rurais e urbanos, entre os quais, o movimento de mulheres e setores do próprio Governo. Se entendemos, porém, que enfrentamos o desafio de pensar a agricultura familiar para além da esfera

econômica, resta-nos saber em que medida o sistema é justo do ponto de vista das demais interações sociais, em especial no que toca às relações entre homens e mulheres, e até que ponto comporta as questões trazidas pelas novas gerações. Mais do que isso, no plano das relações de gênero, é preciso pensar se as desigualdades e a injustiça são estruturais ao modelo, exigindo mudanças que vão além de ajustes externos que seriam capazes de reduzir, minimizar ou mesmo extinguir, por exemplo, desigualdades econômicas ou regionais, mas que não necessariamente produzem impactos nas relações de gênero. Nesse sentido, o desafio colocado é o de repensar integralmente a própria idéia de uma produção fundada e estruturada na família.

Neste capítulo, portanto, apresentamos uma rápida visão da situação da agricultura familiar no Nordeste, seguida por um panorama sobre o debate atual em torno das políticas de desenvolvimento rural para o país. Será à luz desse contexto mais amplo que introduziremos a questão do trabalho das mulheres e, em particular, da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, tratando das questões enunciadas acima.

2.1 Agricultura no Nordeste

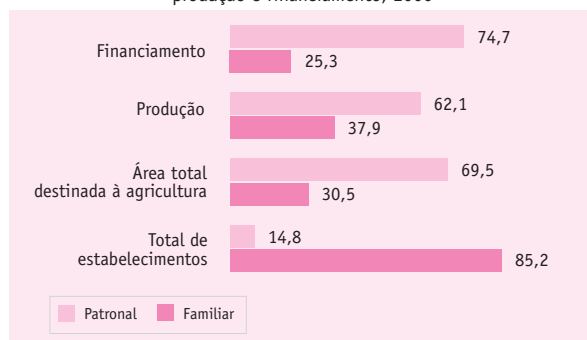
O Nordeste compreende uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, cerca de 20% do território brasileiro, distribuída em nove estados, com uma população de 47 milhões de habitantes, o que corresponde a quase um terço da população brasileira. De acordo com os indicadores sociais da PNAD/IBGE¹ (1999), 43% das famílias negras, 42% das famílias pardas e 30,4% das famílias brancas do Nordeste são pobres, isto é, possuem renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. No nível nacional, esses percentuais caem para 26%, 30% e 12,7%, respectivamente. Há, portanto, maior possibilidade de ser pobre sendo nordestino, de cor negra e parda do que sendo branco ou residindo em outra região do Brasil. Entre 1992 e 1999, cresceu a proporção de famílias que têm como pessoa central de referência alguém do sexo feminino, passando de 23,4%, em 1992, para 26,6%, no final do período, assim como aumentou o percentual de famílias com mulheres sem cônjuge e com filhos, passando de 16,5% para 18,5%, no mesmo intervalo de tempo. Dadas as desigualdades entre homens e

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil – IBGE.

mulheres no que se refere à profissionalização, inserção no mercado de trabalho e rendimentos, essas famílias terminam por se constituir como as mais pobres entre as mais pobres, razão pela qual têm se tornado público prioritário de programas de assistência social. Quase a metade dos/as brasileiros/as (46%) que reside no meio rural está no Nordeste, o que faz dessa região a que mais concentra população rural e, entre esta, o maior contingente de indigentes, o que corresponde a dois terços da pobreza rural brasileira e a um quinto de sua pobreza total. Também no que se refere à escolaridade, os indicadores sociais de 1999 não são nada alentadores quando se trata do Nordeste: 41% das pessoas com 15 anos ou mais, residentes no meio rural, são analfabetas, enquanto a média brasileira é de 29%.

No Brasil, a despeito da intensificação da industrialização e da cada vez mais crescente importância do setor de serviços, a agricultura segue sendo uma atividade econômica relevante, respondendo por mais de 70% da produção de alimentos do país e sendo a base econômica de cerca de 90% dos municípios. Além disso, responde por 35% do PIB nacional e abriga 40% da População Economicamente Ativa (Couto Rosa, 1999). Entre a agricultura patronal e a familiar, no entanto, são muitas as diferenças, que expressam desigualdades profundamente injustas, no que se refere ao acesso a recursos públicos e à produtividade. De acordo com estudo do INCRA/FAO (2000), os estabelecimentos familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos agrícolas do país, mas ocupam apenas 30,5% da área total destinada à agricultura, respondem por 37,9% da produção e recebem 25,3% do total de financiamento para a atividade rural, como se pode ver no gráfico abaixo. Esses números chamam a atenção para a concretude do latifúndio e o modo como é financiado pelo Estado — menos de 15% dos estabelecimentos agrícolas ocupam quase 70% da terra e recebem 75% de todo o crédito público do país.

Gráfico 1 Estabelecimentos agrícolas no Brasil: distribuição por área, produção e financiamento, 2000



Em todo o país, a chamada modernização da agricultura produziu a redução da área de agricultura familiar e do contingente de trabalhadores/as, através do assalariamento dos/as trabalhadores/as agrícolas e da substituição da força de trabalho por insumos mecânicos e químicos. Esse processo, no entanto, não se deu de forma homogênea no território nacional. No Nordeste, a “modernização” limita-se a uns poucos “pólos de desenvolvimento”, como, por exemplo, as áreas vinícolas e de fruticultura, no Sertão do São Francisco, e de plantio de soja, no Maranhão, o que leva a região a concentrar 53% do total de agricultores/as familiares do país. A região reúne pouco mais de dois milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, que correspondem a cerca de 50% do total do país e a 88,3% do total de estabelecimentos agrícolas da região, mas ocupam apenas 43,5% da área regional, o que deixa os latifúndios com 56,5% da área, embora sejam apenas 11,7% dos estabelecimentos.

Em conjunto, os estabelecimentos de agricultura familiar são responsáveis por 43% do Valor Bruto da Produção – VBP,² regional, mas ficam com apenas 26,8% do total de financiamentos para agricultura na região. Olhando pela perspectiva da agricultura patronal, evidencia-se a injustiça mais uma vez: recebendo 73,2% dos financiamentos para a agricultura, os patronais são responsáveis por apenas 57% da VBP regional (INCRA/FAO, 2000). Além disso, a agricultura familiar é mais eficiente no uso do crédito rural do que a patronal, pois produz mais com menos recursos desse crédito: na agricultura familiar, cada R\$ 1,00 de crédito gera R\$ 19,31 de produção, enquanto que na agricultura patronal, gera apenas R\$ 10,65 (INCRA/FAO, 2000).

Outra evidência de desigualdade regional encontra-se na área média dos terrenos: no Brasil, a área média é de 26 ha, caindo, no Nordeste, para 17 há.³ Há que se ressaltar, no entanto, que 58,8% dos estabelecimentos de agricultura familiar no Nordeste têm menos de 5 ha e que, entre estes, a área média é de 1,7 ha, boa parte dos quais situados em regiões do semi-árido, o que dificulta imensamente a melhoria e a potencialização dos sistemas produtivos. Ainda de

² Valor Bruto (ajustado) da Produção (VBP): somatório dos valores da produção vendida de milho e dos principais produtos utilizados na indústria rural (arroz em casca, café em coco, cana-de-açúcar, fumo em folha, leite e mandioca e/ou seus beneficiados) mais o valor da produção colhida/obtida dos demais produtos animais e vegetais (INCRA/FAO, 2000).

³ Também entre os estabelecimentos patronais, há diferenças regionais com relação à área média: aqueles situados no Nordeste apresentam uma área média menor que a nacional.

acordo com o INCRA/FAO (2000), a renda total (RT)⁴ e a renda monetária (RM)⁵ anuais dos estabelecimentos de agricultura familiar no Nordeste são as mais baixas do país: R\$ 1.159,00 e R\$ 696,00, respectivamente, representando 42,6% e 39% da média nacional e 22,5% e 21% dos maiores valores do país, que estão na região Sul. Comparativamente aos rendimentos patronais na região, a RT e a RM da agricultura familiar correspondem a 11% e 8,2% daquelas, diferença maior do que a regional.

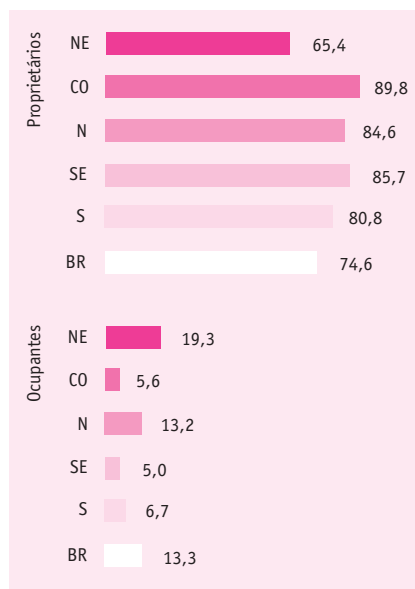
Os mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares correspondem a 84% dos imóveis rurais do país e alocam 80% da mão-de-obra ocupada no campo. Parte significativa dos alimentos que consumimos é produzida pelos/as agricultores/as familiares: 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos. Apesar das dificuldades, a agricultura familiar vem registrando maior aumento de produtividade no campo nos últimos anos, quando comparada à agricultura patronal. Na década de 90, foi o segmento que mais cresceu, com um aumento médio anual da produção da ordem de 3,79%, desempenho que se deu mesmo em condições adversas, já que, no mesmo período, os preços recebidos pelos produtores sofreram uma queda de 4,74% ao ano (PRONAF, 2003).

Não temos dados que explicitem a relação entre a produtividade da agricultura familiar e a dimensão dos estabelecimentos familiares, mas é possível pensar que a alta taxa de produtividade apresentada por alguns produtos agropecuários deriva de situações de trabalho e de acesso à terra mais favoráveis do que aquelas que encontramos no Nordeste. A situação dos agricultores/as familiares no país, segundo a condição de uso da terra, demonstra que 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes, mas é no Nordeste que encontramos o menor número de proprietários e o maior de ocupantes, como se vê a seguir:

⁴ A Renda Total de um estabelecimento é obtida a partir do seguinte cálculo: soma do VBP com a receita agropecuária indireta (proveniente da venda de esterco, dos serviços prestados a terceiros, da venda de máquinas, veículos e implementos e de outras receitas) e com o valor da produção da indústria rural (somatório da produção da indústria de transformação ou beneficiamento) menos o valor total das despesas (INCRA/FAO, 2000).

⁵ A Renda Monetária é obtida subtraindo-se a despesa total da receita agropecuária total (INCRA/FAO, 2000).

Gráfico 2 Percentual dos estabelecimentos segundo condição do/a produtor/a familiar



A área rural no Brasil apresenta situações de trabalho bastante diversificadas. A agricultura continua prevalecendo, entretanto, outros setores, como agroindústria e serviços, têm demonstrado crescimento. Essa nova situação nos leva a pensar o trabalho na área rural e, em especial, o trabalho das mulheres, com base nessa diversificação. Os estudos sobre a População Economicamente Ativa, ocupada em atividade agropecuária, mostram que “40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela PNAD de 1995 eram pluriativos (24%) ou não-agrícolas (17%), o que reforça a tese de que o mundo rural é hoje muito maior do que o agrícola (...) mas isto não significa dizer que o mundo rural não seja mais predominantemente agrícola” (Del Grossi e Graziano da Silva, 1998: 8). Analisando os dados da PNAD, esses autores constataram que a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas, em 1990, foi 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. Entre 1992 e 1995, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural aumentou em cerca de 10% ao ano (Couto Rosa, 1999). Isso nos desafia a pensar o trabalho rural para além da sua inserção agrícola, ao mesmo tempo em que nos leva a pensar a agricultura familiar, nosso foco exclusivo nessa pesquisa, como parte de um contexto em transformação,

lembrando que as áreas que estudamos se situam em contextos ditos “tradicionais” ou menos “pluriativos”, no sentido de redução das fronteiras entre o trabalho rural e o urbano.

Uma das expressões das novas características estruturais do campo brasileiro, segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1998), está na ampliação do fenômeno da dedicação parcial de um único integrante de uma família rural à produção agropecuária — o chamado agricultor de tempo parcial: “(...) sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia⁶ e prestação de serviços pessoais (...) uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas”. Nesta pesquisa, constatamos a diversificação de atividades, incluindo não apenas o extrativismo e beneficiamento de produtos, já tradicionais em algumas áreas, mas também algumas atividades ligadas ao setor de serviços, mas temos que reconhecer que, no conjunto, essas atividades não são relevantes e acontecem mais por declínio da agricultura familiar do que por qualquer outra razão, não podendo ser caracterizadas do mesmo modo que o fazem os autores citados acima.

O modelo de desenvolvimento da agricultura prevalente no Nordeste tem favorecido a grande produção, o que, como se sabe, tem marcado a história regional por conflitos permanentes no campo. Nas décadas de 70 e 80, a grande questão mobilizadora era o *conflito de terra*, motivado pela expulsão das pessoas ocupantes de terra que produziam em pequena escala, protagonizada pelos grandes latifundiários, no afã de aumentar a sua produção com monoculturas, industrialização, pecuária, exploração de madeira, entre outros. Esses conflitos marcaram o período pela crueldade dos assassinatos seletivos de lideranças rurais e pela dimensão pública que conquistaram, dado o apoio de inúmeras organizações da sociedade civil. Com a maior organização dos/as trabalhadores/as rurais, os conflitos passaram, por um lado, a se expressar nas ocupações de terra para fins de reforma agrária e, por outro, nas lutas por políticas públicas para a pequena produção agrícola.

⁶ Graziano da Silva e Del Grossi (1997: 8) dizem que o fato das pessoas viverem na área rural não necessariamente significa que elas exercem as suas atividades naquele ambiente.

Embora o tema geral da questão agrária seja parte do debate político-econômico nacional desde os tempos coloniais (Abramovay, 1997), só muito recentemente a agricultura familiar adquiriu relevância, tanto para estudiosos como para gestores de políticas públicas e para os movimentos sociais. De acordo com Lisboa Pacheco (1997), estudos dos anos 50 e 60 consideravam a agricultura familiar em vias de superação pela modernização da produção agrícola. Nos anos 70, foi considerada útil porque produzia alimentos de baixo custo para a subsistência dos/as trabalhadores/as assalariados/as, rurais e urbanos/as, mas, na década seguinte, foi difundida a idéia de que a maior oferta de alimentos seria produzida pelos complexos agroindustriais, porque a agricultura familiar não teria condições de produzir alimentos em quantidade suficiente para a demanda dos mercados. Nos anos 90, passa-se a ressaltar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento dos países europeus, e outros estudos demonstraram que seria possível um modelo ecologicamente sustentável e produtivo, através de modelos alternativos de agricultura, entre eles a agricultura familiar, chegando-se, assim, à idéia de agricultura familiar como a base social de um projeto economicamente viável (Abramovay, 1998) que, contudo, ainda está longe de tornar-se realidade.

Hoje, o Nordeste possui “ilhas de prosperidade” que convivem em um oceano de pobreza: são as áreas de grandes investimentos públicos, majoritariamente associadas ao capital internacional, que levam a produção agrícola nordestina a uma maior inserção nos mercados globalizados. A abertura econômica, iniciada no governo Fernando Collor e aprofundada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, consolidou os incentivos à grande produção agropecuária, especialmente àquela de exportação, e manteve a fragilidade econômica daqueles ligados à pequena produção, seja nos assentamentos de reforma agrária, nas pequenas propriedades rurais ou entre os/as agricultores/as que trabalham como parceiros/as, arrendatários/as, etc.

Segundo a análise do Relatório Nacional sobre Direitos Humanos,

O impacto da abertura na agricultura familiar foi intenso. De 1995 a 2002, período em que o governo FHC afirma ter assentado 565 mil famílias, dados que são contestados pelos movimentos sociais, 900 mil famílias foram forçadas a abandonar o campo. Este fato demonstra a fragilidade do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), enquanto política de apoio à agricultura familiar,

tratada muito mais como uma política compensatória do que como prioridade de uma política de desenvolvimento rural sustentável” (Valente, 2002: p. 364).

O PRONAF é o primeiro programa federal que tem como público os/as agricultores/as familiares. Criado em 1995, reuniu uma política de crédito para a produção a juros baixos e capacitação técnica, através da elaboração de planos municipais de desenvolvimento, vinculados ao financiamento de obras de infraestrutura comunitárias. Segundo Armani (1998: p. 29), os referidos planos de desenvolvimento são superficiais e, na maioria da vezes, reduzem-se a uma lista de obras; há atrasos na liberação dos recursos, excesso de burocracia bancária, muitas taxas extras e dificuldades de negociação do crédito, limitando-se, portanto, o seu acesso apenas às/aos agricultores/as consolidados/as. Para percebermos a gravidade desta destinação, é importante entender a tipologia de agricultores/as familiares, difundida pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER, que, entendendo a agricultura familiar, em geral, como um sistema produtivo que implica a fusão entre a unidade de produção e a família, classifica os/as agricultores/as familiares em três grande conjuntos: consolidados, de transição e periféricos (DESER: s.d.). A seguir, transcrevemos as definições do DESER:

Os/as agricultores/as familiares consolidados/as apresentam as melhores condições de vida e produção, com unidades de produção mais estruturadas e capitalizadas, ocupando em torno de 30 ha, com sistema de produção diversificado, tendo como base econômica a produção animal integrada a agroindústrias. Seus maiores problemas são as altas taxas de juros, as modalidades de crédito disponíveis, a política de preços mínimos e a falta de controle dos custos dos insumos. E suas principais demandas são por políticas de crédito, de investimento e de preços junto a cooperativas, agroindústrias e Governo.

O segundo grupo é denominado de agricultores/as familiares de transição e localiza-se geralmente em áreas de baixa fertilidade, de relevo mais acentuado e com menor investimento em conservação do solo ao longo dos anos. O percentual de área “aproveitável” por estabelecimento, com bons índices de produtividade, é bem menor que do primeiro grupo. A área média dos estabelecimentos é de 17 ha, o que, em muitos casos, é insuficiente. Esses/as agricultores/as foram muito pouco beneficiados/as pelos instrumentos de política agrícola destinados a investimentos nos anos 70 e, nos anos seguintes, foram sumariamente excluídos desses processos. Trata-se de sistemas de produção e infra-estrutura em crescente processo de

desestruturação. Além disso, foram bastante prejudicados pela falta de acesso a informações e assistência. Seu leque de demandas, portanto, é bastante amplo: políticas públicas de investimento e reforma agrária; reconversão e reestruturação produtiva; ampliação das áreas de produção, com mais terras, crédito, educação, saúde, lazer e preços; política de arrendamento e assistência técnica.

Finalmente, há os/as agricultores/as familiares periféricos/as, excluídos/as do acesso à terra e que, conseqüentemente, nunca tiveram acesso às políticas agrícolas de crédito e assistência técnica. Possuem até 7 ha de terra própria, o que os obriga a complementar a renda através do arrendamento/parceria de terras e/ou da venda de mão-de-obra por membros da família. Precisam de políticas diferenciadas de crédito para custeio e investimento e de uma assistência técnica mais sistemática, sendo a reforma agrária uma condição vital para a sua viabilização como agricultores/as, já que possuem pequenas áreas de terra. Além disso, demandam melhorias nas políticas trabalhistas para o setor rural, associadas a políticas de geração de emprego no campo e nas pequenas cidades (DESER, s.d.). Em nossa pesquisa, a grande maioria das famílias estudadas pode ser classificada neste terceiro grupo ou até mesmo abaixo dele, como será visto nos próximos capítulos, razão pela qual é insignificante o número de pessoas que já teve ou tem algum financiamento produtivo.

Dados de avaliação do PRONAF realizada em 1999 mostram o perfil dos beneficiários do crédito: 93% são do sexo masculino, 79% se declaram de cor branca, a maioria tem mais de 40 anos e não completou o Ensino Fundamental. No que se refere à extensão de terra, 88% dos estabelecimentos beneficiados têm até 50 hectares, mas 57% estão entre 10 e 50 hectares. Quanto ao regime de propriedade, 77% dos estabelecimentos são próprios e 18%, arrendados; os assentados representam apenas 1,8% dos beneficiados (Grzybowski, 1999). Grzybowski (1999) analisa ainda que o impacto mais positivo do PRONAF está na manutenção das ocupações, o que significa dizer que o PRONAF consegue manter a agricultura familiar entre os/as beneficiados/as, mas não impulsiona o aumento de produtividade, a ampliação de renda ou de acesso a direitos por parte dos/as beneficiados/as.

Apenas 23% dos estabelecimentos familiares rurais tiveram acesso aos financiamentos nos últimos três anos e 16,7% dos/as agricultores/as recebem algum tipo de assistência técnica no país, e, na região Nordeste, esse índice é muito menor: somente 2,7% dos estabelecimentos são assistidos. No plano

federal, o novo governo, iniciado em 2003, anunciou o Plano Safra, que prevê um crédito de R\$ 5,4 bilhões para o setor da agricultura familiar, quantia bem maior que a disponibilizada por governos anteriores, prevendo, ainda, instrumentos de garantia de renda e apoio à comercialização. Na análise realizada por ocasião do lançamento do Plano Safra, o Governo Federal traça um cenário otimista para o desenvolvimento da agricultura familiar, com um forte foco nos assentamentos de reforma agrária como produtores de alimentos para o mercado interno, associada ao agronegócio, voltado para as exportações. De acordo com o Governo, “isso contribuirá para que o campo se torne um espaço de produção e paz, gerador de emprego e renda, combatendo a miséria e a exclusão social” (www.pronaf.gov.br, 2003).

Além de garantir mais recursos, o Governo elevou o valor máximo dos financiamentos de custeio e investimentos do PRONAF em uma média de 20%, atualizados de acordo com o custo da produção, e elevou em até 50% o teto para atividades específicas de jovens e mulheres, para aquisição de máquinas e equipamentos, para o turismo rural e a agroecologia. Embora as mudanças pareçam positivas, ainda não há, evidentemente, possibilidade de avaliar o possível impacto desses investimentos na agricultura familiar, que, para ser bem-sucedida, depende de mudanças na política econômica capazes de favorecer o consumo de alimentos e, ainda, de responder à proposição de um projeto de desenvolvimento rural que vá além da produção de alimento. Uma avaliação criteriosa, portanto, só será possível a partir de 2004.

A disputa política em torno do desenvolvimento rural, entretanto, não se desenvolve apenas entre agricultores/as e empresários/as, ou entre cada um destes e o Governo, ou, ainda, entre o governo anterior e o governo atual, mas se encontra também no âmbito das negociações dos acordos comerciais internacionais. A nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio – OMC, trouxe a público as disputas político-econômicas sobre a produção agrícola em âmbito internacional, em especial frente ao protecionismo dos EUA para a sua produção. A Declaração de Brasília, documento elaborado pelo G-20,⁷ apresenta a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar,

⁷ Grupo formado por representantes dos governos e da sociedade civil de vinte países da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia; a Declaração foi elaborada em seminário realizado em Brasília, em 2003.

reconhecendo-a como fundamental para a segurança alimentar, propondo que os compromissos coletivos ali acordados estendam-se para os processos de negociação dos acordos internacionais relativos às práticas de comércio agrícola internacional, como o que está em curso nas negociações atuais da OMC (www.nead.gov.br, 2003).

O núcleo central das disputas políticas internacional e nacional em torno dos projetos de desenvolvimento agrícola é a acumulação de capital e a integração do setor agrícola aos mercados globais, o que, no âmbito das políticas públicas governamentais, se expressa em programas que favoreçam o agronegócio em detrimento da pequena produção. No Brasil, este que sempre foi um campo em disputa, permanece tensionado no atual governo, concorrendo a favor da agricultura de exportação as medidas que visam o equilíbrio financeiro das relações internacionais, a legislação favorável aos insumos químicos e ao uso de sementes geneticamente modificadas, o financiamento de grandes projetos produtivos voltados para o mercado internacional, como soja e frutas exóticas, e a precariedade de fiscalização de direitos trabalhistas em grandes unidades produtivas agropecuárias.

A vocalização da agricultura familiar como um problema público para o desenvolvimento foi possível a partir da ação política dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, que coloca na agenda política nacional a necessidade de programas públicos para impulsionar a agricultura familiar. Ainda que não atendam a todas as demandas apresentadas pelos movimentos, é possível dizer que muitos desses programas, de fato, adquiriram concretude ao longo das duas últimas décadas. As propostas políticas voltadas para a agricultura familiar inserem-se nas proposições gerais dos movimentos sociais pela reforma agrária e pelo desenvolvimento sustentável, embora não se possa afirmar a existência de um vínculo automático entre agricultura familiar e sustentabilidade. A despeito da maior valorização da diversidade e dos cuidados com a preservação da natureza presentes na agricultura familiar, é mister reconhecer, porém, que esta não é uma característica facilmente generalizável para “toda” a agricultura familiar, encontrando-se também muitos casos de degradação ambiental nesse tipo de estabelecimento agrícola, como é o caso das queimadas, do uso de agrotóxicos, etc. Essas são questões que têm vindo a público a partir do trabalho de várias organizações da sociedade civil que desenvolvem propostas para a agricultura familiar baseadas na agroecologia como recurso que possibilita não só a preservação ambiental, mas também o aumento de produtividade em pequenos contingentes de terra.

Assim como o movimento sindical, e os movimentos sem terra, também os movimentos ligados à agroecologia têm se colocado como sujeitos políticos nesta nova configuração da agricultura familiar, mas, assim como naqueles movimentos, a incorporação das temáticas ligadas às mulheres nos projetos agroecológicos apenas acontece nos casos, pouco freqüentes, em que há a participação direta de mulheres organizadas nessas ações.

Nos últimos anos, o lugar das mulheres e as questões de gênero no âmbito das políticas públicas para a agricultura vêm sendo assumidos publicamente pelos governos como um problema a ser tratado no âmbito das políticas públicas. O Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, possui uma assessoria especializada para essa área, e o PRONAF estabeleceu linha de crédito específico para as mulheres, iniciativas necessárias, mas ainda insuficientes, uma vez que, como veremos, as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura familiar repousam nas estruturas do próprio modelo que, até o momento, seguem inquestionadas. Pensar uma política de desenvolvimento rural, portanto, exige reflexões e proposições que vão além da agricultura familiar e que tratem da questão mais ampla das relações sociais no campo brasileiro.

Essa não é, entretanto, uma ausência sentida apenas no âmbito dos governos. Também entre os movimentos sociais e a população, grassa a idéia de um sistema de agricultura familiar no qual as relações entre as pessoas são harmônicas e igualitárias, funcionando na base da reciprocidade e de acordos justos.

No movimento sindical rural, a presença e a participação das mulheres foram uma conquista das próprias trabalhadoras rurais. Em duas décadas, elas saíram do anonimato, do não reconhecimento como trabalhadoras, para a inserção nas políticas públicas governamentais, ainda que de forma insatisfatória, e para a participação sindical, a ponto de alterarem a designação auto-atribuída por esse movimento, que passa a se designar, pelo menos nos seus documentos, como Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. A presença das mulheres no sindicalismo rural ainda é visivelmente minoritária em termos de direções, entretanto, elas criaram comissões e secretarias no interior dos sindicatos, das federações e da confederação nacional e conseguiram estabelecer, nas pautas de reivindicações da CONTAG, propostas específicas, dirigidas ao enfrentamento da situação das mulheres na agricultura familiar.

Ao analisar esse período, Saffioti e Botta Ferrante (1996) chamam a atenção para o fato de que é aí que, pela primeira vez, os diferentes movimentos que

atuam no campo começam a incorporar as mulheres como interlocutoras políticas, o que, sem dúvida, é resultado do novo posicionamento das mulheres rurais, que passam a assumir o fato de que fazem parte do conjunto da população que produz na agricultura, mesmo que as fontes censitárias as incluam entre os “membros da família não remunerados”. Em 1980, o Censo Agropecuário do IBGE registrava que, da população ativa feminina na agricultura, as mulheres empregadas eram 11%, enquanto estavam registradas 88,9% como “membros não remunerados da família”. Mais de vinte anos depois, dados da PNAD (2001) nos indicam que muito pouco mudou: quase 80% das mulheres ocupadas na agricultura familiar não auferem nenhum rendimento do seu trabalho, e ocorre o mesmo com apenas 26,08% dos homens. Ainda segundo a mesma fonte, 39,25% das mulheres estão produzindo para consumo próprio, contra apenas 8,37% dos homens.

O novo quadro político, porém, expressava uma mudança: a luta que o movimento urbano de mulheres travava nas cidades tinha sua interlocução no campo encaminhada pelas próprias agentes do problema, que reagem à tradicional visão que as colocava exclusivamente como “donas de casa” — o que é um paradoxo inaplicável à situação das mulheres rurais. Pereira de Melo *et al.* (1996) recupera a produção teórica brasileira sobre mulheres e agricultura, indicando que, nesse período, os estudos registram e analisam essas mudanças, chamando a atenção para as modalidades e as trajetórias das mulheres na participação sindical associativa. Proliferam, nesse período, também os estudos sobre a contribuição das mulheres para a produção e reprodução familiar rural e sobre o modo como elas articulam suas atividades produtivas com a participação em movimentos de defesa do vínculo à terra.

São muitas as vitórias das mulheres rurais nesse período. A articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco estados da região Sul faz uma campanha, junto com a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, no Censo Demográfico conduzido pelo IBGE. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste realiza uma intensa campanha pela documentação das mulheres como mecanismo fundamental de acesso aos direitos e à condição cidadã. O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu unifica grupos e associações de mulheres dos estados de Tocantins, do Maranhão, Piauí e Pará, em torno da proposta do “babaçu livre”, isto é, do direito à extração do babaçu

nos palmeirais (mesmo em terras particulares) e a políticas que favoreçam o seu beneficiamento e a sua comercialização.

No plano legal, as conquistas são também significativas e são um resultado direto da intensa participação das mulheres rurais no processo da Assembléia Nacional Constituinte.⁸ Neste mesmo sentido, como assinala Barsted (2002), já no início da década seguinte, há um grande avanço no campo normativo da reforma agrária, especialmente entre os anos de 2000 e 2001, através da publicação de Portarias, Protocolos de Intenção e Resoluções que buscam institucionalizar a perspectiva da igualdade de gênero nas políticas de desenvolvimento rural. O chamado do movimento de mulheres à sindicalização teve uma resposta significativa por parte das trabalhadoras, o que, por sua vez, provocou mudanças importantes nas estruturas sindicais: aumenta o número de sindicalizadas em todo o país; surgem as primeiras diretoras de sindicatos, federações e da CONTAG; instituem-se políticas afirmativas para participação em Congressos e processos eleitorais, e cria-se comissões e secretarias de mulheres em todos os níveis do movimento sindical rural e nas estruturas da CUT. Em um duplo movimento, as mulheres rurais mantêm a sua organização autônoma e constroem novas formas de participação em diferentes movimentos sociais.

Ávila (2003), no entanto, chama a atenção para a importância e os riscos contidos na estratégia de organização das mulheres por dentro das estruturas “mistas” dos movimentos sociais e sindicais, lembrando que, no interior dessas organizações, as relações de hierarquia e desigualdade de gênero ainda estão presentes. Nesse contexto, a estratégia de organização de instâncias específicas de mulheres no interior das organizações mistas irá exigir a reflexão permanente sobre a relação entre essas instâncias e a dinâmica geral da organização, no sentido de não correr riscos de uma prática segregatória da participação das mulheres, o que poderia causar uma reificação da desigualdade política.

⁸ A Constituição de 1988 garante igualdade de direitos entre trabalhadores/as urbanos/as e rurais e entre trabalhadores/as com vínculo empregatício permanente e trabalhadores/as avulsos/as; igualdade de benefícios da Previdência Social entre trabalhadores/as urbanos/as e rurais; patamar mínimo de benefício da Previdência Social igual a um salário mínimo; garantia de proteção contra qualquer discriminação no trabalho; licença-maternidade de 120 dias; propriedade da terra; contribuição previdenciária para a produtora em regime de agricultura familiar; e aposentadoria aos 55 anos de idade ou aos 30 anos de serviço.

Em 2003, os movimentos de mulheres rurais incorporaram ao Grito da Terra Brasil⁹ propostas que tinham como objetivo garantir o acesso das mulheres à terra, com base na avaliação dos critérios e procedimentos do cadastramento de pretendentes a beneficiárias dos assentamentos e na avaliação do Sistema de Informações dos Processos de Reforma Agrária – SIPRA, adequando esses critérios de maneira a assegurar a titulação conjunta de mulheres e homens. Também foi incorporado um conjunto de outras problemáticas ligadas a políticas públicas que demonstram a preocupação do movimento sindical com outras áreas da vida para além da produção. A efetivação de políticas públicas para o campo ligadas às questões de saúde, saneamento, educação, programas sociais, direitos da criança e da juventude, etc. pode contribuir para a geração de condições mais favoráveis para a realização das atividades produtivas e reprodutivas que, além de contribuírem para a melhoria das condições de vida de toda a população, afetam significativamente a vida cotidiana das mulheres no que toca à redução da carga de trabalho e à construção das possibilidades para o usufruto de uma verdadeira condição cidadã.

2.2 Mulheres e Agricultura Familiar

Entre as feministas, é o tema da articulação entre produção e reprodução que ocupa um lugar central nas elaborações políticas e teóricas, sobretudo porque algumas das explicações para a subordinação das mulheres podem ser identificadas na articulação entre essas duas esferas e no modo como diferentes sociedades lidam com elas. As duas maiores categorias de trabalhadoras do Brasil são também as que nos apresentam os maiores desafios conceituais e políticos relacionados à natureza e aos modos de expressão do trabalho. As trabalhadoras domésticas, porque realizam direta e exclusivamente atividades reprodutivas no âmbito privado dos domicílios, o que transforma em emprego aquilo que para muitas/os é ato cotidiano de sobrevivência e reprodução da vida humana. Já as trabalhadoras rurais, e em especial as agricultoras familiares, vivem e trabalham no espaço sem limites entre os afazeres domésticos e as atividades agrícolas, sendo estas, na maior parte das vezes, integradas àquelas e destinadas ao puro consumo familiar. Visto de um determinado ângulo, isso

⁹ Mobilização nacional, liderada pela CONTAG, em torno de um conjunto de propostas para as políticas públicas para o campo.

confere um estatuto ambíguo às atividades agrícolas desempenhadas pelas mulheres, que se expressa na recusa dos órgãos públicos, da academia e da própria comunidade — o que inclui, obviamente, as mulheres — em atribuir-lhe valor econômico ou importância no sistema produtivo.

Diretamente identificado às atividades domésticas ou percebido mais como “ajuda” do que propriamente como trabalho, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar é parte de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que tem no gênero uma de suas mais importantes ancoragens. Baseado na complementaridade e reciprocidade entre os indivíduos, esse sistema aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens, marcando distintamente os mundos feminino e masculino. O trabalho agrícola das mulheres é “ajuda” porque está fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas, mas, por realizar-se com frequência diária, associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por afastarem-se de sua atribuição própria, que são as atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores, o trabalho feminino vale menos, e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância, devendo, portanto, ser preservado da possível desvalorização trazida pelo contato com o mundo do trabalho feminino.

Essas definições operam no plano do senso comum e orientam o cotidiano das pessoas envolvidas em atividades agrícolas, nada nos dizendo, porém, a respeito do valor propriamente econômico do trabalho de mulheres e homens. Além disso, tornam-se um problema quando são transferidas para a esfera pública e passam a orientar políticas e programas governamentais e não-governamentais, reproduzindo *ad infinitum* relações sociais que estão longe de serem justas e igualitárias. De acordo com Marchand e Thélot (1991), no caso da propriedade familiar, as convenções utilizadas para descrever e medir a atividade têm um papel crucial: mulheres, crianças e pais do chefe de família podem ou não ser considerados “ativos”: a participação no trabalho no campo pode ser mais ou menos importante, o meio social e institucional, mais ou menos propício à atividade feminina e à sua declaração (*apud* Gardey, 2003: p.37). Um exemplo significativo dessa situação pode ser trazido do movimento sindical rural que, até meados dos anos 80, apenas aceitava a sindicalização de homens, porque

eram considerados os “verdadeiros” produtores e, portanto, os “verdadeiros” trabalhadores, que tinham direito a se organizar em favor de seus direitos. O trabalho agrícola realizado pelas mulheres, por ser “ajuda” e por ser subsidiário das atividades domésticas, sequer era visto pelos dirigentes sindicais. Parte da mesma engrenagem era a norma do INSS que exigia que, para ter direito à aposentadoria, a mulher rural comprovasse a sua condição de trabalhadora, já que, em primeira e muito mais importante instância, ela era doméstica e não trabalhadora. Se lembrarmos que essa é uma concepção cujas raízes estão no senso comum, podemos imaginar as dificuldades encontradas pelas trabalhadoras para provar a sua condição de agricultoras: se o que fazia nunca foi visto como produção, é de se esperar que ela não tenha nota fiscal e tampouco carteira do sindicato, já que aí só se aceitavam os homens. Como provar os anos de capina, plantio, colheita, cuidados com galinhas, porcos, cabras, gado, a horta do quintal, o pomar, a manteiga, o queijo, o carvão, o azeite de babaçu? O círculo se fecha, e a consequência seria a negação de um direito — universal apenas na letra da lei —, se não fosse a lenta e segura rebeldia que, também no campo, gestou-se entre as mulheres no início dos anos 80. Aqui se revela com muita clareza o fato de que, “no âmbito dos direitos sociais, a instauração de um modelo sexuado de acesso aos direitos, que define as mulheres como esposas e mães, combinado às desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, faz com que as mulheres estejam mais freqüentemente em um estado de dependência para terem acesso à sua proteção social” (Laufer, 2003: 127).

Foi a reivindicação da identidade de trabalhadora rural e a recusa à identidade de doméstica ou dona de casa um dos primeiros móveis do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. Aos homens do movimento sindical rural, não se lhes negava a identidade baseada na atividade produtiva, embora lhes faltassem direitos. Às mulheres, tudo lhes era negado, identidade e direitos: o que faziam no campo da produção não era socialmente percebido e era completamente englobado pelas atividades domésticas, que, por sua vez, não eram — como ainda não são — definidoras de direitos por si só. O trabalho, portanto, passa a ser o tema central da mobilização de trabalhadoras rurais nos anos 80. Tornar visível o que faziam, especificando e detalhando cada atividade e o tempo que levavam para realizá-la; revelar a dupla ou tripla jornada de trabalho, as consequências do excesso e das más condições de trabalho para a sua saúde física e mental; apresentar com clareza o modo como acontece a divisão sexual do trabalho nas áreas rurais e o modo como estão excluídas dos lugares “nobres”

e rentáveis do sistema produtivo, bem como dos lugares de decisão da estrutura sindical e política dos trabalhadores: estas as tarefas a que se dedicaram os muitos movimentos de mulheres que então atuavam no Brasil.

Como vimos, é possível elencar um número significativo de vitórias desde então: o direito de sindicalização e o crescimento real do número de mulheres sindicalizadas e, mais importante, de diretoras de organismos sindicais; o reconhecimento da identidade de trabalhadora por parte de muitos programas e políticas governamentais — entre os quais o INSS, que passou a reconhecer com mais facilidade e maior frequência a condição de trabalhadora das mulheres e a dar acesso a benefícios sociais e direitos antes restritos às mulheres urbanas e a outros específicos para a área rural.

Mas enquanto lutavam as mulheres para verem reconhecido o trabalho que faziam, mudavam também os conceitos e as definições a respeito da política fundiária e da agricultura familiar. Revelar, trazer à cena, apenas parcialmente contribui para a compreensão ou explicação dos processos sociais. O espaço e os direitos conquistados até então, pensados como reconhecimento social e político do que vinha sendo feito há gerações pelas mulheres, podem ser entendidos como correção de desigualdades extremas, cuja injustiça não poderia mais ser escamoteada sob evocações da tradição ou do costume. Por si só, no entanto, isso lançaria poucas luzes sobre a natureza do trabalho das mulheres na agricultura familiar e suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas. Na perspectiva do feminismo, importava problematizar não apenas o valor econômico e o lugar sociocultural do trabalho das mulheres, mas também aprofundar a compreensão a respeito da natureza familiar desse trabalho e do próprio sistema produtivo no qual está inserido, sem deixar de entender a família como um lugar historicamente privilegiado de subordinação das mulheres.

Delphine Gardey (2003), ao analisar a história do trabalho das mulheres, qualifica de abusiva a valorização do trabalho produtivo que se inicia no século XIX, na Europa, e que relegou à sombra a empregada doméstica, as comerciantes, as camponesas e as donas de casa. Para essa autora, é a partir do reordenamento do mundo do trabalho que acontece nesse período que alguns dos ofícios femininos ditos “marginais”, como a prostituição, o serviço doméstico e a atividade de ama-de-leite, tornam-se engrenagens essenciais do funcionamento global do mundo social. A dicotomia entre o trabalho produtivo extradoméstico e o trabalho reprodutivo realizado na esfera doméstica irá marcar, a partir de então, todo o

sistema de valores associados ao trabalho e, em especial, ao trabalho das mulheres. Ainda de acordo com Gardey (2003), a figura da dona de casa — par antitético da figura da trabalhadora, também surgida na mesma época — é uma invenção das elites, que coincide com o discurso médico higienista sobre a importância dos cuidados com as crianças e sobre o papel central das mulheres nesses cuidados. É da segunda metade do século XIX, período de expansão do capitalismo moderno e do sistema industrial, que nos vem a ideia de uma mulher doméstica, dedicada à família e sem acesso à esfera pública, *pari passu* com a ideia de uma mulher inserida na esfera produtiva, mantendo, contudo, as mesmas responsabilidades no âmbito doméstico. Gardey (2003: 45) nos lembra, porém, de que é esta segunda figura feminina a mais comum na história das sociedades humanas, já que “na verdade, as mulheres sempre articularam as atividades extradomésticas com as domésticas, não tendo existido dois tempos históricos radicalmente oponíveis: aquele em que as mulheres trabalhariam majoritariamente em domicílio e seriam não-assalariadas e aquele em que as mulheres trabalhadoras seriam majoritariamente assalariadas e fora de seu domicílio”. Correlatas a esse processo são as dificuldades de reconhecimento da profissionalização das mulheres, vividas até hoje pelas trabalhadoras rurais, já que os “ofícios femininos” são definidos, nesse mesmo período, como aquelas profissões que prolongam as tarefas “naturais” ou maternais das mulheres.

É possível perceber, a partir desta sucinta descrição, as dificuldades analíticas para a compreensão do trabalho das mulheres na agricultura familiar, atividade na qual não há fronteiras entre espaço público e privado, em que atividades produtivas são realizadas na esfera doméstica, na qual não há relação de assalariamento e, muitas vezes, há pouca relação com o mercado e, portanto, pouca ou nenhuma renda monetária. Estamos aqui diante de questões relacionadas à natureza e ao valor, no plano das relações sociais e econômicas globais, do trabalho doméstico e das atividades produtivas realizadas pelas mulheres na esfera doméstica. Em muitas situações, nenhuma dessas atividades sequer é compreendida como trabalho e, portanto, menos ainda como ofício ou profissão.

A negação prática do trabalho das mulheres teve, evidentemente, o seu correspondente no plano da teoria que, por séculos, ignorou a presença das mulheres no mundo do trabalho. Gardey (2003) lembra que as democracias ocidentais se fundamentam na exclusão das mulheres na mesma medida em que a definição de economia política se fundamentou na exclusão do trabalho feminino

da definição do valor e da utilidade social. É apenas a partir das décadas de 50 e 60, graças a sociólogas feministas, que as mulheres começaram a adquirir certa visibilidade nos estudos sobre o trabalho e o emprego, sendo apresentadas nos estudos pioneiros como uma categoria específica a ser tratada à parte. Helena Hirata (2003) indica que essa ruptura com o modelo tradicional de trabalhador, até então ocupando o centro da sociologia do trabalho, é feita através da extensão do conceito de trabalho, que passa a abranger o trabalho doméstico, e da extensão do quadro tradicional da análise do trabalho, que passa a incluir o universo extratrabalho e as relações entre homens e mulheres na família e na sociedade.

Datam desse período as primeiras análises a respeito das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, que apontam, em primeiro lugar, para a assimetria e hierarquização da divisão social dos espaços do masculino e do feminino. A dominação material e simbólica do masculino se manifesta em particular, por meio de processos de “abrangência” e assimilação do feminino pelo masculino, este servindo como referência geral, estabelecendo a visão legítima do mundo, da ordem social e, com isso, da ordem dos sexos, se auto-atribuindo as qualidades socialmente valorizadas (Daune-Richard, 2003: 74). No mundo do trabalho, essa operação passa pela qualificação dos empregos enquanto “estimação do seu valor social” e, ao fim e ao cabo, pelo preço que lhes é atribuído, já que os sistemas salariais são sistemas de símbolos que, utilizando a linguagem universal da moeda, ditam a visibilidade e a invisibilidade das competências, sua legitimidade e, no fim das contas, a verdade dos atores e das relações de força nas negociações (Duane-Richard, 2003: 76).

Hirata e Kergoat (2003: 113) ressaltam que a divisão do trabalho entre homens e mulheres é, em primeiro lugar, a imputação aos homens do trabalho produtivo — e a dispensa do trabalho doméstico — e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres a querer entrar e se manter no mercado de trabalho. De acordo com essas autoras, por toda a parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas), em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social. Nos últimos trinta anos, por exemplo, crescem as taxas de atividade feminina, mas a inserção das mulheres é bipolarizada, apresentando um pequeno número de profissionais altamente qualificadas, ocupando posições de prestígio e relativamente

bem remuneradas e uma imensa maioria de trabalhadoras ditas não qualificadas, mal remuneradas e não valorizadas socialmente. Além disso, o desemprego aberto e o desemprego oculto pelo desalento feminino são maiores que o masculino, e a precariedade e a vulnerabilidade no emprego são maiores no grupo das mulheres do que no dos homens (Hirata, 2003). Uma expressão direta dessa hierarquia baseada no gênero é o fato de que as duas maiores categorias de trabalhadoras brasileiras são as trabalhadoras rurais e as trabalhadoras domésticas.

Hirata (2003) chama a atenção ainda para o fato de que, “embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho. Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for exclusivamente pertinente às mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos” (p. 20). Indo mais longe, Hirata e Kergoat (2003) afirmam que “o que está em jogo nas relações sociais de sexo é a divisão sexual do trabalho, que se configura como o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas). Suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (p. 114). Levada para o campo da agricultura familiar, no qual as relações entre homens e mulheres são claramente patriarcais, esta análise, para além da compreensão teórica que nos propicia, nos coloca também o desafio político de construir processos de mudança social que incidam simultaneamente nas esferas da produção e da reprodução.

2.3 O Trabalho na Vida Cotidiana das Mulheres

O cotidiano das mulheres rurais é marcado por uma situação de trabalho permanente e continuada, com grande diversidade de tarefas, que incluem a criação das condições de reprodução da família e, portanto, da força de trabalho necessária à produção e às atividades produtivas propriamente ditas. Além de extenuante e fonte de numerosos problemas de saúde, é um trabalho que, como vimos, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas, sim, como desígnio próprio de mulheres, o que nos leva à reflexão sobre a gestão familiar da unidade produtiva,

elemento-chave para o conceito de agricultura familiar. Se as relações de poder entre as diferentes pessoas que trabalham, homens e mulheres, são assimétricas, com maior prejuízo para as mulheres, é evidente que a gestão da produção não será igualitária. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes, consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto, que, nesse caso, cabe bem na terminologia *chefe de família*, pois realmente chefia uma unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco.

O trabalho produtivo das mulheres, portanto, não se insere no espaço público, desenvolvendo-se em torno de uma família que, por sua vez, tem um chefe que, em geral, é um homem. O acesso ao mundo público, já dificultado pelas condições de moradia, de transporte e pelo reduzido acesso e usufruto de direitos, muito mais se agrava quando a situação de trabalho produtivo se dá em um *continuum* com o trabalho reprodutivo, confundindo-se com este e sendo socialmente restrito ao espaço privado. Também o tempo ganha aqui contornos diferenciados quando comparado ao tempo de trabalho no mundo urbano. A idéia de jornada como marcação de tempo, como algo que tem início e fim no decorrer de um dia, praticamente não se aplica a esse caso. O tempo de vigília e o tempo de trabalho são praticamente os mesmos, excetuando-se os preciosos, mas raros, momentos de cuidados pessoais e alimentação. O tempo do trabalho articula a produção e a reprodução e, algumas vezes, inclui o precário acesso aos espaços de participação social, que, para as mulheres, é quase que inteiramente confundido com o trabalho comunitário.

Em ações educativas junto a trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma das atividades realizadas com maior frequência chama-se *O Dia de 24 Horas*.¹⁰ Trata-se de um levantamento, a partir da experiência pessoal dos integrantes do grupo, a respeito do cotidiano de homens e mulheres em unidades de agricultura familiar — incluindo trabalho produtivo e reprodutivo, lazer e atividades políticas —, que produz um interessante, mas injusto, quadro sobre a divisão sexual do trabalho. Trabalha-se muito na agricultura familiar, mas, de acordo com nossos levantamentos,¹¹ as mulheres trabalham muito mais, e o diferencial não está no

¹⁰ Uma descrição dessa atividade pode ser encontrada em Portella e Gouveia, 1998.

¹¹ Realizados pelo SOS Corpo em atividades junto a trabalhadores/as rurais envolvidos/as em ações da CONTAG, FETAPE, FASE-MT, FASE-PA, ESPLAR-CE, ASSEMA-MA, CEPES-PI, entre outras organizações, de 1991 a 2003.

trabalho produtivo, geralmente distribuído de modo igualitário, mas, sim, no trabalho doméstico, no lazer e no descanso, como se pode observar no quadro abaixo, que traz uma média de alguns dos levantamentos que fizemos:

Quadro 4 Jornada de trabalho de homens e mulheres em estabelecimentos de agricultura familiar		
Total de horas de trabalho		
Atividade	Mulher	Homem
Roça	11 horas	11 horas
Casa	06 horas	01 hora
Diversão		03 horas
Sono	05 horas	07 horas
Jornada de trabalho		
Jornada	Mulher	Homem
Diária	17 horas	12 horas
Semanal	108 horas	73 horas

Fonte: SOS Corpo, relatórios diversos de ações educativas, 1991-2003.

Obs. Foram excluídos do quadro os momentos de realização das refeições e da higiene pessoal que, para homens e mulheres, ficam em torno de duas horas.

A jornada semanal inclui seis dias de trabalho, mas, os domingos são dias de descanso e lazer apenas para os homens, já que as mulheres continuam a cumprir nesse dia a sua jornada de seis horas de atividades domésticas.

Apesar dos que afirmam o seu fim, o trabalho continua sendo a forma pela qual as pessoas, homens e mulheres, produzem riquezas e a maneira mais importante de acesso a direitos básicos na sociedade capitalista, de onde decorre que todas as formas de trabalho deveriam, portanto, ser quantificadas para fins de estatísticas de avaliação da renda nacional, incluindo aí o trabalho doméstico e o trabalho das mulheres e jovens na agricultura familiar, que, muitas vezes, é, além de desvalorizado, invisibilizado pelo sistema de coleta de dados que toma como foco as famílias. Vários estudos e pesquisas apontam o problema da invisibilização do trabalho das mulheres na agricultura familiar (Lisboa Pacheco, 1997). Gouveia (2003) chama a atenção para o fato de que se trata de processos sociais de invisibilização do trabalho feminino no qual atuam sujeitos nos dois sentidos: o da própria ação de invisibilizar, como vimos anteriormente, e o sentido inverso de tornar visível o trabalho das mulheres, o que, entre outras coisas, exige a reeducação do olhar para a coleta e análise de dados.

As oficinas realizadas durante o trabalho de pesquisa se constituíram em momentos formativos para que as trabalhadoras rurais se habilitassem para o

desenvolvimento da pesquisa e nos possibilitaram também obter informações que configurassem o seu pensamento, como agricultoras e ativistas sociais, sobre o que é agricultura familiar e sobre os problemas vividos pelas mulheres agricultoras e extrativistas, já aí iniciando o processo de visibilização da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, que é o objeto desta pesquisa.

O extrativismo foi incluído no nosso campo de investigação por sugestão das próprias trabalhadoras e assessoras do MMTR/NE, que o entendem como uma atividade paralela e integrada à agricultura familiar e, mais importante para a nossa pesquisa, majoritariamente realizada pelas mulheres. O extrativismo “consiste na simples coleta, recolhida, extração ou captura de produtos do reino animal ou vegetal, espontaneamente gerados e em cujo ciclo biológico não houve intervenção humana” (Hironaka, 2003). Esse conceito não exprime, contudo, toda a riqueza da abordagem dessas trabalhadoras sobre o extrativismo. Para elas, o extrativismo é uma atividade articulada e complementar à agricultura, que mobiliza as mulheres e, eventualmente, outros membros da família, da qual deriva o beneficiamento e a comercialização de produtos que se somam à composição das finanças da família, contribuindo para o seu sustento. Nas oficinas de preparação para a pesquisa, as mulheres extrativistas relataram os inúmeros problemas relacionados a essa atividade, que são, em muitos aspectos, semelhantes àqueles vividos pelas mulheres na agricultura familiar. São questões ligadas à estrutura agrária, uma vez que os latifúndios abarcam áreas utilizadas para o extrativismo, como por exemplo, os babaçuais, no Maranhão, e outros ainda ligados à ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessa atividade produtiva e para a cidadania das pessoas a ela vinculadas, onde se situam os problemas ligados à infra-estrutura de produção e de escoamento, ao crédito e à comercialização. Elas detectaram também problemas oriundos das relações familiares e comunitárias, como o não reconhecimento do extrativismo como um trabalho; a jornada de trabalho extenuante, que se mistura com a jornada de trabalho doméstico; os prejuízos para a saúde, especialmente entre as mulheres que trabalham com o coco babaçu e com mariscos; as relações de poder no interior das famílias e com os atravessadores que comercializam os produtos, entre outros.

No que se refere à agricultura familiar, a definição construída nas oficinas pelas trabalhadoras reúne os elementos indicados a seguir. Cultivada em uma pequena extensão de terra, através da utilização da mão-de-obra da família, a agricultura familiar apresenta uma grande diversidade de cultivos, cuja produção

é direcionada para a alimentação da própria família. É encontrada em todo o Nordeste e apresenta-se como um ciclo contínuo entre produção e reprodução, tanto no que se refere às atividades agrícolas quanto no que se refere à utilização e organização dos espaços e do tempo. Essa caracterização não é muito diferente daquelas que encontramos nos estudos acadêmicos. Não obstante algumas divergências entre esses estudos, todos concordam que a agricultura familiar é cultivada em uma pequena extensão de terra, que varia de um a algumas dezenas de hectares, apresenta ainda um alto grau de diversidade dos cultivos e forte integração entre o trabalho, a produção e o consumo, utilizando mão-de-obra basicamente familiar.

Para a CONTAG (apud Abramovay, 1997), a agricultura familiar, além de limitar-se a apenas quatro módulos fiscais,¹² não pode incluir a contratação de mão-de-obra permanente. O Incra e a FAO (1995), no entanto, entendem que os estabelecimentos de agricultura familiar podem contar com a contratação de empregados permanentes: apenas um, no caso da FAO, e até dois, no caso do Ministério. Alguns estudos acadêmicos, por outro lado, baseiam-se principalmente no tipo de força de trabalho empregada, familiar ou contratada, e menos no tamanho da propriedade.

Abramovay (1997) define a agricultura familiar como “aquela em que a *gestão*, a *propriedade* e a *maior parte do trabalho* vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, dando ênfase, portanto, à articulação entre as relações familiares e as relações de trabalho. A definição assumida pelo Governo Federal, no PRONAF, atualmente, inclui a possibilidade de algum trabalho assalariado, mas não como dominante no sistema produtivo. Para o PRONAF, “a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores/as familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado” (www.pronaf.gov.br).

¹² Unidade de medida definida pelo INCRA para cada município, em hectares, levando em conta, entre outros elementos, a qualidade do solo, o relevo e o acesso ao local. No país, varia de 5 ha, no Distrito Federal, a 100 ha no Acre, no Amazonas, em Roraima e no Mato Grosso (Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2002). Campanha pela Emenda Constitucional que estabelece um limite máximo à propriedade de terra no Brasil. www.cptnac.com.br, capturado em outubro de 2003).

Na definição do INCRA, além dos elementos citados acima, está incluída a propriedade dos meios de produção, embora, obviamente, a terra não possa ser sempre parte desse conjunto, uma vez que grande número de agricultores/as familiares são arrendatários. Para o INCRA, a agricultura familiar pode ser definida com base em três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996 *apud* INCRA/FAO, 2000).

Para nós, a diferença fundamental entre a reflexão construída com as trabalhadoras rurais envolvidas na pesquisa e aquelas do âmbito acadêmico e governamental diz respeito à noção, presente nas primeiras definições e ausente na maior parte dessas últimas, de que, na agricultura familiar, o trabalho das mulheres se constitui em um ciclo contínuo entre produção e reprodução, com implicações para a organização e para o uso do tempo e do espaço. Ao observar um dia comum de trabalho em um estabelecimento de agricultura familiar, esse ciclo é claramente perceptível na sequência contínua de tarefas desenvolvidas pelas mulheres, relacionadas à reprodução familiar — como limpeza da residência e do vestuário, preparação de comida e cuidado com crianças —, e àquelas ligadas à atividade produtiva geradora de renda para a unidade familiar — como a criação de animais de pequeno porte, fabricação de doces, produção artesanal, etc. Essas tarefas, em geral, ocorrem em um espaço contínuo entre a casa e o quintal ou terreiro e em um *continuum* de tempo, sem pré-determinação de jornada para o trabalho produtivo, gerando um sobretrabalho extenuante e socialmente desvalorizado porque diretamente associado ao trabalho doméstico. Frequentemente, a situação se agrava quando a esse contingente agregam-se tarefas desenvolvidas na roça, longe do local de moradia, ou no extrativismo vegetal e animal, também distantes de casa, que demandam ainda um maior tempo de deslocamento e maior esforço físico. Mais importante: a esfera de tomada de decisões sobre a unidade produtiva e a vida familiar como um todo, o acesso ao mundo público e o controle sobre a renda familiar são dominados pelos homens, mais especificamente pelo chefe da família. Ou seja, o que corresponde ao sobretrabalho das mulheres é a ausência de poder ou, em outras palavras, é o sobrepoder masculino, que permite e realiza a exploração da força de trabalho

das mulheres e de outros membros da família. Abramovay (2003) chega mesmo a afirmar que, na agricultura familiar, “toda a organização do processo de trabalho é enviesada contra a mulher. (...) o que consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo”. Analisando os processos sucessórios entre famílias de agricultores/as familiares do Sul do país, esse autor aponta que o caráter patriarcal caracteriza tradicionalmente a família camponesa. Embora indique que há mudanças em curso, especialmente com relação às possibilidades de saída das meninas da área rural, Abramovay reconhece que, “na organização da propriedade, o papel das moças ainda é subalterno”, e a distribuição de poder no interior da família é de tal modo desigual que são vedadas às mulheres: a possibilidade de serem sucessoras, as responsabilidades, o planejamento e a apresentação social na qualidade de agricultoras, o que contribui para que as mais jovens se afastem das atividades agrícolas e do meio rural. Já há algum tempo, a população rural vem apresentando uma tendência decrescente, mas, no Censo 2000, essa tendência se acentua no tocante à população feminina, registrando uma redução de 10% da população rural e 11% da população rural feminina.

Mas foram as próprias trabalhadoras, nas oficinas de pesquisa, que traçaram o melhor quadro a respeito dos problemas que elas enfrentam na agricultura familiar, cuja síntese passamos a apresentar.

Um primeiro conjunto de problemas liga-se ao próprio **modelo da agricultura familiar** existente no Nordeste. Do ponto de vista econômico, algumas características da agricultura familiar no Nordeste reduzem as suas possibilidades de “sucesso” produtivo e econômico, como, por exemplo, a pequena extensão de terra, a baixa qualidade do solo, a reduzida capacidade de investimento por parte das famílias e, como consequência das anteriores, a “insustentabilidade” financeira dos estabelecimentos. Como se pode observar, essas características coincidem com aquelas elencadas pelo Deser. A natureza da relação campo/cidade, por sua vez, com prevalência do modelo urbano sobre o rural, provoca problemas de sustentabilidade alimentar, uma vez que o sistema de produção da agricultura familiar não tem sido capaz de se adaptar ao modo de dieta urbana, que vem vigorando nas áreas rurais.

Além disso, a rigidez do modelo de agricultura familiar, baseado na idéia de família composta de pai, mãe e filhos/as, não prevê a descontinuidade nas gerações nem favorece mudanças para os/as filhos/as que estudam, e o fato de

basear-se na chefia masculina do domicílio e da família produz inúmeras consequências negativas para as mulheres, entre elas o fato de o título da terra estar, na grande maioria das vezes, em nome do homem. As diferenças entre as características e os valores dos mundos urbano e rural, assim como a ação da mídia, provocam novos desejos e expectativas de consumo entre os/as jovens que, por sua vez, tornam-se insatisfeitos/as com a sua própria realidade. A dificuldade de acesso à escola — distante e não adaptada à realidade rural — também contribui para a falta de perspectiva entre os/as jovens, que passam a desejar exercer outras atividades.

Do ponto de vista das **relações de trabalho**, as mulheres apontaram inúmeros problemas. É consenso entre elas o fato de que os homens, no papel de maridos e pais, apropriam-se do trabalho das mulheres e dos/as filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo da produção envolvendo toda a família, o que incluiria as decisões sobre plantio, criação, colheita e comercialização. O excesso e a variedade de atividades desenvolvidas pelas mulheres implica em sobrecarga de trabalho e dificuldades de planejamento e controle sobre as mesmas. A contratação de mão-de-obra temporária é feita de diferentes maneiras e utiliza-se de várias formas de pagamento, como a troca de serviços, o pagamento em produtos, etc., o que traz dificuldades para se manter a continuidade dos rendimentos. Além disso, quando são contratadas, as mulheres recebem menos que os homens. Numa outra direção, a variação nas relações de trabalho, derivada da história de cada assentamento e do tipo de produção, produz alguns problemas, como, por exemplo, a dificuldade de agregação de pessoas nas atividades de pesca e de cultivo de cana que, por sua vez, traz problemas para a produção coletiva.

Há, evidentemente, problemas ligados especificamente ao **poder do homem na família**. A chefia e o maior poder masculino na família mantêm o controle do dinheiro nas mãos do homem, deixando à mulher apenas o dinheiro para as pequenas despesas domésticas, o que reduz — e, em muitos casos, impede — a autonomia das mulheres. Em muitas ocasiões, os benefícios sociais — como aposentadoria e licença-maternidade, por exemplo — também são apropriados pelo homem, numa clara violação dos direitos das mulheres. As oportunidades de lazer e descanso das mulheres são reduzidas ou inexistentes e, finalmente, só o homem é reconhecido como trabalhador, produtor e proprietário rural, restando às mulheres a identidade de dona de casa e não a de trabalhadora, produtora ou proprietária rural.

No que se refere à **produção**, um dos problemas centrais é o fato de ser quase que totalmente direcionada para o consumo familiar, havendo pouca possibilidade de geração de renda monetária. Além disso, há diferenciação no acesso a equipamentos agrícolas por homens e mulheres a depender de que via é utilizada para isso — cooperativa, associação, relações políticas e pessoais —, sendo os meios formais e institucionais mais acessíveis para eles do que para elas. A **infra-estrutura de produção**, por sua vez, é extremamente precária. A ausência de saneamento básico afeta diretamente o cotidiano das famílias, aumentando a carga de trabalho das mulheres. A precariedade das estradas dificulta a comercialização dos produtos e a geração de renda monetária, bem como o contato com outras comunidades e com as áreas urbanas e o acesso a serviços públicos. Além disso, a ausência de políticas públicas leva a coletividade a encontrar soluções próprias para seus problemas e necessidades, em uma clara expressão do que se pode chamar de “cidadania de segunda classe”, em que a população, e não o Estado, se responsabiliza pelo bem-estar coletivo. O transporte da cooperativa, por exemplo, é utilizado como ambulância. Já as condições precárias de moradia trazem prejuízos adicionais às mulheres e crianças, pelo fato de passarem mais tempo em casa e realizarem as atividades domésticas. A utilização da casa como curral afeta as condições de moradia e saúde e aumenta a sobrecarga de trabalho das mulheres e, nos anos de boa safra, a utilização de cômodos da casa como armazém prejudica as condições de alojamento da família, deixando-a confinada e exposta a problemas de saúde, como alergias e doenças de pele, e provocando o aparecimento de roedores.

O acesso ao **crédito agrícola**, em função da complexidade dos requisitos exigidos, ainda é muito irregular e dependente da rede de conhecimentos e da posição pessoal de cada um diante de quem oferece e de quem gere os créditos, o que coloca as mulheres, mais restritas a casa do que ao espaço público, em situação de desvantagem diante dos homens. Mas considera-se que o acesso a pequenos créditos melhorou consideravelmente nos últimos cinco anos. Formalmente, o acesso ao crédito está ligado à posse da terra e à chefia da família, que, por sua vez, costumam estar em nome dos homens, ainda que a lei faculte esse direito às mulheres. No caso do crédito oferecido através da antiga Sudene, as mulheres praticamente não tinham acesso aos mesmos para os casos de seca e emergência e, quanto ao FINOR, apenas os grandes produtores conseguem financiamento.

A **comercialização** é, em si, um grande problema, já que, nas áreas de semi-árido de agricultura tradicional, a relação entre o mercado e a agricultura familiar é perversa e inviável, não sendo possível competir com o mercado globalizado, com produtos importados e com multinacionais. O mercado não valoriza os produtos da agricultura familiar e muito menos o trabalho das mulheres. Além disso, há dificuldades para a comercialização, mesmo em pequena escala, nos mercados locais.

Finalmente, o acesso das mulheres à **capacitação técnica** é restrito: não há estímulo para isso e são muitas as dificuldades que elas encontram para participar dos cursos, sendo a principal a sobrecarga de trabalho. E, do ponto de vista da **participação política**, a sobrecarga de trabalho e o controle masculino sobre a vida das mulheres são um forte impeditivo para que elas ampliem a sua ação política. Além disso, como não têm dinheiro próprio para pagar a contribuição sindical, ficam em uma situação de dependência com relação aos homens.

Como o trabalho familiar inclui o trabalho de homens e mulheres adultas, de jovens e, muitas vezes, de crianças, pensar em termos de agricultura familiar exige uma reflexão sobre o processo de trabalho, considerando-se as pessoas concretas que compõem as famílias; e a reflexão sobre a gestão do trabalho exige pensar as relações de poder que ocorrem no interior das famílias e que são naturalizadas em diversos programas públicos. Como se observa no levantamento dos problemas acima, a idéia de gestão familiar, tão cara ao conceito de agricultura familiar, está subordinada à concentração de poder no homem adulto da família. Daí derivam não só os problemas ligados ao processo decisório, mas ao processo de trabalho propriamente dito, a exemplo da divisão de tarefas com valor simbólico diferenciado entre homens e mulheres, em prejuízo destas.

O mundo do trabalho, que, nas áreas urbanas, passa por todo um reordenamento flexibilizante, com fortes implicações sobre o usufruto de direitos, muito mais grave se apresenta nas áreas rurais. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras sequer teve acesso aos direitos trabalhistas, a não ser aqueles/as que conseguem entrar para o serviço público municipal, que, ainda que raramente, é um outro tipo de trabalho que se apresenta na zona rural. As conquistas mais importantes relacionam-se a direitos de seguridade social, como é o caso da aposentadoria rural, que continua sendo uma das principais fontes de renda de muitos pequenos municípios e um recurso que, aliado às bolsas de assistência social, garante a sobrevivência de muitas famílias.

Nesse quadro, é preciso ainda perceber que o trabalho rural é muito mais diversificado que a produção agrícola propriamente dita e reconhecer os vários problemas que essa forma de produção (agricultura familiar) e as pessoas que nela trabalham enfrentam hoje no Brasil, parte dos quais foi apresentada acima, e que são reconhecidos, inclusive, pelo Governo Federal. Segundo dados do PRONAF, a agricultura familiar apresenta sérias dificuldades: tecnologias excessivamente tradicionais; escassez de chuvas; insuficiência de terra para o sustento de toda a família; baixo nível educacional das pessoas envolvidas na agricultura familiar, baixos rendimentos, precariedade de distribuição de energia elétrica e de obras hídricas sustentáveis, pouco acesso ao crédito, à assistência técnica e à extensão rural. (www.pronaf.gov.br). Sobre problemas específicos das agricultoras, entretanto, não há nenhuma referência.

Nos próximos capítulos, apresentamos os resultados que encontramos em nossa pesquisa. Em sete localidades rurais do Nordeste, a vida de mulheres e homens se assemelha na pobreza, na ausência de cidadania e na insistente manutenção de um padrão patriarcal de ordenamento familiar e de relação entre homens e mulheres, o que nos desafia a pensar alternativas de mudança social que incidam simultaneamente em todos esses planos.

PERFIL DA POPULAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: RESULTADOS GERAIS

Nesta seção, apresentamos os resultados gerais referentes ao perfil sociodemográfico das pessoas e famílias das sete localidades, bem como os resultados relativos à divisão sexual do trabalho para a totalidade do universo de pesquisa. Como dissemos no capítulo sobre metodologia, as entrevistas foram feitas a partir de um questionário cujas respostas foram trabalhadas no programa SPSS 11.5. A análise aqui apresentada conjuga o material trabalhado estatisticamente no SPSS e a análise das pesquisadoras, realizada nas duas oficinas que foram feitas com esse propósito, de modo a encontrar os aspectos comuns e as diferenças significativas entre as sete localidades estudadas, olhando-as a partir do contexto geral de seus estados e da região.

3.1 Contexto Socioeconômico das Áreas de Pesquisa

As localidades incluídas em nosso estudo localizam-se em sete dos municípios mais pobres do País, três dos quais em áreas do semi-árido nordestino, região cujos problemas sociais, econômicos e ambientais ainda estão longe de encontrar soluções satisfatórias. As tabelas a seguir apresentam algumas características dos municípios em que atuamos, que fornecem o pano de fundo para as situações que encontramos nas áreas de pesquisa. Uma primeira

característica a ser ressaltada são as baixas taxas de urbanização encontradas em todos os municípios, que contrastam vivamente com as taxas nacional (78,4%) e regional (65,2%) e, com exceção de Valente, Inhapi e Esperantinópolis, cuja urbanização ampliou-se em taxas superiores a 20% de 1991 a 2000, os demais municípios urbanizaram-se a taxas menores, tendo Itabi apresentado uma taxa de urbanização de apenas 1% no mesmo período. Como se vê abaixo, os maiores municípios localizam-se no Ceará, Maranhão e Pernambuco, e o mais populoso é Itapipoca que, com quase 100 mil habitantes, destoa fortemente dos demais e, em especial, de Itabi, que conta com apenas cinco mil habitantes.

Quadro 5 Características selecionadas dos municípios

Estado	Mesoregião	Município	Localidade	Área km ²	População	Taxa de urbanização (%)
AL	Sertão Alagoano	Inhapi	Cabaceiros	375,7	17.768	33,41
BA	Nordeste Baiano	Valente	Recreio	372,5	19.145	49,68
CE	Norte Cearense	Itapipoca	Assentamento Maceió	1.191,6	94.369	51,37
MA	Centro Maranhense	Esperantinópolis	Mão Cheinha	774,1	21.224	46,28
PB	Agreste Paraibano	Araruna	Varelo de Baixo	306,2	16.605	44,26
PE	Sertão Pernambucano	São José do Egito	Fazenda Nova	783,3	29.468	60,05
SE	Sertão Sergipano	Itabi	Mata Grande	202,9	5.174	50,99

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2003.

Quatro municípios apresentaram taxas de crescimento anual mais altas ou iguais à taxa regional — que foi de 1,1% e é menor que a nacional, de 1,4% (IBGE, 2000) — e três apresentaram taxas inferiores a 1%, sendo São José do Egito aquele que apresentou o menor índice, de apenas 0,3%. Vale lembrar que o Nordeste é uma das regiões brasileiras que apresentam altos índices de esterilização feminina, o que produz impactos demográficos como os observados. Nessa região, 43,9% das mulheres de 15 a 49 anos estão esterilizadas; na área rural brasileira, esse percentual é de 38% (Benfam, 1997). De acordo com Berquó (1999 *apud* Vieira, 2003), o aumento das esterilizações femininas no Brasil veio acompanhado de um decréscimo da idade mediana ao esterilizar-se, que passou de 31,4 em 1986 para 29,9 em 1996, tendo ocorrido em áreas mais pobres, rurais e com mulheres de menor escolaridade, segundo dados analisados por Perpétuo (1996). Não é de surpreender, portanto, que os municípios de Valente/BA, São José do Egito/PE e Esperantinópolis/MA apresentem taxas de fecundidade total próximas do nível de reposição e semelhantes à regional, que é de 2,59 filhos por mulher. Inhapi e Itapipoca, por sua vez, destacam-se no conjunto por estarem muito acima da taxa regional.

Quadro 6 Indicadores municipais selecionados I

Município	Tx. crescimento anual (%)	Mortalidade até 1 ano (p/ 1000 nascidos vivos)	Tx. fecundidade total	Média de anos de estudo
Inhapi	2,14	68,5	4,2	1,7
Valente	1,09	44,4	2,7	3,5
Itapipoca	2,23	38,9	3,6	3,4
Esperantinópolis	1,58	53,0	2,6	2,6
Araruna	0,86	67,6	3,0	2,5
São José do Egito	0,31	47,2	2,5	3,9
Itabi	0,79	38,8	3,3	2,9

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2003.

Os indicadores relacionados à pobreza (Quadro 7) demonstram que a imensa maioria das populações de todos os municípios é pobre, mas há diferenças: Inhapi apresenta a maior proporção de pobres e a maior concentração de renda,¹ enquanto que Valente e São José do Egito apresentam as menores, com diferenças percentuais significativas. Nos demais municípios, cerca de 70% da população é pobre e o índice de Gini situa-se em torno de 0,60. Em todos os municípios, a desigualdade cresceu no período de 1991 a 2000. No início do período, os 20% mais pobres da população apropriavam-se de 2% a 4,6% e os 20% mais ricos apropriavam-se de 50% a 65% da renda produzida nos municípios, o que já era indicativo de intensa desigualdade. No ano 2000, porém, chegamos à situação de extrema penúria, com os 20% mais pobres apropriando-se de nenhuma — em Inhapi — a 2,9% da renda e os mais ricos apropriando-se de 56% a 72% de toda a renda dos municípios (Pnud, 2003). Nossos dados sobre rendimentos, assim como os estudos de caso, irão demonstrar a veracidade dessa injusta e desumana situação.

A ausência do Estado nessas áreas revela-se tanto pela inação no sentido de garantir a distribuição justa das riquezas, quanto pela ineficácia das políticas públicas em atender à totalidade da população em áreas básicas como oferta de água, energia elétrica e coleta de lixo. Em Inhapi, nem 10% da população tem acesso à água encanada; apenas São José do Egito e Itabi fornecem água encanada para mais de 50% da população. No que toca à energia elétrica e à coleta de lixo, a situação dos municípios é um pouco melhor, como se vê na Tabela 3, mas essa melhoria não necessariamente se refletiu nas localidades que estudamos, já que

¹ Dada pelo índice de Gini: quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda.

pouco mais de um quarto dos domicílios não tem eletricidade, e, em quase 80% dos casos, o lixo e os dejetos sanitários são jogados a céu aberto. O acesso a bens de consumo, por sua vez, apesar de ter aumentado na última década, ainda é muito baixo, o que é esperado, dada a baixa cobertura da oferta de energia elétrica. O município que apresenta a maior proporção de domicílios com geladeira, por exemplo, é São José do Egito, e esse número não chega a 60% dos lares. A propalada expansão da telefonia no território nacional não alcançou nem os municípios nem as áreas que estudamos: nelas, não há um telefone particular sequer, e, em 65% dos domicílios, o telefone público mais próximo fica a mais de 1 km de distância, e, nos municípios, as melhores situações estão em São José do Egito e Itapipoca, como se pode ver no Quadro 7.

Quadro 7 Indicadores municipais selecionados II						
Município	Proporção de pobres	Índice de Gini	Água encanada	Energia elétrica	Coleta de lixo	Telefone
Inhapi	85,5	0,71	8,2	55,6	87,2	2,2
Valente	63,1	0,57	49,3	81,2	95,2	5,8
Itapipoca	71,5	0,64	35,8	72,5	68,5	11,8
Esperantinópolis	74,7	0,60	22,9	84,9	41,4	4,6
Araruna	70,1	0,55	41,9	98,1	84,0	5,0
São José do Egito	62,1	0,59	61,2	94,7	87,0	12,3
Itabi	70,5	0,60	79,3	79,2	95,9	5,7

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2003.

Como resultado dos indicadores apresentados, o desempenho dos municípios no que se refere ao desenvolvimento humano é sofrível. O Brasil tem 5.507 municípios e, entre os que estudamos, o melhor localizado na classificação, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é Itapipoca, no Ceará, está na 3.628^a posição e Inhapi, em Alagoas, que é o pior localizado, está na 5.462^a, apenas 45 posições acima do último lugar. Estamos tratando, portanto, de situações de extrema pobreza e de abandono quase absoluto das localidades por parte do poder público. No Quadro 8, apresentamos os indicadores mínimos do IDH, onde se pode observar a distância entre os municípios da pesquisa e as capitais dos estados; em todos os casos, podendo-se também comparar a distância entre os índices municipais e os nacionais.

² Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Quadro 8 Indicadores mínimos do IDH: municípios e capitais dos estados incluídos na pesquisa, 2000

Município	UF	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (R\$, 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)
BRASIL	--	67,70	85,20	80,00	762,50	0,710	0,830	0,720
Inhapi	AL	59,11	47,21	70,68	50,41	0,569	0,550	0,427
Maceió	AL	65,03	83,13	83,96	282,99	0,667	0,834	0,715
Valente	BA	64,39	74,45	78,83	108,47	0,656	0,759	0,555
Salvador	BA	69,64	93,72	89,78	341,32	0,744	0,924	0,746
Itapipoca	CE	68,33	68,50	85,93	83,12	0,722	0,743	0,511
Fortaleza	CE	69,63	88,79	87,71	306,70	0,744	0,884	0,729
Esperantinópolis	MA	62,08	63,03	77,92	69,82	0,618	0,680	0,481
São Luís	MA	69,19	92,69	84,95	252,13	0,737	0,901	0,696
Araruna	PB	58,62	51,81	76,63	68,25	0,560	0,601	0,478
João Pessoa	PB	68,22	87,67	90,21	334,69	0,720	0,885	0,743
São José do Egito	PE	67,46	70,93	75,90	97,28	0,708	0,726	0,537
Recife	PE	68,62	89,45	89,24	392,46	0,727	0,894	0,770
Itabi	SE	66,05	62,17	77,33	84,23	0,684	0,672	0,513
Aracaju	SE	68,72	89,40	91,36	352,74	0,729	0,901	0,752

Fonte: PNUD, 2003.

Os números falam por si sós, mas nos parece importante indicar aqui algumas disparidades que são mais significativas para o nosso estudo. Os municípios de Inhapi e Araruna apresentam os piores indicadores, com taxas de alfabetização que mal alcançam a metade da taxa nacional e, malgrado o fato de que a renda *per capita* é extremamente baixa em todos os municípios, em Inhapi, Araruna e Esperantinópolis, ela não chega a 10% do valor nacional. A única localidade em que a renda *per capita* chega a 30% da renda *per capita* da capital, é Valente, na Bahia; nas demais, a renda varia de 17,8%, em Inhapi, a 27,7%, em Itapipoca, dos valores encontrados nas respectivas capitais do estado. Mais adiante veremos como, em algumas das áreas que estudamos, as pessoas vivem, de fato, sem renda alguma.

No Quadro 9, podemos observar como os indicadores acima materializam-se na classificação dos municípios a partir do IDH nos planos estaduais e nacional. No total de municípios dos estados, os municípios apresentam situações diferenciadas, estando Inhapi e Araruna entre as 25 piores posições de seus estados; e Valente, Itapipoca e São José do Egito, entre as 100 melhores posições, no primeiro caso, ou 50 melhores posições estaduais, nos dois outros casos.

Quadro 9 I Classificação estadual e nacional dos municípios, de acordo com o IDH, 2000					
Município	UF	IDH-M	Total de municípios no estado	Classificação na UF	Classificação nacional
BRASIL	--	0,757			73 (Internacional)
Inhapi	AL	0,515	101	95º	5.462º
Maceió	AL	0,739		1º	2.181º
Valente	BA	0,657	415	85º	3.658º
Salvador	BA	0,805		1º	471º
Itapipoca	CE	0,659	184	34º	3.628º
Fortaleza	CE	0,786		1º	927º
Esperantinópolis	MA	0,593	217	80º	4.793º
São Luís	MA	0,778		1º	1.112º
Araruna	PB	0,546	223	200º	5.337º
João Pessoa	PB	0,783		1º	985º
São José do Egito	PE	0,657	185	45º	3.660º
Recife	PE	0,797		3º	626º
Itabi	SE	0,623	75	34º	4.252º
Aracaju	SE	0,794		1º	708º
Fonte: PNUD, 2003.			IDH-M Índice de Desenvolvimento Humano Municipal		

É nesse contexto de extrema pobreza, ausência de políticas públicas e estagnação econômica que vivem as mulheres e os homens que foram entrevistados em nosso estudo.

Como se pode ver na Tabela 1, a distribuição dos sujeitos por localidade foi relativamente equitativa, em torno de 15%, com exceção do Povoado de Recreio/BA que, ao incluir mais famílias como um modo de compensar o reduzido tamanho destas, terminou por ampliar o seu universo total de pesquisa para quase 20%. No outro extremo, está Cabaceiros/AL, que também apresentou famílias de tamanho reduzido, mas manteve o número de cinco inicialmente acordado e, por isso, seu universo não chegou a 10% do total. No que se refere à distribuição por sexo, o Povoado de Recreio/BA apresentou um número de mulheres significativamente maior que o dos homens (17% a mais), seguida por Mão Cheinha/MA, com 6% a mais de mulheres. As demais localidades apresentaram mais homens que mulheres, variando de 8% a mais no Assentamento Maceió/CE e em Varelo de Baixo/PB a 20% a mais em Fazenda Nova/PE. No total, há 5% mais homens que mulheres em nosso universo de pesquisa. Finalmente, é importante dizer que nossa amostra foi orientada no que se refere à chefia do domicílio: como queríamos garantir a observação de famílias chefiadas por mulheres, solicitamos às pesquisadoras que incluíssem ao menos uma família nessa situação. Considerando que o maior número de famílias incluído foi no Povoado de Recreio e em Mão Cheinha, ficamos ao final com 14 famílias chefiadas por mulheres, o que corresponde a 27,4% do total.

Tabela 1 Universo de Pesquisa: Sujeitos e Famílias por Estado e Chefias de Domicílio

Município	Localidade	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (%)	Nº de Famílias	
					Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens
Valente	Povoado de Recreio	58,1	41,9	19,6	6	10
Esperantinópolis	Mão Cheinha	52,9	47,1	10,8	2	8
Itapipoca	Assentamento Maceió	45,8	54,2	15,2	1	4
Inhapi	Cabaceiros	42,9	57,1	8,9	1	4
Araruna	Varelo de Baixo	45,8	54,2	15,2	1	4
São José do Egito	Fazenda Nova	40,0	60,0	15,8	1	4
Itabi	Mata Grande	43,5	56,5	14,6	2	3
Total		47,5	52,5	100,0	14	37

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2003.

Todas as áreas de que tratamos localizam-se a uma boa distância das sedes dos municípios, mas apenas Mata Grande, Fazenda Nova e o Assentamento Maceió dispõem de estradas de asfalto; o acesso às demais localidades é feito exclusivamente por estradas de terra ou barro.

A maior parte das pessoas (79,1%) mora em casas de tijolo, mas, em Mão Cheinha, Mata Grande e no Assentamento Maceió, há casas de taipa. Em média, as casas têm cinco cômodos, três ou quatro dos quais são utilizados como dormitórios e um ou dois são usados para o armazenamento de produtos pela maior parte das pessoas, sendo que é comum que o armazenamento seja feito nos próprios dormitórios. Mais de 1/4 dos domicílios não tem eletricidade e mais de 1/3 não tem banheiro, sendo os dejetos sanitários jogados a céu aberto em 80,4% dos domicílios, o mesmo acontecendo com o lixo em 79,1% dos casos. Nenhum domicílio tem telefone e, em 65% dos casos, o telefone mais próximo fica a mais de 1 km de distância — para 10% dos domicílios, essa distância é de mais de 10 km.

Pouco mais da metade dos domicílios utiliza-se de poços ou cacimbas como principal fonte de água para o uso geral; em apenas 27,8%, há água encanada e, entre estes, mais da metade está fora do sítio, exigindo o uso de transporte para a coleta. Em 15% dos casos, a principal fonte de água são os cursos de água natural. Também para beber, os poços e cacimbas continuam sendo a principal fonte, tendo sido citadas por 51,9% dos/as entrevistados/as, seguida pelos barreiros e/ou cisternas, com 20,5% dos casos. Aqui, a água encanada é menos citada: apenas 9,7% das pessoas se referiram à água encanada como principal fonte para consumo humano. Quando é necessária a coleta de água, a cabeça

ainda é o principal “meio de transporte”, citada por 43,4% das pessoas, e a mão-de-obra para essa atividade é basicamente feminina e infantil, como poderemos ver adiante. Cerca de 32% das pessoas citou o lombo de animais como principal fonte de transporte de água, mais da metade delas em Varelo de Baixo. Apenas 24,8% se utilizam de carro de boi (19,5%), cerca de metade em Fazenda Nova, ou automóvel (5,3%) que, nesse caso, é o carro-pipa e é utilizado em Cabaceiro, Mata Grande e Varelo de Baixo.

3.1 Perfil dos Sujeitos

Praticamente todas as pessoas (93,7%) que entrevistamos residem na área há mais de 10 anos e, entre estas, quase dois terços estão aí há mais de 20 anos. Em média, as pessoas residem há 18 anos na localidade, sem distinção de sexo.

A maior parte das pessoas se autoclassificou como morena e apenas três pessoas se classificaram como negras, o que demonstra um razoável afastamento dos padrões regionais nesse último caso, já que 5,6% dos/as nordestinos/as se autodefiniram como negros no Censo 2000. Se somarmos as categorias preta e parda, teremos que 65,2% podem ser classificadas como afro-descendentes, percentual inferior àquele encontrado na região (70,1%). Chama a atenção, porém, o maior percentual de mulheres (41,2%) que se classificou como branca, em comparação com os homens (27,7%), como se vê na Tabela 2.

Tabela 2 Cor da pele

Cor	Mulheres	Homens	Total
Indígena	0,0	1,2	0,6
Preta	2,7	1,2	1,9
Branca	41,3	27,7	34,2
Parda	56,0	69,9	63,3
Total	100,0	100,0	100,0

A percepção das pesquisadoras, no entanto, não corresponde ao que encontramos nos resultados da pesquisa, ou seja, que haveria poucas mulheres negras ou morenas em suas áreas. Essa questão provocou um intenso debate no grupo, sem divergências, mas com grande interesse por parte das pesquisadoras em expressar suas opiniões e em entender a diferença entre a sua percepção da realidade e aquilo que diziam as pessoas entrevistadas. De acordo com elas, na

verdade, a proporção de negras ou morenas seria semelhante àquela encontrada entre os homens, com exceção de Mão Cheinha, no Maranhão, onde, segundo a pesquisadora Jesus, haveria mais mulheres brancas. Mais do que a cor, nossos dados estariam revelando uma das principais marcas do racismo em nosso país, que se expressa através de diferentes tentativas de “embranquecimento”, sendo a auto-identificação como de cor branca apenas uma delas. De acordo com uma assessora do MMTR-NE,

Há muita mulher negra que se diz morena e há muita morena que se diz branca.

Juscelina, pesquisadora de Pernambuco, afirma que, além ou independentemente da cor da pele, há um desejo que move a autodeclaração:

As mulheres querem mesmo ser brancas, elas ficavam observando a resposta que eu anotava no questionário pra ver se eu colocava certo.

Perguntadas sobre a existência do mesmo fenômeno — tentativa de embranquecimento — entre os homens, todas foram enfáticas em afirmar a sua inexistência ou, ao menos, sua menor importância. Isso se expressa nos resultados da pesquisa, em que o conjunto de homens afro-descendentes é significativamente maior que o das mulheres. A razão para isso estaria, segundo as pesquisadoras, na supervalorização do moreno e do negro, tido como bonito e sensual, o que corresponderia, na mesma medida, à desvalorização da negra e da morena em suas regiões.

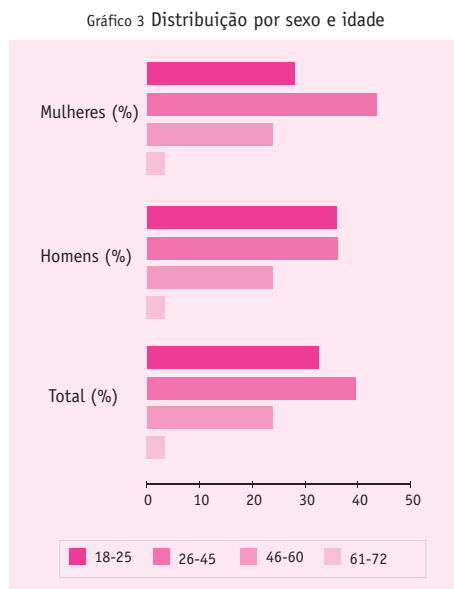
No que toca à religião, praticamente todas as pessoas (89,8%) professam a religião católica, sem diferenciações significativas por sexo. Só mulheres disseram-se evangélicas e, entre as pessoas que disseram não ter religião, mais de dois terços são homens. De acordo com as pesquisadoras, há mais mulheres evangélicas do que homens porque estes

...são muito livres, não suportam as regras evangélicas (Nazaré, pesquisadora do Ceará).

De qualquer modo, as pesquisadoras confirmam os dados de que, com exceção de Sergipe, as igrejas evangélicas não têm muita expressão em suas regiões, mas, mesmo nesse estado, apenas duas pessoas declararam-se evangélicas. É provável que essa percepção corresponda à realidade regional, pois, segundo o

IBGE (2000), do total de pouco mais de 26 milhões de evangélicos/as existentes no Brasil, apenas 3,5 milhões estão nas áreas rurais.

No que se refere a grupos etários, com exceção da faixa de mais idade, a distribuição também foi relativamente homogênea, como se vê no Gráfico 3. As mulheres concentram-se na faixa de 26 a 45 anos, enquanto os homens distribuem-se igualmente pelas duas faixas mais jovens.



As áreas que concentram o maior número de jovens são Fazenda Nova e Mata Grande, onde as pessoas com menos de 25 anos correspondem à metade do total de pessoas entrevistadas. No outro extremo, estão Cabaceiro e Mão Cheinha, com apenas duas pessoas nessa faixa de idade. Recreio, Cabaceiro e Varelo de Baixo são as localidades que apresentam o menor número de mulheres jovens. A média de idade das mulheres é de 36 anos e a dos homens é um pouco mais baixa, ficando em 34 anos. Fazenda Nova apresenta a menor média geral (31 anos) e Mão Cheinha, a maior (41 anos).

Os resultados encontrados (menos mulheres jovens e poucos/as velhos/as) correspondem à percepção das pesquisadoras a respeito de suas localidades, de acordo com as quais haveria um conjunto de explicações para isso. A primeira

refere-se ao fato de que, de maneira geral, a longevidade nas áreas rurais é menor que nas urbanas, o que se expressa também nos dados do IDH apresentados anteriormente. Segundo uma assessora do MMTR/NE, ainda é possível encontrar alguns patriarcas e algumas matriarcas nas áreas rurais, mas, de maneira geral, não há mais predominância de idosos/as. Além disso, é importante também considerar que as famílias incluídas na pesquisa tinham poucos/as velhos/as e, como a nossa amostra não foi aleatória, mas sim selecionada, isso pode ter produzido vieses.

Foram elencadas também razões ligadas ao trabalho agrícola ou ao projeto de vida relacionado à agricultura familiar. A pobreza e a precariedade dos serviços nas áreas rurais levam muitas meninas a se deslocarem para as áreas urbanas para estudar e/ou trabalhar como domésticas, o que as retira da área rural muito cedo e, em muitos casos, transforma-se em migração definitiva, para as que conseguem emprego ou constituem família na cidade. Com relação aos rapazes, não havendo a alternativa do emprego doméstico, é mais difícil encontrar trabalho fora da roça e, por isso, mantêm-se no campo, abrindo mão dos estudos, ou migram para a cidade com mais idade, apenas depois da conclusão dos estudos.

Para uma assessora do MMTR/NE, a roça e o trabalho agrícola não atraem as mulheres porque

os costumes e a herança são masculinos. Além disso, há ainda o “peso” da ideia de que elas apenas ajudam na roça, não sendo nem necessárias nem importantes para esse serviço.

Este argumento é corroborado pela literatura sobre a agricultura familiar. Abramovay (2000), analisando o processo de sucessão profissional e transferência hereditária nesse sistema de produção, cuja linhagem é masculina, aponta para a centralidade da figura paterna em todo o processo, o que, segundo Gouveia (2003), seria um dos fatores que colaboram para o afastamento das jovens da agricultura familiar. Para essa autora, a “rota de saída” das mulheres, especialmente as mais jovens, do espaço da agricultura familiar é efeito das transformações por que passaram as mulheres nas últimas décadas, que lhes vêm permitindo buscar para si outros destinos diferentes da submissão à lógica patriarcal, entre os quais sobressaem as tentativas de escolarização. Não se deve esquecer, contudo, a existência dos esforços governamentais no sentido de ampliar o grau de escolaridade da população, através de programas como PETI² ou o Bolsa Escola,

que, não sem conflitos, têm produzido mudanças na cultura rural, no sentido de uma maior valorização da educação formal.³

Ao comentar a dificuldade que as mulheres encontram para conciliar as suas diferentes atividades, que, mais recentemente, incluem a escola, as pesquisadoras lembraram que essa situação é particularmente agravada nos casos em que a roça fica muito afastada da casa, o que também dificulta a participação das mulheres no trabalho agrícola já que, sendo longe, elas não poderiam também dar conta das tarefas domésticas. A roça perto de casa inclui o trabalho agrícola, mais intenso e que requer grande esforço físico, na dupla jornada de trabalho das mulheres. Longe de casa, no entanto, a roça não garante às mulheres a jornada única de trabalho, já que, como veremos adiante, é característica dos estabelecimentos agrícolas reunir um conjunto diversificado de atividades direta ou indiretamente produtivas, sendo sempre reservada às mulheres a responsabilidade por várias dessas atividades. Em contextos de trabalho por diárias ou de extrativismo, no entanto, o transporte alternativo ou o transporte do patrão têm permitido às mulheres continuarem a atividade de roça.

As pesquisadoras lembraram que as mulheres mais velhas costumavam levar as crianças para a roça, sendo comum encontrar pequenas tendas próximas aos roçados, onde as crianças dormiam, comiam, brincavam e também faziam as atividades de roça “adequadas à sua idade”. Entre as mulheres presentes à oficina, apenas Hilda, integrante do MMTR/NE, experimentou essa situação, mas referiu que o fazia porque era obrigada pelo marido a ir para a roça. Embora ela gostasse — e ainda goste até hoje — do trabalho de roça, recorda que, a depender de sua própria vontade, não levaria as crianças com ela para a roça; de algum modo, é também levar a dupla jornada para a roça.

Atualmente as mulheres já não fazem isso e cuidam das crianças em casa, em um modelo mais próximo do padrão urbano, no qual as crianças vão à escola e as mulheres ficam em casa. Essa possível mudança de modelo, no entanto, não se dá sem tensões. A separação casa/roça e o afastamento das mulheres das atividades de roça reforça a separação entre as atividades realizadas dentro e fora de casa, fortalecendo, portanto, a associação entre atividades não-produtivas/

³ São discutíveis os resultados efetivos desses programas. Para além do crescimento do número de matrículas e da frequência à escola, restam muitos problemas a superar, em especial, o da qualidade do ensino.

domésticas e entre atividades produtivas/agrícolas, com suas conseqüentes associações de gênero. Essa associação é questionável mesmo nas áreas urbanas, mas nas áreas rurais ela é claramente equivocada, em especial nas áreas de agricultura familiar, em que todas as atividades realizadas no estabelecimento agrícola são inteiramente interdependentes e realizadas pelo mesmo conjunto de “trabalhadores/as”, a família. Além disso, há a tensão estrutural relacionada à redução da mão-de-obra familiar para a agricultura que, associada à redução no número de filhos que se observa nas últimas décadas, lança desafios importantes para as políticas de desenvolvimento rural.

Foram feitas críticas importantes aos resultados dos programas de combate ao trabalho infantil e, em especial, aos projetos que desenvolvem atividades lúdicas no horário em que as crianças estão fora da escola. Na percepção das pesquisadoras, a criança que só estuda e brinca não desenvolve as habilidades necessárias para o trabalho agrícola nem para as atividades domésticas. Nas palavras de Nazaré, pesquisadora do Ceará:

Como é que eu vou criar minha filha sem ela saber como cuidar dela e fazer as coisas dela, se eu não tenho dinheiro para pagar quem faça? Essa história de “trabalho doméstico nunca mais!” é porque os filhos dos ricos têm as neguinhas que fazem o serviço para eles.

Aqui é possível perceber o entrelaçamento de três importantes questões: a) a necessidade de que as pessoas em geral (e as mulheres, em especial, na percepção das pesquisadoras) aprendam as atividades domésticas como um modo de autocuidado e de preparação para a vida; b) a importância do trabalho doméstico nos contextos de pobreza e, em particular, no contexto da agricultura familiar; e c) a diferença entre o trabalho doméstico realizado no âmbito da família e o trabalho doméstico que explora a mão-de-obra de crianças e adolescentes e no qual as meninas residentes em áreas rurais freqüentemente se envolvem. É possível dizer que um dos problemas das campanhas contra o trabalho infantil tem sido a generalização das situações, além de que não se enfatiza suficientemente o problema do trabalho infantil não acompanhado pelos pais.

Em princípio, a agricultura familiar seria um ambiente mais “confortável” para os homens, dado o lugar central que ocupam no espaço e na hierarquia familiar, observando-se mais o afastamento sazonal, organizado a partir das necessidades das colheitas de frutas, café e pimenta, em Petrolina, São Paulo e no

Centro-Oeste. Na tentativa de buscar outras razões para a maior permanência dos rapazes na atividade agrícola, uma assessora do MMTR ressaltou o quadro de desemprego urbano, sobejamente conhecido nas áreas rurais graças aos retornos malsucedidos de migrantes:

Os homens sabem que não têm emprego e, por isso, não saem mais...

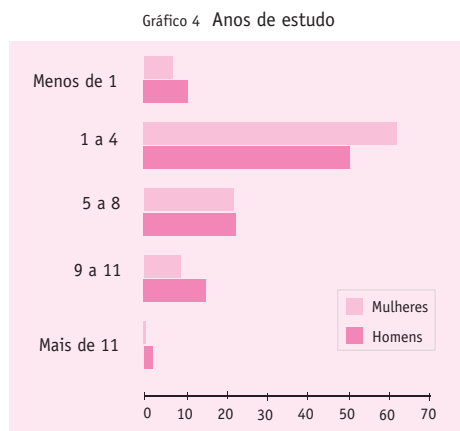
Nazaré, pesquisadora do Ceará, chama a atenção para a oferta diferenciada — e, na maior parte das vezes, desigual — de postos de trabalho para homens e mulheres, de tal modo que, nas áreas urbanas do interior do Nordeste, as opções femininas de trabalho reduzem-se ao emprego doméstico e as masculinas limitam-se ao trabalho precário:

As meninas saem ainda muito novinhas para estudar na cidade ou para fazer o segundo grau. Quando chegam lá, conseguem trabalho doméstico ou trabalho no comércio. Ou então formam família por lá mesmo e ficam. Já para os meninos, não tem opção, porque não tem trabalho. Ou só tem trabalho de burro de carga e aí eles preferem voltar pra roça.

Para além das escassas opções das mulheres no mercado de trabalho, os dados sobre escolaridade nos indicam, outrossim, o modo perverso e injusto como a articulação entre gênero e pobreza incide sobre a vida de mulheres e homens. Quase todas as pessoas — 81%, sem diferencial por sexo — já freqüentaram a escola, mas por muito pouco tempo: 9% não chegaram a completar nem um ano e 56% têm apenas de 1 a 4 anos de estudo.

Diferentemente da situação de escolaridade para as mulheres brasileiras e nordestinas em geral, que estão em situação ligeiramente melhor que os homens nessa área, aqui as mulheres estão em desvantagem, como pode ser observado no Gráfico 4. Embora se reduza a proporção de pessoas à medida que aumentam os anos de escolaridade, é perceptível a maior redução entre as mulheres, especialmente na faixa de 9 a 11 anos de estudo. Nossos dados indicam que essa situação relaciona-se à presença de filhos/as e à conseqüente sobrecarga de trabalho que acompanha a maternidade em famílias pobres. Vejamos quem são as pessoas representadas nesses números: há cinco mulheres e dez homens na faixa de 9 a 11 anos de estudo. Apenas uma mulher nessa faixa tem filhos/as, mas entre os homens há quatro na mesma situação. Parece haver também uma relação com a idade, já que as mulheres são mais jovens — quatro têm até 21 anos — do que os homens — oito têm até 28 anos. Quanto mais velhas, portanto, maior a

chance de ter filhos/as e/ou casar, e com isso, abandonar os estudos. Entre os homens, essa equação não funciona do mesmo modo, já que muitos deles continuam os estudos mesmo depois de serem pais.



A relação negativa entre filhos e escolaridade apresenta-se também entre mulheres que têm menos anos de estudo. De um total de 47 mulheres com nenhum ou de um a quatro anos de estudo, apenas quatro não têm filhos e oito têm menos de 28 anos. Entre os homens, mais uma vez, a relação não é muito clara: de um total de 49 homens na mesma situação, 17 não têm filhos e 15 têm menos de 28 anos. Sem negligenciar de modo algum o possível efeito da ausência de políticas educacionais sobre esses resultados, esse grande conjunto de homens jovens, sem filhos e com poucos anos de estudo, nos leva a afirmar que é o trabalho, mais que os filhos, o que afeta negativamente a vida escolar dos homens. Observa-se aqui o modo como a associação dos homens ao trabalho e das mulheres à família, definidora e estruturadora da própria agricultura familiar, produz consequências e desigualdades muito concretas na vida de homens e mulheres. Para as pesquisadoras, o fato de as mulheres interromperem os estudos antes dos homens se deve ao cansaço provocado pela dupla jornada, que influi no desempenho escolar das meninas até o limite da interrupção dos estudos, estando associado ao casamento e aos filhos — que, em geral, acontecem ainda na adolescência para a maioria das jovens residentes em áreas rurais.

A maior escolaridade masculina, contudo, não se expressa em uma maior habilidade de leitura e escrita. Em geral, é muito alto o percentual de pessoas que freqüentaram a escola, mas não conseguem assinar o nome (16,5%) ou ler e escrever uma carta (48,7%), o que reflete a baixíssima qualidade do ensino oferecido na área rural. No caso das cartas, no entanto, há um número significativamente maior

de homens (56,6%) do que de mulheres (40%) que não possuem essa habilidade, sendo que, dos 33 que, tendo estudado, não conseguem escrever uma carta, 26 têm de um a quatro e três têm mais de quatro anos de estudo. Entre as mulheres, todas nessa situação têm de um a quatro anos de estudo e apenas três têm menos de 25 anos, enquanto que, entre os homens, há 13 nessa faixa etária, o que pode nos indicar possíveis dificuldades de aproveitamento escolar por parte dos jovens, como também nos dizem que a má qualidade do ensino é uma realidade atual. Mão Cheinha, Varelo de Baixo e Cabaceiro são as áreas que apresentam a pior situação no que se refere a essa questão.

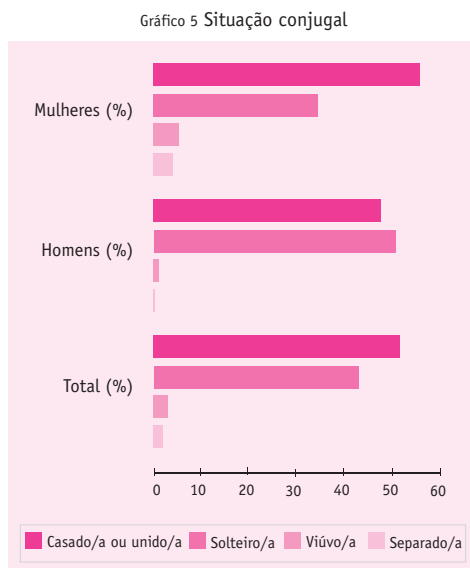
Houve consenso entre as pesquisadoras quanto ao fato de que os dados sobre escolaridade, em especial aqueles relacionados às habilidades de leitura e escrita, refletem fielmente a realidade das suas localidades. Foram citados casos de crianças que estão na quinta série, mas não conseguem ler um texto simples nem tampouco escrever corretamente. Os resultados que indicam que, nesse aspecto, as mulheres estão em situação um pouco melhor que os homens foram atribuídos ao fato de que são elas que acompanham os/as filhos/as nas tarefas escolares e, com isso, aprendem também. Como veremos, ajudar as crianças nas tarefas escolares é, de fato, uma atividade desempenhada principalmente pelas mulheres. Nazaré, pesquisadora do Ceará, lembrou ainda que a participação política também ajudaria a melhorar o desempenho das mulheres na leitura e na escrita e, realmente, entre as famílias que entrevistamos, há uma maior participação das mulheres em praticamente todos os tipos de organização existentes nas comunidades, inclusive nos sindicatos, como apresentaremos adiante.

Quase 30% das pessoas está freqüentando a escola atualmente — 23 mulheres e 21 homens — e aqui também revelam-se as mesmas desigualdades que encontramos entre os que interromperam ou concluíram os estudos. Há mais homens no Ensino Médio (7, contra 2 mulheres) e mais mulheres no Ensino Fundamental (15, contra 6 homens); no Ensino Superior, há apenas um homem. Na educação de adultos, porém, não há distinção por sexo.

Para as pesquisadoras, o fato de se dedicarem mais ao trabalho doméstico do que às atividades agrícolas permitiria às meninas maiores possibilidades de dedicação ao estudo durante os primeiros anos, já que o ritmo do trabalho doméstico, diferentemente daquele da roça ou da criação, seria mais condizente com o ritmo e as exigências escolares. Por outro lado, a longa jornada de trabalho, que se inicia ainda na madrugada, e o cansaço provocado pelo esforço físico próprio da atividade

de roça, intensificada durante a adolescência, afastaria os rapazes da escola. Algumas pesquisadoras chamaram a atenção para o fato de que a escola obedece ao modelo urbano e, por isso, a manutenção das crianças exclusivamente nos estudos levaria a que elas se desinteressassem da agricultura e da vida rural, colocando em risco o próprio projeto da agricultura familiar e da vida rural. Essa questão nos leva à antiga reivindicação dos movimentos sociais rurais de que a rede escolar rural seja, de fato, formada por escolas rurais, que valorizem o contexto rural e as atividades aí desenvolvidas. E, obviamente, toca em uma importante tensão presente no debate sobre desenvolvimento rural, que é a questão da sustentabilidade social e cultural da agricultura familiar, tensionada pela difusão da cultura e dos valores urbanos operada pela escola e pelos meios de comunicação de massa.

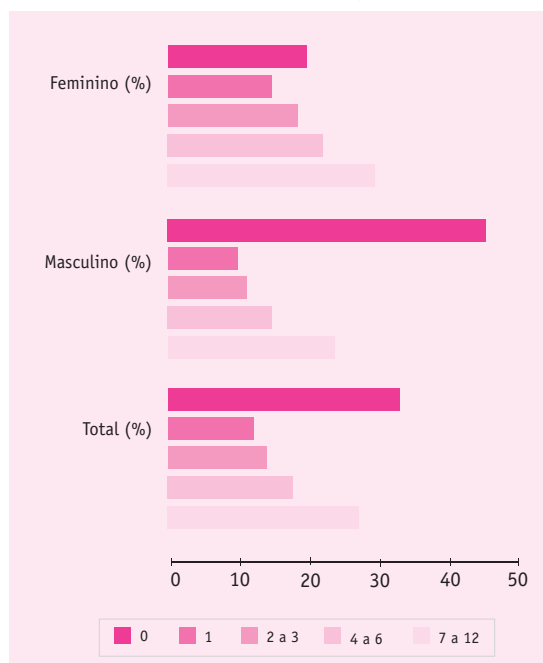
Mais da metade das pessoas é casada ou unida, mas há um número significativo de solteiros/as: mais de um terço das mulheres e metade dos homens, certamente em função da pouca idade de boa parte de nosso universo de pesquisa, como se observa no Gráfico 5. Chama a atenção, ainda, o pequeno número de pessoas separadas — apenas três mulheres — o que, mesmo em áreas rurais, é muito baixo; mas, seguramente, isso se deve à orientação da amostra.⁴



⁴ Em estudos realizados pelo SOS Corpo (Portella *et alli*, 1998 e Portella *et alli*, 2003) com agricultoras/es familiares em sete municípios do Sertão e um município da Zona da Mata Sul, encontramos de 17% a 37% de pessoas separadas, respectivamente.

Um pouco mais da metade dos homens (54,2%) e mais de 80% das mulheres têm filhos, como se vê no Gráfico 6, sendo alta a paridade: cerca de 50% das mulheres e 35% dos homens têm 4 ou mais filhos. Todas as mulheres residem com pelo menos um de seus filhos e, entre elas, dez têm menos de 25 anos. Entre os homens, a situação é diferente: 10% não residem com nenhum dos filhos, 63% têm menos de 25 anos e apenas um deles reside com um filho. Na média, as mulheres vivem com três e os homens com dois filhos/as.

Gráfico 6 Número de filhos/as



Esses dados nos dizem que não apenas há mais mulheres com filhos/as e, portanto, cumprindo o “destino” que lhes é secularmente designado pelas culturas patriarcais, como também demonstra que aos homens é dada a prerrogativa de exercerem a paternidade à distância — ou, simplesmente, não exercerem. Assim como em outros contextos, a negação da paternidade — e, conseqüentemente, a afirmação — aparece aqui como uma possibilidade na vida dos homens, o que não é absolutamente verdade para as mulheres, quando se trata da maternidade, a quem é negada a possibilidade de recusa. Indo nessa mesma direção, a diferença entre o número de mulheres e de homens sem filhos/as foi atribuída pelas pesquisadoras ao fato de que os homens não revelam nem assumem os/as filhos/as tidos fora ou antes

do casamento. Pais solteiros não assumiriam essa identidade. Além disso, não procuramos saber quem eram os pais dos/as filhos/as que viviam com as mulheres que entrevistamos. Essas duas questões associadas podem ter invisibilizado a paternidade, sobretudo dos homens jovens. As pesquisadoras rejeitaram, portanto, o dado de que nenhum homem menor de 21 anos teria filhos/as.

A queda nas taxas de fecundidade não tem sido suficiente para fazer desaparecer a família numerosa nas áreas que estudamos, seguramente porque outros fatores incidem mais fortemente sobre a composição dos domicílios, como o aumento da longevidade, a redução das taxas de mortalidade infantil e o crescimento da pobreza, que reduziu imensamente as possibilidades de acesso à terra e moradia tanto para as novas gerações quanto para as mais velhas, que vêm perdendo suas terras. As pesquisadoras foram orientadas a procurar famílias em que houvesse diversidade etária entre seus componentes, mas nada nos dizia, de antemão, que iríamos encontrar 29, entre 51 famílias, com mais de seis membros e, destas, nove reuniram mais de dez pessoas. Há, contudo, diferenças importantes entre as localidades: o Povoado de Recreio, na Bahia, é o que apresenta o padrão mais próximo da família urbana, tendo apenas uma família, de um total de 16, com seis membros; as demais têm de dois a cinco membros. Como vimos, foi exatamente por esse padrão de família reduzida que a pesquisadora de Recreio decidiu ampliar o número de famílias no estudo. Em Mão Cheinha, das oito famílias incluídas na pesquisa, seis tinham até cinco pessoas. Nas demais áreas, acontece o inverso: com exceção de Inhapi, em Alagoas, onde há uma família com cinco pessoas, em todas as outras só há famílias numerosas. Cerca de 40% das pessoas que entrevistamos residem com quatro ou mais filhos/as e, entre estas, quase a metade vive com sete ou mais filhos/as. No total das famílias envolvidas na pesquisa, há 160 crianças e jovens com menos de 18 anos, 73 meninas e 87 meninos. Quase dois terços das famílias (34) têm crianças com menos de 10 anos, 32 meninas e 46 meninos; Fazenda Nova (PE), Mata Grande (SE) e Cabaceiro (PB) são as localidades em que há menos famílias com crianças. Dez dos catorze domicílios chefiados por mulheres têm crianças menores de 10 anos.

3.2 Terra

A propriedade da terra foi um dos temas mais difíceis para a obtenção de informação, por várias razões, entre as quais destacamos duas. A primeira delas liga-se ao fato de que boa parte das pessoas vive em situação jurídica indefinida

com relação à terra, seja porque os processos de espólio e herança ainda não estão concluídos, ou sequer foram legalizados, ou porque vivem em assentamentos da reforma agrária, cuja legalização ainda está em curso, ou porque vivem em áreas ocupadas ainda em fase de negociação para inclusão no processo de reforma agrária. Não há, concretamente, clareza com relação ao estatuto de propriedade da terra e, por isso, membros de uma mesma família, por exemplo, classificaram-se como posseiros, proprietários ou ocupantes de terra de Reforma Agrária. Na checagem dos dados, conferimos a situação de cada família junto às entrevistadoras de cada localidade, de modo a definir uma classificação única por família ou estabelecimento agrícola, garantindo, em um primeiro momento, a manutenção das denominações regionais, que estão associadas ao grau de organização política das áreas. Como exemplo, a grande maioria das pessoas que se classificaram como posseiros vive, na verdade, em terra da Reforma Agrária. Isso nos levou a uma segunda ordenação das informações, que articulou situação jurídica e posse de terra.

O tema da situação de propriedade de terra provocou um intenso e interessante debate entre as pesquisadoras, para as quais terras referidas como de herança, do INCRA, comunitária ou coletiva não podem ser consideradas propriedade individual. Para ser assim definida, é necessário que o processo de titulação esteja concluído e que exista o documento de posse em nome de alguém da família. Todas as situações citadas são ainda provisórias, na qual a terra ainda não pertence às pessoas entrevistadas. As terras do INCRA podem ser individuais e coletivas. Posseiros/as, como o próprio nome diz, têm apenas a posse da terra, mas não a titularidade e, por isso, não podem ser considerados/as proprietários/as. O arrendamento é um contrato de aluguel, por tempo determinado, o que não implica nem posse nem propriedade. Meeiros/as alugam a terra e fazem o pagamento com metade da produção, e parceiros/as também fazem um contrato de uso da terra em troca de serviços ou produtos, os arranjos de pagamento diferindo regionalmente. Foi a partir dessas considerações que agrupamos os nossos dados.

Antes de apresentar os dados, porém, é preciso apontar a segunda razão pela qual tivemos dificuldades em obter essa informação e que se liga diretamente à natureza familiar das relações de propriedade e produção. A despeito das recentes transformações no perfil das famílias rurais, e que aparecem também em nossos estudos de caso, ainda é flagrante a concentração de poder e recursos na figura

masculina do pai, o que nos leva a concordar com Gouveia (2003), quando afirma que o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e a exploração das mulheres na agricultura familiar. Sendo assim, o campo da produção — e tudo o que lhe diz respeito, como comércio, propriedade, assistência técnica, crédito, etc. — é de responsabilidade masculina, tanto no plano da decisão e do planejamento quanto no nível da execução e da organização do trabalho, o que inclui, evidentemente, um maior domínio e controle sobre as informações. Por isso, mulheres e idosos/as e, principalmente, jovens, apresentaram grande dificuldade em fornecer informações relacionadas a essas áreas e, em especial, à propriedade da terra.

Mas vamos aos dados, tal como informado pelas pessoas e levando em conta os limites citados acima. Cerca de 42% das famílias têm a propriedade da terra, o que chama a atenção para a crise da agricultura familiar tratada pela literatura especializada. Tradicionalmente, a agricultura familiar caracteriza-se pelo fato de as famílias serem proprietárias de pequenas extensões de terra, o que não é mais o caso nas regiões que estudamos. Como já vimos no capítulo anterior, a agricultura familiar no Nordeste e, em especial, nas regiões do semi-árido — entre as quais se encontram três das nossas sete áreas estudadas—, deve ser classificada na categoria de “periféricas”, ou seja, aquelas que estão em franco processo de desestruturação e que, por isso, mais necessitam de políticas públicas orientadas para a produção. À categoria de proprietários/as, segue-se a de posseiros/as, com um total de 24% dos casos, como se observa na tabela abaixo. Ao analisar a situação de propriedade da terra de acordo com a chefia do domicílio, veremos que as mulheres chefiam 27,4% dos domicílios e representam 28,5% dos/as proprietários e herdeiros/as, embora sejam menos de 10% dos/as posseiros/as.

Tabela 3 Situação de propriedade da terra: distribuição por total de famílias e por chefia do domicílio

Situação	Total de famílias		Chefia do domicílio	
	N ¹	%	Feminina	Masculina
Arrendamento	8	16,0	0	8
Herança	3	6,0	0	3
Meeiro	2	4,0	0	2
Parceria	4	8,0	0	4
Posseiro	12	24,0	1	11
Própria	21	42,0	7	15

Fonte: dados da pesquisa

Obs.: Excluída uma família, na qual ninguém soube identificar a situação da terra.

Mas foi no quesito referente à titularidade da terra que se revelou com maior clareza a desigualdade entre homens e mulheres: em 72% dos casos, a titularidade da terra está nas mãos de homens da família; as mulheres são titulares em 16% dos casos e em todos são chefes do domicílio. Os demais casos referem-se a outras situações, como terra de terceiros e, em um único caso, o casal detém a titularidade. O Povoado de Recreio é a área que apresenta o maior número de mulheres titulares (4); Varelo de Paixo, Mata Grande, Assentamento Maceió e Mão Cheinha têm, cada um, uma mulher titular da terra; Fazenda Nova e Cabaceiro não têm nenhuma. Nos domicílios chefiados por homens, nem sempre a titularidade é do chefe, mas é sempre de um homem, geralmente um parente mais velho.

Tabela 4 Titularidade da terra e chefia do domicílio

Titularidade*	Total de famílias		Chefia do domicílio	
	N ^a	%	Feminina	Masculina
Outros	6	12,0	2	4
Homens	36	72,0	4	32
Mulheres	8	16,0	8	0

Fonte: dados da pesquisa

Obs.: Excluída uma família, na qual ninguém soube identificar a situação da terra.

* Esta coluna refere-se a qualquer pessoa do sexo masculino e feminino e não necessariamente à/ao chefe do domicílio.

Esses dados nos falam do menor poder das mulheres no acesso ao principal recurso produtivo da agricultura familiar, que é a terra, e chama a atenção para algumas de suas conseqüências, já apontadas anteriormente, como é o caso da maior dificuldade de reunir informações e conhecimento sobre o trabalho e a produção que daí advém. Além disso, esse dado revela que as recentes mudanças na legislação, que permitem e estimulam a titularidade feminina e do casal, ainda não produziram impacto nessas regiões, nem mesmo no Assentamento Maceió, um dos mais antigos e organizados do Nordeste. Aqui encontramos um ponto de inflexão estrutural que é determinante e, ao mesmo tempo, estruturante da subordinação das mulheres com relação aos homens: ao mantê-las legal e oficialmente na dependência dos maridos e/ou pais, as mantém excluídas do principal campo de poder da produção agrícola, já que é a titularidade que permite, por exemplo, a obtenção de crédito, assistência técnica e inserção na vida associativa. A situação aqui apresentada é apenas um mínimo exemplo do que se repete em todo o País: 87% dos assentamentos do INCRA, 93% do Banco da Terra e 92% das propriedades familiares têm homens como titulares (Frias, 2002 *apud* Gouveia, 2003). A Tabela 5 detalha as informações sobre titularidade e, nela, podemos

observar que, em quatro domicílios, as mulheres são chefes mas não detêm a titularidade da terra, que está em nome de filho que reside com ela, de ex-marido, pai ou avô, que não residem no mesmo domicílio. Não existe, outrossim, a situação inversa de titularidade feminina em domicílio chefiado por homem.

A pouca informação das mulheres sobre as questões ligadas à terra apareceu claramente quando perguntamos se sabiam o tamanho da terra: 80% dos homens sabe informar o tamanho da terra, enquanto que, entre as mulheres, esse percentual cai para 62%. São as mulheres jovens as que demonstram menor conhecimento sobre a questão, diferentemente dos rapazes: na faixa de 18 a 25 anos, apenas um deles não sabia informar o tamanho da terra, contra seis meninas. Todas as mulheres chefes de domicílio que detêm a titularidade da terra souberam informar o tamanho da terra, que, em apenas um caso, é maior do que 10 ha, estando as demais abaixo de 5 ha e não havendo diferença, no caso delas, com relação ao fato de a titularidade ser masculina ou feminina. Os homens, de fato, concentram as maiores extensões de terra: das onze propriedades que têm mais de 10 ha, dez são de propriedade e titularidade masculina.

Tabela 5 Tamanho da terra, chefia do domicílio e titularidade da terra

Tamanho da terra	Chefia do domicílio		Total
	Feminina	Masculina	
	Mulher titular	Homem titular	
Até 1 ha	3	1	5
Mais de 1 a 5 ha	2	1	8
Mais de 5 a 10 ha	0	0	3
Mais de 10 ha	1	0	10
Total	6	2	26

Fonte: dados da pesquisa

3.3 Trabalho, Produção e Renda

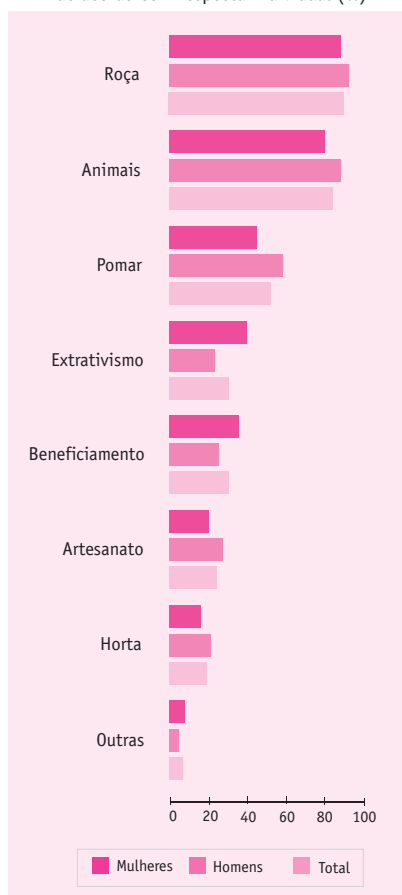
A seção que apresentamos agora é, pode-se dizer, o núcleo desta pesquisa, já que é aqui que tratamos diretamente da divisão sexual do trabalho. Lidar com o lugar de homens e mulheres em um contexto que é simultaneamente familiar e produtivo, na tentativa de produzir informações sobre o que de fato fazem, valem e ganham os membros da família, implica lidar diretamente com as relações de poder aí existentes no momento mesmo em que a informação é produzida, o que, inevitavelmente, também traz à tona os “fantasmas” da mudança, tanto para os que detêm mais quanto para os que detêm menos poder. Com isso, queremos

dizer que a apresentação dos dados que faremos a seguir é, assim como o foi com os dados sobre terra, produto de um longo processo de refinamento das informações, mas também representa um exercício de compreensão sobre o modo como homens e mulheres vêem uns aos outros — e o quanto se vêem — na realização do trabalho em unidades de agricultura familiar. A melhor maneira, mas nem sempre a mais fácil ou prática, de obter informações sobre esse tema nos parece que é a observação sistemática, por longos períodos, de uma ou várias famílias de agricultores/as. Aqui, por razões já explicitadas anteriormente, decidimos buscar as informações diretamente com os sujeitos, enfrentando e analisando a parcialidade da informação prestada por cada um/a, sendo os dados de observação auxiliares para a composição do quadro geral de divisão do trabalho. Como seria de se esperar, houve uma relativa coincidência entre as respostas de homens e mulheres no que se refere à descrição genérica das atividades desenvolvidas no estabelecimento agrícola e alguma divergência quando se tratava de identificar quem fazia o quê e era o principal responsável pela tomada de decisões naquele campo específico da produção.

Lembramos também que estão em jogo aqui as representações sociais sobre trabalho e o valor do trabalho que são fortemente marcadas pelas relações de gênero. Segundo as pesquisadoras, o trabalho valorizado na agricultura familiar é o da enxada, o trabalho pesado, o machado na terra, ou seja, é isso o que aparentemente diferencia e valoriza o trabalho dos homens diante do das mulheres. Nem mesmo as outras tarefas da roça, como a colheita e a semeadura, são consideradas propriamente trabalhos e, ressalte-se, essas são tarefas que, assim como cuidar de animais, horta e pomar, são feitas indistintamente por homens e mulheres, segundo a percepção das pesquisadoras. Para os homens, e isso pode ser determinante para o restante dos membros da família, pois são eles que ainda têm o peso da autoridade e que, portanto, têm o poder de definir e nomear o vivido, trabalho é apenas o pegar na enxada ou no machado. Essa é uma representação social ainda muito presente no universo rural que, embora favoreça um dos grupos que aí vive e trabalha, é partilhada pelo conjunto da sociedade. Expressa-se aqui o que discutimos anteriormente: o trabalho das mulheres é menos referido também pelas próprias mulheres e, existindo claramente a desvalorização do trabalho reprodutivo, ele acaba sendo entendido e, portanto, nomeado como apenas complementar ao trabalho pesado realizado pelos homens, feito sobretudo na roça.

As principais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares são o cultivo de roça — basicamente arroz, milho, feijão e mandioca —, a criação de animais e, em pouco mais da metade dos casos, pomar. As demais atividades são realizadas em apenas 30% dos casos, como se vê no Gráfico 7. Como se pode também observar, as respostas masculina e feminina se aproximam mais nas tradicionais atividades de roça e criação, que são também as mais visíveis, não só para toda a família como para a sociedade em geral, e se afastam à medida que as atividades se afastam do campo da tradição ou do mercado, sendo o extrativismo, beneficiamento e o pomar aquelas que apresentam as maiores diferenças entre as respostas de mulheres e homens.

Gráfico 7 Atividades desenvolvidas na propriedade,
de acordo com resposta individual (%)



Nos próximos quadros, apresentamos dados sobre a produção dos doze meses anteriores à realização da pesquisa; os números referem-se ao percentual de famílias que apresentaram a referida produção e, assim como no gráfico acima, a soma supera os 100% porque se trata de um agregado de várias questões, todas admitindo múltiplas respostas.

De maneira geral, dado o contexto local de pobreza, de ausência de políticas específicas para essa população e, ainda, das condições climáticas adversas nas áreas de semi-árido, a produção é bastante baixa, sendo basicamente para a subsistência. No ano anterior à pesquisa, por exemplo, não houve safra em Fazenda Nova/PE. No que se refere à criação de animais, são as galinhas e os caprinos os animais mais citados; as primeiras mais para o consumo doméstico e os segundos com maiores possibilidades de comercialização. Em todos os casos, porém, o grau de comercialização é baixo, mesmo quando houve um razoável crescimento da criação, como é o caso dos caprinos e bovinos.

Tabela 6 Tipos de produção mais citados - criação de animais

Tipo	Frequência Famílias	Famílias cuja criação cresceu no último ano (%)	Famílias que comercializaram produção (%)
Aves	72,6	51,3	18,9
Caprinos	52,9	74,0	48,1
Suínos	37,2	42,1	47,4
Bovinos	31,4	50,0	18,7
Equinos	25,5	7,7	0,0

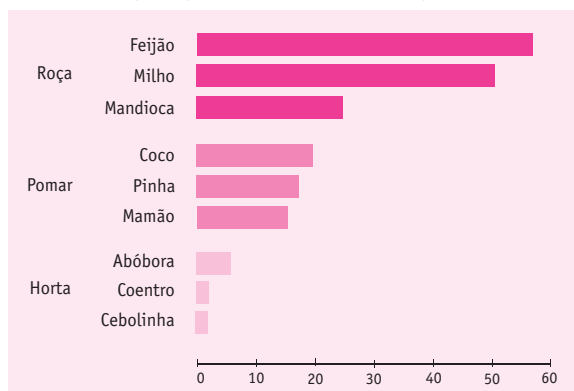
Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as pesquisadoras, é importante diferenciar o boi de trabalho do boi de corte. O primeiro é um patrimônio da família, mais caro que o boi de corte, que, além de ser um instrumento cotidiano de trabalho, pode ser vendido ou servir de alimento em épocas de grande necessidade; e o segundo é, de fato, um produto da criação, que entra no circuito de comercialização e na composição da renda familiar. A maior parte das famílias que entrevistamos possui apenas boi de trabalho, daí o pequeno número daquelas que comercializam bovinos.

No que se refere à atividade agrícola propriamente dita, incluindo horta e pomar, é preciso, em primeiro lugar, dizer que foram citados mais de cinquenta produtos diferentes, que apresentaram uma distribuição também bastante diferenciada entre as famílias. O que apresentamos aqui são os três produtos que

foram mais citados em cada uma das categorias. Na roça, os principais produtos cultivados são o milho e o feijão, mas, mesmo assim, estão presentes em apenas pouco mais da metade das famílias; a mandioca está presente em cerca de $\frac{1}{4}$ das famílias. O coco e a pinha são as frutas mais cultivadas, mas estão em menos de 20% dos estabelecimentos.

Gráfico 8 Tipo de produção mais citada - roça, pomar e horta

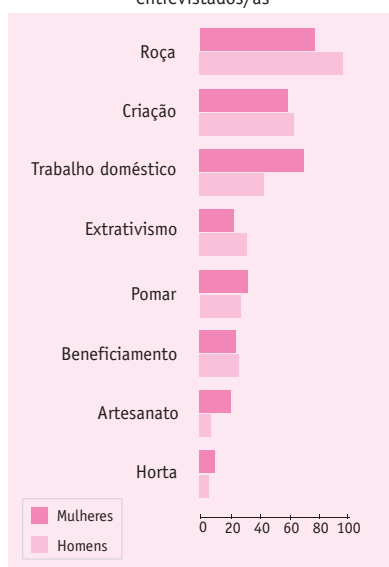


No que se refere a roça, horta e pomar, 21,8% das famílias não produziram nada no ano anterior à realização da pesquisa e, somando-se todos os produtos, 31% produziram menos de uma tonelada. Para as pesquisadoras, o pequeno percentual de pessoas que indicou ter horta não reflete a realidade das localidades, já que os pequenos canteiros, cujos produtos são consumidos apenas pela família, não são considerados como plantação e, por isso, não foram referidos. Os maiores volumes de produção foram de acerola, produzida por uma única família, e de mandioca. Pouco mais de 70% das famílias, no entanto, não venderam produção alguma e, entre as que venderam, 40% venderam menos de uma tonelada no ano, também somando-se todos os produtos.

Mas vamos, então, à divisão sexual do trabalho propriamente dita, apresentada a seguir. O Gráfico 9 nos mostra as atividades realizadas pelas pessoas entrevistadas, de acordo com a sua própria declaração. Como se vê, a totalidade dos homens e 80% das mulheres realizam atividades de roça. A segunda atividade que reúne o maior número de pessoas é o trabalho doméstico: vemos que 26,7% das mulheres dizem não realizar trabalho doméstico, o que não quer dizer que ele não seja feito por mulheres, já que o mais comum é que elas transfiram para outras a responsabilidade sobre as atividades reprodutivas quando não podem

realizá-las. Chama a atenção, também, o alto percentual de homens que dizem realizar essas atividades, mais alto do que, por exemplo, os resultados encontrados em Sobral/CE, que foram de 20% (Gouveia, 2003), e mais ainda do que aqueles encontrados em pesquisa sobre mulheres em assentamentos rurais em quatro regiões do País, onde a participação masculina no trabalho doméstico não ultrapassa 2% (Abramovay & Rua, 2000 *apud* Gouveia, 2003). Mais adiante, iremos analisar em detalhes essa informação, mas antecipamos que, também no campo das atividades domésticas, é possível distinguir um conjunto de atividades femininas e outro de atividades masculinas, sendo muito poucas aquelas que são intercambiáveis entre homens e mulheres.

Gráfico 9 Atividades realizadas pelos/as entrevistados/as



Homens e mulheres afirmam realizar, praticamente na mesma proporção, as atividades de criação e beneficiamento, sendo as mulheres maioria no pomar, no artesanato e na horta, e os homens no extrativismo. Jesus, pesquisadora do Maranhão, afirma que há, sim, uma grande presença masculina no extrativismo do babaçu, devido à possibilidade de monetarização imediata do produto, seja pela via do coco ou do carvão. Se olharmos a Tabela 7, veremos que a maior parte das pessoas está envolvida em mais de três atividades diferentes, mas as mulheres são ligeiramente majoritárias nos grupos que reúnem mais atividades e

apenas uma mulher realiza exclusivamente uma única atividade, enquanto onze homens situam-se nesta categoria.

Tabela 7 Realização de múltiplas atividades (%)

Nº de atividades que realiza	Mulheres	Homens	Total
Mais de três atividades	37,0	33,7	35,3
Três atividades	35,6	31,2	33,3
Duas atividades	26,0	25,0	25,5
Exclusivamente Criação	0,0	1,2	0,6
Exclusivamente Roça	1,4	10,0	5,9
Exclusivamente Trabalho Doméstico	0,0	1,2	0,6

Fonte: dados da pesquisa

Seguindo com o detalhamento das atividades⁵, a partir da definição de principal executor/a e responsável pela atividade, encontramos que a distribuição por sexo expressa o maior poder masculino, na medida em que estão concentradas nas suas mãos as atividades de comercialização em praticamente todas as áreas. E as mulheres, onde estão?

Estão em todas as atividades, mas, na roça, estão principalmente no plantio, na colheita, na seleção de sementes e no armazenamento. As filhas, diferentemente dos rapazes, apresentam uma participação muito baixa nas atividades de roça. Os homens são considerados os principais executores de todas as etapas do trabalho na roça. Apenas na colheita há uma participação mais igualitária por parte de todas as pessoas da família.

Já na horta, as mulheres são responsáveis por quase todas as etapas do processo de trabalho. As filhas praticamente não participam destas atividades e os filhos estão mais presentes apenas no preparo da terra. As tarefas de plantio, muda e adubação são compartilhadas de modo mais igualitário entre homens e mulheres. No pomar, as responsabilidades são mais masculinas, embora as mulheres sejam as principais responsáveis pela colheita e colocação de água nas plantas. Estas são também as tarefas das quais as filhas mais participam.

A criação de aves, como o trabalho doméstico, é seara feminina. Com exceção da construção do criatório, elas são responsáveis por todas as etapas do trabalho, inclusive na comercialização, e aqui a participação das filhas é bem maior. Lembramos, porém, que apenas 19% das famílias comercializaram aves nos doze meses anteriores à pesquisa.

⁵ As tabelas referentes a estas informações encontram-se no Box 1.

As mulheres têm uma participação importante na alimentação, oferta de água e prevenção de doenças dos suínos e caprinos, sendo os homens os principais responsáveis pelas demais etapas do trabalho. Já na criação de bovinos, cara e potencialmente mais rentável, a participação das mulheres decai, chegando quase a nenhuma.

No extrativismo e beneficiamento, há um maior equilíbrio entre homens e mulheres, inclusive no que se refere à comercialização. No artesanato, porém, a responsabilidade é das mulheres, incluída também a comercialização, com as filhas ocupando o principal lugar na produção.

E, enfim, chegamos às tarefas domésticas. Aqui, as mulheres são as principais responsáveis por 20 das 21 atividades listadas. A única atividade em que os homens são os principais responsáveis é o conserto da casa. Mas há uma participação masculina importante nas tarefas que envolvem a saída de casa e o lidar com dinheiro, como a compra de roupas, comida, remédios e também o conserto de utensílios e a coleta de lenha. Tarefas que exigem força física, como buscar a água e coletar e rachar a lenha, são também de responsabilidade feminina. A presença das filhas nas tarefas domésticas é significativa, especialmente quando a comparamos à sua inexpressiva presença nas outras áreas. Os filhos, por sua vez, estão mais presentes naquelas tarefas que são também realizadas pelo pai.

No conjunto, perguntamos sobre 92 atividades específicas que são desenvolvidas nos estabelecimentos de agricultura familiar (ver Box 1). Estas atividades foram definidas nas oficinas de pesquisa, tomando como base a experiência e o conhecimento das trabalhadoras e assessoras do MMTR e expressam o modo como elas compreendem o processo de trabalho nas diferentes atividades desenvolvidas em suas localidades, não se pretendendo, portanto, alcançar uma descrição técnica precisa das mesmas.

Um olhar sobre o conjunto das atividades e sobre o modo como a responsabilidade e execução das diferentes etapas são distribuídas entre homens e mulheres confirma, mais uma vez, que o grande diferencial da divisão sexual do trabalho está nas atividades domésticas. Excluídas as atividades domésticas e, por enquanto, a valorização cultural e comercial diferenciada entre as atividades, o trabalho nos estabelecimentos de agricultura familiar é distribuído de maneira razoavelmente igualitária entre homens e mulheres, como se pode ver abaixo:

Tabela 8 Responsabilidade e execução de diferentes etapas das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de agricultura familiar (em números absolutos)

Atividades	Mulheres	Homens	Total
Agricultura	10	15	25
Pecuária	16	20	36
Extrativismo	4	1	5
Beneficiamento	2	0	2
Artesanato	3	0	3
Total	35	36	71
Atividades domésticas	20	1	21
Total	55	37	92

Fonte: dados da pesquisa

O volume de atividades domésticas corresponde a um acréscimo de quase 60% na carga de trabalho das mulheres. Devemos lembrar, no entanto, que não estamos considerando aqui nem o tempo nem o desgaste físico envolvido em cada uma das etapas de trabalho, mas apenas a sua simples presença no quadro geral de responsabilidades masculinas e femininas. Do mesmo modo, é preciso ter em mente que uma distribuição igualitária do ponto de vista quantitativo raramente corresponde a uma igualdade qualitativa e, como já vimos, as mulheres estão ausentes da comercialização dos produtos da agricultura e da pecuária, os mais rentáveis, tanto quanto os homens estão das atividades domésticas, que não produzem renda alguma.

Uma leitura mais detalhada do quadro de atividades, nos mostra que há grupos de atividades majoritariamente femininas, outros de atividades principalmente masculinas, e outros, ainda, que envolvem todas as pessoas da família independentemente do sexo. O trabalho na agricultura familiar, como se vê, é fortemente marcado pela divisão sexual, sendo poucas as atividades que envolvam homens e mulheres na mesma medida de execução e responsabilidade, embora todas contem com a participação de todas as pessoas. A criação de bovinos e o artesanato são as duas únicas atividades realizadas que, em todas as suas etapas, exibem, respectivamente, a presença majoritária de homens e mulheres. Dados semelhantes foram encontrados em outras pesquisas (Puhl, Moura & Lopes, 1998; Abramovay & Rua, 2000; Cayeres & Costa, 2000) e têm servido para demonstrar a obviedade de que as trabalhadoras rurais são, de fato, trabalhadoras e não apenas donas de casa, pela simples razão de que estão presentes em todas as atividades do sistema de produção da agricultura familiar. O quadro abaixo sintetiza os grupos de atividades de acordo com suas “marcas” de gênero.

É no campo da tomada de decisões, prerrogativa de quem detém poder, que se expressa mais claramente a desigualdade entre homens e mulheres. Os homens são os principais responsáveis pelas decisões ligadas à roça e à criação de animais, que, como vimos, são também as principais atividades das unidades, sendo ainda as que oferecem maiores possibilidades de comercialização. As mulheres responsabilizam-se pelas decisões na horta, cujos produtos são exclusivamente para consumo familiar, no extrativismo e no artesanato, dos quais se comercializa a produção. De responsabilidade de toda a família são as decisões a respeito do beneficiamento e do pomar, também atividades para consumo doméstico.

Tabela 9 Responsáveis pela tomada de decisões por tipo de atividade, de acordo com o sexo do/a respondente

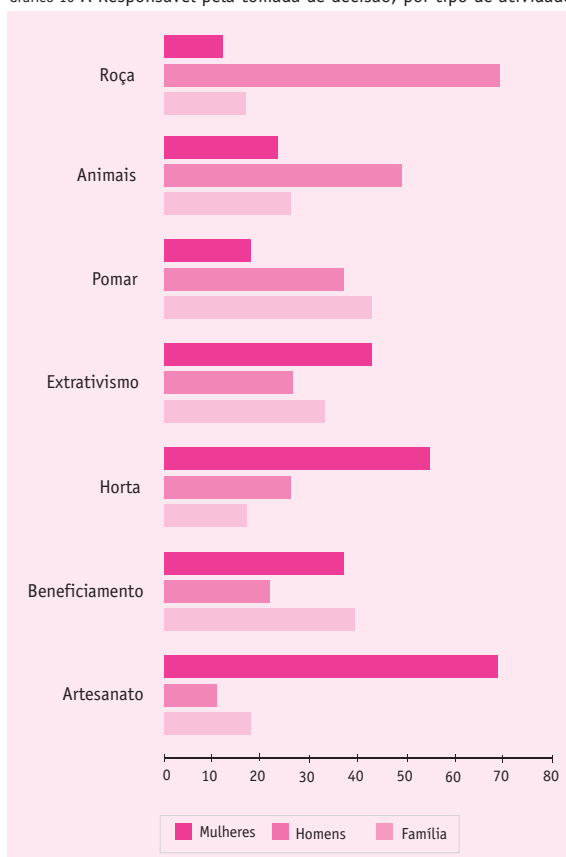
Atividade	Responsável pelas decisões	Sexo do/a respondente	
		Mulheres (%)	Homens (%)
Roça	Homem	60,3	80,0
	Mulher	19,0	6,70
	Família	20,6	13,3
Horta	Homem	18,2	33,3
	Mulher	63,6	50,0
	Família	18,2	16,7
Animais	Homem	43,3	55,6
	Mulher	35,0	12,7
	Família	21,7	31,7
Pomar	Homem	35,9	39,5
	Mulher	25,6	10,5
	Família	38,5	50,0
Artesanato	Homem	8,7	13,3
	Mulher	73,9	66,7
	Família	17,4	20,0
Extrativismo	Homem	9,5	43,5
	Mulher	66,7	21,7
	Família	23,8	34,8
Beneficiamento	Homem	15,8	27,8
	Mulher	42,1	33,3
	Família	42,1	38,9

Fonte: dados da pesquisa

É importante observar na Tabela 9 o modo como homens e mulheres responderam à questão sobre a tomada de decisões. Os homens tendem a reduzir a participação das mulheres e da família e aumentar a sua própria, mesmo nos casos em que, também para eles, a principal responsável pelas decisões é a mulher. O caso mais evidente é o do extrativismo, em que 9,5% das mulheres e 43,5%

dos homens afirmam que são os homens os responsáveis pelas decisões, sendo a relação inversa também verdadeira: 66,7% das mulheres afirmam que essa responsabilidade é delas, mas apenas 21,7% dos homens concordam com isso. Parecem estar operando aqui os muitos mecanismos de invisibilização da presença e do trabalho das mulheres e hipervisibilização do trabalho masculino, sendo claro que mulheres e homens vêem mundos diferentes no que toca ao trabalho na unidade familiar.

Gráfico 10 A Responsável pela tomada de decisão, por tipo de atividade



Cerca de 67% das pessoas afirmaram que os homens são os principais responsáveis por toda a venda da produção, contra apenas 17,3% de mulheres que também comercializariam os produtos. Finalmente, 8% das pessoas, sem distinção de sexo, têm emprego remunerado fora da agricultura, geralmente na área de serviços, como merendeira ou varredor de rua, recebendo, no máximo, um salário mínimo pelo trabalho.

Esse resultados levaram a um bom debate entre as pesquisadoras, especialmente pelo que trazem de participação masculina nas tarefas domésticas, o que, segundo elas, não corresponde à realidade vivida nas localidades. Indagadas a respeito do porquê dos nossos resultados terem se afastado da realidade, afirmaram que é possível que tenha havido tentativas de minimizar a sobrecarga de trabalho das mulheres por parte de alguns/mas respondentes. Concordam, no entanto, no que se refere à comercialização dos produtos oriundos do extrativismo e do artesanato, na qual as mulheres participam mais ou têm mais poder no processo de tomada de decisões do que os homens, e também no que toca à comercialização dos demais produtos, que é de responsabilidade masculina.

Durante o debate, porém, foi referido como exemplo de maior poder masculino o fato de que tudo o que é considerado de maior valor monetário (roça e animais de médio e grande porte) pertence “naturalmente” ao homem. Às mulheres, cabe o que é de menor valor, como os pequenos animais ou a farinha. Essa situação reforça e é reforçada pela pouca experiência das mulheres no trato com o dinheiro. Mesmo quando o casal realiza conjuntamente atividades que envolvem dinheiro, como a ida à feira, por exemplo, há uma divisão clara das tarefas: à mulher, cabe a escolha dos alimentos; ao homem, detentor do dinheiro, cabe o pagamento e a barganha do preço. Quando o homem é considerado “bom”, ele permite à mulher a guarda do dinheiro, mas não a decisão a respeito da sua aplicação. Fugir desse paradigma pode mesmo abrir espaço para a violência doméstica, como foi o caso relatado por Antonia, pesquisadora de Alagoas, no qual uma mulher vendeu um animal sem a autorização do marido e usou o dinheiro para comprar alimentos e redes de dormir, sem consultá-lo previamente. Isso foi suficiente para que ele usasse de extrema violência contra ela. O controle sobre a renda da propriedade, exercido pelo homem em todos os casos em que ele chefia o domicílio, é um dos pilares que sustenta a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes retirar o direito de rendimento sobre o seu trabalho e, com isso, afetar diretamente a sua condição de sujeito, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe à custa da privação feminina.

Perguntadas sobre a preferência com relação ao trabalho que desenvolvem, a maior parte das pessoas tendeu a dizer que gostava de tudo o que fazia e, por isso, a roça, a criação e o trabalho doméstico foram as atividades mais citadas, mas com variações importantes entre mulheres e homens, que correspondem, basicamente, ao que definimos anteriormente como conjuntos de atividades

masculinas e femininas. Há, por exemplo, mais homens afirmando preferir o trabalho de roça e mais mulheres que preferem o artesanato. Cerca de 90% das pessoas, sem diferença de sexo, estão satisfeitas com o seu trabalho, mas, mesmo assim, 45% das mulheres e 55% dos homens gostariam de trabalhar em outra ocupação, preferencialmente um emprego, com salário e direitos trabalhistas. Esse desejo de ter um emprego foi expressamente justificado pela situação de sofrimento, fome e falta de dinheiro que tem sido característica da agricultura familiar no semi-árido nordestino nas últimas décadas.

Quadro 10 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

Atividades	Femininas	Masculinas	Indefinidas ou familiares
Roça	Nenhuma	Destocamento, preparo da terra, plantio, Limpeza da Terra, adubação, controle de pragas e comercialização	Colheita, seleção de sementes e armazenamento
Horta	Tudo, com exceção de poda ou desbaste e comercialização	Comercialização	Poda ou desbaste
Pomar	Água e colheita	Preparo das mudas, coveamento, plantio, Limpeza da Terra e comercialização	Nenhuma
Aves	Todas, com exceção da construção do criatório	Construção do criatório	Nenhuma
Suínos	Alimentação, água, prevenção de doenças e controle do cio	Vacina, controle do abate, castração e comercialização	Nenhuma
Caprinos	Água e ordenha	Prevenção de doenças, vacina, abate e comercialização	Alimentação e controle do cio
Bovinos	Nenhuma	Todas	Nenhuma
Extrativismo	Nenhuma	Nenhuma	Todas
Beneficiamento	Nenhuma	Nenhuma	Todas
Artesanato	Todas	Nenhuma	Nenhuma
Tarefas Domésticas	Todas, com exceção de conserto da casa, buscar e rachar lenha e compra de comida, remédios e utensílios domésticos	Conserto da casa	Buscar e rachar lenha, compra de comida, remédios e utensílios domésticos

Cerca de 20% das pessoas, sem diferenciação de sexo, afirmaram que contratam mão-de-obra externa para complementar a força de trabalho familiar, sendo o valor médio da diária, para homens e mulheres, é de R\$ 8,50, mais alto do que aquele que recebem quando fazem, elas mesmas, diárias para outras pessoas.

Diante das condições descritas até o momento, não surpreende que o acesso ao crédito seja limitado ou inexistente: apenas 24% das pessoas responderam positivamente a essa questão e, entre estas, 77% afirmaram ter crédito para

atividades agrícolas — 10% têm a pecuária financiada e 13% receberam financiamento para atividades não-agrícolas, como, por exemplo, artesanato. Apenas uma mulher afirmou que era responsável pelo crédito e também um único homem disse que uma mulher era responsável pelo crédito. Os demais responsáveis são todos homens. A principal razão para não ter crédito é, também sem surpresas, o fato de a família não atender aos requisitos exigidos pelos programas de financiamento, o que quer dizer: ter nenhuma ou pouca terra, não ter conta bancária, não ter produzido nas últimas safras, não saber ler, não ter a documentação exigida, etc. Cerca de 20% das pessoas afirmaram que não tinham crédito porque “nunca procuraram”, sem dar maiores detalhes sobre as razões para não procurar, mas nos levando a acreditar que, dadas as semelhanças de condições socioeconômicas, essas pessoas provavelmente juntam-se ao grupo que não atende aos requisitos de financiamento, perfazendo um total 59,5% de pessoas excluídas do acesso ao crédito. Além disso, cerca de 5% das pessoas afirmaram que eram inadimplentes e, por isso, não podiam ter crédito e 6,6% afirmaram que têm receio de dívidas.

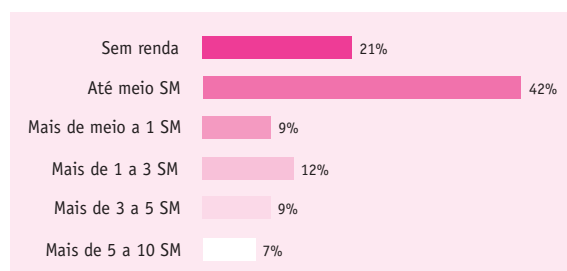
Também no que se refere à renda, nossos/as informantes se situam na classificação do DESER quanto aos “periféricos”, como vimos anteriormente. Cerca de um terço das pessoas — e, entre as mulheres, esse percentual sobe para 40%, independentemente da idade — não sabe informar a renda. Também entre as pessoas mais velhas que não sabem informar a renda, a maior parte é de mulheres (17 mulheres e 10 homens). Além disso, entre as mulheres que não sabem informar a renda, a maioria é casada (15 em 25) e, entre os rapazes, a maior parte é solteira. Esses dados podem indicar tanto a ausência de renda monetária e, portanto, do contato com dinheiro, quanto — supondo que haja renda monetária — a exclusão dessas pessoas do contato com o dinheiro. Os baixos índices de comercialização em um contexto de relações familiares patriarcais nos levam a dizer que ambas as situações citadas condicionam as respostas que encontramos.

As pesquisadoras acrescentaram uma terceira justificativa para o fato de as pessoas não informarem a renda: o receio de cobrança de impostos e/ou desconfiança quanto ao uso dessa informação para este fim, mesmo depois de dadas as garantias de sigilo e confidencialidade.

É importante ressaltar que aqui também tivemos muitas dificuldades para chegar a um cálculo aproximado da renda, pelo fato de a maioria das pessoas não

comercializar os seus produtos e, ainda, porque não houve safra em alguns estados e, nesses casos, a família sequer tinha uma produção para contabilizar. Os dados apresentados a seguir são aproximados e estão em salários mínimos de setembro de 2003 (R\$ 240,00) e foram obtidos a partir da soma dos valores de toda a produção vendida nos últimos 12 meses, mais os rendimentos obtidos de outras fontes, como trabalho assalariado, diárias feitas para terceiros e benefícios sociais. As pessoas que realizam diárias em outras roças ou em roça de patrão o fazem de modo irregular, apenas quando há trabalho. Cerca de um terço das mulheres e um quarto dos homens realizam diárias para fora, como modo de complementação da renda, numa média de quatro diárias mensais — que se concentram, naturalmente, em períodos específicos do calendário agrícola, como a colheita ou a limpeza da terra, não sendo, portanto, uma atividade nem uma fonte de rendimento que possa ser significativamente agregada às fontes regulares de renda familiar. O pagamento por esse trabalho varia de R\$ 2,00 a R\$ 7,00 e, em três casos, chega a R\$ 20,00.

Gráfico 11 Renda média familiar mensal



Em oito famílias, não houve ninguém que soubesse informar a renda, duas das quais eram chefiadas por mulheres. Os dados apresentados acima reafirmam o quadro de pobreza encontrado em todos os momentos desta pesquisa: entre as famílias que auferem renda e conseguiram nos dar informações a respeito, 63% estão na faixa de sem renda ou com renda de até meio salário mínimo mensal. Entre as famílias chefiadas por mulher cuja renda foi informada, nenhuma está na faixa mais alta e apenas uma está na faixa de 3 a 5 salários mínimos. Se considerarmos que, em média, as famílias têm seis membros, é possível perceber a dimensão da penúria: apenas três famílias estão ligeiramente acima da linha de pobreza, ou seja, seus membros vivem com mais de US\$ 2,00/dia. Na verdade, em nosso caso, se estiverem na média de seis pessoas e auferirem a renda máxima de 10 salários mínimos mensais (R\$ 2.400,00), estariam vivendo, portanto,

com US\$ 4.4/dia. Importa ressaltar, no entanto, que 93% das famílias estão abaixo da linha de pobreza e, destas, 77,5% vivem com menos de US\$ 1.00/dia.

Com relação à composição da renda, os benefícios sociais e aposentadorias também são raros nas áreas que estudamos, indicando que as políticas compensatórias e redistributivas da Previdência Social ainda estão longe de alcançar certas áreas do Nordeste. Apenas uma entre cada cinco pessoas, sem distinção de sexo, os recebe, com clara preponderância dos benefícios sociais, que se referem prioritariamente à Bolsa Escola. Os valores das aposentadorias e pensões são de um salário mínimo, mas os benefícios variam de R\$ 15,00 a um salário mínimo, sendo este último o caso das licenças-maternidade (em número de duas, apenas).

Com relação aos benefícios sociais, as pesquisadoras acham que todas as mulheres que já o receberam alguma vez na vida responderam que ainda são beneficiárias, como se ainda estivessem recebendo, pois o valor é tão significativo que é sempre lembrado como parte da renda familiar. Vale salientar que, em algumas áreas, o montante total de quatro salários mínimos pode significar a renda de um ano inteiro. Segundo as pesquisadoras, os homens tentam sistematicamente se apropriar desse dinheiro. Uma das assessoras do MMTR-NE relatou a história de um homem que a procurou, como uma referência política e educativa que é em sua região, para confirmar se o valor do benefício era realmente o que a mulher havia lhe repassado. Juscelina, pesquisadora de Pernambuco, também confirmou que os homens acompanham todo o processo de recebimento desse benefício, com o objetivo de agrega-lo ao rendimento familiar.

3.4 Cidadania

A ausência de documentação pessoal é um problema para grande parte da população rural do Nordeste e atesta o quão distante ainda se está do exercício pleno da cidadania em muitas áreas do País. Não é por outra razão que esse tem sido um tema de mobilização dos vários movimentos de trabalhadores/as rurais existentes no Brasil e do MMTR/NE, em particular, que, acertadamente, entendem que a documentação é condição primeira de acesso à condição de sujeito. Em nossa pesquisa, procuramos saber a respeito da documentação pessoal básica, do registro no INSS, que permite o acesso à seguridade social, e também da carteira do sindicato, entendendo que esta é uma importante forma de identificação profissional que, por sua vez, possibilita o acesso a outros campos da vida pública.

De maneira geral, como se observa no Gráfico 13, são muitas as pessoas sem documentação, mesmo as pessoais, mas a sua distribuição entre as áreas de pesquisa apresenta algumas diferenças. Todas as pessoas sem registro de nascimento têm mais de 30 anos e estão em Fazenda Nova e no Povoado de Recreio, mas essas são as localidades em que há mais pessoas com a carteira de trabalho e Previdência Social. Recreio é o único em que todas as pessoas têm carteira de identidade, ainda que parte delas já não tenha o registro de nascimento. Em Mão Cheinha e Varelo de Baixo ninguém tem registro no INSS. Em duas localidades, Fazenda Nova e Mão Cheinha, só há uma pessoa sindicalizada entre os/as entrevistados/as, uma mulher e um homem, respectivamente. Surpreendentemente, dada a sua importância como fonte de renda nas áreas rurais, é o registro no INSS o que está mais ausente: nem 10% das pessoas o possuem, 11 mulheres e apenas dois homens. Das mulheres que estão registradas no INSS, nove têm menos de 60 anos e, portanto, provavelmente receberam pensões ou benefícios sociais, como a licença-maternidade. Quanto aos dois homens, é provável que seu vínculo deva-se à aposentadoria, pois ambos têm mais de 60 anos.

Com relação à distribuição por sexo, o que observamos é que os homens estão em situação ligeiramente melhor que as mulheres no que se refere à documentação pessoal, invertendo-se a relação quando se trata da carteira de trabalho, do registro no INSS e da carteira do sindicato. Considerando que, no caso da documentação pessoal e da carteira de trabalho, as diferenças não são muito significativas e que o registro no INSS justifica-se pelo acesso a benefícios a que as mulheres têm direito antes dos 60 anos, o que nos chamou especialmente a atenção foi o maior número de mulheres sindicalizadas comparativamente aos homens. Duas razões nos levaram a dar mais atenção a esta informação: a conhecida dificuldade das mulheres para participar de espaços políticos e a polarização política no movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, provocada pela emergência dos movimentos de sem-terra, que crescem à margem do sindicalismo tradicional, que nos levaram a pensar em uma possível retração do movimento sindical rural. Dados do IBGE (2003), no entanto, indicam que, sim, é verdade que reduziu-se a participação dos sindicatos rurais no total de sindicatos brasileiros — de 30% em 1991 a 25% em 2001 —, mas a taxa de sindicalização rural é a que mais aumenta no País, passando de 45%, no início do período estudado, para 62% da População Economicamente Ativa. É bem verdade que, como ressalta o documento do IBGE, isso se deve à forte redução da PEA rural, mas, de qualquer modo, aponta para a permanência da importância

dos sindicatos nas áreas rurais. Além disso, o Nordeste é a região onde mais cresceu a sindicalização de mulheres rurais no período de 1991 a 2001. Neste último ano, 14% dos sindicatos rurais brasileiros apresentavam um quadro de associados/as com mais de 60% de mulheres; no Nordeste, 23% dos sindicatos rurais estão na mesma situação. Não se pode esquecer que data justamente desse período o ápice das mobilizações pela ampliação da sindicalização de mulheres, que envolveram movimentos de mulheres e centrais sindicais nos níveis nacional e locais. Os dados que encontramos são, certamente, reflexo desse contexto.

Quanto ao reduzido número de pessoas que possuem registro no INSS, as pesquisadoras entendem que isso se deve à falta de informação sobre o regime de previdência para a área rural, bem como ao fato de que os movimentos sociais rurais não trabalham politicamente com esse tema, mas apenas assistencialmente. Se a isso se associa o “preconceito” existente entre servidores/as do INSS contra as mulheres rurais, que as identifica como donas de casa, e não como trabalhadoras, é possível compreender porque a cobertura é tão baixa nessas áreas. Em 1998, a população rural estava em torno de 34 milhões de pessoas, a PEA rural era de cerca de 13 milhões de pessoas, mas a cobertura previdenciária limitava-se a cerca de seis milhões; menos da metade, portanto. A despeito da baixa cobertura, foi consenso entre as pesquisadoras que a aposentadoria e os benefícios rurais, na medida em que proporcionam rendimento monetário às mulheres, têm sido importantes mecanismos para a autonomia e maior poder das mulheres.

Nossos dados indicam um razoável grau de participação política tanto de homens quanto de mulheres, especialmente nas associações e nos sindicatos, assim como registrou-se também grande participação em atividades da igreja, o que corresponde à percepção das pesquisadoras a respeito de suas regiões. Nas organizações citadas e nas cooperativas, as mulheres participam mais do que os homens e isso, segundo as pesquisadoras, pode estar relacionado a uma maior “rebeldia” dos homens, que se recusam a pagar as contribuições sindicais, mas também à crescente articulação entre algumas instâncias de participação política — como os STRs — e a execução de políticas sociais. Em alguns casos, benefícios sociais do INSS ou de programas como o Bolsa Escola requerem associação ao STR. Além disso, alguns desses benefícios são dirigidos exclusivamente às mulheres, o que também explica o fato de as mulheres terem mais documentos do que os homens. Juscelina, pesquisadora de Pernambuco, lembra que, devido

à ausência de serviços públicos nas áreas rurais, é comum encontrar jovens que negociam com cabos eleitorais a emissão de documentos e, com isso, sentem-se comprometidos a participar de certas instâncias políticas. As pesquisadoras lembram, no entanto, que, apesar da maior participação das mulheres no plano da associação ao STR, os cargos de direção ainda são majoritariamente ocupados por homens.

Deve-se observar, no entanto, que 34% das pessoas não referiram nenhum tipo de participação e há mais mulheres que homens nessa categoria. No que se refere às razões de não-participação, a maior parte das pessoas — pouco menos da metade das mulheres e quase todos os homens — não participa porque não quer, mas, entre os que participam, metade das mulheres e 1/5 dos homens referiram ter dificuldades para participar. Como seria de se esperar, a principal dificuldade de participação das mulheres está na sobrecarga de trabalho, seja doméstico (35,7%) ou em geral (14,3%). As respostas masculinas se distribuíram de modo mais homogêneo entre falta de tempo e dinheiro, distância e muito trabalho.

Nos próximos capítulos, apresentamos a descrição das localidades e das famílias estudadas, tomando como base, principalmente, os relatos das pesquisadoras.

BOX 1 Tabela 10 Divisão Sexual do Trabalho (%)

Roça	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Destocamento	68,6	16,4	59,7	2,5	4,4
Preparo da Terra	68,6	13,2	58,5	1,9	1,9
Plantio	62,9	45,3	62,3	17	1,9
Limpeza da Terra	63,5	28,9	61	8,2	1,9
Adubação	30,2	13,8	22,6	8,8	1,9
Controle de Pragas	45,9	10,7	22	4,4	1,3
Colheita	61	65,4	52,2	32,7	2,5
Seleção de Sementes	57,2	43,4	14,5	4,4	1,3
Armazenamento	65,4	47,8	32,1	8,2	0,6
Comercialização	50,9	11,9	6,9	1,3	0,6

Horta	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo da Terra	6,3	11,3	5	1,9	0
Preparo do Canteiro	5,2	10,1	1,9	0,6	0
Semeadura	6,3	11,3	1,3	0,6	0
Plantio e Muda dos Canteiros	5,7	6,9	0,6	0	0
Adubação	4,4	5,7	1,9	0	0
Poda ou Desbaste	4,4	5	3,8	0	0
Colheita	5,7	11,9	1,9	0,6	0
Oferta de Água	3,1	10,1	2,5	0,6	0
Comercialização	1,9	1,3	2,5	0	0

Pomar	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo das Mudanças	33,3	23,9	16,4	3,1	0
Plantio	32,1	20,8	21,4	7,5	0,6
Limpeza da Terra	32,7	15,1	27	2,5	0
Coveamento	25,2	11,9	17	1,3	0
Oferta de Água	23,3	28,3	18,9	15,7	1,3
Colheita	25,2	28,9	27,7	16,4	1,9
Comercialização	18,2	11,9	6,3	0	0

Criação de Aves	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	12,6	73	15,1	18,2	1,3
Oferta de Água	8,2	68,6	10,1	15,7	1,3
Prevenção de Doenças	11,3	66,7	8,2	7,5	0,6
Controle do Choco	7,5	71,7	6,9	10,1	0,6
Coleta de Ovos	5,7	69,8	10,7	20,8	0,6
Seleção de Ovos	5	65,4	4,4	8,2	1,3
Controle do Abate	6,3	60,4	5	6,9	1,3
Construção do Criatório	32,7	25,2	22	3,8	0,6
Comercialização	10,7	40,9	3,8	1,9	0

Criação de Suínos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	9,4	38,4	9,4	4,4	0
Oferta de Água	5	36,5	10,7	5,7	0
Prevenção de Doenças	13,2	25,8	6,9	1,3	0
Vacina	18,2	4,4	6,9	0,6	0
Controle do Abate	30,8	5	5	0,6	0
Controle do Cio	8,8	10,7	6,3	1,3	0
Castração	22,6	0,6	3,8	1,3	6,3
Comercialização	34	5	2,5	1,3	0

Criação de Caprinos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	18,1	20	17,5	5	1,9
Oferta de Água	13,8	18,1	18,1	5,6	3,1
Ordenha	7,5	15	5,6	0,6	0,6
Prevenção de Doenças	24,4	12,5	6,3	0,6	3,1
Vacina	24,4	2,5	8,1	0,6	5,6
Controle do Cio	13,8	11,9	2,5	0,6	2,5
Abate	27,5	0,6	7,5	0,6	1,3
Comercialização	28,1	5,6	7,5	0,6	1,3

Criação de Bovinos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	20,6	5	23,1	0,6	0,6
Roçagem dos Pastos	18,1	1,9	20	0,6	0,6
Oferta de Água	18,8	5	21,3	0,6	0,6
Ordenha	20,6	3,8	12,5	0,6	0,6
Prevenção de Doenças	25	1,3	11,3	0,6	0,6
Vacina	23,8	0,6	10	0,6	0,6
Oferta de Sal	18,1	1,3	9,4	0,6	0,6
Controle do Cio	20	0,6	6,9	0,6	0,6
Apartação de Bezerros	20	1,9	11,9	0,6	0,6
Abate	8,8	0,6	5	0,6	4,4
Comercialização	16,3	0,6	4,4	0,6	0,6

Extrativismo	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Colheita	9,4	13,1	9,4	7,5	1,3
Quebra	7,5	10	3,1	1,9	0,6
Armazenamento	10	9,4	4,4	3,8	0,6
Comercialização	8,8	10	7,5	3,1	0,6
Transporte	8,1	9,4	2,5	1,9	1,3

Beneficiamento	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Todas as Atividades	20,6	25,6	15,6	16,3	8,8

Artesanato	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo de Matéria-prima	3,1	13,8	1,9	9,4	1,9
Produção	3,8	11,3	1,9	12,5	0,6
Comercialização	3,1	11,9	0,6	9,4	1,9

Tarefas Domésticas	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Cozinhar	7,5	92,5	7,5	38,4	0,6
Buscar Água	11,3	59,7	32,1	33,3	0,6
Lavar Louça	6,3	82,4	7,5	49,7	0,6
Lavar Roupa	5	88,1	6,9	43,4	0,6
Passar Roupa	4,4	74,8	6,9	44,7	0,6
Arrumar a Casa	5,7	82,4	5,7	53,5	0,6
Cuidar dos/as Doentes	14,5	92,5	6,9	15,7	0,6
Levar Doentes à/ao Médico/a	22,6	84,9	6,9	13,8	0,6
Fazer Remédio Caseiro	11,3	93,1	3,1	13,8	0,6
Consertar Roupas	6,3	92,5	2,5	11,3	1,3
Cuidar das Crianças	7,5	91,2	3,1	26,4	0,6
Freqüentar Reuniões Escolares	22,6	82,4	1,3	6,9	0
Ajudar Crianças nas Tarefas Escolares	11,9	39,6	11,3	28,9	1,9
Comprar Roupas	27	84,3	35,2	37,7	0
Comprar Comida	55,3	59,7	5	9,4	0
Comprar Remédios	44,7	66,7	5,7	8,2	1,3
Consertar Utensílios Domésticos	39,6	47,2	14,5	3,1	2,5
Consertar a Casa	65,4	17,6	26,4	3,8	2,5
Buscar e Rachar Lenha	36,5	44,7	27	22	0,6
Varrer o Terreiro	10,1	74,2	6,9	44	0,6
Barrear o Fogão	15,1	55,3	10,7	20,1	1,3

Obs.: Na categoria "outros" estão incluídas quaisquer outras pessoas: familiares e não-familiares residentes ou não no domicílio ou mão de obra contratada.

PARTE II
VIDA E TRABALHO EM
PEQUENAS LOCALIDADES RURAIS

ÁREAS DE EXTRATIVISMO DE BABAÇU E SISAL

4.1 Comunidade de Mão Cheinha, no Maranhão

No Maranhão, a pesquisa foi realizada por Maria de Jesus Teixeira, agricultora e extrativista, residente em Mão Cheinha, no município de Esperantinópolis, na região dos Cocais. Esta área é fortemente marcada por coleta, beneficiamento e comercialização do coco babaçu, uma atividade produtiva majoritariamente feminina, possibilitada pela existência de grande extensão de babaçuais em terras devolutas e particulares. É aí também que reside uma das grandes forças do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que envolve ainda os estados do Piauí, Tocantins e Pará. O município de Esperantinópolis, apesar de estar localizado no Nordeste, faz parte da pré-Amazônia, com 770,67 km², e 21.224 habitantes, dos quais 10.451 são homens e 10.773 mulheres.

De acordo com Jesus, o povoado deve o seu nome à dona Mão Cheinha que, junto com seu marido, seu Lourenço, iniciou a ocupação da área. O local é também conhecido como Centro do Lourenço e nele residem, atualmente, 45 famílias, todas dedicadas ao extrativismo do coco babaçu e à produção agrícola em pequena escala. A estrada de acesso apresenta declives acentuados e o povoado

fica a 2 km da sede do município, gastando-se cerca de 30 minutos de caminhada para se chegar até lá, podendo-se também ir de mototáxi, uma vez que não existe linha de transporte coletivo na área. No povoado e em suas cercanias, não há serviços públicos: falta iluminação, calçamento, telefone, posto dos correios, posto policial, hospital, posto de saúde e mercado público. Todos esses serviços só existem na sede do município. Em Mão Cheinha, funciona, apenas pela manhã, uma escola pública que oferece até a quarta série do Ensino Fundamental. A taxa de analfabetismo da população com mais de 25 anos é de 46,7% em Esperantinópolis. Na cidade, há 50 estabelecimentos de Ensino Fundamental e apenas dois de Ensino Médio (Censo 2000). Como dissemos, não há serviços de saúde no povoado e, mesmo na sede do município, o atendimento é precário, pois há poucos médicos, que não conseguem responder à demanda. Já na escola não há dificuldade para a obtenção de vagas para crianças, mas o mesmo não se aplica à educação de adultos. Existem alguns programas sociais voltados diretamente para comunidade, como o PETI, que oferece bolsas escola, e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, que fazem ações de pré-natal e nutrição infantil nos domicílios. Em todo o município de Esperantinópolis, há dois hospitais, com 54 leitos e sete unidades ambulatoriais (IBGE, 1999).

A diversão no povoado são as danças de quadrilha por ocasião das festas de São João e São Pedro e, fora do período junino, são os jogos de baralho, futebol e brincadeiras de roda. Em Mão Cheinha, há um campo de futebol, que garante o lazer masculino desde a infância, mas não há nenhuma praça ou outro equipamento que possibilite formas mistas ou femininas de lazer, considerando que o futebol ainda é marcadamente masculino, especialmente em pequenas localidades do interior do país. A igreja católica mais próxima fica a 2 km, o que dificulta a participação das pessoas nas missas e celebrações. No povoado, há uma associação de moradores e a Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Esperantinópolis – AMUCACE, que realizam atividades de formação sobre direitos das mulheres, participam das datas comemorativas do movimento de mulheres, em especial o Dia Internacional da Mulher — 8 de março, promovem mutirão de construção e reforma das casas.

Maria de Jesus, a pesquisadora, é integrante do Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que vem desenvolvendo uma luta incessante pela preservação dos babaçuais, sob a bandeira do babaçu livre, e pelo acesso à coleta para quem dela tira seu sustento. Na primeira oficina de pesquisa, ela e Ana

Cristina, outra extrativista da mesma área, que não pôde permanecer na pesquisa até o final, narraram um pouco de suas vidas cotidianas. Eis os relatos:

Moro na comunidade de Mão Cheinha, em um município que fica mais próximo do Pará do que de São Luís. Na comunidade, moram cerca de 45 famílias. Na minha horta tem maxixe, pepino, batata-doce e vinagreira, mas o plantio é só pra consumo. Crio jumento, porca e galinhas. O jumento é utilizado como meio de transporte. Minha terra é arrendada, arrendo um trecho de cerca de 100 linhas e pago entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00 para o dono da terra. Algumas companheiras de trabalho arrendaram um trecho grande, mas eu sou contra, porque isso é individualismo. Minha família é composta por cinco filhos, três filhas, um neto, eu e o marido. Meu esposo não trabalha porque está doente, mas não tem aposentadoria. Não temos energia elétrica e a água é de poço. Minha casa é feita de taipa, tem quatro cômodos, um banheiro (no mato), telhado de palha e um fogareiro, nós cozinhamos mesmo é a carvão. Eu lavo roupa no açude. Na minha comunidade, a maioria das pessoas dorme na rede (*Maria de Jesus*).

As condições de vida dessa mulher fazem de sua participação social um ato heróico. Sem acesso a serviços básicos de saúde e educação, sem equipamentos sociais fundamentais, com uma família de 10 membros e um marido sem condições físicas de trabalho, ela cumpre uma dura jornada que articula trabalho produtivo e reprodutivo, sendo o primeiro de forma multifuncional. Ela é, ao mesmo tempo, funcionária pública e extrativista, sendo que nessa última atividade — a coleta e quebra do coco babaçu — as condições de trabalho são as mais precárias possíveis e as condições de comercialização são, em geral, dificultadas pela presença do atravessador. Além disso, ela também assume as tarefas de casa, em uma residência sem instrumentos mínimos capazes de minorar a dureza dos serviços domésticos. A ausência de fogão a gás, energia elétrica e água encanada faz das tarefas domésticas um trabalho muito mais pesado do que o de muitas outras mulheres que também estão submetidas a essa mesma situação. É assim que ela descreve a sua jornada de trabalho:

Eu trabalho fora de casa, em uma secretaria, e ganho R\$ 140,00. Estudei até a quarta série e trabalho com associações de bairros. Além disso, faço extras: costuro, lavo e passo para outras pessoas, porque não dá pra sobreviver só do babaçu. Minha roupa de trabalho é calça, chapéu, tênis e camisa de manga comprida. De setembro a

março, durante a semana, é a colheita. O babaçu tem duas fases: colheita e quebradeira. Vou agora falar da colheita. Levanto às cinco da manhã, vou aguardar os canteiros, amolo o machado, preparo o colfo (água, marmitta e macete) e deixo o feijão no fogo. Cuido das crianças: faço a comida e arrumo pra escola. Vou colher coco até quatro da tarde. Saio de lá com 10 kg de coco, passo no atravessador e troco por mantimentos. O quilo de coco é R\$ 0,25 e aí eu apuro R\$ 2,50. Cuido do meu marido doente e deito às onze da noite. Namoro, só de vez em quando, pois estou sempre cansada. No sábado, vou à feira, preparo almoço, vou pro açude lavar as roupas da semana, faço faxina na casa e vou às reuniões da igreja e do grupo de mulheres. Em alguns domingos, vou à missa. Capino a horta e preparo a semana. Meu grande sonho é ter a mesa farta. Nos finais de semana, também aproveito pra cuidar da casa, dos filhos, do marido. Boto as fofocas em dia e faço o trabalho de base. No período da entressafra, que é de abril a agosto, a carne do babaçu está seca. Quem tem estrutura armazena a produção, quem não tem vai quebrar de metade. Eu quebro e fico com a metade, já que não posso armazenar. Aí eu vou cuidar da roça, planto arroz, feijão, fava e milho. Cuido também de uma pequena horta, com tomate, pepino, maxixe, quiabo, abóbora, batata-doce, cheiro-verde e cuchá (*Maria de Jesus*).

Nas palavras de Ana Cristina, uma situação semelhante:

Moro na comunidade de Santa Luzia, em um município que fica mais próximo do Piauí do que de São Luís. Tenho quatro filhos, de sete a doze anos. Sou casada e tenho terra. Toda a minha família vive da terra. Na horta comunitária, plantamos couve, alface e coentro para consumo próprio e também para a venda. Oito famílias cuidam dessa roça, mas só as mulheres; os homens só trabalham quando as mulheres não podem ir pra horta. Tenho uma vaca e crio um porco e galinhas para consumo. O extrativismo é mais para o consumo do que para a venda. Nós não contratamos ninguém para trabalhar. Meus filhos estudam, mas não há Bolsa Escola no estado. Meus filhos ajudam na horta e meu marido trabalha na roça. Fazemos compras mensais e geralmente são os maridos que fazem.

Minha casa é de alvenaria, tem cinco cômodos e o banheiro é fora de casa. Lavo roupa no rio que fica a 1 km de casa, duas ou três vezes na semana. Nosso meio de transporte é a bicicleta. O telefone público fica a 19 km da comunidade. Sou professora rural desde 1993, mas

ainda estou cursando o magistério. Meu sonho é aproveitar melhor o bacuri (fruta da região).

De segunda a sexta-feira, acordo às cinco da manhã, cuido do café, das crianças e da casa. Às sete e meia vou pra escola e às onze da manhã faço o almoço. Às quatro da tarde cuido da horta comunitária, que tem muitas verduras. À noite, namoro. De outubro a janeiro, todas as tardes vou à mata para apanhar bacuri ou pegar buriti. De fevereiro a setembro, trabalho no roçado: arroz, feijão, abóbora, milho e fava. Em julho é a época da farinhada, tempo de muito trabalho e cansaço.

Aos sábados e domingos lavo a roupa, faço faxina na casa e preparo as polpas para o domingo. No domingo, preparo e realizo as celebrações. Faço e vendo o geladinho no jogo que tem na cidade. Cuido da casa da família e nada de namoro.

Nesses depoimentos se percebe como o cotidiano dessas trabalhadoras se constitui em um tempo contínuo de trabalho, nos diferentes momentos do calendário agrícola e do extrativismo e nas diferentes estações do ano; mudam os tipos de trabalho produtivo, da agricultura para a coleta e quebra do coco e para o trabalho administrativo, entretanto, o trabalho doméstico segue, permanente e indiferente, conforme o seu próprio ciclo. Estudiosos/as da agricultura familiar vêm apontando a diversificação das atividades profissionais na área rural como um elemento que contribui para incrementar a renda, o que, genericamente, nos parece correto; entretanto, nessa nova diversificação, não se registra o trabalho reprodutivo, majoritariamente centrado nas mulheres, e que encerra em si um poderoso sustentáculo para a manutenção da ordem social e para a sobrevivência da família. Há que se dizer, ainda, que entre grupos populacionais muito pobres, como é o caso dos que estudamos aqui, a diversificação de atividades é um elemento estrutural do sistema de agricultura familiar que, longe de propiciar aumento de renda, é a única garantia de sobrevivência do grupo familiar; além disso, o acesso a uma diversificação externa ao sistema de agricultura familiar parece vedado às populações muito pobres.

Destaca-se aqui um outro elemento central para a configuração do trabalho das mulheres rurais, que é a quase completa ausência de tempo livre e o sonho centrado no direito básico e inalienável de alimentação. *Sonhar com uma mesa farta e namorar só de vez em quando* nos mostra o que é ser uma mulher trabalhadora em condições sociais tão adversas, sem assistência alguma por parte

do Estado e subordinada a um cotidiano de obrigações sociais, entre as quais, a de sustentar uma família tão numerosa. Como diz Ávila (2001),

A conquista de direitos pelas mulheres implica transformações que não alteram só as relações diretas entre homens e mulheres, mas também as estruturas sociais e, portanto, a organização da vida social. A vivência destes direitos como parte da vida cotidiana implica transformações sociais de ordem material e simbólica, pois essa vivência exige condições objetivas e subjetivas, construção de valores e acesso à riqueza material.

Não basta ter a consciência dos direitos para exercê-los; é necessário que existam condições estruturais que possibilitem esse exercício, o que não é o caso dessas trabalhadoras rurais e de tantas outras, submetidas a uma jornada de trabalho que se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo da vida.

Características Gerais das Famílias

As cinco famílias que aqui apresentamos possuem, em média, cinco filhos/as, e se constituem como famílias nucleares, com pai, mãe e filhos/as. Residem nesse povoado há mais de dez anos; em duas, o casal é oficialmente casado; em duas, são unidos, isto é, vivem juntos sem registro legal; e em uma família não existe a figura do marido. Homens e mulheres, pais e mães de família, não tiveram acesso à escola, com exceção de uma das cinco famílias, a da mulher solteira, que estudou até a segunda série do Ensino Fundamental. A maioria dos/as entrevistados/as se autodesignou de cor branca e apenas três como de cor morena. Todos/as são católicos/as, embora nem todos atuantes na vida religiosa local.

As famílias moram em casa de taipa, de quatro ou cinco cômodos, sem infra-estrutura básica: não há eletricidade, banheiro, esgoto ou coleta de lixo. O telefone mais próximo fica a dois quilômetros da comunidade e o acesso até lá é difícil, tendo que se percorrer a pé uma estrada de barro. A água para consumo nas residências fica próxima e é transportada na cabeça. As terras para moradia são próprias: duas delas estão em nome da mulher, e três, em nome do homem. Quanto às terras de trabalho, todas as famílias trabalham em terras de terceiros, arrendadas para a lavoura, ou coletam babaçu em terras devolutas e também em terras particulares. Na lavoura, produzem arroz, feijão, milho, fava, maxixe, alface e quiabo. Nos quintais, há árvores frutíferas, que servem principalmente para o consumo familiar, cujos frutos são eventualmente

vendidos, como acerola, manga, jaca, banana. Criam galinhas e capote e fazem o beneficiamento do babaçu coletado, produzindo azeite, sabão e carvão. Todas as famílias possuem um jumento, que é utilizado para transporte da produção e, às vezes, da água para uso doméstico.

No tocante à divisão de tarefas relativas ao trabalho agrícola, à criação, ao extrativismo, ao beneficiamento e ao trabalho doméstico, em três famílias foi informado que o casal faz todas as tarefas, em uma delas foi dito que apenas a mulher faz o beneficiamento do babaçu e em outra foi relatado que apenas a mulher faz o trabalho doméstico. Em uma das famílias o homem faz diárias em roça de terceiros, plantando arroz. Em geral, a produção é comercializada pelo homem, especialmente quando se trata da produção agrícola. A única mulher que comercializa a produção é aquela que é chefe de família, ou seja, havendo a figura masculina na família, é dela a responsabilidade pela venda, pelo trato com o dinheiro e com o mundo público.

Em relação a esse registro um tanto quanto homogêneo a respeito de uma suposta divisão harmônica do trabalho entre todos os membros da família, entendemos que, dadas as diferenças com relação às outras localidades, podem estar acontecendo aqui duas situações: ou, de fato, existe um consenso entre os membros das famílias entrevistadas e é real a divisão eqüitativa do trabalho ou a descrição da pesquisadora está tão informada pelos dados empíricos quanto pela sua representação sobre o que a realidade deveria ser. Essa segunda situação nos parece mais plausível, dada justamente a diferença com relação aos outros estados. Todavia, merece destaque o fato de que, na observação de Maria de Jesus, nesse povoado os homens também fazem extrativismo de babaçu, que é uma atividade tradicional das mulheres na região dos cocais maranhenses, até por ser uma atividade produtiva pouco valorizada e que é desenvolvida, muitas vezes, em conjunto com crianças. É possível, portanto, que dessa realidade decorra uma divisão de tarefas mais equânime; convém, entretanto, ter uma certa cautela quanto ao que diz respeito ao trabalho doméstico, em função do depoimento da pesquisadora sobre a sua própria vida e das observações a respeito das famílias, que apresentamos a seguir.

A maioria das pessoas não tem documentos importantes, como carteira de trabalho, CPF ou inscrição no INSS, e também não participa de sindicatos ou associações. Além de submetidas à extrema pobreza, com condições de trabalho totalmente insalubres e vínculo bastante precário com a terra de produção agrícola, as pessoas em Mão Cheinha não usufruem das condições básicas de acesso aos

direitos de cidadania, pois sequer os documentos essenciais possuem para ter acesso à vida pública e aos programas de assistência e previdência social.

Junto com o Sítio Cabaceiro, em Alagoas, esse povoado é, entre os pesquisados, aquele em que as agricultoras e agricultores familiares vivem em condição de maior pobreza, o que não é estranho, sendo o Maranhão o estado mais pobre da Federação e o que apresenta os piores indicadores sociais (Censo 2000). As pessoas vivem do extrativismo e de lavouras em terras arrendadas, nas quais produzem quase exclusivamente para consumo familiar, o que lhes garante subsistência, sem, contudo, terem sequer garantia de segurança alimentar.

Tradicionalmente, o extrativismo de coco babaçu é uma atividade que envolve mulheres e crianças, daí, inclusive, ter se constituído o *Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu*, que, além do Maranhão, inclui o Pará, Tocantins e Piauí; entretanto, em Mão Cheinha, essa atividade também é desenvolvida pelos homens. Uma explicação para isso pode ser justamente a situação de pobreza, a ausência de quaisquer políticas públicas voltadas para a produção e a grande dificuldade de acesso à terra para plantio, ou seja, a ausência de condições favoráveis para outras atividades produtivas. A produção agrícola dessas famílias é mais voltada para o consumo de subsistência do que para o mercado e, quando chega a este, o rendimento é tão baixo que se reduz meramente ao necessário para a sobrevivência familiar. Isso demonstra a persistência de um tipo de agricultura familiar que, na prática, não cabe nas classificações adotadas pelas políticas públicas, está à margem de qualquer programa público de crédito para financiamento da produção e também das possibilidades reais de acesso a terras de reforma agrária, uma vez que não são organizados para esse tipo de reivindicação. A impossibilidade de transmissão de patrimônio para futuras gerações questiona o que os estudiosos identificam como sendo parte da cultura camponesa e coloca em xeque a própria possibilidade de manutenção, nas famílias, do padrão de atividade agrícola. A maior possibilidade é de que as pessoas jovens se interessem por sair da zona rural, no intuito de conseguir algum tipo de ocupação nas cidades nas quais vislumbrem alguma perspectiva de vida.

Esse e os outros povoados pesquisados confirmam, com suaves diferenças, a redução de número de filhos/as nas famílias rurais. Como, na agricultura familiar, os/as filhos/as são, ao mesmo tempo, mão-de-obra de uma unidade produtiva, coloca-se a reflexão sobre as possíveis implicações disso para a produção agrícola familiar e para os arranjos sociais que se gestam em torno dela.

A seguir, veremos uma breve descrição das cinco famílias de Mão Cheinha selecionadas para este capítulo, antecedidas dos registros de observações da pesquisadora, nos quais há importantes indicações a respeito das desigualdades e, em alguns casos, da existência de situações de violência entre homens e mulheres na vida cotidiana.

Família I

Esta nossa companheira tem quatro filhos, marido muito ciumento. Ela trabalha o dia todo até alta noite e ele não dá valor. Ele disse que ela só ajuda. Ela faz todo o serviço doméstico e ainda quebra coco o dia todo. Ficou atordoado quando eu falei da observação. Ela não descansa nem meia hora. Ela tem porcos, capote, galinha e não tem frutas, só acerola. Ela não estuda, anda mal vestida. Eu descobri que até as roupas ele é quem diz qual é pra ela vestir. A situação é das pior, a casa dela é de taipa e coberta de palha de coco babaçu, pois ela sobrevive do babaçu (*Maria de Jesus, pesquisadora*).

Essa família é constituída pelo casal, ele com 29 e ela com 28 anos, que vive há 18 anos no povoado. Ele se auto-identificou como branco e ela, como morena. Vivem com cinco filhos, quatro meninos e uma menina, com idades que variam entre oito e doze anos. São de religião católica e estão cursando a alfabetização solidária. Moram em uma casa de taipa, com quatro cômodos, sendo um dos dormitórios utilizado também para armazenar a produção. A casa não tem eletricidade, esgoto, banheiro ou coleta de lixo; a água fica em um poço dentro do sítio e é transportada na cabeça das pessoas. O telefone público mais próximo fica a 3 km da comunidade, por estrada de barro.

A terra de moradia é própria e o título está no nome da mulher, já o trabalho é feito em terras de terceiros. A família produz arroz, feijão, milho, acerola, porco, galinha, capote, pombo, babaçu, azeite, carvão e tem um jumento para transporte. Apesar do homem afirmar que gosta de tudo o que faz, ele diz também que deseja ser professor; já a mulher, só não gosta da roça, mas gostaria de ser secretária.

Quem vende a produção é o homem e a família tem uma renda mensal de R\$ 96,00, que é integralmente utilizada para a aquisição de alimentos, roupas, calçados e remédios. Tanto o homem quanto a mulher nunca tiveram carteira de trabalho, não têm registro de nascimento ou CPF, não recebem nenhum tipo de

benefício social e nenhum dos dois tem inscrição no INSS. Não participam de nenhuma organização política ou comunitária.

A divisão de tarefas no trabalho agrícola, na criação e nas atividades domésticas é descrita assim: o homem destoca, prepara a terra, faz controle de pragas e comercializa a produção agrícola. O casal faz o plantio. A esposa e os filhos fazem a colheita e toda a família cuida do armazenamento. No pomar, o homem prepara as mudas, planta, faz o coveamento e vende os produtos e o casal faz a “limpa”, põe água e colhe junto. Diferentemente do que encontramos na maioria das famílias que entrevistamos, o casal também faz todas as atividades relativas às aves, com exceção do controle do abate, da construção do criatório e da venda, que são feitos pelo homem. No que se refere aos porcos, o casal cuida da alimentação, da água, da prevenção de doenças e das vacinas, enquanto o homem faz o controle do abate, controle do cio, castração e venda de animais. As atividades do extrativismo também são feitas pelo casal, com exceção da venda, que é feita pelo homem. O beneficiamento é feito pelo casal. A mulher apanha água e o homem faz remédio caseiro, conserta roupas, cuida das crianças, vai às reuniões da escola, ajuda nas tarefas escolares das crianças, conserta utensílios e a casa e apanha e racha lenha. As demais atividades domésticas são feitas pelo casal.

Família 2

Ela não teve filhos, mas adotou uma menina. Ela é quebradeira de coco e não é diferente das outras. Tudo que vai fazer tem que pedir pro marido, pois ele diz o que que ela pode e o que não pode. Eu descobri, nesta observação, que ela não tem vida própria. Ela é empurrada pelo marido, pois eles não briga, pois ela diz amém pra tudo, tem poucos jumentos, gato, cachorro, galinha, canteiros e a casinha de quebrar coco, pois ela sobrevive do babaçu. A casa dela é de taipa, coberta de palha (*Maria de Jesus, pesquisadora*).

Nessa família, a mulher tem 31 anos e o homem, 28, e vivem com uma filha adotiva de três anos. São casados e moram no povoado há 31 e 17 anos, respectivamente. Ambos são católicos. Ela se identificou como branca e ele, como moreno. Ela está cursando alfabetização solidária e ele nunca estudou. O casal mora em uma casa de taipa de quatro cômodos, todos utilizados para dormir e um também para armazenar. A casa não tem eletricidade, esgoto nem banheiro. O lixo é jogado no mato e a água é trazida para casa de um poço fora do sítio. O

telefone mais próximo fica a 2 km, por uma estrada de barro.

A casa é própria, está em nome do homem, e o trabalho é feito em terras de terceiros. Eles produzem arroz, feijão, milho, jaca, banana, manga, porco, galinha, babaçu, carvão, azeite, sabão e têm um jumento. A mulher não gosta do trabalho de criação de animais e gostaria de ser professora. Quem vende a produção é o homem e a renda é de R\$ 675,00 a R\$ 750,00 anuais, que é gasta em roupas, alimentos e calçados. Nenhum dos dois tem carteira profissional e CPF, não são inscritos no INSS nem no sindicato. Ela justifica a ausência de participação pela falta de tempo.

As tarefas na roça são organizadas da seguinte forma: o casal faz a destoca; o homem prepara a terra, faz o controle de pragas, armazena e comercializa; enquanto a mulher planta e aduba. No pomar, o homem prepara as mudas, planta e vende; a mulher faz o coveamento e a colheita, e o casal limpa e coloca água. No que se refere às aves, a mulher é a responsável por todas as etapas do trabalho. A mulher alimenta e dá água aos porcos e o homem castra e vende os animais. A mulher faz todas as atividades do extrativismo. A quebra e o armazenamento da produção são feitos pelo casal, que também faz o carvão. A mulher faz todas as atividades domésticas, com exceção da feira e do conserto de utensílios e da casa, que são feitos pelo homem.

Família 3

Ela é quem faz tudo. Tem muito medo do marido e não descansa, pois não tem tempo. O marido dela grita com ela, as filhas também. Ela quebra coco, faz o almoço, comida da casa e ainda ajuda nas tarefas da roça. Não tem tempo nem pra cuidar da saúde. Ela passa o dia numa correria que dá pena. Ela tem um filho e uma filha com ela, uma neta, a outra é adotiva. Ela teve sete filhos, mas já casou tudo. Tem cinco porcos, tem galinhas e tem canteiros. Tem uma cozinha de quebrar coco babaçu. Embaixo, tem jumento, cachorro e gato. A casa dela é coberta de telha, mas é de taipa (*Maria de Jesus, pesquisadora*).

Nessa família, o homem e a mulher participam de todas as etapas em todos os tipos de trabalho, mas se observa, como nas outras, a sobrecarga de trabalho da mulher, que acumula, além das tarefas produtivas, a grande maioria das atividades domésticas, especialmente aquelas que são feitas diariamente. Na roça, a mulher faz a colheita e o casal faz a destoca. O homem planta, aduba, faz o controle de pragas, armazena e comercializa. Na horta, a mulher prepara o canteiro, colhe e coloca água. No pomar, a mulher faz a colheita e o homem faz todas as

demais atividades, com exceção de colocar água. A mulher faz todas as atividades relacionadas à criação de aves, com exceção da alimentação, da água e da coleta de ovos, que faz junto com as filhas. Todas as atividades relacionadas à criação de porcos são feitas pela mulher, com exceção da prevenção de doenças, que é feita pelo homem. O extrativismo e o carvão são feitos pelo casal, com exceção da venda, que é feita pela mulher. A mulher e as filhas cozinham, apanham a água, lavam roupa e arrumam a casa. O casal faz a feira; o homem compra remédio, conserta utensílios e a casa; e a mulher faz as demais atividades domésticas.

A mulher tem 49 anos e o homem, 58. São casados e têm sete filhos, mas moram com apenas uma filha e um filho. Os dois definiram-se como brancos e católicos e estão frequentando a alfabetização solidária. A família mora em uma casa de taipa, de quatro cômodos, dos quais dois são utilizados para dormir e um para armazenar. A casa não tem eletricidade, esgoto nem banheiro. O lixo é jogado a céu aberto e a água está disponível dentro do sítio, mas tem que ser transportada até a casa pelas pessoas, na cabeça.

A casa é própria, em nome do homem, mas o trabalho é feito em terras de terceiros. Produzem arroz, feijão, milho, fava, maxixe, alface, coentro, quiabo, jaca, manga, banana, acerola, porco, galinha, babaçu, carvão, azeite e sabão e têm um jumento para transporte. A responsabilidade pela venda da produção é do homem, que gera uma renda de R\$ 67,50 mensais, insuficiente para as necessidades da família.

O casal não tem carteira de trabalho, nem inscrição no INSS ou no sindicato. O homem participa da associação, mas encontra dificuldades para estar presente, conforme afirmou, por falta de tempo. A mulher não participa de nenhuma organização, segundo ela, porque não tem oportunidade.

Família 4

Ela é mãe solteira, quebradeira de coco, mora com os filhos. Tem uma casinha de quebrar coco e tem um pé de sapucaia que faz sombra para as galinhas, os cachorros e o jumento. Tem porcos, galinha, jumento. Ela é quem faz as lutas do dia-a-dia e quebra coco. Lava roupa, passa roupa, faz a feira e vai às reuniões de pais e mestres e armazena o babaçu: quebra coco e cuida da casa, das crianças, busca água no poço fora do sítio. Ajuda na colheita do arroz no tempo, não descansa. Come arroz, feijão, peixe, verdura e frutas. As roupa de trabalhar é velhas. A

família quebra coco, lava roupas, faz a comida e ela não tem tempo para participar das políticas nem partidos sociais. Ela tem, na casa, mesa, cadeira, cama; tem cômoda de guardar roupa, armário, fogão a gás e tem fogão de lenha. Ela não descansa, ela não tem tempo, pois trabalha demais e fala muito pouco. Os filhos gritam muito e manda nos mais pequeno e ela é uma sofredora, pois o filho bebe e bagunça dentro de casa e ela tem medo do filho. Eles comem carne, arroz, feijão, legumes, fruta. Gostam, mas ainda reclama. Eu observei que a vida da mulher solteira é muito ruim, ela sofre demais pra criar os filhos. Sozinha, sem pai. É triste a vida da mãe solteira (*Maria de Jesus, pesquisadora*).

A mulher tem seis filhos/as, mas só dois filhos e uma filha moram com ela, e dois são menores de sete anos. Ela tem 39 anos e é a referência principal para a família. Ela mora no povoado há doze anos, definiu-se como morena e católica e cursa a segunda série do Ensino Fundamental. A família mora em uma casa de taipa, de cinco cômodos, dois dos quais são utilizados para dormir e nenhum para armazenar. Assim como as outras, a casa oferece precárias condições de moradia: sem eletricidade, banheiro, esgoto e água. A água tem que ser transportada e o lixo é jogado no mato.

A moradia é própria, em nome da mulher, e a roça é feita em terra arrendada de terceiros. A mulher faz todas as atividades ligadas à roça, ao extrativismo e trabalho doméstico, sendo acompanhada dos filhos no plantio e na criação de aves. Ela planta arroz, milho, feijão, cria galinhas, tem jumento, coleta babaçu e produz azeite. Ela gosta de tudo o que faz, com exceção da produção de azeite, mas queria ter outra profissão, queria ser zeladora. Quem vende a produção é ela mesma e a renda anual é de R\$ 517,00, utilizada para a compra de remédios, alimentos e calçados. Ela não tem carteira de trabalho nem inscrição no INSS e não é sócia do sindicato.

Família 5

Ela é quebradeira de coco, trabalha em casa, faz tudo que o marido manda, é submissa e não tem voz e nem vez. Na casa dela tem cama, cadeira, mesa, guarda-roupa e tem uma casinha de quebrar coco. Ela tem galinha, porcos, jumento, pomar. É analfabeta e não estuda. Ainda está esperando para ir para escola perto da casa dela. Tem açude, tem poço e tem muito babaçu. Não tem extra para transportar o babaçu. É muito difícil a vida dela no campo (*Maria de Jesus, pesquisadora*).

Essa família é formada por um casal e três filhos/as, ele com 65 anos e ela com 40. Ele é viúvo e tem quatro filhos/as, dos quais três moram com o casal, uma menina de doze anos e um casal já adulto. Os dois definiram-se como brancos e católicos e não freqüentaram escola. Moram em uma casa de taipa, com cinco cômodos, sendo que em dois fazem armazenamento de produtos. A casa é própria, mas não tem eletricidade, banheiro, água ou esgoto. A terra de moradia está em nome do homem, mas, como nas outras famílias, a produção é feita em terra de terceiros. Produzem arroz, milho, feijão, manga, banana, acerola, têm um jumento e coletam babaçu, com o qual produzem azeite e carvão. O homem vende a produção e a renda mensal é variável. Ele recebe um benefício social de um salário mínimo, tem todos os documentos, com exceção da inscrição no sindicato. Ela tem registro de nascimento e carteira profissional. Nenhum deles participa das organizações sociais e políticas locais, segundo ele, por falta de oportunidade.

No trabalho, a família se distribui da seguinte forma: o homem faz a destoca e vende os produtos agrícolas. A mulher faz a colheita. O casal e as filhas fazem a adubação e o casal e os filhos fazem o armazenamento. O homem e os filhos fazem o plantio e o homem e as filhas fazem o controle de pragas. O homem prepara a terra e os canteiros para a horta; a mulher semeia e coloca água, e o casal faz o plantio e a muda. A família toda prepara as mudas do pomar; o homem faz o coveamento e o casal coloca água. Mais uma vez, há diferenças com relação aos nossos resultados gerais referentes à criação de aves: aqui, a família toda, e não apenas a mulher, alimenta as aves e faz a coleta de ovos e o casal faz a prevenção de doenças. O casal faz a colheita do babaçu, a mulher quebra o coco, a família armazena e o homem vende. O casal compra roupas, conserta utensílios e apanha e racha a lenha. O homem vai às reuniões da escola, ajuda nas tarefas escolares e compra a feira. A mulher faz todas as outras atividades domésticas.

4.2 Povoado de Recreio, Bahia

Segundo instruções da instrutora que fez a visita no início do mês, era para fazer quatro observações. Consegui fazer duas. A observação nos sítios, não segui as instruções à risca. Fiz tipo um texto corrido, acredito que dá para entender. Segundo as instruções, era para pegar somente cinco famílias e dez pessoas por família. Como as famílias do

povoado são pequenas, no final deu este resultado que te envio. Espero que este material ajude no trabalho (Elione, pesquisadora da Bahia, em seu diário de campo).

Elione Alves de Souza vive em uma região da Bahia conhecida como Região Sisaleira, formada por 33 municípios, todos localizados no semi-árido. Aí se localiza o povoado de Recreio, pertencente ao município de Valente, onde Elione levantou as informações sobre o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Recreio é um pequeno povoado no qual os trabalhadores e trabalhadoras são fortemente envolvidos com a produção de sisal, uma fibra vegetal utilizada na confecção de tapetes, bolsas e outros apetrechos. Sua área total é de 371,03 km², onde residem 19.145 habitantes, dos quais 9.498 são homens e 9.647 são mulheres.

A partir de sua observação das condições de vida em Recreio, Elione traça um perfil do povoado, que é marcado por algumas diferenças em relação a outras áreas rurais do Nordeste. A primeira delas é a já citada produção de sisal, que dá a marca característica do povoado e do município. O sisal dá origem à principal fibra dura produzida no mundo, e a Bahia é responsável por 80% da produção nacional. De acordo com a própria Elione e os/as participantes da oficina de devolução de resultados da pesquisa, o município de Valente é praticamente tomado pelas plantações de sisal, cujo processo de extração e beneficiamento envolve boa parte de sua população. O foco desse processo está no motor de sisal, cujo proprietário é também o comprador da produção.

A lavoura do sisal é de propriedade dos/as agricultores/as familiares, que extraem a planta, preparam-na para o motor, moem e esticam a fibra para secar em varais, vendendo-a para o dono do motor, que se converte, assim, em um patrão-atravesador. De acordo com a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, a população rural e as atividades econômicas dessa região podem ser classificadas como se segue: a) pequenos proprietários rurais, que sobrevivem basicamente da produção e extração da fibra do sisal e, secundariamente, dos pequenos criatórios de ovinos e caprinos e da prática da agricultura de subsistência (plantio de milho, feijão e mandioca); b) médios e grandes proprietários rurais, que se dedicam à criação de gado bovino de forma extensiva; c) trabalhadores rurais sem-terra, que trabalham como diaristas na extração da fibra do sisal ou nas fazendas de gado bovino e podem atuar como pequenos produtores, mediante contratos de utilização de terras de fazendeiros da região, mantendo pequenos criatórios e praticando agricultura de subsistência (APAEB, 2002).

Segundo Nascimento (2000), a maioria da população de Valente e da Região do Sisal é dependente dos recursos previdenciários do INSS, devido, em grande medida, às aposentadorias precoces dos mutilados do sisal: cerca de 2.000 trabalhadores rurais perderam parte dos braços com o trabalho de desfibramento do sisal na região. Muitos dos trabalhadores do sisal, incapacitados de exercer outra atividade, receberam, como indenização dos patrões, o próprio instrumento de mutilação, o motor do sisal, reproduzindo para a geração seguinte o mesmo tipo de tragédia. Há, no entanto, iniciativas importantes no campo das alternativas de desenvolvimento local, entre as quais destacam-se a própria APAEB e a Associação das Artesãs, que produz e comercializa bolsas e tapetes de fibra de sisal e da qual Elione é integrante.

Todas as famílias entrevistadas para esta pesquisa estão envolvidas nas atividades do sisal e, das cinco selecionadas, quatro também desenvolvem a agricultura familiar e o artesanato. Na produção agrícola, predomina o cultivo de milho, feijão, palma e frutas e, na criação, há ovelhas, cabras e galinhas. Mas a principal peculiaridade percebida nessa comunidade, que a faz diferente das outras envolvidas neste estudo, diz respeito ao tamanho das famílias, que, em média, têm quatro pessoas, o que implica dizer, por aproximação, que a média de filhos/as é dois, número menor que o encontrado em outras comunidades.

A narrativa de Elione nos traz um pouco da história da formação do povoado e traça um perfil das condições de vida nessa localidade:

Dizem os mais velhos que as terras do povoado de Recreio eram de um grande fazendeiro. Um certo dia, um dos filhos deste fazendeiro casou-se e então seu pai dividiu as suas terras. Este filho construiu sua casa aqui, nas terras deste povoado, e os filhos dele também foram construindo, e assim formou-se Recreio. A primeira casa foi construída há 82 anos. Hoje, no povoado, tem 82 casas com famílias morando, tem ainda 14 fechadas e 4 em construção. Com o passar do tempo, construiu-se a escola, com duas salas de aula, secretaria, cisterna, cantina e uma área de lazer para as crianças. A escola atende da 1ª à 6ª série do Ensino Fundamental, nos três turnos. A partir da 7ª série, os estudantes se deslocam para a cidade, em carros da prefeitura. Existe também uma creche, que atende a crianças nos dois turnos.

Recreio fica a 6 km da cidade (Valente). O deslocamento tem que ser feito em carros de frete. No povoado, tem um açougue, onde,

aos domingos, se faz o abate de um boi para a venda da carne. Já o mercado, correio, posto policial e hospital ficam em outro local, onde para ir temos que pegar transporte. Tem telefone público e quatro “vendas” que vendem de tudo, do pão ao fumo para fazer cigarro de palha. Tem também iluminação pública, calçamento e um açude. Temos ainda um posto médico com uma enfermeira à disposição da população durante toda a semana. Apesar disso, as pessoas têm dificuldade de conseguir uma consulta pelo SUS. Para conseguir, deve-se sair muito cedo de casa e esperar muito tempo em uma fila para ser atendido/a. Em geral, leva-se o dia todo para fazer uma consulta.

Para o lazer, temos uma quadra de esportes e um campo de futebol e sete bares, onde os jovens, no final de semana, passam a maior parte do seu tempo. A cultura é demonstrada de forma muito forte nos produtos artesanais do grupo de mulheres, na festa do padroeiro, nas festas juninas, nas queimas de Judas. Em Recreio, tem três igrejas: Católica, Assembléia de Deus e Congregação Cristo do Brasil, e, mesmo assim, temos, ainda, pessoas sem religião. Tem também uma associação comunitária, com praticamente 80 associados, quase todos idosos e com um pequeno grupo de jovens. Na comunidade, tem alguns programas sociais: PETI; Prosperar (avaliação das famílias do PETI), que é apoiado pelo MOC; Bolsa Escola; e Produção de Artesanato (COOPERAFIS). Existem ainda trabalhos de criação de animais, com projetos da associação comunitária e financiamento do Banco do Nordeste.

Segundo o Censo 2000, em Valente existem 5.005 domicílios permanentes, mas, destes, apenas 28% possuem banheiros e esgotamento sanitário ligados à rede geral; 63% possuem abastecimento de água, e a coleta de lixo atinge 65%. Valente possui três hospitais, com 82 leitos, e 13 unidades ambulatoriais. A população alfabetizada a partir dos 10 anos de idade está em torno de 12.047 pessoas. Em 2000, foram contabilizadas 6.090 matrículas para o Ensino Fundamental e 1.127 para o Ensino Médio, mas existem 50 estabelecimentos para o Ensino Fundamental e somente três para o Ensino Médio.

Entre as famílias entrevistadas, apenas uma residia no povoado há apenas um ano; as outras já estavam morando lá há mais de dez anos. A situação de escolaridade das pessoas entrevistadas é semelhante à dos outros estados,

especialmente pela ausência de pessoas com mais de onze anos de estudo, mas também pelos poucos anos de estudo, uma média de três anos. Também aqui apareceram duas pessoas que afirmam não possuir vínculo com nenhuma religião e apenas duas pessoas evangélicas.

Em quatro das famílias que apresentamos neste capítulo, há pessoas que possuem carteira de trabalho e Previdência Social, algo pouco comum na zona rural do Nordeste. A proximidade com a área urbana, bem como o fato de ser região de extrativismo e beneficiamento, certamente influencia esse resultado. Do mesmo modo, em quatro das cinco famílias, há algum tipo de benefício social e/ou aposentadoria, o que permite uma certa renda para além daquilo que é possível com a comercialização da produção. Não investigamos, porém, tal como referido por Nascimento (2000), a existência de mutilados/as do sisal nessas famílias. Também a participação social e política é intensa entre as pessoas que entrevistamos: os grupos da igreja, a associação e o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais são as organizações mais procuradas. A Associação de Desenvolvimento Comunitário do povoado de Recreio é uma organização voltada para o favorecimento da produção que, diferentemente da maioria das organizações desse tipo, à época da pesquisa era presidida e secretariada por mulheres.

As cinco famílias que apresentamos neste capítulo vivem em casas de tijolos, com eletricidade e banheiro com fossa unitária, com exceção de uma, que despejam os dejetos ao relento. Em nenhuma das casas há telefone ou água encanada, e apenas em duas há coleta de lixo. A estrada pela qual se chega ao povoado é de barro e terra batida. A melhor condição das residências, no que se refere ao material de construção das paredes, deve-se a uma política habitacional recentemente implantada no município, que vem garantindo melhor qualidade de vida à boa parte da população de baixa renda.

As terras nas quais essas famílias moram e trabalham são próprias, mas, em quatro delas, a titularidade é do marido ou do sogro; apenas uma propriedade está em nome da mulher, que é solteira. Em geral, há pouca terra para trabalho. Em média, as terras têm 2 ha. As famílias vivem predominantemente do sisal, trabalhando coletivamente na manutenção da lavoura e extração da fibra, sendo o homem responsável pela venda da produção ao dono do motor, pelo valor médio de R\$ 0,22/kg. O dono do motor, que funciona como uma espécie de atravessador, é que faz o beneficiamento do sisal e o revende para a industrialização. As famílias

fazem beneficiamento de parte da fibra para a produção artesanal que, nesse caso, é vendida pelas mulheres.

Das cinco famílias selecionadas, três contratam mão-de-obra temporária, pagando uma diária que, à época, variava entre R\$ 8,00 e R\$ 12,00. Essas contratações se limitam ao período de maior exigência de força de trabalho na atividade agrícola, que é desenvolvida por quatro das cinco famílias entrevistadas. As mulheres também participam do trabalho na roça nessas quatro famílias, mas em duas delas houve divergências entre as pessoas entrevistadas quanto às atividades agrícolas e de criação de animais que são desenvolvidas pelas mulheres. Como era de se esperar, dada a sua maior visibilidade, não há muitas divergências nas respostas relativas ao trabalho doméstico: todas as pessoas entrevistadas enunciam que as mulheres assumem a maior parte do trabalho doméstico e que os homens se envolvem apenas com tarefas relativas a compras e consertos de utensílios e da própria residência.

A seguir, apresentamos a descrição feita por Anely e Nina sobre o seu trabalho como agricultoras e extrativistas nessa região. Essas mulheres iniciaram o trabalho de pesquisa conosco e participaram das primeiras oficinas de definição do problema e do desenho da pesquisa, não podendo permanecer, contudo, até o final dos trabalhos. Elas vivem em áreas próximas à região sisaleira, mas trabalham com extração do pequi e do buriti e, assim como as demais trabalhadoras envolvidas na pesquisa, o seu cotidiano de trabalho envolve uma grande variedade de atividades: trabalho doméstico, roça de subsistência, extrativismo, beneficiamento, criação e artesanato. Mantivemos aqui as suas descrições porque agregam novos elementos e significados ao contexto que analisamos e, além disso, é também o nosso reconhecimento por seu envolvimento e sua contribuição para o trabalho. Pode-se perceber, nas descrições de Nina e Anely, a enorme diversidade do trabalho nas áreas de agricultura familiar e, tal como defendido pelas extrativistas, a forma como o extrativismo se integra ao sistema produtivo de tal modo que passa a ser parte do mesmo. Além disso, é possível perceber a perversa relação entre o volume de trabalho — expresso pela “elasticidade” de um tempo que se estende enquanto houver tarefa a ser desempenhada — e o pouco valor monetário dos produtos desse trabalho. Nessa região, à época da pesquisa, vivia-se uma economia de centavos, na qual trabalhava-se horas a fio para produzir algo a ser vendido por R\$ 0,25 ou, no máximo, por R\$ 1,00.

Anely

Moro na cidade, distante da roça mais ou menos 1 km, numa área de serra. Não tenho filhos, sou solteira e moro com meus pais. Somos três pessoas em casa. Tenho a posse da terra. Na roça, planto horta, mandioca e milho para consumo e venda. O telefone mais próximo é o da vizinha. Minha casa é de adoubão, que é um tijolo grande, e tem luz elétrica e água. A renda da casa é a aposentadoria dos meus pais, e a produção do pequi é para completar a renda. A fruta está acabando porque as pessoas estão destruindo o meio ambiente. Minha luta é pela conservação do pequi.

Na minha região, tem muita gente indo pra São Paulo, para o corte da cana. Uma dúzia de pequi custa R\$ 1,00. Em um dia de safra, consigo carregar um caminhão. O pequi que colhemos é de uma área livre. Usamos a casca do pequi como adubo. Geralmente, quem faz a feira da família são as famílias, mas algumas mulheres levam a mercadoria pra cidade e vendem não só a delas, mas também a produção de outras pessoas.

De abril a outubro, acordo às seis horas da manhã, planto horta, mandioca, feijão, tiro a palha do tucum e ouricuri para fazer esteiras, vassouras e chapéu. Volto às doze horas e destaco palha, enquanto faço a comida. Destalo e entranço a noite toda. Vou dormir às dez ou onze horas da noite. Na região, o artesanato é mais barato: um chapéu é R\$ 0,25, e uma vassoura custa R\$ 0,50.

Na safra, de novembro a fevereiro, acordo às três ou quatro da manhã e ando até 12 km pra ir às gerais. Colho o que caiu de noite. Muita gente tira o óleo lá mesmo, e outras trazem pra casa para vender nas cidades vizinhas. Quem tira o óleo lá só volta à noite, e aí vão dormir muito tarde; outras voltam depois do meio-dia. À tarde, vão embalar para a feira e vão fazer as tarefas de casa. Ganha mais quem vende o fruto e faz o óleo. Do pequi, fazemos o licor e a paçoca. O meio de transporte é carro e cavalo.

Sábado e domingo, acordo às três ou quatro da manhã, vou para o ponto de carro. Tento vender até as duas da tarde, faço compras e levo pra casa. De duas até as sete da noite, pego água pra fazer a janta e torro café. Sábado ou domingo vou à igreja. Visito comadres e parente, lavo roupa e faxino a casa. Durmo entre onze e uma da manhã.

Nina

Estou separada há quase dois anos. Tenho duas filhas e três filhos, que assumiram a terra do pai (60 ha). Eu também tenho 60 ha de terra. Minhas filhas trabalham e estudam na cidade. O dinheiro do trabalho delas é para pagar seus estudos. Os meninos vão pra roça, e um deles é professor. Crio 20 cabeças de gado, porco e galinhas, que vendo para complementar a renda. Os derivados do leite é para o consumo. Um grupo da escola do meu filho faz experimentos em minha horta: fazem mudas de coco, manga, algaroba, tamarindo. Eu planto alho, cebola, coentro, cenoura, beterraba e couve. Minha renda semanal é de R\$ 30,00. Minha casa é de adobão, coberta com palha de buriti, por isso temos que tomar cuidado com as queimadas, para não pegar fogo nas casas. Também tenho casa na cidade. O telefone mais próximo fica a 18 km, mas na casa da cidade eu tenho telefone. O meio de transporte é burro ou cavalo. Ando 40 minutos para pegar uma condução que só passa três vezes por semana. Em todas as casas da comunidade tem um galo, pois ele é um símbolo místico, serve para afugentar o mau-olhado. Faço um trabalho na rádio, no programa “A Voz da Mulher”. Minha luta é pelo buriti livre.

O nome científico do buriti é *Mauritia vinifera mart* e ele é da família Palmae. Sua vegetação de ocorrência é mata da galeria, vereda e várzeas. O porte da planta é palmeira ornamental, com 10 e 15 m de altura por 4 a 6 m de diâmetro de copa. Cada planta dá de 2 a 6 mil frutos, e a época da coleta é de outubro a março. Os frutos têm de 5 a 6 cm de comprimento por 4 a 5 cm de diâmetro e pesam de 40 a 50 g. A cor da casca do fruto maduro é amarronzada, e a polpa é alaranjada. Cada fruto tem apenas uma semente, e o seu aproveitamento alimentar é o seguinte: a polpa é consumida in natura e na forma de doces, geléias, sucos e vitaminas.

O buriti é uma palmeira secular. O crescimento de uma palha se dá em torno de um ano, começando a produzir a partir dos dez anos. É uma palmeira aquática, própria de terras tufosas, que tem a função de reter e filtrar água. É uma planta que não transpira, por isso precisa de muita água. O fruto demora quatro anos para ser colhido, da paridura ao amadurecimento. No tempo da colheita, os cachos são cortados e enterrados até o ponto de soltar as escamas (cascas) e a polpa. É um

fruto rico em proteína e gorduras, mas também são usados como adereços pelos indígenas. Somente 40% das palmeiras são fêmeas, da palmeira macho só se aproveita a palha, da qual fazemos redes, esteira, chapéu, bolsa, vassoura, corda, peneira e caixa. Da semente, fazemos os bilros das almofadas das rendadeiras. As queimadas e o corte prejudicam a floração e podem causar a morte da planta. A exploração da palmeira para uso em movelaria ocorre quando ela atinge entre cinco e dez anos, e isso mata muitos buritizais.

O buriti é muito perecível. Por isso, tem que ser levado logo à cidade, onde trocamos as frutas por alimentos. Temos muitas dificuldades em transportar o buriti. O bolinho de buriti custa R\$ 1,00. Os homens são responsáveis pela venda do buriti na cidade, mas, quando chegam lá, ficam bebendo e voltam para casa sem o dinheiro.

Nós sempre vamos trabalhar em grupo. Quando a safra é maior, vamos em carros de boi. Os fazendeiros fazem intrigas, jogando uma família contra a outra. Em casos de acidentes de trabalho, nós mesmas fazemos os primeiros socorros. Usamos o algodão.

Na safra, acordo às quatro da manhã e chego no buritizal às seis da manhã, ficando lá até seis da noite, catando no pântano. Vou de cavalo. Durante o trabalho, corremos o risco de nos deparar com onças, jacarés e cobras. Chego em casa às oito da noite para cuidar do jantar e da casa. Junto frutos em um dia e, no outro, rapo e empacoto. Entrego a produção aos atravessadores ou vendo na feira. Durmo à meia-noite.

Na entressafra, acordo às cinco da manhã, preparo o café, cuido da horta, planto feijão catador, mandioca, e faço trabalho artesanal (vassoura, peneira, corda e chapéu). Faço isso tudo ao mesmo tempo em que cuido da casa e da pequena criação (galinhas e porcos). Ao meio-dia, almoço a comida que foi feita no fogão de lenha. Durmo às dez ou onze da noite, mas quando é noite de lua durmo mais tarde para aproveitar e visitar as pessoas.

Nos finais de semana, às cinco da manhã do sábado vou à cidade levar os frutos para o ponto de entrega da feira. Outras companheiras também vão à feira vender o buriti ou o artesanato. Fico na cidade até duas da tarde. De duas às quatro faço pequenas compras pra levar pra casa. Chego em casa entre seis e sete da noite e vou fazer a janta. Durmo às dez horas. No domingo, logo cedo faço faxina na casa, lavo roupa, e minha filha menor prepara o almoço. Pego água e, à tarde, faço reunião com a comunidade, visito parentes, vou à feira do arraial e ao encontro do culto dominical.

Elione também se deteve na descrição do cotidiano das mulheres no trabalho rural através da observação de uma família, que apresentamos a seguir. Esta é a família de uma mulher de 45 anos, chefe de família, que vive com as duas filhas, de 14 e 16 anos. Ela pratica agricultura de subsistência, tem pomar, cria galinhas e porcos e faz artesanato na Associação de Artesãs. Como se verá, há mais semelhanças do que diferenças entre este relato e os de Anely e Nina, especialmente no que se refere à longa e diversificada jornada de trabalho, que, no caso a seguir, inclui os cuidados com uma idosa.

A casa tem um quintal enorme, com pés de frutas: acerola, mamoeiros, graviola e outros. Tem um “agasalho” para as galinhas dormirem. O esgoto da pia de lavar louça sai para o quintal a céu aberto, as galinhas ciscam fazendo da água uma lama. O terreiro da frente e dos lados é cercado por plantas ornamentais: rosas, crotos, plantas medicinais.

O movimento do dia: a mãe acorda às 4:00 da manhã, faz o café com leite e cuscuz de milho, margarina e bolacha. Depois vai tirar o leite da vaca única, que é da mãe dela, chega e divide o leite e vai cuidar da mãe. Chega, dá comida aos porcos e galinhas, toma café, pega o material de trabalho e sai. Trabalha o dia todo e retorna à tardinha. Repete tudo de novo. Dá comida aos bichos, aparta a vaca, vai na casa da mãe, chega na sua, faz janta — feijão, arroz, carne — afasta do fogo pra poder “esfriar”, depois toma banho, troca de roupa, veste uma mais leve, janta, “descansa” e vai dormir.

A filha acorda às 06:00, escova os dentes, penteia os cabelos, senta para tomar o café feito pela mãe. Lava os pratos, varre a casa, coloca almoço no fogo: feijão, carne, arroz, macarrão. Verifica as atividades da escola, toma banho, se troca, veste a farda da escola, calça e blusa de malha, almoça e sai. Retorna às 18:00.

A filha mais nova acorda às 06:30, escova os dentes, penteia os cabelos, toma banho, senta para tomar café, pega a sua bicicleta e vai para a escola, passa o dia todo, retorna às 18:00, junto com a mais velha.

No final de semana: a mãe já acordou e está no tanque lavando roupa dela e da mãe. Já fez o café, com pão, manteiga e bolacha. As filhas acordam mais tarde: uma varre a casa, outra lava os pratos. Depois de arrumada a casa, sentam para conversar, brincar. A mãe chega, pega a enxada, vai para a roça, dá instruções para o almoço: arroz, verdura, feijão, carne cozida; deixa elas providenciando e vai para a roça. As meninas adiantam algumas coisas. A mãe chega, vai para a cozinha terminar o almoço. Toma banho, senta para almoçar junto com as meninas.

Mais tarde, todas as meninas vão para a casa da avó no povoado, a mãe, para a reunião da associação. Retornam para casa logo mais à noite.

À múltipla jornada de trabalho dessa mulher — na roça, na casa e na associação —, acrescenta-se o cuidado com outra casa, a de sua mãe, e ainda os cuidados com os animais que, possivelmente, ficam no terreiro, nos arredores da moradia. O tempo de descanso é quase nenhum, e a repetição de tarefas que exigem muito esforço físico e organização é extenuante, ainda que nesse depoimento não tenha sido registrado o tempo gasto com a preparação do almoço, que deve ser pela manhã. A descrição demonstra como, entre a hora de acordar e a hora de dormir, não há praticamente nenhum tempo para si, ou ele se restringe à higiene pessoal, assim como também não há quase nenhuma marcação de jornada que delimite um momento inicial e um momento final de um certo período de trabalho; o que há é uma demarcação dada pelo espaço de trabalho: na roça e na casa, são espaços diferenciados, associados, respectivamente, ao trabalho produtivo e reprodutivo, mas que, ao se sucederem sem uma demarcação de jornada, se misturam e se complementam, num *continuum*, só cortado pelo momento fundamental de reposição de energia humana: a alimentação e o sono.

Passemos agora a uma pequena descrição das cinco famílias que selecionamos para ilustrar o que encontramos no povoado de Recreio.

Família I

Esta é uma família formada por cinco pessoas: um homem de 68 anos, que é o chefe do domicílio; sua esposa, de 72 anos; uma filha, de 42 anos; e dois netos, um menino e uma menina, com 11 e 13 anos, respectivamente. O casal tem outros seis filhos, que não residem com eles. Eles moram em uma casa de tijolos, com oito cômodos, dos quais um é usado para armazenar a produção. A água de consumo é encanada, mas fica fora do sítio, e a de beber é armazenada na cisterna. Na casa há eletricidade e banheiro, e o esgoto vai parte para a fossa sanitária e parte para o mato, mas o lixo é coletado. O acesso a casa é por estrada de barro e terra, e o telefone mais próximo fica a aproximadamente 100 metros. Ele fez até a 4ª série do Ensino Fundamental, mas só consegue assinar o nome, e ela nunca estudou.

A terra em que moram e trabalham é própria, está em nome do homem e tem 4,5 ha. Produzem milho, feijão, mandioca, abóbora, melancia, mamão e sisal; e criam boi e galinhas. Não contratam mão-de-obra e não têm crédito para financiamento da produção.

O homem cuida da roça, do pomar e da criação. A mulher faz o trabalho doméstico e também cuida da criação, além de fazer a colheita no pomar e preparar as mudas para plantio. A filha cuida da roça, especialmente da colheita e do armazenamento da produção, cuida do pomar, extrai e beneficia o sisal e faz o trabalho doméstico. Todos/as afirmam gostar do que fazem, mas o homem gostaria de ser pedreiro ou carpinteiro, e a filha quer ser artesã. Houve muitas divergências nas respostas do pai, da mãe e da filha quando foram perguntados/as a respeito da divisão sexual do trabalho na roça, no pomar, na criação e no extrativismo. Sobre o trabalho doméstico, também há divergências, especialmente no que toca à responsabilidade masculina em acompanhar doentes ao/à médico/a, fazer remédios caseiros, comprar roupas e remédios e consertar utensílios. Houve coincidência, no entanto, quanto ao fato de que a maioria das tarefas domésticas está sob a responsabilidade das duas mulheres adultas, sendo que o trabalho mais pesado, como lavar roupa e buscar água, é feito pela mais jovem.

À exceção do extrativismo, cujos produtos finais são vendidos pelo dono do motor de sisal, a responsabilidade pela venda da produção é do homem. A renda mensal da família é de R\$ 454,00, calculada exclusivamente com base na aposentadoria do casal e na Bolsa Escola das crianças, já que, por ser tão pequena, não conseguem fazer o cálculo da comercialização da produção. Os rendimentos são inteiramente gastos com as despesas da família.

Ninguém tem carteira de trabalho, e o casal não tem registro de nascimento. Os três adultos têm carteira da associação, da qual participam ativamente. Participam também do Sindicato, embora apenas a filha seja sócia. A filha também participa de atividades da Igreja Católica e possui todos os documentos, com exceção do registro no INSS.

Família 2

Essa família também é formada por cinco pessoas: um casal, ele com 37 e ela com 33 anos, e três filhos, um menino com 12 anos e duas meninas, de 9 e 7 anos. Vivem em uma casa de tijolos, de seis cômodos, onde se chega por estrada de barro. Apenas o casal foi entrevistado, ambos se auto-identificaram como de cor branca, de religião católica e estudaram até a 3ª série, mas apenas conseguem escrever o próprio nome. O telefone público mais próximo fica a 100 metros, e a casa possui eletricidade e banheiro, mas sem esgoto; o lixo, porém, é coletado. A água que abastece a residência é encanada, mas fica fora do sítio, sendo transportada na cabeça pelos/as moradores/as.

A família não tem terra, vive do extrativismo do sisal e, por serem apenas dois adultos, eventualmente contratam uma pessoa por R\$ 12,00 a diária. Os dois fazem o extrativismo e o beneficiamento do sisal, mas ela faz ainda trabalho doméstico e trabalho comunitário. Dentre as tarefas que desenvolvem, ele prefere o beneficiamento, e ela, o extrativismo e a atividade comunitária, mas ambos gostariam de ter um trabalho melhor. Toda a produção da família é vendida pelo dono do motor de sisal, o que produz um rendimento médio mensal em torno de R\$ 325,00, que é inteiramente gasto com as despesas da família.

O homem tem carteira de trabalho assinada e todos os outros documentos, mas não possui registro de nascimento. A mulher tem título de eleitor, carteira de identidade e certidão de casamento. Ambos são participantes da associação.

Família 3

Esta é uma família ainda menor que as outras: apenas o casal, de 26 e 24 anos, um filho de 8 anos e uma filha de 4 anos. Assim como as outras, moram em casa de tijolos, mas esta tem apenas quatro cômodos e fica a 300 metros do telefone público mais próximo. Há eletricidade e banheiro com fossa unitária, mas o lixo é jogado no mato, a céu aberto, e a água para consumo é coletada em um barreiro localizado distante da casa, sendo trazida na cabeça das pessoas. O casal vive no povoado há um ano. Ele estudou até a 4ª série, e ela ainda está estudando, fazendo a 5ª série do Ensino Fundamental; ambos lêem e escrevem bem. Ele se auto-identificou como moreno; e ela, como branca; ambos são católicos.

A terra na qual moram e trabalham é do pai dele e tem pouco mais de 1 ha. Produzem milho e feijão, extraem e beneficiam sisal e criam cabras. Eventualmente, o marido contrata uma pessoa para ajudar no serviço, a quem paga R\$ 180,00 por mês. Diferentemente da Família 1, há grande convergência nas respostas dessa família a respeito da divisão do trabalho. Ambos afirmam que marido e mulher fazem juntos todas as tarefas da roça. Convergência similar existe também quando se trata do trabalho doméstico, os dois afirmam que ele se concentra na mulher, tendo a participação do marido naquelas tarefas que dizem respeito a compras e consertos.

Ele prefere o extrativismo e ela, o trabalho doméstico, mas ela também sonha com um trabalho melhor. Quem vende a produção é o homem, e a renda, cerca de R\$ 360,00, é gasta com as despesas da família. Nenhum dos dois tem carteira de trabalho nem registro no INSS, mas ambos têm os outros documentos e recebem vale-cidadania. Ele participa da associação comunitária e ela é membro da associação e do sindicato.

Família 4

O casal mora há 18 anos no povoado de Recreio e tem seis filhos/as, mas só uma mora na mesma casa que eles: uma filha de 19 anos, que tem um/a filho/a. O casal se considera católico e de cor branca. Ele tem 58 anos; e ela, 54. Ele é apenas alfabetizado, e ela fez até a 2ª série do Ensino Fundamental, já a filha faz a 5ª série. A família mora em uma casa de tijolos com oito cômodos, que possui eletricidade, banheiro, fossa unitária e cisterna. Só há água encanada fora do sítio. O telefone público mais próximo fica a 150 metros, por onde se chega através de uma estrada de barro.

A terra de 2,5 ha em que moram e trabalham é de propriedade do homem. Nela, a família produz manga, pinha, feijão, mandioca, umbu e milho; extrai o sisal; faz artesanato; e também cria ovelhas. O casal trabalha na roça, no pomar e na criação; a filha faz trabalho doméstico e artesanato, junto com a mãe. Ele se ocupa do extrativismo. O pai e a filha dizem gostar do que fazem, e ela acrescenta ainda o seu gosto pela roça e pela criação, apesar de não se ocupar dessas tarefas. A mãe afirma não gostar do trabalho doméstico.

Há uma grande divergência nas respostas sobre a divisão do trabalho entre os membros dessa família, em quase todos os itens. Apenas nos itens “artesanato” e “trabalho doméstico” há concordância de todos/as de que essas são atividades desenvolvidas pela mulher mais velha, mas há controvérsias quanto ao fato de que sejam também realizadas pela filha.

Quem vende a produção de sisal é o dono do motor, e os produtos artesanais são comercializados pelas duas mulheres. A renda de R\$ 460,00 é gasta exclusivamente com as despesas da família. O homem já teve carteira de trabalho assinada, mas hoje não tem mais e também não tem registro no INSS. A mulher participa da Igreja Católica, do sindicato, da associação e da cooperativa.

Família 5

Essa é uma família chefiada por uma mulher de 49 anos, que mora com três dos seus seis filhos, todos do sexo masculino, de 25, 15 e 7 anos. Vivem em uma casa de taipa e tijolo, de quatro cômodos, com eletricidade, banheiro e cisterna, mas o esgoto e o lixo são jogados no mato, a céu aberto. A casa fica a 50 metros do telefone público mais próximo. Ela se auto-identificou como morena, é evangélica e fez até a 4ª série do Ensino Fundamental. A terra em que moram e trabalham é própria e tem 0,65 ha. Produzem milho, feijão, andu, abóbora, batata, ouricuri e palma; e criam galinha. Ela também extrai sisal, contratando uma pessoa para complementar o trabalho, por uma diária de R\$ 8,00.

A divisão de trabalho na família assim se expressa: ela faz o trabalho doméstico e cuida da roça e da criação, além de trabalhar como varredora de rua. Os filhos cuidam também da roça e fazem o extrativismo. Ela gostaria de ter um trabalho melhor, e o filho de 25 anos deseja ser operário. A venda da produção é feita por ela e pelo dono do motor de sisal. Há divergências quanto a quem assume o trabalho com a criação de animais, mas há consenso de que a mulher é a principal

responsável pela maior parte das tarefas da roça e do trabalho doméstico e também de que o filho mais velho faz o plantio na roça junto com a mãe.

Ela tem todos os documentos, com exceção da carteira do sindicato, e sua carteira de trabalho está assinada como varredora de rua. Ela participa da associação e da igreja.

Devolvemos, agora, a palavra para Elione, que, uma vez realizado o trabalho de campo, nos fala um pouco da sua experiência como pesquisadora:

A pesquisa foi muito proveitosa. Conheci melhor a comunidade. Descobri as diferenças de preços pagos pelos donos de motor, as dificuldades de algumas famílias para poder educar os filhos. Muitos se conformam com a situação que vive por achar que é de natureza, “Deus quis assim”.

Percebi que a comunidade ainda é um pouco desunida, a população não tem um objetivo, até as próprias famílias não o tem, o que resulta em toda a desordem familiar. Uns trabalham muito e outros trabalham pouco.

As minhas dificuldades foram: achar um período em meu tempo para realizar a pesquisa. Podem perceber que foram feitas duas coisas ao mesmo tempo no último final de semana. Houve rejeições por parte de algumas famílias em relação ao questionário, encontrar as famílias em casa.

A minha avaliação é que foi muito rica. Houve um aprendizado maior sobre a história da comunidade. Espero que a minha contribuição possa ajudar na construção deste diagnóstico.

ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL

5.1 Povoado de Mata Grande, Sergipe

Antigamente, a Mata Grande só tinha oito famílias. Como já diz o nome, era só uma mata e nela passava uma estradinha, onde a população transitava a pé. As pessoas que moravam aqui viviam da plantação de milho, feijão, algodão e mandioca. Faziam farinha com a mandioca. O milho e o feijão eram guardados em tonéis, e a farinha de mandioca, em caixões de madeiras, durante o ano todo. A produção de algodão era vendida para a cidade vizinha e era transportada em animais ou carros de bois durante todo o percurso, pois na comunidade não passava transporte, o primeiro que surgiu foi o caminhão. Atualmente, Mata Grande tem, aproximadamente, 180 famílias, a estrada está asfaltada, tem energia elétrica, água encanada, quatro orelhões, colégio público estadual, três escolas públicas municipais, posto de saúde, campo de futebol, três praças, padaria, duas mercearias, cinco bares, associação comunitária, duas igrejas (uma católica e outra evangélica), grupo de bordadeiras, agentes de saúde, pastoral da criança, pastoral da saúde, catequese, um conjunto habitacional com 39 casas e programas sociais como o PETI, Bolsa Escola e vale-gás.

O texto acima é a síntese de Maria Gisélia Ferreira sobre o povoado Mata Grande, no município de Itabi, em Sergipe. Gisélia é trabalhadora rural, ligada ao MMTR/NE, e entrou para o grupo de pesquisadoras com o trabalho já em curso, razão pela qual não temos a descrição de seu cotidiano de trabalho, que foi realizada nas primeiras oficinas de pesquisa. Apesar disso, ela seguiu todos os requisitos para coleta de informações, observou as condições de infra-estrutura e de organização social do povoado, entrevistou todos os membros maiores de 18 anos das cinco famílias selecionadas e produziu os dados sobre a comunidade.

A maioria da população reside na comunidade desde que nasceu, variando pouco o tempo de moradia entre as famílias entrevistadas. Os/As entrevistados/das, em sua maioria, são casados/as e, diferentemente do que ocorre em outros estados, têm muitos/as filhos/as. Todos/as são católicos, e a maioria se declara moreno/a. Em geral, a escolaridade não ultrapassa o Ensino Fundamental, até a quarta série, com exceção de uma família, que tem dois filhos com 2º grau.

Para chegar a Mata Grande, percorre-se um trecho de estrada asfaltada e outro de barro. As condições de moradia são, obviamente, comuns às cinco famílias selecionadas para estudo neste capítulo: a água para uso geral é encanada dentro do sítio, mas para chegar até a residência tem que ser transportada no lombo de animais. As casas são feitas de tijolos e cimento, a maioria tem cinco cômodos e um deles, em geral, é usado para armazenamento. A maioria tem eletricidade e banheiro, mas o esgoto e o lixo são despejados ao relento. O telefone público mais próximo fica a mais ou menos 150 metros.

Mata Grande fica em Itabi, um município localizado no sertão de Sergipe, com uma área de 202,07 km² e 5.174 habitantes, dos quais 2.650 são homens e 2.524 são mulheres. Há 3.388 domicílios permanentes no município, mas, destes, apenas 6,3% possuem banheiros ou sanitários com esgoto ligado à rede geral, 37% possuem abastecimento de água, e a coleta de lixo atinge apenas 24% das residências. A população conta apenas com seis unidades ambulatoriais de saúde, e não há nenhum hospital no município. Há 16 escolas de Ensino Fundamental e apenas uma para o Ensino Médio, de acordo com o Censo 2000, o que leva a que muitos/as jovens precisem estudar em outras cidades.

A distância entre Mata Grande e a sede do município é de aproximadamente 12 km, o que significa um razoável percurso até equipamentos sociais básicos, como posto dos correios, posto policial, hospital, escolas e mercados públicos, pois todos ficam na sede da comunidade. Em Mata Grande, as ruas são asfaltadas

e há transporte coletivo. Não há médico na comunidade; a assistência à saúde é feita no Hospital Regional da cidade de Glória ou na capital do estado, Aracaju. A principal diversão no povoado acontece nas festas de São João e da colheita, mas pessoas também costumam ir às festas das comunidades vizinhas.

Três das famílias envolvidas neste estudo vivem em terra própria e duas vivem em terra emprestada, uma do pai e outra de um parente do sexo masculino. Apesar de haver duas famílias chefiadas por mulheres, em apenas uma delas a titularidade da terra é feminina; na outra, a terra está em nome do pai da mulher; e, nas três famílias restantes, a titularidade é masculina. Mata Grande é a única comunidade em que uma mulher chefe de família possui a maior extensão de terra entre as famílias que entrevistamos — 11 ha —, enquanto, entre as outras famílias, a média é de 2 ha. O outro caso de família chefiada por mulher é também único em nossa pesquisa pelo fato de a mulher residir com o marido e, ainda assim, declarar-se chefe.

Os homens, em geral, trabalham na roça e na criação de animais de pequeno porte; já as mulheres estão presentes na roça, no artesanato e no trabalho doméstico. Os responsáveis pela venda, em geral, são os homens, com exceção de duas delas. A primeira é a já citada família chefiada por mulher, em que, apesar da presença do marido, a mulher vende os produtos junto com um dos filhos. Na segunda, cada um/a responsabiliza-se pela venda do seu produto, com a diferença de que as mulheres só produzem artesanato: a produção agrícola propriamente dita está nas mãos dos homens.

As famílias produzem e comercializam feijão, milho, fava, banana, mandioca, palma, frutas e também criam galinhas, mas, no período da pesquisa, uma das famílias não comercializou a produção. Soma-se isso à produção específica das mulheres que fazem crochê, bordados com ponto de cruz e rendendê.

A renda familiar é complementada, em algumas famílias, por aposentadorias e pensões. A renda familiar mensal varia de R\$ 480,00, em uma das famílias chefiadas por mulher, a R\$ 55,00, em uma família que tem dez filhos/as menores de 16 anos. O rendimento mais alto da primeira família deve-se à aposentadoria e pensão recebidas por duas mulheres. As outras duas famílias com rendimento mais alto também têm aposentadorias ou pensões como componente da renda. Além desses benefícios, nenhuma das famílias recebe qualquer outro auxílio advindo de programas sociais. Dois homens de duas famílias diferentes já tiveram carteira de trabalho assinada no passado. No entanto, é na família de rendimento

mais baixo que encontramos a afirmação de que tanto o homem quanto a mulher gastam o dinheiro em lazer: ela, passeando; e ele, “farreando”. Nas demais famílias, o dinheiro é consumido inteiramente nas despesas da casa.

Os desejos profissionais da maioria das pessoas guardam relação com aquelas profissões que são vistas socialmente como do universo masculino e feminino. No caso dos homens, registramos que eles gostariam de ser cozinheiros, representantes comerciais, vigias, pedreiros, ou policiais; já as mulheres responderam que gostariam de ser costureiras, faxineiras, professoras, telefonistas e vendedoras em lojas. O que havia de comum entre homens e mulheres era o desejo de ter um emprego, desde que fosse formal, que a ocupação não fosse rural e que fosse bem pago, com rendimento certo ao final do mês. Por oposição, essas pessoas queixam-se da informalidade da atividade rural, o que se liga à ausência de direitos; queixam-se da própria atividade rural e dos baixíssimos rendimentos que aí auferem.

Considerando a documentação básica — registro, RG, CPF e título de eleitor —, apenas em duas famílias todos os membros possuem todos esses documentos. Em relação à participação, a maioria das pessoas é integrante da igreja, da associação e do sindicato de trabalhadores/as rurais. Registramos apenas uma participação no grupo de mulheres e apenas uma família na qual os membros não têm nenhuma participação social.

Segue-se a apresentação das famílias, acompanhada da breve descrição da pesquisadora, a partir de suas observações.

Família I

Quem se levanta primeiro é um filho. Pega o burro e coloca na carroça e vai apanhar o leite do vizinho. Depois, o outro se levanta e cuida do café. Depois, o pai se levanta, chama as crianças, manda tomar banho para ir para a escola. Toma café e saem. O pai vai varrer a rua. A filha que é doente levanta por último. Na casa tem banheiro, tem fogão, mesa, cadeira, pia, armário, uma estante, uma televisão, um rádio, duas camas, um beliche, um guarda-roupa e uma cômoda. A frente fica para o asfalto. No lado direito tem uma malhada que cria umas ovelhas. No fundo tem uma área, uma lavanderia, um chiqueiro de porco, quatro pés de graviola, três pés de mangueira, um pé de bananeira. No outro lado tem uma casa vizinha (*Gisélia, pesquisadora*).

Nessa família, composta de um homem de 60 anos que vive com seis filhos e uma filha, todos/as moram no povoado desde que nasceram. Sua filha mais velha tem 27 anos, e o mais jovem tem sete. Todos/as declararam-se católicos/as e todos/as estudaram ou ainda estudam. Vivem em uma casa de tijolo e cimento, com cinco cômodos. A propriedade da terra é do pai, e a família produz milho, feijão, fava, mandioca, palma, cebolinho, hortelã, graviola, coco, goiaba, mamão, manga, banana, mamão, jaca; faz rendendê; e cria porco, ovelha e galinha. O homem trabalha na roça, na horta, no pomar e na criação, também é varredor, na Prefeitura Municipal, e faz abate de gado. A filha trabalha com artesanato, além do trabalho doméstico. Os filhos trabalham na roça, cuidam da criação e fazem algumas tarefas domésticas. Todos vendem a produção, menos a filha. O pai recebe uma aposentadoria e uma pensão, o que complementa a renda familiar. Todos têm registro, CPF e título de eleitor. O pai e um dos filhos têm também CTPS. Os homens participam da igreja; a filha e o pai, do STR; e aquela, também da associação.

Família 2

Quem se levanta primeiro é a mulher. Chama a filha mais velha para começar a luta. Uma cuida no café e a outra vai lavar roupa. Depois, o marido se levanta e começa a chamar os filhos e cuida em tomar café. Vai uns para a escola, outros vai para roça. À tarde, uns fica no PETI; e à noite, outros vai para a escola. Os pequenos dorme cedo. Na casa tem fogão, tem um armário velho, tem pote e um filtro. Tem uma mesa, seis cadeiras, três tamburetes, três camas e um guarda-roupa velho, um sofá e uma cadeira de balanço. A frente fica perto do asfalto. Do lado direito tem dois coqueiros e duas jaqueiras. Tem uma lavanderia, uma mangueira, mamoeiro e um chiqueiro de porco. No outro lado tem um bebedouro e tem água encanada e tem banheiro. Quem passeia mais é o marido (*Gisélia, pesquisadora*).

Essa família mora há sete anos no povoado; o homem tem 37 anos e a mulher, 34. O casal tem cinco filhos e cinco filhas, todos morando na mesma casa. A mulher estudou até o 3º ano do Ensino Fundamental; já o homem não estudou, mas sabe escrever. A casa onde moram é de tijolo e cimento, com cinco cômodos, dois dos quais são utilizados para dormir. Não há eletricidade, mas há banheiro. O esgoto é jogado no mato; e o lixo, no quintal, para ser coletado. O telefone público mais próximo fica a 1 km, e o acesso à comunidade é por via de

asfalto. A água, tanto de uso geral quanto para beber, é encanada dentro do próprio sítio, mas fica distante da casa e, por isso, é transportada em carro de boi, lombo de animais e na cabeça das pessoas.

A casa em que moram é emprestada por um compadre, mas a terra de trabalho é própria, estando em nome do homem. Produzem milho, feijão, fava, graviola, coco, mamão, banana, manga, jaca, caju, laranja, capim; criam porco, galinha, vaca e cavalo. O homem está principalmente na roça e na criação, sendo também responsável pela venda dos produtos. A mulher trabalha na roça e no pomar, faz bordados e o trabalho doméstico. Ambos gostam do que fazem, mas ela gostaria de ser representante comercial e ele gostaria de ter qualquer emprego. Ele já teve carteira de trabalho assinada. Diferentemente do homem, que não participa de nenhuma organização, a mulher é sócia ativa do sindicato e da associação.

Houve muita divergência entre os membros da família com relação à divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo. Os poucos consensos obtidos relacionaram-se à parte das tarefas de roça desenvolvidas pelo homem e, como era de se esperar, ao trabalho doméstico, sobre o qual houve uma grande concordância quanto ao fato de ser realmente realizado pela mulher.

Família 3

Na casa, quem se levanta primeiro é a mãe e chama o filho primeiro. Ela troca a velha sogra. Uma filha levanta e vai trabalhar em uma casa de família. O filho vai para a roça e o outro trabalha em uma firma, e os outros vão para a escola. A mãe vai lavar roupa e ainda cuidar das outras atividades. Na casa tem pia, fogão, gancho com alumínio, tem duas mesas, dez cadeiras, uma geladeira, uma estante, um som, uma televisão, um sofá, cinco camas, um guarda-roupa, uma cristaleira, três potes, um armário. Na frente, tem uma área. O terreiro, no lado, é cercado. No fundo, tem fruteira, lavanderia e outra área, terreiro, um banheiro e uma cozinha velha que guarda os vasos de legumes e mais algumas coisas. No outro lado, é só varrido, e quem mais descansa é a filha mais velha, porque ela tem problema nervoso, e o menor está esperando vaga para se operar (*Gisélia, pesquisadora*).

Essa é uma das famílias chefiadas por uma mulher. Ela tem 46 anos e vive com quatro filhos e duas filhas, com idades entre 9 e 25 anos, e com a sogra, de 99 anos. Ela frequentou a escola até o 1º ano do Ensino Fundamental, e apenas

uma filha concluiu o Ensino Médio. A casa onde moram é feita de tijolo, tem seis cômodos, eletricidade e banheiro com latrina escavada no solo. O lixo é levado na carroça para ser coletado. O telefone público mais próximo fica a 250 m, a água de uso geral fica fora do sítio e a de beber é encanada dentro do sítio.

A terra em que moram e trabalham é própria e a titularidade é no nome da mulher. Produzem milho, feijão, farinha, fava, palma, pimentão, couve, tomate, laranja, manga, carambola, coco, mamão, jaca, jenipapo, mandioca, cebola, couve, hortelã, cebolinho, caju e acerola; cria galinhas, cavalos e porcos; e faz rendendê, crochê e ponto de cruz. A mulher e um dos filhos são os principais responsáveis pelas atividades de roça, horta, pomar e pelo trabalho doméstico. Os outros filhos também trabalham na roça, na horta, no pomar e na criação de animais, mas com menor grau de responsabilidade. As filhas fazem principalmente o trabalho doméstico. Todas desejam ter um outro tipo de trabalho, como, por exemplo, ser jardineira, telefonista, representante comercial ou professora. Assim como nas outras famílias, também aqui a comercialização da produção é de responsabilidade masculina, nesse caso, dos filhos. A renda obtida com a venda da produção é complementada por uma pensão recebida pela mulher e pelo benefício previdenciário recebido pela sua sogra. Todos têm documentação, e a mulher chefe de família participa ativamente das atividades da igreja, do sindicato, da associação e do grupo de mulheres.

Família 4

Na casa, quem se levanta primeiro é a mãe. Cuida do café, bota a comida para as galinhas, depois vai chamar todos da casa para tomar café. Manda os menores para a escola, e o marido sai para a roça. Ela vai na casa dos pais para ver como eles amanheceram, faz alguma coisa, junta as roupas e vai lavar. Depois, cuida do almoço, descansa um pouco e vai na roça. Os menores ficam no PETI; e os maiores, na roça. Na casa, tem fogão, mesa, cadeira, banquinhos, cadeira plástica, armário, gancho de alumínio. Tem cinco camas, guarda-roupa, som, televisão e uma moto. Quem se diverte mais é o marido e a filha mais velha. Na frente da casa, tem área cercada. No lado, tem a casa da mãe e no outro é terreiro. No fundo, tem calçada, uma lavanderia, água encanada e o banheiro (*Gisélia, pesquisadora*).

Esta é a outra família chefiada por mulher, porém esta mulher mora com o marido, seus quatro filhos/as, duas netas e um tio, em uma casa de tijolo e

cimento, com sete cômodos, dos quais um é usado para armazenar os produtos agrícolas, com energia elétrica, água encanada fora do sítio e banheiro. O esgoto e o lixo são jogados a céu aberto, e o telefone público mais próximo fica a 150 m, sendo o acesso por estrada de barro e asfalto. Ela tem 44 anos e seu marido tem 47; os filhos/as e netos/as estão entre 11 e 17 anos.

A terra em que moram e trabalham, de 1 ha, é emprestada pelo pai da mulher. Produzem milho, feijão, abóbora, feijão-de-corda, cebola, couve, quiabo, hortelã, cebolinho, banana, caju, acerola, umbu, pinha; criam galinha; e fazem rendendê e ponto de cruz. Ela se dedica à roça, à horta, ao pomar e ao trabalho doméstico; o marido, à roça e ao pomar; e o filho mais velho também se dedica à roça e ao pomar e um pouco à horta e à criação. As respostas dos membros dessa família com relação à divisão sexual do trabalho são totalmente divergentes, com exceção, mais uma vez, das tarefas domésticas, sobre as quais todos/as concordam de que são responsabilidade da mulher. A comercialização dos produtos da lavoura é feita pelo marido, mas a venda de produtos oriundos da criação de aves é de responsabilidade da mulher e de um filho. Mesmo gostando do trabalho que realizam, todos/as gostariam de ser bem pagos fazendo qualquer outra coisa, ou seja, preferem o trabalho assalariado. O tio, que mora com a família, recebe aposentadoria, o que contribui para complementar a renda.

A mulher tem todos os documentos, com exceção de inscrição no INSS. O tio, o marido e o filho têm apenas alguns, mas nenhum/a deles/as tem carteira de trabalho e Previdência Social. Ela participa em vários espaços comunitários, especialmente nas atividades da igreja, do sindicato e da associação.

Família 5

Quem se levanta primeiro é o pai; depois, a mãe começa a fazer o café. Tomam e vão para a roça. As filhas vão bordar e os menores vão para a escola e os mais velhos só vão para a escola à noite e chega às onze horas da noite. Na casa, tem fogão de lenha, tem uma mesa, cadeira, pote, duas camas, um guarda-roupa velho, 4 tonéis para guardar legumes. Na frente, tem duas jaqueiras, um chiqueiro para prender as ovelhas. No lado, tem chiqueiro para prender os pintos. No fundo, fruteira. Dona Bemenda é uma mãe muito pobre. Tem muitos filhos. Teve dois partos e, de cada vez, um casal. Ela não tem luxo e nem conforto. Quem mais sai de casa é os filhos homens e as moças. Ela não tem uma casa confortável.

Esse casal tem doze filhos/as, dos quais dez residem com eles, sendo sete filhos e três filhas, entre 10 e 30 anos de idade. Moram em uma casa de taipa, com cinco cômodos, com eletricidade, mas sem banheiro. Os dejetos sanitários e o lixo são jogados no mato, e a água de beber vem de um curso natural de água dentro do próprio sítio.

A terra em que moram e trabalham, de 2,5 ha, é própria e está em nome do homem. Produzem milho, feijão, cebola, fava, coco, jaca, manga, banana, caju, capim; criam galinhas, burros e ovelhas; e fazem rendendê e ponto de cruz. O homem, em alguns períodos, contrata mão-de-obra, pagando diárias. As filhas fazem trabalho doméstico e artesanato. A mulher trabalha na roça e também faz artesanato. O homem cuida da criação, e os filhos cuidam da roça. Os homens também fazem diária para fora, isto é, vendem sua força de trabalho, em alguns períodos, para outros/as agricultores/as. Questionados sobre seus desejos profissionais, a mulher diz que queria ser faxineira; os filhos gostariam de ser vigia, policial ou trabalhar em escritório; e a filha deseja ser vendedora de lojas. O homem é o único membro dessa família que tem carteira profissional assinada; as outras pessoas têm apenas o registro de nascimento e o título de eleitor.

5.2 Sítio Cabaceiro, Alagoas

Em Alagoas, o povoado selecionado para a pesquisa foi o Sítio Cabaceiros, localizado em Inhapi, município de 374,17 km², com 17.768 habitantes, dos quais 8.639 são homens e 9.129 são mulheres (Censo 2000). Antonia Guerra, trabalhadora rural residente nesse povoado, foi a pessoa indicada pelo MMTR/NE para a realização da pesquisa, e é com ela que iniciamos este capítulo, com a sua descrição da comunidade.

O Sítio Cabaceiros começou com a família Guerra Prudente Rodrigues, aqui na comunidade, há mais ou menos 300 anos. Atualmente, mora 47 famílias. Por que o nome é Cabaceiros? Porque os primeiros moradores da comunidade deixaram meia tarefa de terra com três cacimba de água salgada para quem for Rodrigues Guerra e Prudente; muitos já foram embora. Os mais novos vão sendo donos. Tem família que tem medo de ser entrevistada, porque começa ano e termina ano e nada muda; só tem promessa que não agrada. A comunidade de Cabaceiros era tida como propriedade da família Guerra. A família possuía reserva de gado. A terra era considerada como terra solta. O pedaço de terra onde estava

localizada a água era doada, era proibida a venda. As famílias de Cabaceiros plantavam muita mandioca e tinham casa de farinhas. Com o passar dos anos, foram surgindo casas, definindo espaços da terra através de cercas e fazendo moradias, até formar a comunidade atual, com 50 famílias que vivem da roça ou da aposentadoria. Há 19 anos, tem uma luta do Partido dos Trabalhadores e passa por muitos embates políticos com outros segmentos ideológicos. As tradições culturais, como pastoril, reisado, festas juninas, estão perdendo suas raízes, já não mobilizam moradores como antes. A comunidade é bastante religiosa. Reúnem-se para rezar na quaresma, festa da padroeira, campanhas da fraternidade, mês bíblico, Natal, etc.

Inhapi é um pequeno município, no qual as condições de vida são muito precárias, mesmo na área urbana, como vimos no Capítulo 3. Há 3.838 domicílios permanentes no município, mas apenas 8,2% têm acesso à água encanada, pouco mais da metade (55,6%) tem energia elétrica e, na área urbana, 87,2% dos domicílios têm o lixo coletado pela prefeitura. Assim como nos outros municípios que estudamos, também aqui a situação de saúde e educação é precária: há apenas quatro unidades ambulatoriais e nenhum hospital, 67 escolas de Ensino Fundamental e apenas uma de Ensino Médio em todo o município (Censo 2000).

A sede do município fica a 9 km da comunidade, sendo necessária a utilização de moto ou carro, próprio ou de aluguel, para se chegar até lá. O Sítio Cabaceiros enfrenta imensas dificuldades com relação à oferta de serviços públicos: não possui iluminação pública, calçamento, telefones públicos, posto de correios, posto policial, hospital, posto de saúde ou mercado público. O acesso aos serviços depende, portanto, do transporte ou de longas caminhadas. As escolas públicas do povoado oferecem apenas até o 3º ano do Ensino Fundamental e, ainda assim, são muitas as dificuldades para a obtenção de vagas.

A diversão em Cabaceiros são as festas de casamentos e os festejos tradicionais, como o pastoril, o reisado, o samba de coco e as festas juninas. As rezas também são consideradas como momento de encontro entre as pessoas e, em certo sentido, ocupam o espaço de lazer na vida delas. Um outro espaço de participação social são as organizações comunitárias existentes em Cabaceiros, como a associação de produtores/as, os grupos de jovens ou de mulheres, os grupos religiosos e o sindicato de trabalhadores/as rurais.

Em Cabaceiros, o Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais está presente, incentivando a documentação e facilitando o acesso a benefícios sociais, como o

salário-maternidade, a aposentadoria ou a própria inscrição no INSS. Também está organizada uma associação de moradores que atua em torno de projetos para conquistas de serviços básicos, como eletrificação e telefonia, e também orienta os/as agricultores/as com relação a plantação, custeio e aquisição de sementes. A Pastoral da Criança acompanha o desenvolvimento das crianças em relação a peso e nutrição, através de visitas às residências e orientações às mães, e o grupo de mulheres se reúne com alguma frequência para debater as questões específicas das mulheres.

Antonia integrou-se ao grupo de pesquisadoras quando já havíamos percorrido uma primeira etapa do trabalho, referente à construção do problema, mas a sua região esteve presente desde o início do trabalho, através da participação de Ana Rosa, agricultora residente no mesmo município, que esteve em nossas primeiras oficinas. É ela quem nos conta, portanto, a respeito do seu cotidiano:

Eu moro em Inhapi. Em época de chuva, levanto às três da manhã. Faço fogo e café. Ponho feijão no fogo, tomo café. Às cinco horas, vou pra roça. Ando uma hora e trinta minutos a pé. Preparo a terra e planto milho e feijão-de-corda. Arranco andu, palma e capim. Mudo o cavalo, boto ração pra vaca, galinha e porco e levo o almoço (a bóia-fria). Às cinco horas, volto da roça. Meus dois filhos trabalham na roça. Um trabalha de manhã e o outro, à tarde. A filha cuida da casa e da cozinha. Os três estudam. Quando volto da roça, vou cuidar dos animais, escolher feijão, cuidar da janta. Chamo os filhos pra rezar e vou dormir às oito da noite.

Num dia de verão, acordo às três da manhã, vou buscar água salgada, ida e volta leva uma hora. Carrego lenha durante a seca, para ter no inverno, e onde acho lenha, derrubo de machado. Cavo “contas de chão” para juntar água no inverno. Cuido dos bichos. Ao meio-dia, tomo “fuga”. Começa tudo de novo. Quebro milho, bato milho, faço cerca, faço as coisas de casa. No verão, durmo mais cedo. Escuto a “Voz do Brasil” e vou dormir.

Sábado, no verão, boto água e lavo roupa. É um dos dias de mais tarefa. Aproveito os meninos e trabalho o dia todo. Domingo é dia de faxina (varrer as telhas, as paredes, lavar a casa). Visitar doentes. Vou

pra missa “ali”, ando uma hora. Escuto todo dia “Ave-Maria”, às seis horas. É um dia pra comer melhor. Fazer cuscuz, matar galinha. Durmo à mesma hora. Vou para a associação. Vou à festa de casamento. Vou à reunião das mulheres.

Antonia entrevistou os membros de seis famílias, acrescentando uma ao sugerido pela metodologia da pesquisa, considerando famílias com crianças e idosos e pelo menos uma tendo a mulher como chefe de domicílio. É ela quem nos explica por que fez assim, acrescentando uma nota trágica à já difícil vida que levam na comunidade, por conta das mortes, causadas pela violência, para aqueles que migraram:

Olhem, eu trabalhei com seis famílias porque os questionários era pouco; porque os jovens, uns casam novos e outros vão para São Paulo. Aqui, muitas mães estão de coração magoado de chegar tantos jovens empacotados, mortos, chegando de São Paulo. A semana passada, chegou um aqui em Inhapi, de 16 anos, pouco tempo tava. A mãe dele é amiga minha.

Antonia nos narra também um pouco das dificuldades encontradas para aplicar os questionários da pesquisa:

No trabalho, eu vi amiga ajudando a outra a varrer o terreiro, criança de nove anos arrumando a janta, muitas trabalhando... Eu chegava na casa e voltava... Teve família que marcava o dia, depois falava que a roça estava apressada... Vi gente se divertindo nos dias de domingo, moendo cana para fazer garapa para beber e ouvir bingo... Vi gente reclamando que trabalha tanto e depois da safra vende para pagar as mercadorias, a sobra que fica é pouco para comer porque só vende aos atravessadores.

A maioria das pessoas entrevistadas reside na comunidade há mais de 30 anos, é casada e a família tem em média sete filhos. A escolaridade das pessoas entrevistadas chega, no máximo, ao Ensino Fundamental, ou seja, à 4ª série. Em geral, as pessoas se auto-identificam como morenas, e a religião que predomina é a católica.

As condições de moradia no povoado são bastante precárias. A água de uso provém de poços ou cacimbas fora dos sítios e, portanto, distante dos locais de moradia, sendo transportada no lombo de animais. As casas são feitas de tijolo e cimento, a maioria tem, em média, sete cômodos, um dos quais é geralmente

utilizado para armazenamento de produtos agrícolas. Há eletricidade na maioria das casas, mas não há banheiros nem esgotamento sanitário, e o lixo e os dejetos são despejados nas redondezas, a céu aberto. O telefone público mais próximo fica a mais ou menos uma hora de caminhada por uma estrada de barro.

As condições de vida das pessoas em Cabaceiros não diferem substantivamente das condições sociais do estado de Alagoas, que é um dos mais pobres do país. Nesse caso, a dificuldade de deslocamento e transporte encontrada pelos/as agricultores/as leva-os/as a utilizar a rede de atravessadores para escoar a sua produção, o que reduz as suas possibilidades de ganhos diretos. Apesar de algumas famílias serem proprietárias de terra, nenhuma delas tem acesso a crédito para financiamento ou assistência técnica e também não apresenta um grau de organização social suficiente para facilitar o desenvolvimento do trabalho produtivo e o acesso ao mercado agrícola. Para muitas delas, portanto, a produção reduz-se apenas ao necessário para a subsistência.

Entre as famílias que têm terra, a titularidade é no nome do homem e a área média é de 20 ha. Na produção, predomina o cultivo de feijão, milho e palma e a criação de porcos e galinhas. No período da pesquisa, apenas três famílias comercializaram parte de seus produtos, o que é mais um indicativo da predominância de uma agricultura apenas para consumo familiar.

Os homens estão predominantemente nas atividades de roça e criação de animais; já as mulheres estão presentes nessas duas atividades e ainda no trabalho doméstico, que, junto com a criação de galinhas, é percebido pela maioria das pessoas como tarefas femininas. As divergências com relação à divisão sexual do trabalho concentram-se nas atividades do pomar, que, como vimos no Capítulo 3, são entendidas como atividades realizadas por toda a família. É provável que a parcialização das tarefas e a eventualidade de sua realização, características do cultivo de árvores frutíferas, dificultem a percepção dessas atividades como trabalho.

Todos/as informam que estão satisfeitos/as com o trabalho que realizam, contudo, algumas mulheres gostariam de ser costureira, e outras queriam qualquer outro trabalho, desde que fosse mais leve; já alguns homens gostariam de trabalhar em uma atividade que fosse remunerada. Chama a atenção aqui a diferença entre os desejos das mulheres e dos homens em relação às mudanças de atividade profissional. De um lado, há o sonho masculino do assalariamento, que aponta para a possibilidade de obtenção do sustento sem a submissão ao desgaste físico

do trabalho na roça, e, por outro, muitas mulheres, possivelmente pelo mesmo motivo, almejam um trabalho mais leve. Embora os desejos se assemelhem, parecem-nos também estarem imbuídos da representação social sobre trabalho feminino e masculino, que confere ao homem a responsabilidade pelo sustento e às mulheres a perspectiva de não realizarem trabalho pesado. Entretanto, e ao mesmo tempo, pode significar também um profundo desejo das mulheres de saírem do trabalho pesado real, uma vez que acumulam as diversas tarefas no trabalho produtivo, na roça e na criação de pequenos animais, com aquelas das quais depende a reprodução das pessoas da família, sem a menor perspectiva de compartilhamento igualitário com os homens.

Em todas as famílias, com exceção daquela que é chefiada por mulher, onde não há produção suficiente para a venda, a responsabilidade pelas atividades de comercialização da produção é do homem. Os poucos rendimentos das famílias que não alcançam a média de meio salário mínimo mensal são inteiramente utilizados para a compra de alimentos, roupas e remédios.

A maioria das mulheres e dos homens não possui carteira de trabalho assinada e não recebe quaisquer tipos de benefícios sociais ou previdenciários. Essas trabalhadoras e esses trabalhadores não possuem a inscrição do INSS nem a carteira de associação no sindicato. Em relação à participação social, os homens participam das atividades da igreja, da associação e da cooperativa; e as mulheres participam do grupo de mulheres e das atividades da igreja.

Apresentamos agora algumas características de cinco das seis famílias selecionadas para o nosso estudo, antecedidas pela vívida descrição dos ambientes feita por Antonia, que revela, de modo muito sensível, a precariedade das condições de moradia na localidade.

Família I

No telhado, duas bicicleta, uma escada, uma bola de arame, dois balaio. Na sala, tem sofá, uma estante, uma TV, tem santos, tem um espelho, tem uma mesa, bateria, armário, geladeira. No quarto, uma cama, guarda-roupa. Na cozinha, fogão, dois potes. Na área, fogão de lenha, um pilão, uma máquina, lenha rachada, uma bacia com a louça, um balde no terreiro de trás, um tambor, banheiro, casa de galinha. Coloca, uma a uma, panela de barro na pia para lavar pano. Um buraco de cisterna cavado. Ao lado, uma casa com carro de boi, uma

carroça, um pé de cajueiro, outro tambor, duas grade, um pneu de tirar lama. Na frente, um pé de serigüela, um pé de rosa cheio de flor, um outro quarto, uma cama, dois guarda-roupa. Na mesma hora, chegou um trator no terreiro para cortar a terra. Eles tomam o café com beiju. Um dos filhos tava na escola. O dono e dois filhos tavam na roça. A mulher lavando louça e fazendo a janta.

Nessa casa, vive um casal, ele com 52 anos e ela com 51, que tem 12 filhos/as, dos quais apenas quatro residem com eles, três rapazes, de 17, 13 e 9 anos, e uma menina, de 10 anos. Moram na comunidade há cerca de 21 anos e declararam-se católicos.

As condições de moradia são comuns às das outras famílias do povoado. A casa tem seis cômodos, um dos quais é utilizado para o armazenamento da produção. A terra em que vivem e trabalham, com área de 15 ha, está no nome do homem e nela produzem milho, feijão, palma, mandioca, capim e também criam porco e galinha e possuem um boi de serviço. A venda da produção é feita pelo homem, mas nenhum membro da família conseguiu informar qual a renda familiar. O homem trabalha na roça, a mulher cuida da criação e das atividades domésticas. Todos/as gostam do que fazem, mas ela gostaria de ter outro trabalho que requisitasse menor esforço físico.

Nas atividades de trabalho, a família se divide da seguinte maneira: na roça, o homem destoca; limpa; aduba; planta; faz a colheita, a seleção de sementes, o armazenamento e a comercialização; a mulher também planta, limpa, colhe e armazena; os/as filhos/as também participam, fazendo destoca, limpeza, adubação, colheita e armazenamento. Com esse levantamento, com base nas respostas de cada membro da família, embora se registrem divergências que não foram aqui citadas, identificamos que toda a família assume as diversas tarefas da roça, sendo apenas a seleção de sementes e a comercialização atividades que requerem poder de decisão e restritas ao homem adulto.

A participação do homem na criação de aves recebeu muitas respostas divergentes. É consenso entre os membros dessa família que a mulher assume essas responsabilidades. Ela alimenta, dá água, faz a prevenção de doenças e o controle do choco. Há divergências entre os membros da família sobre quem vende as galinhas. A participação dos/as filhos/as nessa atividade também não é percebida igualmente por todos/as. Quanto à criação de porcos, há consenso que é o homem quem vende e a mulher quem dá alimentação e água, isto é,

cuida das criações no dia-a-dia. A mulher também faz a ordenha da vaca; já a prevenção de doenças é feita pelo homem.

Nas atividades listadas como domésticas, a participação do homem restringe-se a a fazer a feira e comprar os remédios; sobre os outros itens, há divergências quanto à participação dele. Já sobre o trabalho da mulher, há consenso em que ela cozinha, busca água, lava louça, lava roupa, arruma a casa, cuida dos doentes, faz remédio caseiro, conserta roupas, ajuda nas tarefas escolares, varre o terreiro e também em que ela é responsável por comprar roupas e ir às reuniões na escola dos/as filhos/as.

O casal nunca teve carteira de trabalho e não recebe nenhum tipo de benefício social ou previdenciário. O homem participa da associação e da cooperativa, e a mulher participa das atividades da igreja, do sindicato e do grupo de mulheres.

Família 2

Na sala, tem retrato de santos. Os tamboretos, quatro cadeiras, uma mesa, um espelho em um quarto; uma cama e um guarda-roupa em outro quarto; duas camas na outra sala; dois sacos de legumes. Uma mesa, um armário, um filtro, uma bateria, uma TV na sala de jantar; um fogão, uma mesa, um pote e uma geladeira. Dois vasos de legumes, uma máquina de plantar. Duas roçadeiras, uma medida e uma bacia. Um pilão, um balde, três panelas de ferro. Um pote, uma pia de lavar louça, uma vassoura, um rolo de ralar milho maduro, duas bacias na área da cozinha, um moinho de milho, um fogo de lenha e lenha partida. Um pote e uma pá de jogar terra no terreiro. Um banheiro, uma dormida das galinhas, um tanque de juntar água. Na teia, umas plantas de remédio; ao lado, dois tambor. Na frente, um poste com lâmpada, uma casinha com um carro de boi. A cocheira de colocar palma para os bois. Dois arados, quatro escadas, três balaies e um pneu de tirar lama do barreiro, quatro enxadas.

Esse casal tem dez filhos/as, mas só dois filhos e uma filha moram com ele, o filho mais velho tem 28 anos, a filha tem 17 e o mais novo tem 6 anos. Vivem nas mesmas condições de moradia predominantes no povoado, com água fora do local de residência, sem esgoto e eletricidade e com todos os serviços públicos distantes da casa. A casa deles/as é feita de tijolo e barro, tem seis cômodos e um deles é utilizado para armazenamento.

A terra de moradia é emprestada pela família, e a de trabalho, com área de 40 ha, é própria, em nome do homem. Nela, a família produz milho, feijão, palma, mandioca, capim, banana e serigüela; criam galinhas, porcos e ovelhas; e têm ainda cavalo e boi. A venda da produção é feita pelo homem, e a renda mensal da família é composta, além disso, da aposentadoria da mulher. Todos os membros da família gostam do que fazem e não possuem outros desejos profissionais. Nenhum/a deles/as teve ou tem carteira de trabalho assinada e também não recebe benefícios sociais ou previdenciários. O homem tem inscrição do INSS e, assim como a mulher, todos os outros documentos. Os dois participam das atividades da igreja e do sindicato, mas ele integra ainda a associação e a cooperativa, e ela participa do grupo de mulheres.

Pelas respostas dadas por cada membro da família sobre a divisão sexual do trabalho, pode-se afirmar, considerando aquelas que são consensuais, que, na roça, o homem assume a maioria das tarefas, e a mulher e um dos filhos participam no período da colheita. Já no cuidado com as aves e na criação de porcos, a presença parece ser predominantemente da mulher, enquanto a vacinação e a comercialização ficam a cargo do homem. Todavia, merece destaque a constância da divergência com relação às tarefas produtivas realizadas por cada membro dessa família. Nas tarefas domésticas, registra-se um índice maior de consenso, pois todos/as concordam que é a mulher quem cuida dos doentes, levando-os aos serviços de saúde, faz remédio caseiro, conserta roupas, vai a reuniões da escola, ajuda a criança nas tarefas escolares, compra roupas e barrea o fogão. Concordam ainda que o homem também leva os doentes aos serviços de saúde, compra alimentos, compra remédio e conserta a casa; que o filho busca água e racha lenha; e que a filha varre o terreiro. Porém, sobre o restante das tarefas domésticas, há controvérsias, inclusive a respeito de quem prepara a comida diariamente, lava roupa, lava louças e arruma a casa, que, como vimos em outras famílias, são atividades mais claramente identificadas como de responsabilidade das mulheres.

Família 3

Na sala, retrato de imagem católica, meio saco de feijão, uma rede armada com uma criança, um espelho; dois tamboretos em um quarto, uma cama, uma rede, um guarda-roupa. As crianças brincando na sala de jantar, uma bateria com alumínio, um filtro, dois potes, um armário, uma mesa, um fogão, um bujão, uma quartinha, um gravador.

No outro quarto, uma cama, um saco de farinha. As roupas, sempre de gente que deram; a comida é feijão, farinha e ovos de galinha de capoeira. Uma peneira de peneirar feijão. A mulher reclama porque dá de mamar e não se alimenta, rinchando-se com tanta criança bagunçando. A mãe toda aperreada com eles e tantas roupas para lavar. Doente, e o esposo mandando ir plantar feijão. Ela falou que não podia, tava com o fogo muito curto e tem muitas preocupações. Meio-dia, ela disse que tava tremendo e não tinha almoço pronto. Ainda ia lavar a louça para poder comer. O esposo na roça, plantando feijão. O piso da casa é de barro. As crianças tomando café antes do almoço. Ao lado da casa, dois balaio. Atrás da casa, um carro de boi, um tambor; ao lado, uma bananeira sofregando. Na frente, dois pé de ouricuri, um pouco de tijolo. Uma corda de pano para secar. A criança pedindo bolacha à mãe, mas não tinha, e a mãe toda aperreada.

Assim Antonia registra a sua observação sobre essa família, que mora na comunidade há um ano. O homem tem 35, e a mulher tem 29 anos. O casal, ambos católicos, tem cinco filhos/as, todos/as menores de sete anos e morando com ele.

A casa é feita de tijolo e barro, tem cinco cômodos, dois dos quais são utilizados para dormir e um outro é usado para armazenamento da produção. Não há eletricidade nem banheiro, o esgoto sanitário e o lixo são jogados a céu aberto, o telefone mais próximo fica a 2 km, e o acesso ao sítio é em estrada de barro. O casal cuida da roça e da criação e diz gostar do que faz, mas ele gostaria de ter um emprego remunerado, e ela diz que, apesar de gostar das tarefas domésticas, gostaria de ser costureira. Nenhum dos dois tem carteira de trabalho nem recebe qualquer benefício social ou previdenciário. Os dois participam das atividades da igreja, e a mulher participa também do grupo de mulheres.

A família produz, como meeira, milho, feijão, mandioca, batata, melancia e abóbora e cria porcos e galinhas. A venda da produção é feita pelo homem, e a reduzidíssima renda da família é utilizada para comprar alimentos e remédios. No que toca à divisão sexual do trabalho, o homem destoca, prepara a terra, planta, seleciona as sementes, armazena os produtos e comercializa os produtos de roça. A mulher também destoca, limpa, colhe e armazena. Sobre o restante das tarefas da produção agrícola, as respostas do casal são divergentes a respeito de quem executa o quê. Nas atividades ligadas à criação de aves, há divergências sobre as responsabilidades do homem, mas quanto às da mulher, há consenso

de que é ela quem alimenta, coleta e seleciona ovos e faz a prevenção de doenças. Cuidados semelhantes, ela tem na criação de porcos, enquanto o homem faz o controle de abate e venda.

Quanto ao trabalho doméstico, há consenso sobre algumas tarefas: o homem apanha a água, leva doentes aos serviços de saúde, compra roupas e remédios, faz a feira, conserta a casa, apanha e racha a lenha e barrea o fogão. A mulher cozinha, também apanha água, lava louça, lava roupa, arruma a casa, cuida das pessoas doentes e as leva aos serviços de saúde, faz remédio caseiro, conserta roupas, cuida das crianças e varre o terreiro. O restante das respostas sobre as tarefas de ambos é divergente.

É interessante registrar que as respostas dadas pelo homem e pela mulher sobre as tarefas, ligadas à vida doméstica ou à produção, feitas pelas crianças são sempre divergentes. Isso pode indicar uma forma diferenciada de ver o trabalho das crianças por parte do pai e da mãe, talvez produzida por maior e menor contato cotidiano com elas.

Família 4

A calçada é de barro. Na sala e nos quartos, o piso é de cimento. Na sala, um espelho, uma mesinha, um sofá, duas cadeiras, quase só nas tábuas. Um guarda-roupa, um berço, uma cama de solteiro; no outro quarto, uma cama de solteiro. Na cozinha, um fogão sem bujão, um filtro, um armário, uma máquina de plantar feijão, um caldeirão com a louça. Dentro, um pé de alumínio. Não tem panela. Três tripé faz o fogo, dois balde, uma pá de jogar terra, uma vassoura. O quintal é feito de madeira, um pouco no chão. O lixo é jogado em um buraco no quintal. Tem um pé de goiaba, uma corda de roupa para secar. Um bacia de lavar roupa. As roupas é sempre de gente que não tem nada. A frente seguinte ao lado direito, a igreja católica romana.

Essa família é chefiada por uma mulher de 31 anos, católica, que mora no povoado há 11 anos e tem sete filhos, cinco meninas e dois meninos. A filha mais velha tem 15 anos; e a mais nova, apenas dois. A casa é de tijolo, com cinco cômodos, dois deles sendo utilizados para o armazenamento da produção. Há eletricidade, mas não há banheiro. O esgoto é despejado nos arredores, e o lixo é queimado. Na casa vizinha, há telefone. Há água dentro do sítio, tanto para o uso geral quanto para beber, que é transportada para a residência na cabeça das pessoas.

Essa família não tem terra. Ela trabalha como meeira e produz milho e feijão, mas a produção não é vendida, serve apenas para consumo. Além da atividade agrícola, ela faz o trabalho doméstico de sua própria casa e faz faxina em outras residências, mas gostaria de ser costureira. Sendo chefe de família, sem outro adulto em casa, é ela a responsável por todas as tarefas ligadas à agricultura: destoca; planta; limpa; faz colheitas, seleção de sementes, armazenamento e comercialização, quando é o caso. A filha mais velha também trabalha na roça, mas apenas nos períodos de limpeza da terra e da colheita, e, junto com a mãe, faz todas as atividades domésticas.

A renda mensal da família é muito abaixo do salário mínimo. Ela nunca teve carteira de trabalho assinada e também não recebe benefícios sociais ou previdenciários, faltando-lhe também a carteira de identidade. Ela participa das atividades da igreja e do sindicato, mas enfrenta dificuldades para freqüentar as reuniões por falta de dinheiro para transporte.

Família 5

Na sala, imagem católica. Meia dúzia de cadeira. Uma rede armada para as crianças. Um espelho, uma estante, um gravador. Em um quarto, uma cama de casal, uma rede armada com um neném, três guarda-roupas, uma bacia de pano. Em outro quarto, duas camas; no outro quarto, três camas e uma rede. Na sala de jantar, um pote, uma mesa, um armário, um fogão, um bujão, uma bateria com os alumínio. Na cozinha, um pote, duas panelas com a janta e outra com carne. Três balde; quatro bacias; uma mesinha; um pé de alumínio com panela e bacia; dois tamboretas; duas vassouras no armazém; cinco vasos, uns de lata; máquina de plantar; enxada ao lado da cozinha. Uma cisterna, uma lotada, uma mesa, quatro tamboretas na mesa. A louça, duas mamadeiras, duas faca de cortar carne, dois potes, três tambor. Uma bicicleta, uma panela de barro, um pé de muim, um lavador de louça feito de madeira, um fogão de carvão atrás, um pote, um pé de mamão sofregando, dois pés de ouricuri, um pé de remédio. O outro lado lava pano, uma bicicleta na frente, um carro de boi e um arado. Canga roçadeira, máquina de plantar. Uma casa de colocar carro de boi. Um pé de imbu, de laranja. O homem disse que os filhos não trabalham na roça porque os filhos estudam e isto dificulta na renda da família.

As condições de moradia neste domicílio, como se vê, são as mesmas das outras famílias desse povoado, sendo que o fato desta possuir um carro de bois facilita o transporte da água e da produção. A casa também é de tijolos e um pouco maior, pois tem sete cômodos, e os produtos são armazenados em apenas um deles. A terra é própria, com título em nome do homem, e tem uma área de 3,3 ha. Produzem milho, feijão, mandioca, palma, pinha, caju e cana; criam porcos, ovelhas e galinhas; e têm cavalo, égua e bois de serviço. É uma família grande, com 11 pessoas: um casal — ele com 47 anos, e ela com 34 — e nove filhos/as, oito meninos e rapazes entre dois meses e 20 anos e uma menina de dois anos de idade.

A venda da produção é feita pelo homem. Há consenso entre os familiares de que é ele quem realiza a grande maioria das tarefas da roça e divergências em relação àquelas ligadas à criação e ao trabalho doméstico. Também é consensual a informação de que a maioria das atividades domésticas é desenvolvida pela mulher; já na roça, só há respostas coincidentes no que toca à participação das mulheres na limpeza, no plantio e na colheita. O homem e o filho, apesar de afirmarem que gostam do que fazem, desejam um trabalho mais leve, e o filho gostaria de ter um emprego remunerado. Não recebem benefícios sociais ou previdenciários, mas o casal tem todos os documentos e participam das atividades da Igreja Católica e da associação, sendo a mulher também integrante do sindicato.

5.3 Povoado de Fazenda Nova, Pernambuco

Os resultados que trazemos a seguir foram produzidos por Juscelina Martins do Amaral, que fez o trabalho de pesquisa em Pernambuco, no povoado Fazenda Nova, localizado no município de São José do Egito. Juscelina é trabalhadora rural e participa do MMTR/NE. Na primeira oficina de pesquisa, Juscelina foi instada a falar de si mesma, a contar como vive, em que condições, como trabalha, como é o seu dia-a-dia em várias épocas do ano. O depoimento a seguir mostra um pouco da sua vida:

Eu moro na zona rural, em um sítio denominado Fazenda Nova, onde vivem a minha família e amigos. Todos vivem da agricultura, pois esta é a fonte de sobrevivência. Minha casa é grande, tem sete cômodos. É de tijolos e foi uma herança da minha tia que me criou após o falecimento da minha mãe. Meu ano é cheio de várias atividades, de acordo com a divisão do período anual. Nos meus dias, faço várias

atividades: participo das reuniões na comunidade, no núcleo, na associação; e, nos sábados, trabalho com uma turma de catequisandos da primeira eucaristia.

Eu cuido das cabras, das galinhas, perus e guiné. Às seis da manhã, dou comida, troco água e coloco remédio de prevenção. Às seis e meia, um rapaz tira o leite das cabras pra mim. Às sete da manhã, amarro as cabras na roça. Às oito, vou pra cozinha, boto a comida no fogo, arrumo a casa e ligo a Rádio Pajeú pra ficar informada. Às onze e meia, almoço e lavo os pratos; às doze horas, dou água aos bichos e troco eles de lugar. Às quatro e meia da tarde, dou ração pros bichos. Às cinco da tarde, ligo o rádio pra ouvir o Forró do Mução; e, às seis da noite, vejo novela e o NE TV. Às nove da noite, vou dormir. Participo ainda das reuniões do meu sítio, da comissão de mulheres do STR, que é na cidade, e faço formação política-partidária.

Meu ano é assim: em janeiro, preparo as terras. Em fevereiro, são as trovoadas, as sementes são selecionadas para plantio. Depois, é o Dia Internacional da Mulher. Abril é mês da planta e da Campanha da Fraternidade. Em maio, a lavoura tá no meio do caminho; é o mês Mariano em família. Junho é colheita, frio, festa junina, arraial e quadrilha; e julho é a época da debulha, de guardar a produção. Agosto é o preparo da ração (o pasto, as palhas); setembro é trovoadas de novo, broca e plantio de palma. Em outubro, preparo as terras. Novembro é expectativa do plantio; e dezembro é o momento forte do Natal em família. Se chover, plantio.

No inverno, acordo às cinco da manhã, faço o café, cuido da alimentação das galinhas e vou amarrar duas cabras na roça. Depois, venho cuidar da comida para alguém que trabalha na minha roça. Isto é serviço pesado que não posso fazer. No final de semana, no sábado pela manhã, assisto reunião no salão paroquial e, à tarde, fico com as crianças no salão comunitário. Vou à missa todas as primeiras sextas, segundas, quartas e sábado e terceiro domingo. A igreja fica a 17 km. A capela, a 3 km. No inverno, tudo é mais fácil. Tem riacho. Os animais ficam saudáveis, temos alimentação.

Na época do verão, o tempo é muito triste. O sol forte queima as plantações, o vento sacode a poeira e as folhas, tudo é triste. Tem que

comprar milho pros animais, farelo de trigo, medicação (os animais adoecem mais). Vacinar as cabras, verminose no gado. Acordo antes de cinco da manhã. Durmo antes de nove. Minha casa tem luz. Pago para um menino botar a água, que fica a 2,5 km. Tenho um poço para aguar o capim.

Os depoimentos mostram que o cotidiano de Juscelina é profundamente ligado ao trabalho, tanto no plano doméstico como no plano da produção ou no cuidado com os animais. É possível observar, entretanto, que, pelo menos aparentemente, ela não faz uma distinção entre esses dois tipos de trabalho. O cuidado com as criações se apresenta como se fosse uma continuidade das tarefas de casa, apesar de ser um trabalho que, a princípio, confere rendimentos. Quando apresentou o cronograma de trabalho anual, Juscelina registrou todo o processo de trabalho na roça, mas não descreveu as tarefas ligadas à comercialização da produção, do que se pode inferir ou que ela não participe desse momento ou que a venda é, de tal modo, rara ou mínima que não apresenta grande importância no processo.

Também chama atenção a múltipla atuação, social e política, de Juscelina em sua comunidade. Ela assume tarefas na Igreja Católica, no Sindicato de Trabalhadores Rurais e em um partido político, além de organizar reuniões em seu sítio e de ser integrante do MMTR/NE. Essa multiplicidade de esferas de participação social, conforme observamos em outros momentos, parece ser comum às mulheres rurais que assumem uma perspectiva de atuação nos movimentos sociais. Apesar da importância dessa participação cidadã, temos que reconhecer que ela gera uma sobrecarga de tarefas que, aparentemente, reduziria a possibilidade de algum tempo livre para essas mulheres, mas, na prática, é vivida por elas como uma ampliação positiva de suas experiências de vida.

O Povoado

O povoado de Fazenda Nova fica no município de São José do Egito, no estado de Pernambuco. É um município de 779,95 km² de extensão territorial, habitado por 29.468 pessoas, das quais 14.331 são homens e 15.137 são mulheres. O povoado de Fazenda Nova sempre fez parte do município de São José do Egito e fica próximo ao distrito de Riacho do Meio e ao povoado de Juazeirinho.

Juscelina descreve o povoado onde reside:

Fazenda Nova é uma comunidade grande, mas com poucos moradores. As primeiras famílias que chegaram foram as de Gonçalo, Martins e Joaquim Toto. O primeiro vendeu a sua propriedade a José Leite, vulgo Zé Orfã, a terra onde hoje é Fazenda Nova. Nas famílias que iniciaram, foram nascendo os filhos, e eles foram construindo suas casas junto às casas dos pais. Algumas outras famílias chegaram de fora, mas a maioria são descendentes dos que iniciaram. Outros descendentes foram embora, tentar a vida no sudeste, na Bahia e em outros locais. Hoje, são 70 famílias em Fazenda Nova. Nunca houve muitos conflitos na comunidade, mas duas propriedades tiveram sérios problemas com débitos, sendo que um proprietário ficou sem nada. Em Fazenda Nova, há várias organizações: associação comunitária, grupos de jovens, grupo de mulheres. Há também catequese de crisma e primeira eucaristia. Está sendo construída uma capela, onde serão realizadas as celebrações (católicas).

Como outras localidades rurais, Fazenda Nova é privada de vários serviços públicos. Ela fica a 21 km da sede do município e não há linha de ônibus regular, as pessoas têm que usar “lotações” que dificilmente cumprem os pré-requisitos legais de transporte de passageiros. Próximo ao povoado, há rio e açude, o que facilita o acesso à água, já que não há rede de distribuição de água tratada, mas é necessário transportá-la para as residências, o que é feito, geralmente, com a força dos próprios moradores ou no lombo de animais. No povoado, não há calçamento nem iluminação pública; há eletricidade apenas nas casas, pela qual cada família responsabiliza-se pelo pagamento. Também não há telefone público, posto dos correios, posto policial, hospital, posto de saúde ou mercado público. Todos esses equipamentos sociais existem, funcionando, na sede do município, que, como vimos, exige transporte para se chegar até ela. Em Fazenda Nova, há uma escola com turmas de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental pela manhã, e para jovens e adultos à noite, e não há dificuldade em se obter vagas, entretanto, no levantamento feito junto às famílias, percebe-se que muitos/as daqueles/as que estudaram não se sentem em condições de ler e escrever.

De acordo com o Censo 2000, há 69 escolas de Ensino Fundamental e cinco de Ensino Médio em São José do Egito. Há dois hospitais, com 293 leitos e 16 unidades ambulatoriais (dados de 1999). O povoado de Fazenda Nova é visitado por agentes de saúde quatro vezes por mês.

No povoado, não há praça nem campo de futebol. Para se divertir, as pessoas assistem à TV, vão aos jogos de futebol em localidades próximas e dançam forró pé-de-serra nas festas de São João, São Pedro e Santo Antônio. A pesquisadora observou ainda que a convivência social tem um lugar importante nas reuniões mensais do grupo de jovens, de mulheres e na associação, assim como nas novenas e rezas e nos “momentos fortes” do calendário religioso: Natal, Páscoa, mês da Bíblia, mês de Maria e Campanha da Fraternidade. Juscelina indica ainda que há no povoado um templo de igreja evangélica e um outro de igreja católica, em construção.

A respeito das formas de participação social na comunidade, Juscelina diz que

Em Fazenda Nova, tem lideranças comunitárias que se organizam na associação de moradores. Há também atuação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que orienta e defende o direito dos/as trabalhadores/as; e tem a entidade Diaconia, que faz trabalho comunitário; e Parceiras da Terra, que orienta os/as agricultores/as na preservação do solo e do meio ambiente.

As famílias de Fazenda Nova

Seguindo as decisões coletivas sobre a amostra da pesquisa, Juscelina entrevistou as pessoas de cinco famílias que, em média, eram compostas de sete pessoas. Quatro, entre as cinco, são famílias nucleares, com pai, mãe e filhos/as e uma delas, como acordado, é chefiada por mulher.

Todas as famílias entrevistadas têm terra, com a área variando entre 3 e 40,5 ha, e em todas, mesmo naquela em que a chefia do domicílio é feminina, o título de propriedade da terra está no nome do homem. Nenhuma das famílias teve acesso ao crédito para financiamento da produção. A contratação de mão-de-obra por essas famílias é insignificante, restringindo-se a algumas eventuais diárias em períodos de maior necessidade no calendário agrícola. Em geral, a renda familiar é muito pequena, sendo que, no período da pesquisa, estavam sem renda alguma, em função das condições climáticas terem impossibilitado a produção. Apesar da situação de trabalho detectada na pesquisa ser bastante difícil, todos/as dizem que gostam das tarefas que desenvolvem, porém, quando questionados/as, revelam outros desejos profissionais, como, por exemplo, ter um emprego assalariado.

De maneira geral, todas as pessoas entrevistadas informam que fazem todos os tipos de trabalho, inclusive o trabalho doméstico, mas, ao passo que há consenso a respeito de que as atividades desenvolvidas na roça, no pomar e com a criação contam com a participação de toda a família, há divergências com relação ao trabalho das filhas em todas as áreas de atividades. Há consenso também quanto ao fato de que são as mulheres que realizam a grande maioria das tarefas domésticas, apesar de que tarefas tidas como engenhosas, como consertos, ou que exigem a relação com o espaço público, como as compras, ou ainda aquelas que exigem grande força física foram referidas como sendo feitas pelo homem. O índice de divergência sobre o trabalho realizado pelas filhas é altíssimo, mesmo no que diz respeito às tarefas domésticas, o que nos indica que o trabalho das mulheres jovens é ainda mais invisibilizado que o trabalho das mulheres adultas.

Na família chefiada pela mulher, há consenso entre as informações prestadas por todas as pessoas entrevistadas, que dizem que é ela a responsável por quase todas as tarefas da roça, o que tanto pode indicar a sobrecarga de trabalho da mulher “chefe de família” como o não reconhecimento do trabalho agrícola das mulheres nas famílias chefiadas por homem. A percepção da maioria é de que são os homens que cuidam da roça e de que as mulheres só participam no período da colheita. Já as tarefas ligadas às criações de animais são vistas como sendo feitas especialmente pelas mulheres quando se trata de aves e por homens quando se trata de animais de maior porte, como bois, ressaltando-se que nos referimos ao cuidado com os bois de serviço e não à criação de gado propriamente dita. Percebe-se também que o cuidado com os animais, o pomar ou outras atividades nas proximidades da casa pode estar sendo entendido como uma extensão do trabalho doméstico.

No conjunto das tarefas realizadas pelas famílias de agricultores/as em Fazenda Nova, não consta o extrativismo nem o artesanato. Quanto ao beneficiamento da produção, não há consenso entre os/as entrevistados/as sobre quem o desenvolve. Apenas uma família informou a respeito do volume e dos valores da produção no ano anterior à pesquisa, possivelmente pelo fato de que este foi um ano sem safra em Pernambuco. Essa família produziu milho, feijão, goiaba, manga; e criou boi e cabra. O pouco que foi produzido pelas outras famílias provavelmente foi utilizado para consumo próprio.

A grande maioria das pessoas entrevistadas nunca teve carteira de trabalho assinada, e boa parte sequer a possui. A documentação das pessoas entrevistadas

é bastante incompleta; o único documento que todos possuem é a certidão do registro de nascimento, demonstrando o quão restrito ainda é o acesso aos direitos básicos nessa região.

As cinco famílias pesquisadas participam das atividades da Igreja Católica, em seus diferentes grupos. Apenas duas pessoas participam do STR; e outras duas, do grupo de mulheres. A maior parte das pessoas se auto-identificou como branca e algumas, como morenas. Esta não nos parece ser uma característica regional, daí inferirmos que esse dado indica que a raça, por ausência, não é atributo de auto-identificação para a maioria dessas pessoas.

Família I

Fora da casa: a casa é de tijolos rebocados. Tem chiqueiro com planta; poste de energia na frente da casa; porta e janela na frente, duas ao lado direito. No lado esquerdo, algumas algarobas, tambor na biqueira, poleiro das galinhas em um pé de jurema-preta. Quintal. No terreiro da cozinha, tem plantas e um pé de acerola e mamoeiro.

Dentro de casa: sala com tamboretes, som, televisão, pote com água, quadro de fotos, calendários, bíblia, espelho, quartos com camas, rede do bebê e carro do mesmo. Outro quarto com diversas caixas, armário, bicicleta, gaiolas com passarinhos, salinha com mesa, fogão a gás, tripé de alumínio, área com fogão de lenha, potes com água.

A mãe vai à roça catar feijão; os filhos homens busca água com galão, que são duas latas e um pau que coloca no ombro. O outro vai trabalhar em uma granja de frangos o dia inteiro. A filha mulher cuida da criança, e todos têm tarefas em casa, na roça e fora, constantemente. Descansando, só a criança. Vi os filhos homens ouvindo música no som e a filha mulher vendo a novela da tarde na TV. Vi um filho que é engajado no grupo de jovens fazendo concerto na estrada da comunidade junto com outros companheiros.

Trabalha na roça, mãe e filho. A filha, em casa, fazendo a comida e cuidando da criança, dizendo que o trabalho rural é partilhado. Outro filho, trabalhando na granja. Final de semana: os filhos homens, um vai jogar futebol, o outro às vezes folga, às vezes trabalha na granja. A

mãe e a filha mulher cuidam da casa e da criança e vê TV, aqueles programas divertidos dos domingos. Alguns participam das reuniões e palestras informativas, das celebrações dos momentos fortes na comunidade, sendo no religioso ou no social.

Vi que eles se entendem, filhos homens e filhas mulheres. Apesar de não terem a presença do pai, tratam-se bem, e todos têm muito carinho pela criança. Não vi ninguém mandando; vi combinando e dividindo as tarefas, pois cada um sabe da sua obrigação em casa e na roça. Eles obedecem e não reclama, porque não precisam serem mandados, já sabem da sua tarefa.

Vi recebendo visitas de parentes. Uma tia e duas irmãs da mãe e algumas vizinhas colegas da filha mulher.

A comida é feijão, arroz, farinha, suco, ovo e carne quando tem. A criança toma mingau de leite de vaca. Sempre tem cafezinho. Ela gosta da comida. Não reclamam, pois já estão acostumados com essa alimentação. Estão vestidas, na semana, com roupa de casa, própria para o trabalho na roça e em casa e até para algumas diárias, mas, para sair, para passear, ir à feira ou ao futebol, todos se vestem direitinho. A criança vive bem limpinha, bem tratada.

Apesar das dificuldades que a família passa no lar, sem o apoio e a assistência do esposo, e os problemas de saúde da mãe e da filha, todos têm muita esperança de mudar a situação de um modo geral.

É muito importante saber da força de vontade desta mãe, que vai trabalhar dois dias na feira vizinha para arranjar alguns gêneros para alimentar os filhos, principalmente carne.

Esta é uma família chefiada por uma mulher de 42 anos, que vive com seus três filhos, duas filhas e um neto, em uma casa própria, de tijolos. A terra tem cerca de 3 ha e a titularidade é do seu pai, já falecido. Há eletricidade no domicílio. A água vem de fora do sítio, transportada na cabeça das pessoas. Não há banheiro, o esgoto vai para o mato, e o lixo é queimado.

Todos da família moram nessa comunidade desde que nasceram. A mulher é separada e os/as filhos/as são solteiros/as. Os três filhos têm, respectivamente,

23, 22 e 19 anos, e as filhas têm 18 e 7 anos. Vive também com ela o neto de seis meses. Ela trabalha na roça com os filhos, um dos quais também trabalha em uma granja, e a filha cuida da criança em casa. Plantam milho e feijão, mas não têm crédito e não contratam mão-de-obra. Dois dias por semana, trabalha na feira da comunidade vizinha.

Ela estudou até a 4ª série, mas, assim como seus filhos/as, apresenta dificuldades para escrever uma carta. Todas/os dizem que gostam do trabalho que realizam, mas uma das filhas disse que gostaria de ser faxineira e os outros que gostariam de ter um bom emprego assalariado.

Família 2

Casa de tijolos, calçada alta, terreiro em volta da casa, grandes pés de algaroba ao lado direito, um quintal e um curral. Uma roça de palma, antena parabólica. Na margem do terreiro, a lenha usada no fogão de lenha, uma cobertura com um carro de boi debaixo, plantas, pé de jerimum, pés de girassol. No terreiro da cozinha, um poleiro para as galinhas em um pé de jurema-preta.

Dentro de casa, sofá, televisão, estante, receptor de antena, som com controle remoto, tripé de alumínio, três quartos com cama, guarda-roupa, mesa, espelho, quadro de fotos e também de imagens. Bacias na parede, mesa em outra sala, fogão a gás, armário, moto. Na cozinha, fogão a lenha e a carvão. Pia de lavar louça; tambor com água; banheiro grande, com dois chuveiros; um papagaio; uma gata, cuias e tamboretas.

O pai e os filhos homens, uns trabalham e os outros vão à escola. Um estuda de manhã e o outro, à tarde, no colégio. O pai e um jovem estava trabalhando. Só quem descansa é o bebê, que a mãe deixou com a vó para ir na feira, e um adolescente, assistindo TV.

Um dos rapazes estava ajudando a consertar a estrada que busca água. Todo mundo trabalha em casa, busca água, catam feijão, estuda, cuida dos animais, do bebê da filha casada. Os jovens vão ao futebol, passeiam em outras comunidades. Vê televisão, ouve rádio e som no final de semana. Eles participam das reuniões da associação e da comunidade, das celebrações de missa, novena e dos momentos fortes.

Se tratam bem, falam umas com as outras com calma. Cada um cuida da sua parte nas tarefas. Não vi ninguém mandando em ninguém, todos fazem a sua obrigação na roça e em casa, obedecem e não reclamam.

Teve visitas das pessoas que estavam trabalhando na comunidade, no conserto da estrada. Vieram tomar água várias vezes.

Comem feijão, arroz, farinha, carne (se tiver), ovo, cuscuz. Elas gostam da comida, sim, porque elas não tem muitas opções. O importante é se alimentar.

Estão sempre vestidas de acordo com o momento. Tem a roupa do trabalho na roça, a da escola e a do passeio e festas. É impressionante como eles acreditam e confiam na mudança da situação dos trabalhadores na agricultura. Se vê na face de cada um a fé em Deus e o desejo de vencer. Vejo que a família é organizada em casa e na roça. Tem um bom acolhimento com quem chega para visitá-los.

Essa família é composta de um casal, ela com 52 anos e ele com 51, e cinco filhos, com idades que variam entre 15 e 24 anos. Quatro dos cinco filhos cursaram poucos anos do Ensino Fundamental, mas apenas um é capaz de escrever uma carta com facilidade. Moram em casa de tijolos, com eletricidade, mas sem esgotamento sanitário, e com fonte de água distante do domicílio. O titular da propriedade de 13 hectares é o pai do homem, já falecido.

O pai e os filhos trabalham na roça, e a mãe cuida da casa, dos animais, da alimentação e do neto. Na época da colheita, ela também trabalha na roça. Eles produzem milho, feijão, cebola e coentro; e criam boi, ovelha e galinha. Não têm crédito agrícola. Um dos filhos informou que o pai contrata mão-de-obra, meia diária por mês, e todos fazem trabalhos para fora, também diárias na roça de outros/as agricultores/as. Todas as pessoas afirmam gostar do que fazem, mas também gostariam de ter um emprego; um dos filhos quer ser pintor e outro, operário.

Vários deles participam das atividades da igreja. A filha participa também do grupo de mulheres, e dois filhos, do grupo de jovens.

Família 3

Pés de algaroba em volta da casa, pés de jurema-preta, de angicos, juazeiros. Postes no terreiro da sala. O terreiro fica em volta de toda a casa. O curral, fogo fora da casa para torrar massa; café e moinho fora, para ralar café e milho verde. Pote grande fora da casa, que se coloca nove latas de água; casinha da galinha pôr os ovos; chiqueiro de tábuas; banheiro; curral da jumenta; charrete com tambor; canteiro de folhas verde para temperar palma nas margem do terreiro. Bancos de trabalhar, numa casinha ao lado, com outras máquinas. Uma calçada na frente da casinha de trabalhar, uma pequena, na porta da sala; antena parabólica.

Na sala, uma estante com TV, som, receptor de antena, cadeiras de madeira e de balanço, quadro de imagem, espelho, relógio de parede, imagem no chão da sala, planta; cama no quarto da sala com um guarda-roupa, mesa de jantar; moto em outra, outra mesa, armário, sacos de legumes, saco de sal, porta toalha, pote, bandejas de copos, máquinas de moer milho; quarto com camas dos filhos homens, com guarda-roupa; quarto do casal com cama e porta. Numa salinha, alumínio na parede; cozinha fora, com fogão de lenha e de carvão, com potes, panela de pressão. Bacias na parede da salinha.

O pai trabalha na roça e, em casa, fazendo uns servicinhos de madeira, quando aparece, consertos de alguns objetos, como carros de boi, etc. A mãe trabalha na roça e em casa. Os filhos homens trabalham na roça de casa e às vezes fazem algumas diárias e vão à escola à noite, onde estuda jovens e adultos. As filhas mulheres trabalham e cuidam da criação e vão à escola ao meio-dia. O pai, a mãe e os filhos homens trabalhando na roça; e as filhas mulheres, em casa e na roça.

Ninguém estava descansando, só o filho caçula. Em um certo momento, assistiu os desenhos na TV. Os pais assistem o jornal, não para se divertir, mas para ficar informado dos acontecimentos.

A mãe foi à escola para participar do dia da família na escola, e os filhos homens na roça, e as filhas mulheres cuidando da casa, pois não houve aulas, e uma das filhas foi receber a Bolsa Escola.

Pai, mãe e filho homem trabalhando na roça. Em casa, as filhas mulher trabalham na roça, em casa e vão estudar à tarde. Como diversão, assistem TV, ouvem músicas, vão à missa, quando há, na comunidade. Os jovens, no domingo, às vezes, vão ao futebol. A mãe vai assistir à reunião da associação e da comunidade. Vai à missa, vai à feira. O pai trabalha na roça e com a madeira. Os filhos homens, também na roça, e as filhas mulheres fazem parte de tudo e estão prontas para ajudar nos trabalhos comunitários.

Eles se tratam bem, cada um sabe fazer a sua tarefa, falam com calma de umas para as outras, sem alteração, com respeito. Não vi ninguém mandando nos outros. Vi saírem juntos para fazer o serviço. É muito bonita a combinação desta família. Elas obedecem aos pais sem reclamar, porque já sabem da sua obrigação no dia-a-dia.

Vi recebendo a visita da irmã da dona da casa e da prima do casal, para tratar de conversar sobre as roças.

Comem feijão com farinha, arroz, ovo, carne (quando tem), rapadura; toma café várias vezes, o qual está constantemente na garrafa, para as visitas. A dona da casa faz sempre umas pipoquinhas gostosas para o lanche com o café. Depois do meio-dia, elas gostam da comida, não reclamam, pois já estão acostumadas com esta alimentação. Estando em casa e na roça, trabalhando, eles estão com a roupa de trabalho, e, sendo para ir à escola, à feira ou passear, eles se vestem bem legal. Achei bonito e muito importante, numa família grande, o entendimento e a combinação deles no que vão fazer no trabalho da roça e na madeira. Graças ao bom Deus, eles vivem em harmonia e com muita esperança de melhorar a vida.

Essa família é grande, com dez pessoas: um casal, ele com 54 anos e ela com 47 anos, cinco filhos e duas filhas solteiros/as, com idades que variam entre 10 e 29 anos. Os homens trabalham na roça e as mulheres, majoritariamente, no trabalho doméstico e no cuidado com as criações. Há controvérsias entre os familiares sobre as mulheres trabalharem ou não nas atividades da roça, com exceção do momento da colheita, que todos reconhecem que a mãe realiza. Com exceção de um filho, todos estão na escola, mas só quem escreve com facilidade é a mãe e uma filha.

A família mora em uma propriedade de 6 ha, do pai da mulher, já falecido. É uma casa de seis cômodos, um dos quais é utilizado para o armazenamento da produção. Há eletricidade, mas não há banheiro, e a fonte de abastecimento de água fica fora do sítio.

A família produz milho e feijão e possui gado, galinhas e jumento. Nunca teve acesso a crédito e não contrata de mão-de-obra, embora trabalhe eventualmente em roças de terceiros para complementar a renda. Todos afirmam gostar do que fazem, mas, à exceção de um filho, todos gostariam de ter emprego. Todos vendem seus produtos, com exceção da filha de 19 anos, que tem seus produtos comercializados pelo pai.

Família 4

Casa de tijolos antiga, foi reformada. Tem chiqueiros de plantas no terreiro da frente; calçada grande em frente, e, em um lado da casa, o curral do gado, árvores grandes; terreiro que quase circula a casa. Em cima da casa, antena parabólica, carro de boi; porco amarrado no terreiro.

Sofá, mesinha de centro, cadeiras de madeiras, mesa grande para refeições, estante com televisão, aparelho receptor, rádio gravador e objetos decorativos. Fotos na parede, quartos com cama, berço. Nos quartos, tem portas e cortinas, isso impede de ver melhor o que existe nos quartos. Cozinha com pia para lavar louça, fogão de carvão, armário com louças. Fora tem uma cozinha com um fogão a lenha. Tem uma cadeira de balanço na salinha, onde a dona da casa descansa e vê o jornal ao meio-dia. Tem, na cozinha, uma porta que entra para o cômodo de armazenar, onde tem as ferramentas e uma máquina de fazer forragem, e colocar a ração de palmas para os animais.

Pai e filhos homens trabalham na roça de meio-dia. Os dois filhos mais jovens e uma filha vão para o colégio. Outra freqüenta a aula de jovens e adultos (BB Educar). O casal permanece nas atividades de casa e na roça, com os animais e uma neta de três anos. Vi, trabalhando na roça, o pai e os filhos homens, mulher e filhas cuidando dos animais e em casa, com a criança, e outra lavando roupas.

Descansando, vi só a criança brincando com as suas bonecas. O dono da casa, em outro momento, estava assistindo o Jornal Hoje, na TV, e, em seguida, foi para roça buscar a ração de palma para o gado. Em outro momento, o dono da casa saiu para fazer os cartões do “SUS” da família de casa e de outros membros da família.

O pai e os filhos homens capinam, roçam e catam feijão. Buscam palma e ração para os animais. A mulher e filhas cuidam das cabras e da casa e varrem o terreiro. O pai vai à feira no sábado. No domingo, os filhos homens jogam futebol numa comunidade vizinha e, também no domingo, as filhas mulheres ouvem o rádio e assistem TV. Vão à missa, novenas e reuniões da escola.

Eles se tratam bem, e vi que falam com calma. Não vi ninguém mandando no outro. Cada um faz o seu serviço a cada dia, pois já sabem a tarefa. Não presenciei ninguém reclamar. Vi receberem visitas de algumas vizinhas.

Eles fazem a alimentação natural dos rurais, sem muitas opções, mas ninguém reclama. A mãe falou: “Hoje está sem carne!” Comem feijão, arroz, cuscuz, carne, ovo, xerém, farinha, rapadura. Em casa, usam a roupa própria do trabalho na roça, mas, para ir ao colégio, à cidade ou passear, se arrumam muito bem.

A calma deles ao me receber, a aceitação de conversar comigo, e vi que, fora o pai, eles são todos tímidos, mas têm esperança na mudança da situação do agricultor para melhor.

Vive, neste domicílio, um casal, ela com 41 anos e ele com 51, com seus dois filhos e suas três filhas, de 11 a 21 anos, e uma neta de três anos. Com exceção de uma das filhas, que é separada e cuida de sua criança, todos/as os/as outros/as freqüentam a escola. O casal e os filhos trabalham na roça, e a mulher, além disso, faz o serviço doméstico, junto com as filhas. A casa e a propriedade de 40,5 ha estão em nome do homem. É uma casa de tijolos com sete cômodos, um dos quais é utilizado para armazenamento, com condições semelhantes às outras da comunidade.

Além de produzir milho e feijão, também criam gado, cabra, ovelha, porco, galinha, peru e égua. Não contratam mão-de-obra e nunca tiveram crédito.

Todos gostam do que fazem, o que inclui atividades comunitárias, mas todos gostariam de ter um emprego, e o pai gostaria que fosse no comércio. Todos/as participam das atividades da igreja, e o pai participa também do sindicato e da associação de produtores/as.

Família 5

Fora da casa, tem um curral grande de madeira com o gado. Dentro, tem uma mesa de carro de boi, onde se coloca a ração dos animais em cima. Outro carro de boi fora, que faz o transporte da ração e água. Várias árvores em volta do curral, terreiro grande em volta da casa. Plantas no terreiro, poste de energia, cerca de arame, várias algarobas. Chiqueiro das galinhas, banco na calçada, estrada para automóvel, que passa na porta. Escada, banheiro, tanque na biqueira, pé de juazeiro, horta no terreiro da cozinha, antena parabólica, lenha, arados, bancos para sentar e conversar.

Dentro de casa, tem sofá, estante, TV, aparelho receptor de antena, espelho grande, quadros de fotografias, relógio de parede, imagem, ferro elétrico, dicionário, rádio, camas, guarda-roupa. Nos quartos, não pude ver direito porque tem portas e cortinas, e também na porta que vai para a salinha de refeições, mesa com cadeiras, fogão a gás, armário, fogão de lenha e de carvão, tripé de alumínio, armário de cozinha, geladeira, liquidificador, cobertura fora para colocar o fogo para fazer a farinha de milho. No armazém, alguns botijões de gás que o dono da casa revende. Um filtro na cozinha para tomar água filtrada.

O pai toma café, tira o leite da sua casa e da casa da mãe dele. Leva os animais para roça. Meio-dia, vai dar água e, à tarde, busca de volta para casa. A mãe levanta cedo, faz o café, coloca o almoço no fogo e, junto com as filhas mulheres, arruma a casa. Uma filha ajuda a avó e, depois, cuida da casa também. Os filhos homens buscam água no poço, cuidam da roça com o pai e a mãe; depois, um filho e uma filha vão para a escola, só chegam às 6h, e tanto as mulheres como os homens faz o trabalho da roça. O pai, a mãe e os filhos homens e filhas mulheres na roça, em casa e com os animais. Cada um trabalha na roça e, em casa, um filho e uma filha estudam. Um está trabalhando em São Paulo.

Ninguém descansa, só na hora das refeições que deixam passar a hora do meio-dia e a mãe deixa um pouco meio-dia. Uma filha mulher vendo TV, um filho gosta de ouvir rádio para ficar informado, o outro gosta de música internacional.

O pai e a mãe foram para a cidade fazer as compras para a família e assistir à reunião na escola. Os encontros na comunidade e orações nos momentos fortes.

O pai, nos domingos, joga dominó e baralho com os colegas, para passar o tempo. A mãe, aos domingos, fica em casa, para descansar. As filhas mulheres, nos domingos, se encontram com as colegas. Os filhos homens, um fica mais em casa, ouvindo músicas, para descansar da semana de trabalho na roça. O outro sai com os colegas para o jogo na comunidade vizinha. Todos participam das orações, missas, novenas e dos outros movimentos comunitários e das reuniões para discutir os assuntos da comunidade. Eles se tratam bem e combinam como fazer os serviços. Falam com calma e participam de todas as tarefas de casa e da roça. Não vi ninguém mandando. Vi combinando e dividindo as tarefas. Não reclamam, pois cada um sabe da sua obrigação em casa e na roça.

Eles receberam visita das irmãs do pai, que moram em outra comunidade, e também umas sobrinhas do mesmo.

Comem feijão, arroz, macarrão, carne (quando tem), ovo, queijo, farinha, leite, rapadura, suco das frutas da roça, xerém, cuscuz, fubá, doce de goiaba ou de leite. Elas gostam da comida, pois já estão acostumadas com esta alimentação, principalmente quando Jesus dá um bom inverno e eles colhem suas roças. Se estão no trabalho, estão com roupa própria para a tarefa e, se vão à feira ou passear, se arrumam direitinho; eles têm muito bom gosto. É que a família é organizada, se respeitam, sabem da sua obrigação na roça e em casa e na comunidade. Também acolher as pessoas que chegam na sua casa.

O casal tem a mesma idade, ambos com 56 anos, vive com três filhos e duas filhas, com idades entre 18 e 27 anos. Todos freqüentam ou freqüentaram a escola e lêem e escrevem com facilidade. A casa é de tijolos, com oito cômodos, dois dos quais são utilizados para armazenar a produção da propriedade de 20 ha, registrada

em nome do homem. Diferentemente das outras famílias, esta tem água no próprio sítio, mas, por ser distante da casa, tem que ser transportada no lombo de animais ou na cabeça. Há banheiro e eletricidade, mas o lixo é jogado a céu aberto.

A família produz milho, feijão, batata-doce, goiaba e manga; cria galinhas, perus e cabras, tendo ainda bois de serviço. Também produzem queijo, doce de leite e de goiaba. Eventualmente, contratam mão-de-obra de três pessoas, pagando-lhes diárias. E, como as demais famílias do povoado, esta também nunca teve acesso ao crédito agrícola.

Tanto as mulheres como os homens fazem o trabalho da roça, mas esta é a família que mais apresentou divergências nas respostas relativas à divisão sexual do trabalho. Todos/as gostam do que fazem, mas o pai gostaria de trabalhar no comércio; a mulher, de fazer bordados na máquina; e um filho, de ser carpinteiro. Todos/as participam das atividades da igreja, e a mulher atua também no sindicato.

5.4 Sítio Varelo de Baixo, Paraíba

O Sítio Varelo de Baixo, povoado do município de Araruna, na Paraíba, fica a mais ou menos 8 km da cidade mais próxima, à qual se chega de cavalo ou mototáxi, pois não há linha de ônibus regular na área. O sítio possui iluminação pública, e há um açude nos arredores, mas não há telefones públicos, posto dos correios, posto policial, hospital, posto de saúde nem mercado público na comunidade. As agentes comunitárias de saúde do município visitam o povoado uma vez por mês. No sítio, há uma escola que oferece até a 4ª série do Ensino Fundamental, nos horários da manhã, tarde e noite. Já no município, há 36 escolas de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio. Araruna é um município de 304,87 km², com 16.605 habitantes, dos quais 8.301 são homens e 8.304 são mulheres, e 3.985 domicílios permanentes (Censo 2000).

O lazer dos jovens é ir à cidade. Já os adultos, no caso dos homens, saem para beber, e as mulheres vão rezar a novena na Capelinha de Santa Rita. No próprio sítio, atuam várias organizações, como a associação de moradores, que desenvolve projetos de alfabetização de adultos, a associação dos/as trabalhadores/as rurais, voltada para as questões da produção agrícola, e a Pastoral da Criança, que atua na área da saúde materno-infantil. E há ainda partidos políticos, a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral do Batismo e o próprio Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR/NE.

A pesquisa na Paraíba foi feita por Antonia da Cruz Silva, trabalhadora rural, e é ela que nos relata um pouco da história e da situação atual deste povoado:

A desapropriação da terra foi feita pelo INCRA há 18 anos. Neste período, teve grandes conflitos entre o patrão e os moradores, algumas famílias saíram porque não queriam ir de encontro ao patrão. A propriedade mede 480 hectares e é dividida para 24 famílias. Todas as casas são feitas de alvenaria, possuem cisternas e eletrodomésticos, como aparelho de som e TV. Atualmente, existem 36 famílias e, destas, 24 são cadastradas e registradas no INCRA; as outras 12 são a expansão da família, ou seja, os/as filhos/as, quando casam, ficam na propriedade de seus pais.

Na primeira oficina de pesquisa, Antonia descreveu o seu cotidiano, que envolve o trabalho na produção agrícola, as atividades domésticas e a participação política e social. Há diferenças nas suas atividades de acordo com as estações do ano ou se é final de semana, entretanto, o seu relato nos dá a devida dimensão da diversidade e extensão da sua jornada de trabalho:

Eu moro no Sítio Varelo de Baixo, uma área de assentamento no município de Araruna, que fica a 8 km da cidade. Moro com quatro filhos homens e com meu marido em uma casa de seis cômodos. No terreno, tem uma outra casa, onde mora mais um filho casado. Minha terra tem 18 ha, tem energia elétrica, duas cisternas e muitos morros. As casas são de alvenaria.

No inverno e nos finais de semana, acordo às cinco da manhã, faço o café-da-manhã e vou cuidar dos animais: dou comida para os porcos e para as galinhas e amarro as cabras. Volto e varro a casa, arrumo as camas e faço o almoço. Às nove horas, vou a alguma reunião, que pode ser da associação, do MMTR, das pastorais carcerária ou de batismo, ou então para organizar alguma assembléia, passeata, procissão, etc. Às quatro da tarde, meu marido chega bêbado e eu vou fazer a janta e lavar a louça. Às sete da noite, rezo o terço e leio o Evangelho. Às nove da noite, assisto televisão e, às dez, vou dormir. Às vezes, faço visitas à noite: meus pais, vizinhos ou doentes, ou então faço algum trabalho do MMTR.

No verão e durante a semana, acordo às cinco da manhã e faço as mesmas atividades do inverno: o café-da-manhã, dar comida pra

porcos e galinhas e amarrar as cabras. A partir das oito horas, faço o almoço, lavo roupas, sirvo o almoço, arrumo a cozinha e levo os animais para beberem água e ficarem na sombra. Às três da tarde, boto as cabras pra comer no mato, boto ração, cuido da janta, varro a casa e, no final de tudo, vou buscar as cabras pra dormir. Às cinco e meia da tarde, sirvo a janta e arrumo a cozinha. Às sete da noite, rezo o terço e leio o Evangelho, às nove assisto televisão.

Durante a semana, no inverno, acordo às cinco da manhã, faço o café, dou comida para os porcos e as galinhas, tiro o leite, amarro as cabras no mato, faço as arrumações da casa, varro, forro as camas e boto o feijão no fogo. Entre as oito e as onze e meia da manhã, vou pra roça, faço cova, planto xaxá e colho com a família. Ao meio-dia, volto da roça e termino de preparar a comida. Ponho a mesa, almoço com a família, lavo a louça e começo a preparar a janta. Levo os animais pra beber água, lavo roupa e depois vou buscar os animais pra botar na dormida. Às seis da noite, janto, lavo a louça, passo roupa, costuro, conserto roupas, escolho o feijão e assisto televisão. Vou dormir às onze da noite.

Antonia entrevistou todos as pessoas maiores de 18 anos das cinco famílias selecionadas, que tinham em média 10 membros, e apenas uma era estritamente nuclear. A maior parte das pessoas só concluiu as primeiras séries do Ensino Fundamental e apresenta muitas dificuldades de leitura e escrita; alguns só conseguem mesmo assinar o nome. Todas as pessoas declararam-se católicas e consideraram-se de cor branca ou morena. Ninguém se identificou como negro/a.

As condições de moradia não diferem das de outros povoados: as casas são feitas de tijolos, com uma média de cinco cômodos, um dos quais é utilizado para o armazenamento da produção. O telefone público mais próximo fica a uma hora de caminhada do povoado. Na maioria das casas, a água para consumo é oriunda de poço ou cisterna fora do sítio, em geral transportada em lombo de animais. Há energia elétrica nas residências, mas não há banheiro nem esgotamento sanitário, os dejetos são recolhidos em latrina escavada no solo, e o lixo é jogado a céu aberto.

Todas as famílias identificaram-se como posseiras, apesar de viverem em lotes que já estão em fase de legalização no processo de reforma agrária. Em todas as famílias, o título da terra está em nome de um homem, mesmo no caso em que o domicílio é chefiado por uma mulher, onde a titularidade é de seu

filho. O tamanho das propriedades varia entre 12 e 18 ha, e todos/as trabalham na terra onde moram. A produção predominante é de fava, feijão e milho; criação de porcos, galinhas, cabras e gado bovino para serviço. Em geral, não contratam mão-de-obra complementar e não têm crédito para o financiamento da produção. Apenas em uma família, a mulher é responsável pela venda, justamente naquela em que ela é a chefe do domicílio; nas outras, é o homem o responsável pela comercialização. Como nos outros povoados, a relação com o dinheiro e com a esfera pública, assim como o poder de decisão a respeito do uso dos recursos monetários, é responsabilidade masculina.

O trabalho agrícola é a atividade preferida por todas as pessoas, que também se sentem satisfeitas com as atividades que realizam, entretanto, assim como nas outras áreas, também aqui elas desejam empregos remunerados: alguns homens gostariam de ser pedreiros, e algumas mulheres querem ser professoras.

Com exceção de uma, todas as famílias recebem Bolsa Escola vinculada ao PETI. E a maior parte das pessoas tem a documentação pessoal básica e participa das atividades do sindicato.

Família I

Eu visitei a família falando da pesquisa para ele e perguntando se ele aceitava ser entrevistado, e ele aceitou. Falei do objetivo da pesquisa e que estava esperando o material chegar.

No dia 12 de abril, eu voltei à casa, como havia combinado, e fiz a ficha da família e logo iniciei a entrevista, mas logo chegou um amigo dele, e ele tinha que atender a visita, e nós interrompemos a entrevista, e só no dia seguinte demos continuidade.

Hoje, 30 de maio de 2002, visitei e observei a família. Logo cedo, o dono da casa saiu para trabalhar fora de casa. Foi fazer um bico. A casa é grande, tem sete cômodos, e feita de tijolo e cimento, toda rebocada, tem na frente uma porta e uma janela. Do lado de fora, tem uma cisterna, terreiro grande e limpo por todos os lados. Tem um chiqueiro, dois bois e porco. Tem vários pés de algarobas ao redor da casa. Dentro de casa, na sala, tem uma estante, som, TV, cadeiras. Na segunda sala, tem uma cama; nos quartos, tem cama, guarda-roupa;

na cozinha, fogão a lenha, guarda-louça, tripé com as panelas, mesa. Quando cheguei, a família estava tomando café com cuscuz. A dona da casa repartia o café com todos. O marido recebeu primeiro o seu café porque ia trabalhar, daí por diante ela foi distribuindo com os outros, até me ofereceu, e o dela foi o último. Depois, ela lavou a louça. A moça varreu a casa, as portas. A dona da casa escolheu feijão, lavou a panela, botou no fogo, lavou o feijão, botou dentro da panela, foi lá no terreiro, pegou lenha, botou no fogo, botou comer para os porcos, mandou um menino buscar água, outro foi cuidar dos bois, outro foi cuidar das cabras. Sempre ela mandando: “Vá fazer isto!!”, e eles iam. Outro saiu a brincar e, assim, com este vai-e-vem, logo deu meio-dia e chegou a hora de comer o feijão. A mistura era farinha e peixe do açude. Todos comiam bem satisfeitos. Botaram para mim, mas eu não quis. Ela recebe R\$ 45,00 de Bolsa Escola e um salário do velho que mora na casa dela, de R\$ 200,00. Ficou bem claro que ali todos fazia as coisas. Ninguém esperava por ninguém. Eu fiquei na casa até o meio-dia só.

Sobre o horário da dormida, é sempre depois do jornal, isso dos pais aos filhos. Vão até mais tarde quando tem jogo. Foi só isto mesmo que eu pude colher na observação.

Nessa família, vivem 12 pessoas: o casal, ela com 49 e ele com 48 anos, duas filhas e cinco filhos, entre 10 e 26 anos, e, ainda, uma nora de 18 anos, um sobrinho de 11 anos e um homem de 84 anos, com quem não têm nenhum grau de parentesco. O casal está no povoado há 27 anos, morando em uma casa com sete cômodos, todos utilizados para dormir, e, em um deles, também se armazenam os produtos da roça. Diferentemente de outras famílias, dois dos filhos, um rapaz de 19 e uma moça de 18 anos, estão cursando o Ensino Médio. Apenas duas das filhas declararam-se brancas; os/as demais identificaram-se como morenos/as. Todos/as afirmaram ser de religião católica.

A terra deles tem 17 ha e está em nome do homem. Ali produzem milho, feijão e fava e criam bois de serviço, cabras, porcos e galinhas. Não contratam mão-de-obra extra e nunca tiveram acesso ao crédito agrícola. A renda mensal da família está em torno de R\$ 250,00 e é quase que exclusivamente composta da aposentadoria de um dos moradores e de uma Bolsa Escola recebida por uma das crianças, que está cadastrada no PETI.

Em relação à divisão sexual do trabalho, com exceção de uma das filhas, todos/as trabalham na roça e nas atividades domésticas. A criação é de responsabilidade do casal e de um dos filhos, e o pai tem uma moto, que utiliza como mototáxi.

Família 2

No dia 24, entrevistei um dos meninos da casa. Foi muito difícil encontrar este rapaz em casa. Fui na casa dele umas dez vezes. Já estava com vergonha. Ele tem 30 anos.

Graças a Deus, já fiz esta família. Deus abençoe a todos.

Visitei e observei a família. A casa é grande, tem cinco cômodos. Todos grandes. A casa é de tijolo e cimento. Rebocada, peso bom, caiada de branco, frente para o norte. Tem porta e janela, terreiro grande e limpo por todos os lados. Tem cisterna por fora, tem chiqueiro das cabras. A casa é rodeada de algarobas, tem um alpendre onde se fica à noite.

Dentro da sala, tem estante, TV, sofá. Na segunda sala, tem mesa, guarda-louça e cadeiras, jarra d'água, filtro, uma bateria com muitos alumínio na cozinha. Fogão a lenha e fogão a gás. Nos quartos, ficam as camas e o guarda-roupa e outras coisinhas mais. A casa é muito limpinha. Os alumínios, dá gosto se ver, tudo brilhando.

Cheguei na casa era oito horas da manhã. Como a família é grande e estão todos pertinho, o café-da-manhã e o jantar é todos juntos na casa dela. Quando eu cheguei, a casa estava cheia. A família toda tomando café com bolacha e tapioca, pão, banana. É um domingo. Claro que eu sei que este café não é todo dia, assim eu gostei de ver. As crianças são os primeiros a serem servidos. Depois a velhinha e assim por diante. Depois do café, cada um foi fazer o serviço que lhe tocava. A dona da casa cuidava da casinha, outra lavava a louça do café, outra varria a casa, os filhos homens foram fazer serviço fora de casa, como ver água, cuidar das cabras, mas as crianças foram brincar pelos terreiros; outro saiu com gaiola. Só as mais velhas não fazem nada. Elas sempre olhavam para TV. Na casinha, a dona da

casa escolheu feijão, botou no fogo, fez arroz, carne, suco e, às onze horas, o almoço estava pronto.

Na hora de botar nos pratos, ela entregou para sua filha, que repartiu, e as noras conduzia os pratos até a mesa e chamava pelo nome de cada um que ali estava e entregava o prato. As crianças em primeiro lugar. Nesta hora, os homens não estavam mais em casa porque, depois que eles fizeram o serviço, como botar água no cocho das cabras, eles saíram para andar. Não sei pra onde, também não sei a hora que voltaram para casa dormir. Antes do almoço, as mães deram banho nas crianças, arrumaram, porque depois elas iam passear com elas, e foram. À tarde, a casa ficou com quatro pessoas, e eu também fui embora. Olhe aqui, nesta família elas recebem já R\$ 600,00 de aposentadoria mais R\$ 45,00 de Bolsa Escola. Bom, foi isto que eu observei.

Essa também é uma família numerosa. Chefiada por uma mulher, viúva, de 61 anos, ela reúne 13 pessoas: além dela, há ainda sua mãe, de 80 anos; duas filhas, de 25 e 35 anos; dois filhos casados e suas respectivas esposas; duas netas e três netos, com idades que vão de 5 a 16 anos. Vivem em uma casa de tijolos, com cinco cômodos, dos quais quatro são utilizados para dormir e um para o armazenamento de produtos. A terra em que vivem e trabalham tem 17 ha e está em nome de um dos filhos. Nela, produzem milho, feijão, fava e batata e criam cabras, gados, porcos e galinhas. Não contratam mão-de-obra extra e, assim como as demais famílias, nunca tiveram acesso ao crédito agrícola.

Todos cuidam da roça, da criação e das atividades domésticas, mas as respostas sobre a divisão sexual do trabalho apresentaram muitas divergências entre as diferentes pessoas entrevistadas, daí não ter sido possível identificar, nessa família, onde estão homens e mulheres como principais responsáveis por determinadas tarefas. Como disse Antonia, a renda familiar aqui é melhor que em outras famílias, graças à existência de uma aposentadoria e uma pensão recebidas pela dona da casa e da Bolsa Escola do PETI, programa no qual uma das suas netas está cadastrada. Não deve chegar, no entanto, aos R\$ 645,00 indicado por Antonia, mas, na época da pesquisa, deveria ficar em torno de R\$ 500,00. Já a escolaridade é sofrível: ninguém terminou sequer o antigo primeiro grau menor e, na verdade, todos/as apenas assinam o nome.

Família 3

No dia 30 de maio, visitei essa família e, a partir do início de maio, fiz logo a ficha da família e dei continuidade às entrevistas. Como é muita gente, eu tive dificuldade de encontrar com eles, mas fui procurando de um jeito e de outro até falar com todos. Graças a Deus. Espero que esteja tudo certo. Quando fiz a visita, falei da pesquisa a todos que eu ia pesquisando. Lia o texto e explicava direitinho e perguntava: você concorda? e eles respondia: “Sim”. Que bom. Felicidade para vocês.

Em 5 de junho, eu visitei a família de novo. A casa é bem grande, feita de tijolo e cimento, toda rebocada e feito o piso. Terreiro grande e limpo por todos os lados. A casa tem portas e janelas pintadas de verde. Tem duas cisternas de placas. Tem sanitário e banheiro de chuveiro. Tudo do lado de fora. Também tem o curral dos bois e vários pés de algarobas, que dá sombra no terreiro. Dentro de casa, na sala primeira, tem sofá, estante, TV, som, cadeiras. Na segunda sala, tem máquina de costura, geladeira, guarda-louça. Na terceira sala, tem mesa, cadeiras, tamborete, fogão a gás, jarra com água. Na cozinha, tem fogão a lenha, pia de lavar louça, jarra com água e os alumínio (panelas).

O dono da casa e um filho estava trabalhando na cidade. Um de pedreiro e o outro de servente. Em casa, tinha oito pessoas. A menina mais nova foi pra escola, outras saíram pra caçar nos matos. A dona da casa ficou quase sozinha pra fazer tudo: lavar louça, varrer a casa, botar comer no fogo, cuidar dos porcos, cabras. Uma moça muda só faz as coisas quando quer. A nora pegou o menino novo (filho) e foi passear. Um filho da dona da casa é professor da Escola Solidária. Este foi cuidar do plano, ou seja, fazer cartaz, preparar as aulas da noite e da semana. Também não ajudava nos trabalhos caseiro e, assim, ela trabalha muito para dá conta da casa, lavar roupa e tudo. O almoço foi às doze e trinta do dia. Poucos tinham chegado para o almoço. Antes do almoço, ela foi dar água às cabras e botar na sombra. Também botou água pras galinhas e os porcos. Tomou banho, trocou de roupa e fomos almoçar. Ela dá um murro danado. A comida era feijão com farinha e o suco era café. Ela reclamou: “Não posso comer feijão puro!”, e comeu bem pouquinho. Ela sofre muito, coitada. Eu não fiquei até a noite, mas ela me disse que agradece a Deus a noite chegar, pra ela se deitar logo, de seis e trinta. Às sete horas já está na

cama. Não assiste nada de TV. Ela tem uma moça que estuda e mora na cidade, só vem em casa no final de semana, e ela (a mãe) ainda vai lá na casa da cidade, onde fica a filha, para dá uma geral na casa. Muitas vezes, lava a roupa desta filha, que era muito preguiçosa.

Outra família numerosa, como já observou Antonia. Aqui vive um casal, ela com 55 e ele com 56 anos, e mais cinco filhos, três filhas e uma nora, entre 11 e 31 anos, e um neto de um ano. Com exceção da dona da casa, que se classificou como branca, todas as outras pessoas se definiram como morenas. E todos também se definiram como católicos. Vivem em uma casa de tijolo, com nove cômodos, dos quais cinco são utilizados para dormir e um para armazenar a produção.

O título da terra, uma área de 18 ha, está em nome do homem, e nela produzem milho, feijão e fava e criam cabras, gado bovino de serviço, porcos e galinhas. Não contratam mão-de-obra extra e nunca tiveram acesso ao crédito agrícola. O homem trabalha principalmente na lavoura e na criação, onde realiza a maioria das tarefas, mas faz também algumas tarefas domésticas, como buscar água, participar de reuniões de escola, ajudar as crianças com as tarefas escolares, comprar roupas e remédios, fazer feira, consertar a casa e buscar e rachar lenha. A mulher também trabalha na roça, fazendo a seleção de sementes, o controle de pragas e a colheita; é também a principal responsável pela criação de aves e ainda providencia água e alimentação para os outros animais. E é a principal responsável pelas tarefas domésticas, especialmente por aquelas que são cotidianas, mas também faz, junto com o homem, todas as que citamos acima.

Também nesta casa, a renda familiar é composta de recursos oriundos de diferentes fontes: benefícios previdenciários (uma aposentadoria recebida pela dona de casa), benefícios sociais (uma criança com Bolsa Escola do PETI), diárias em roças de terceiros (duas diárias mensais a R\$ 20,00 cada uma) e serviços esporádicos realizados pelos homens na construção civil. No total, chegava-se a pouco mais de R\$ 250,00, à época da pesquisa.

Família 4

No dia 1º de maio, eu visitei essa família. Falei pra eles da pesquisa da agricultura familiar e de sua importância. Ele e ela logo aceitaram a pesquisa, mas só no dia 8 do corrente eu voltei. Fiz a ficha da família e entrevistei o dono da casa. Logo ficou de noite, eu tive que voltar

para casa. No dia 10, fui outra vez e entrevistei a dona da casa. Pronto, Graças a Deus. A paz de Cristo para toda família.

Visita à família. A casa é feita de tijolo e cimento, toda rebocada e feito o piso. A frente da casa fica de olhar para o poente. Tem portas e janelas pintadas de verde. Terreiro grande e limpo. Estão fazendo uma cisterna do lado de fora. Tem um quintal. A casa tem energia. Não tem banheiro. Dentro de casa, na primeira sala, tem cadeiras, estante, um radinho. Na segunda sala, tem mesa, guarda-louça. Na cozinha, fogão a lenha. Nos quartos, as camas e guarda-roupa. Ainda na sala, tem muitas gaiolas com passarinhos dos meninos. Ela é uma mulher muito trabalhadora e muito sofrida, porque o marido é um cachaceiro e ele bate nela. Quando eu cheguei na casa dela, ela estava chorando, porque ela tinha ido prestar socorro ao pai dela no dia anterior e só tinha chegado na manhã seguinte, que foi o momento em que eu também fui visitá-la. Eu não sabia nada. Ela me contou que o marido tentou matá-la com um pau, mas ela disse: “Eu não apanho”. Só é neste momento. Ele já estava numa rodinha de pingunço lá fora da casa, bebendo. Ela fez logo um desabafo da vida dela pra mim, e eu, claro, dei toda atenção pra ela. Em seguida, ela começou o seu trabalho caseiro. Fez café, foi varrer o terreiro, varreu a casa, escolheu feijão, botou no fogo, lavou a louça, foi buscar água pra gastar na cozinha. Manda os filhos fazer as coisas, mas os filhos não davam ouvido. O que a mãe falava, a menina até respondia mal, dizendo: “Eu mesma não faço nada”. Ela tem duas mocinhas, mas uma está na casa do avô doente, para ajudar a avó. Com isto, a que estava em casa se revoltava, dizendo: “Para que deixar a outra na casa da vovó?”. Com tudo isso, já era uma hora da tarde quando saiu o almoço: feijão com farinha e ovo. Ela, com muito carinho, pedia pra mim comer. O homem continuava bebendo com os amigos, e ela tinha que ir novamente na casa do pai saber da saúde dele. Com tudo isto, eu saí da casa com os nervos à flor da pele, muito angustiada com aquela situação.

O casal, ela com 43 e ele com 44 anos, mora com seus dois filhos e três filhas, entre 12 e 17 anos, e mais um rapaz de 22 anos, sem vínculo de parentesco com a família. São católicos/as. Ela está estudando a 3ª série do Ensino Fundamental e ele apenas assina o nome. Ele se definiu como moreno; e ela, como branca. Sua casa tem seis cômodos, dos quais dois são utilizados para dormir e um para o armazenamento dos produtos agrícolas.

O título da terra, de 12 ha, está em nome do homem. Produzem milho, mandioca, feijão, fava e batata; e criam gado bovino de serviço e porcos, sem contratação de mão-de-obra extra. Nunca tiveram acesso a crédito agrícola.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, o homem está principalmente na roça, na criação de porcos e no cuidado com os bois. No trabalho doméstico, sua tarefa é apenas consertar a casa. A mulher também trabalha na roça, cuida da alimentação, da água e da prevenção das doenças dos porcos e é a principal responsável por todas as atividades domésticas. Ela faz ainda três diárias mensais, que, juntando à venda da pouca produção, chegava a um rendimento médio mensal familiar de cerca de R\$ 100,00.

Família 5

Como observação: a casa fica de frente para o sul. Tem uma porta e uma janela, tem um pé de cajá na frente, terreno limpo e o roçado encosta no terreiro. Tem cisterna e estão fazendo a pequena colheita de feijão. Graças a Deus, esta foi a terceira família pesquisada. A paz de Cristo para todos.

10 de junho fiz observação. Cheguei na casa era 07:30 da manhã. Ela já estava no roçado, apanhando feijão-verde para o almoço. As crianças já tinham tomado café, e três crianças já tinham saído pra escola. A casa de Socorro é feita de tijolo e cimento, toda rebocada. Tem, na frente, porta e janela. Terreno mais ou menos limpo. Na frente da casa, tem um pé de cajá. De lado, tem um grande lajedo com várias lajes, que junta bastante água quando chove. Também tem cisterna do lado de fora. Tem o curral da vaca. O chiqueiro das galinhas e o roçado emenda no terreiro. É uma beleza dentro de casa. Na primeira sala, tem cadeiras, um paiol de feijão. Tem estante, um rádio. Na segunda sala, tem a mesa, jarra com água, guarda-louça. Nos quartos, tem cama e guarda-roupa. No outro, só tem camas das crianças. Na casinha, tem fogão a lenha, os alumínio e uma mesinha.

A dona da casa chegou do roçado com o feijão-verde, e fomos debulhar o feijão para o almoço. Ela foi varrer a casa, varrer a frente da porta pelo lado de fora, lavar a louça, mandou um menino ir nas cabras, fez mingau para o novinho, botou o feijão no fogo, deu de comer ao porco e foi pras lajes lavar um monte de roupa. Ensaboava um pano

e ia em casa, mexia panela, ajeitava o fogo e voltava a cuidar da roupa. Seu marido tinha ido pra cidade receber a Bolsa Escola de três crianças, R\$ 45,00, e a bolsa renda, que tinha saído em janeiro. Saiu este mês R\$ 60,00. Com todos estes serviços, de uma hora da tarde ela já estava livre. Daí um pouco, foi visitar a sogra e levar feijão-verde pra ela. De meio-dia, os menores chegaram da escola e logo foram cuidar dos animais: cabras, gado, porque o pai só voltava da cidade muito tarde. Quando ela foi pra casa da sogra, eu também fui embora, mas mesmo assim ela já deixou a janta no fogo para a menina cuidar e levou o menino novo.

Esse casal, ele com 38 e ela com 39 anos, vive com quatro filhos e duas filhas, com idades que variam de um a 15 anos, em uma casa de cinco cômodos, sem eletricidade, banheiro ou esgoto. Nenhum dos dois escreve ou lê com facilidade. Ele se declarou branco e ela, morena. Ambos são católicos.

Eles vivem em um lote de reforma agrária, terra que está em nome da mãe do homem, com 18 ha, na qual produzem milho, mandioca, feijão, fava e batata e criam cabras, galinhas, gado bovino de serviço e porcos. A família não contrata mão-de-obra e não tem crédito agrícola.

O homem trabalha principalmente na roça e na criação de cabras e de aves, e suas tarefas no âmbito do trabalho doméstico são freqüentar as reuniões da escola, auxiliar as crianças nas tarefas escolares, comprar roupas e remédios, fazer feira, consertar utensílios, fazer reparos na casa e buscar e rachar lenha, ou seja, majoritariamente tarefas que ocorrem fora da residência e que envolvem dinheiro. A mulher também trabalha na roça, fazendo o controle de pragas, a colheita e a seleção de sementes. Na criação de aves, é ela quem faz tudo, com exceção da comercialização. Com as cabras, ela assume o fornecimento da alimentação e da água e a ordenha e ainda faz a roçagem dos pastos para os bois. Além disso, é a principal responsável por todas as tarefas domésticas.

Uma vez terminado o trabalho de campo, Antonia fez algumas observações analíticas, que foram incorporadas ao nosso próprio trabalho de análise do material, tanto nos capítulos anteriores quanto nas conclusões. Suas reflexões:

Sempre observando:

1. Que todos desejam um trabalho remunerado. Por não terem leituras, quase todos diz a mesma coisa: ser servente de pedreiro.

2. Ninguém é negro. Todos dizem que são moreno.
3. Quase todos diz que a terra é do INCRA, mesmo sendo cadastrado no INCRA, mas não se sente dono da terra porque não deram o dinheiro por ela.
4. As mulheres estão em tudo, menos na hora de vender.
5. *Sempre é o homem o responsável.*

ÁREA DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Assentamento Maceió, Ceará

A realidade da agricultura familiar é bastante diversa. Não se pode considerar como iguais, por estarem sob o mesmo rótulo, a situação de agricultores e agricultoras consolidados/as, que possuem condições de produção satisfatórias e se inserem no mercado agrícola com relativa facilidade, e a situação daqueles que produzem apenas para sobrevivência ou participam periféricamente do comércio local. Essas discrepâncias nem sempre são observadas pelos legisladores e/ou pelos promotores de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

No Ceará, o povoado que integrou a pesquisa foi um assentamento de reforma agrária que apresenta uma trajetória diferenciada com relação aos povoados tradicionais. O assentamento Maceió fica no município de Itapipoca, localizado no litoral do estado, com uma área total de 1.186,36 km² e 94.369 habitantes, dos quais 47.586 são homens e 46.783 são mulheres.

O trabalho de campo no Ceará foi desenvolvido por Maria Nazaré de Souza, integrante do MMTR/NE, que, além de agricultora, é também professora, tendo concluído o curso de magistério. Ela participa ativamente dos encontros do

movimento de mulheres e, muitas vezes, se expressa através da música, apresentando sua compreensão da realidade de uma forma poética. Nazaré é cantora e compositora, uma poetisa que narra, com sensibilidade, as dores e alegrias das mulheres rurais. O texto que segue é a descrição, feita por ela, de sua comunidade.

O assentamento Maceió tem em torno de 640 famílias. Ele teve início como terra de reforma agrária, em março de 1985, com a emissão de posse, mas as famílias já moravam aqui há mais de séculos. Sua área é de 5.844 ha de terras de baixa produtividade para agricultura. Limita-se, ao sul, com o rio Mundaú e, ao norte, com o Oceano Atlântico. Possui água em abundância, belas praias, lençóis de areias brancas, córregos, rio e lagoas. Por estas belezas naturais, a área hoje está sendo alvo de cobiça de grileiros imobiliários, que querem se apoderar das praias, e isso tem causado conflitos entre eles e as famílias. A comunidade está lutando por seus direitos, para garantir as praias, que são fonte de pesca e lazer, e a paz.

A sede do município de Itapipoca fica a 70 km do assentamento, percorridos de caminhão ou de moto. No assentamento, não há telefone, posto de correios, posto policial nem mercado público; para usufruir desses serviços, as pessoas têm que se dirigir a outra localidade ou à sede do município. Há um posto de saúde, que não está em funcionamento, e uma escola de Ensino Fundamental, com aulas nos três turnos. Existe também o Programa Saúde da Família na sede do município. Na escola, não há dificuldades em encontrar vagas, mas há problemas com os/as professores/as, que nem sempre são qualificados e têm que se deslocar de Itapipoca ou Fortaleza até o assentamento.

Não há praças no assentamento, mas há treze campos de futebol. Segundo Nazaré, para se divertir, as pessoas vão a rezas do terço, novenas, serestas, forrós, cantorias, quadrilhas e reisados; jogam futebol; fazem torneios; vão a praia e lagoas e fazem regatas. No assentamento, há duas igrejas e uma associação de moradores. Há também a delegacia sindical, que atua representando o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais; a ONG Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria do Trabalhador – CETRA, que trabalha assessorando a associação e a cooperativa; e, ainda, grupos de mulheres; e grupo de jovens. O Partido dos Trabalhadores atua durante as eleições, e há organizações formadas pelos/as próprios/as moradores/as, que atuam no dia-a-dia do assentamento, entre as quais está o próprio MMTR-NE.

O cotidiano da pesquisadora

Assim é o dia-a-dia de Nazaré, descrito por ela mesma na primeira oficina:

Moro num assentamento em Itapipoca. No inverno, levanto às cinco horas da manhã para fazer tapioca e café para a merenda e, logo depois, vou para a roça, juntamente com meu marido, para o plantio do milho, feijão e mandioca. Antes de sair para a roça, encho os potes de água para o uso do dia. Cuido das galinhas. Preparo o almoço, deixo quase pronto. Volto da roça ao meio-dia. Ao chegar em casa, continuo a rotina diária: preparo e sirvo o almoço, lavo a louça e limpo a cozinha. Enquanto isso, meu marido descansa ou conserta a rede de pesca ou a vela do barco, porque essa também é uma atividade de nossa família. Nossos dois filhos também, quando não estão na escola, nos ajudam nessas atividades, tanto na roça como na pesca e na casa. À noite, faço e sirvo o jantar. Depois, assisto novelas ou vou para a casa da sogra ou para as reuniões da comunidade e também estudo um pouco e durmo às 23 horas, fechando assim o meu dia. Fiz um desenho que traz a nossa realidade... nossa pequena casa, por entre coqueirais, uma de nossas fontes econômicas.

Na estiagem, a rotina continua. A hora de levantar é a hora de sempre, e a tarefa é sempre a mesma. O que diferencia é que é tempo de colheita. Colho o feijão e o milho, depois é tempo da farinhada. E o que faço na farinhada? Raspo a mandioca, lavo a massa para retirar a goma, lavo a goma, tiro do tanque, peneiro para torrar. Ainda faço café-da-manhã, almoço e jantar.

Nazaré também trabalha com extrativismo de coco e caju, e o seu marido, com pesca. Dependendo da época e da produção, o seu cotidiano envolve ainda estas tarefas:

Em relação ao coco e ao caju, também junto os cocos para armazenar e vender. O caju, colho e tiro a castanha, coloco na seca para venda. Todos estes estão nas nossas atividades econômicas. No período da pesca da lagosta, nós trabalhamos no conserto das redes de pesca e também da vela do barco. Nossa vida tem uma variedade de tarefas, e vivemos de várias economias. Ainda encontro tempo para confeccionar roupas para vender na comunidade local e para as vizinhas.

Nos fins de semana, Nazaré vive uma rotina um pouco diferente, porém continua com as responsabilidades domésticas, compartilhadas com a filha, e abre espaço para a sua atuação social e religiosa e para o lazer.

Levanto às seis e meia, juntamente com a família, e iniciamos as tarefas caseiras. A filha traz água para cozinhar e beber durante o dia. O filho bota água para o banho de toda a família. O marido traz a carne ou o peixe para o almoço e janta, enquanto eu faço café, tapioca ou cuscuz para lanche. Por morarmos perto do mar, sempre vamos à praia para tomar banho ou visitar os amigos e compadres que moram na beira, enquanto os filhos brincam na praia e jogam bola. Na maioria das vezes, levamos lanche preparado para o meio-dia. Na volta, às duas horas da tarde, vamos para o salão comunitário. É hora da celebração da palavra de Deus na comunidade, e lá estou, animando a celebração. Voltamos, às seis e meia da noite, para jantar. Depois, assistimos televisão, cantamos ou ouvimos som e dormimos às dez da noite, para levantar mais cedo no dia seguinte e continuar a luta pela sobrevivência.

Esse depoimento ilustra o que vários estudiosos da agricultura familiar já detectaram: a diversidade de atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas nas áreas rurais e, mais precisamente, a multiplicidade de tarefas assumidas cotidianamente pelas mulheres, para dar conta dessa diversidade. Durante a oficina de pesquisa com mulheres extrativistas foi possível perceber que, para elas, o extrativismo era visto como uma atividade complementar à agricultura, que lhes possibilitava “uma certa renda” no período em que a produção agrícola era insuficiente para a manutenção da família. No caso da família de Nazaré, e também das outras que participaram do levantamento no assentamento Maceió, o extrativismo não parece ter esse caráter de complementaridade em relação à agricultura. Aqui, as diferentes atividades produtivas são integradas, gerando condições de vida economicamente mais favoráveis do que as detectadas em outros povoados.

É também neste povoado com múltiplas atividades econômicas que podemos observar como produção e reprodução se misturam no cotidiano do trabalho rural e como a delimitação de fronteiras entre essas duas esferas, diferentemente das áreas urbanas, é praticamente inexistente. A casa, espaço privilegiado da reprodução, é também local de realização de inúmeras tarefas produtivas, como confecção de roupas, artesanato e rede de pesca, que são comercializados e ampliam a renda familiar.

Das cinco famílias pesquisadas no assentamento, duas residem em casa com eletricidade. Nenhuma tem coleta de lixo; todas têm banheiro, mas ligado apenas à fossa unitária; e nenhuma tem fornecimento de água, que é obtida em poço ou cacimba. O acesso ao assentamento é por estrada de asfalto, mas parte dela é de barro e terra. A casa mais distante de telefone público fica a 20 km e a mais próxima, a 3,5 km. Apesar das condições de moradia serem precárias frente a outras realidades rurais, o assentamento Maceió apresenta uma melhor situação, como, por exemplo, a existência de banheiros nas residências.

Por ser um assentamento de reforma agrária, a propriedade da terra foi considerada, por Nazaré, como terra coletiva, embora cada lote, que varia entre 3 e 6 ha, tenha seu titular, o “chefe da família”, geralmente um homem. Entre as famílias que entrevistamos, o trabalho na roça, no pomar e com criação de porcos, assim como as tarefas ligadas ao extrativismo, beneficiamento e artesanato, é assumido mais igualitariamente por homens e mulheres; já a criação de aves e as tarefas domésticas são basicamente feitas pelas mulheres, e o trato com os bois é de responsabilidade dos homens.

As famílias pesquisadas neste povoado têm, em média, nove membros, e, entre elas, há duas famílias nucleares. Quanto à situação de trabalho, todos informaram gostar do que fazem, mas, ao mesmo tempo, almejam um outro tipo de trabalho, que seja socialmente mais valorizado. Essa relação com o trabalho é comum para homens e mulheres. Mesmo considerando que, nesta localidade, há uma maior produtividade e um melhor nível de renda e, portanto, de condições de vida, as pessoas, assim como nas outras áreas pesquisadas, sonham em mudar de profissão e, muitas vezes, nem reconhecem a sua atividade como sendo profissão. Elas almejam um trabalho que tenha maior valor social e pelo qual possam ter uma contrapartida salarial, uma remuneração, e maiores possibilidades de usufruto de bens de consumo. Se isto é um fato para todos e todas, é muito mais verdadeiro para as pessoas jovens, que vislumbram essa possibilidade como uma alternativa de vida.

Como nos outros estados, também aqui o trabalho doméstico fica quase que inteiramente sob responsabilidade das mulheres. Os homens adultos participam em poucas tarefas, com destaque para consertos da casa e compra de alimentos, remédios e utensílios. A participação dos filhos nas atividades domésticas também é bastante reduzida, já as filhas estão presentes em todas as tarefas elencadas. Em apenas uma família, o homem adulto (marido) informou,

ele próprio, que também realiza as tarefas domésticas. Como, neste povoado, o melhor nível de renda está ligado à multiplicidade de trabalhos produtivos — agricultura, pesca, artesanato e serviços —, isto implica que, também aqui, a esta diversidade se acrescenta, no caso das mulheres, os cuidados com as pessoas que não possuem autonomia e as tarefas relativas à reprodução cotidiana da força de trabalho, isto é, da alimentação e saúde dos membros de suas famílias.

As pessoas entrevistadas falaram da sua produção, alta em relação à média, enumerando uma grande diversidade de itens: mandioca, milho, feijão, maxixe, coco, caju, banana, mamão, graviola, acerola, limão, pinha, goiaba, gergelim, seringueira, ovelha, porco, galinha, pato, mudas de caju, rede de pesca, peixe, farinha, goma, bolsa, cabeçada, vassoura, entre outros. Pela listagem, pode-se inferir que as informações não diziam respeito apenas àqueles produtos gerados em larga escala, com possibilidade de comercialização, mas incluíam também aqueles que são produzidos para consumo familiar, o que também favorece uma melhor condição de vida, pois que diversifica a fonte de nutrientes, com a manutenção do pescado e de frutas no cardápio cotidiano.

Essa produtividade é possível também porque, das cinco famílias, três possuem crédito para o financiamento da produção, e essa é uma diferença importante em relação às outras áreas investigadas. Conforme as informações obtidas destas três famílias, o crédito é em nome do homem, o que corresponde ao perfil do beneficiário de crédito agrícola, pois, até 2002, de todas as pessoas que receberam crédito do PRONAF, apenas 7% eram mulheres. Na opinião da coordenadora da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural da CONTAG, “os programas e projetos voltados para agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, estabelecem regras e exigem garantias que inviabilizam o acesso das mulheres e jovens ao crédito” (Mascena, 2002).

A comercialização também é feita, em geral, pelos homens, entretanto, nesta comunidade, há registro de participação da mulher na venda dos produtos em três famílias, sendo que, em uma delas, ela é a chefe. Como este povoado, entre todos os pesquisados, foi o que registrou um maior percentual de participação feminina na comercialização dos produtos, muito embora ainda seja pequena, podemos inferir que isso se deve a ali se observar uma maior tradição de organização popular, com a presença atuante de grupos de mulheres e outras organizações com preocupações sobre as relações de gênero.

No período da pesquisa, todas as famílias haviam produzido em grande quantidade, tanto no que se refere à produção agrícola — como a produção de frutos, notadamente caju e coco — quanto no que toca à pesca e ao artesanato. Essa alta produtividade pode ser explicada pelas condições favoráveis, o que é verdade para a pesca, mas como elas não são tão favoráveis para a agricultura, é mais provável que os fatores organização e assistência de outras organizações da sociedade civil, aliados à conquista da terra e ao crédito agrícola, tenham uma contribuição maior para o aumento da produção. Comparativamente aos outros povoados envolvidos na pesquisa, é aqui que iremos encontrar os rendimentos mais altos.

Uma outra especificidade desse povoado, que, possivelmente, se explica pelo fato de ser um assentamento de reforma agrária, com um certo grau de experiência organizativa, é que todas as pessoas possuem documentos, e há uma forte participação nas organizações comunitárias. Foi também nessa área que se registrou a maior incidência de pessoas que se identificam como negras, o que talvez também se explique pela participação política e social e pelo maior grau de consciência política. São várias as organizações populares que atuam no assentamento: Sindicato de Trabalhadores/as Rurais, Associação de Produtores, Grupo de Mulheres, Grupo de Jovens, Colônia de Pescadores e Cooperativa.

Seguimos agora com a descrição das famílias, antecédida pelos registros de observação do cotidiano, feitos por Nazaré.

Família nº 1, do Assentamento Maceió, no Ceará

Está dividida em duas casas. Cada uma tem cinco compartimentos. Tem energia solar, rádio gravador para assistir música e notícias do município e do assunto. Fogão a gás e lenha, mesa grande na cozinha para acomodar a família durante as refeições. O quarto onde as filhas mulheres dormem é bem ornamentado com flores artificiais, mensagens para os pais e para os namorados. O guarda-roupa e a sapateira, cheios de fotografias dos cantores e atores dos quais elas são fãs. Espelho grande para se olharem e se maquearem muito bem. O banheiro ainda funciona na base do balde. Quintal grande cerca cinco laterais das duas casas, que tem três hectares de tamanho.

No mesmo, contém uma casa de farinha, plantio de mandioca, feijão e milho. Coqueiros, cajueiros, ateiras, goiabeiras. Por trás, está o curral

das ovelhas e, ainda no terreiro da cozinha, um enorme chiqueiro para criação de galinha e patos. No terreiro da frente, está o chiqueiro dos porcos e outro cercado com muitos coqueiros. Durante o dia, esta família trabalha na roça e na pesca. O pai está mais ligado na roça. Os filhos estão mais ligados na pesca, no mar ou consertando as redes. A mãe e as filhas fazem os trabalhos de casa e vão para a roça também. Cuidam das aves e das ovelhas. A mais nova estuda, e a mais velha estuda e ensina. Mesmo assim, ainda trabalha na roça com a mãe e as irmãs. As crianças vão para a escola e fazem pequenos mandados da família.

Após o almoço, todos tiram pequeno espaço de tempo para um curto repouso. À tarde, a rotina é a mesma. Os jovens, no final do dia, vão para o campo de futebol. À noite, a família recebe visitas dos vizinhos, e ficam, até nove ou dez horas da noite, conversando num papo gostoso e descontraído. Os pais são muitos amigos dos filhos e, assim, a família vive em perfeita harmonia. Trajam bem a moda atual, com exceção dos dois velhos. Participam ativamente da vida da comunidade, nas celebrações, reuniões, trabalhos comunitários.

Essa família é composta de um casal, ele com 57 e ela com 54 anos, três filhos, três filhas e um neto, entre 8 e 27 anos. Vivem em duas casas, como referiu Nazaré, uma de tijolos e outra de taipa, em uma propriedade de 6 ha, com titularidade do pai. Cinco pessoas da família estão estudando, e uma das filhas faz o primeiro ano na universidade. Todos se declararam morenos; apenas um filho se declarou negro. Todos/as são católicos e participam das celebrações, das reuniões e dos trabalhos comunitários ligados a essa religião. Os homens participam também da associação; o pai, na cooperativa e na colônia de pescadores; uma das filhas, no STR (a que está na universidade); e outra, no grupo de jovens.

Na propriedade, há água para consumo, mas tem que ser transportada na cabeça. A casa de taipa tem cinco cômodos, sendo que dois são utilizados para o armazenamento da produção; e a casa de tijolos é a única com banheiro e fossa, mas lá também se utilizam os quartos para armazenamento.

Durante o dia, a família trabalha na roça e na pesca. O pai está mais ligado à roça, e os filhos, à pesca e à produção das redes. A mãe e as filhas fazem o trabalho de casa e da roça (mas há divergências entre as pessoas entrevistadas a

respeito do trabalho das filhas) e cuidam das aves e ovelhas. A mais nova estuda e a mais velha estuda e ensina, mas, mesmo assim, trabalham na roça.

Plantam mandioca, feijão, milho, coco, caju, banana, mamão, pinha e goiaba; criam ovelha, porco, galinha e pato; fazem rede de pescar; e produzem farinha e goma. Eventualmente, contratam mão-de-obra extra e já tiveram acesso a crédito do BNB para plantio de mandioca, coco e caju, através da cooperativa, sob a responsabilidade do pai. Todos gostam do trabalho que fazem, mas um filho gostaria de ser coronel da marinha, uma filha quer ser telefonista, e outra, comerciária. Quem vende a produção é o pai e um filho. A filha professora contribui para a renda com R\$ 120,00, para o sustento da família. A renda mensal da família está em torno de R\$ 1.383,00.

Família nº 2, do Assentamento Maceió, no Ceará

Casa grande toda de alvenaria. O quintal de mais ou menos três hectares, cheio de cajueiro, coqueiros, bananeiras, limoeiros, seringueira, mandioca, goiabeiras, ateiraa, lindas galinhas a passearem, chega a cercar três lados da casa. Na frente da casa, espaço amplo com muitas árvores nativas, como pau-ferro, catingueira, murici, marmeleiro, mofungo... Dentro da casa, energia solar, mesas, cadeiras, rádio, televisão, fogão a gás e o outro a lenha, um banheiro espaçoso, ainda na base do balde.

A mãe e as filhas mulheres estão mais voltadas para o trabalho da casa, arrumando-a de forma atraente para os que nela moram e para quem chega. O pai e os filhos homens são para o trabalho na roça, capina, cercas. Pela manhã, os filhos e filhas com menos de 14 anos vão para a escola. Saem 6h30 e voltam às 11 horas. À tarde, os dois mais velhos também vão para a escola, saem duas horas da tarde, voltam às cinco horas. O pai participa das reuniões da cooperativa e do grupo gestor do assentamento. A família dialoga, informa sobre tudo que fazem e participam. A mãe está mais na casa. Ajuda nas tarefas escolares das crianças, mas repousa também. Os pais orientam o que os filhos devem fazer. Trata-os de forma amiga.

A alimentação básica na manhã é tapioca, peixe assado na brasa, café e leite para as crianças e para a mãe. Meio-dia, é feijão, arroz, farofa e

peixe; sobremesa; suco de limão ou de goiaba. À noite, é o que resta do almoço, tapioca com café e sopa. Todos gostam da comida. Exigem no jantar o que mais preferem. A diversão é ouvir o rádio, ver a TV, ir à novena no salão comunitário.

Como receberam-me: com muita alegria, respeito e carinho. As crianças disseram: “Graças a Deus que você veio para passar o dia com a gente” e mandaram contar historinhas para elas. O casal respondeu o questionário com muito prazer e admiraram por estar fazendo um trabalho muito importante para as trabalhadoras e trabalhadores e as famílias. Os meninos trajam igual à moda do município. Enfim, notei que a família vivem razoavelmente bem e com perspectiva de um futuro feliz de mais rentabilidade.

Essa é uma família com oito pessoas: um casal, ela com 37, e ele com 38 anos; dois filhos e quatro filhas, entre 8 e 17 anos. Moram em uma casa de alvenaria, em uma propriedade de 3 ha, cujo titular é o homem. A casa tem oito cômodos, e alguns deles são utilizados para armazenamento da produção. Há um banheiro espaçoso, com balde e fossa unitária. Também nessa casa, o lixo é queimado. O pai tem o Ensino Médio completo, e a mãe estudou até a 6ª série do Ensino Fundamental. Não há informações sobre a escolaridade dos/as filhos/as. Ele se auto-identificou como indígena; e ela, como morena. Ambos participam de trabalhos comunitários, mas ela participa também do grupo de mulheres, do STR e da associação.

A família cria caprinos e aves, faz rede de pesca, farinha e goma, mudas de caju e também planta caju, banana, pinha, goiaba, graviola, acerola e limão. Há contratação eventual de diaristas, e eles/as têm crédito para mandioca e caju, do BNB, através da cooperativa, em nome do pai. O casal trabalha na roça, no pomar, na criação e no beneficiamento; ele faz artesanato, tecendo redes de pesca; e ela faz o trabalho doméstico. No levantamento feito com base nas tarefas, respondido pelos vários membros da família, há divergências quanto à mulher realizar algumas tarefas ligadas às aves: controle de abate, construção de criatório e venda. Há também controvérsia quanto ao fato de o homem fazer artesanato. Sobre o trabalho doméstico, há amplo consenso entre os membros da família de que as mulheres o realizam majoritariamente e também de que o marido faz os consertos e as compras. Há divergências também quanto ao homem realizar os cuidados com doentes e auxiliar nas tarefas escolares.

A renda familiar é bem menor do que a de outras famílias do assentamento, apenas R\$ 170,00, mesmo a dona da casa recebendo um auxílio-doença do INSS.

Família nº 3, do Assentamento Maceió, no Ceará

Casa pequena, com mesa e bancos para assentos. Um guarda-roupa para as filhas mulheres. Espelho na parede, rodeado de fotografias de atores. Na cozinha, mesa pequena e fogão a gás de duas bocas e outro a lenha. Todos dormem de rede.

O quintal é grande, mais ou menos três hectares, com grande plantio de mandioca, além de mangueiras, cajueiros, serigüelas, mamoeiros, bananeiras e acerolas e ainda batata-doce e jerimunzeiros, tudo isso formando um belo pantanal verde, cercando os três lados da casa. O terreiro da frente é um espaço pequeno até a estrada central do assentamento, por onde trafegam os caminhões de feira para a sede do município. Toda a família trabalha na roça. Parte dos filhos e das filhas ainda estudam. O pai faz cabeçadas para arreios de animais, e a mãe e filhas fazem bolsas, vassouras de palha. Na semana, não há diversão na localidade, por isso dormem cedinho da noite e acordam cedo da manhã também. O trabalho é contínuo; parece que ninguém descansa. Participam das atividades do assentamento, como as reuniões e trabalho comunitário.

A família vivem em harmonia, sob a orientação dos pais. Recebem com muita alegria as visitas dos amigos. Alimentam-se de feijão, farofa, frango, ovos, arroz, tapioca, café, batata-doce e frutas. O vestuário é simples, mas são limpos. A família parece estar, ou melhor, vive feliz.

Esta é uma família grande que mora em uma casa pequena. Dez pessoas — casal, na faixa dos 50 anos, três filhos e quatro filhas, entre 16 e 25 anos, e um neto de 3 anos — em uma casa de cinco cômodos, todos utilizados como dormitório e local de armazenamento da produção. O terreno é de 3,5 ha, está em nome do pai, e nele cultivam mandioca, milho, feijão, batata-doce, coco, caju e castanha, manga, seringueira, mamão, acerola, banana e goiaba e fazem farinha e goma. O pai faz cabeçada, espécie de arreios para animais, a mulher e as filhas produzem bolsas e vassouras de palha. A renda da família é de R\$ 1.000,00, advinda, principalmente, do artesanato.

Todos gostam do que fazem, mas o pai gostaria de ter uma vida melhor. A mãe queria ser costureira; um filho queria trabalhar em escritório; uma filha, com computação; e outra, ser agente de saúde. O casal participa do STR e da associação. Uma filha participa do STR e, junto com um irmão, também participa do grupo de jovens. A mãe é integrante do grupo de mulheres.

Há largo consenso quanto ao fato de que o trabalho doméstico é feito pela mãe, com divergências apenas sobre as atividades de passar roupa, rachar lenha, consertar a casa e os utensílios. O filho aparece apenas em quatro tarefas, mas todas com divergências, e a filha foi referida em todas as atividades, sendo que metade era consensual e a outra metade, não.

Família nº 4, do Assentamento Maceió, no Ceará

Casa pequena para a família. Não tem móveis, somente uma máquina de costura da esposa e um fogão de duas bocas. Mesmo assim, tem eletricidade. O quintal grande torna-se um pomar de muitas fruteiras, como coco, caju, manga, mamão, banana, serigüela, acerola. Ainda urucum e grande plantio de mandioca, feijão, milho, gergelim, maxixe, jerimum. É mais ou menos quatro hectares de tamanho. Um poço onde tiram água para banho, lavar roupa e beber. Em frente, a cozinha e, ao lado, lindas rosas e flores embelezando o quintal, que cerca os três lados da casa. No terreiro da frente, o espaço é curto até a estrada central do assentamento.

Durante o dia, a família trabalha na roça. As mulheres fazem, além da roça, o trabalho da casa e renda de bilros.

Participam da comunidade nas celebrações, novenas e reuniões. Os jovens divertem-se através de jogo de futebol e no barzinho, jogando sinuca. A mãe está sempre na casa; enquanto os outros folgam um pouco, ela recorta retalhos de tecidos e costura bonitos lençóis coloridos para família. Recebem, com alegria, as visitas que chegam na casa, conversam com pessoas que passa na estrada. As discórdias é para melhor acerto da família. Alimentam-se de farinha, goma, peixe, feijão, milho e de tudo que a família produz, com exceção da renda de bilro e das algas marinhas. Vestem-se razoavelmente bem, conforme a moda. Aparentemente, vivem em paz e feliz.

Um homem de 55 anos e uma mulher de 47 vivem com seus sete filhos e suas quatro filhas, que têm entre 8 e 29 anos, em uma pequena casa, de apenas quatro cômodos, todos utilizados como dormitório e local de armazenamento da produção. A água para consumo fica dentro do sítio. Há eletricidade e banheiro, e o lixo é queimado.

Durante o dia, a família trabalha na roça. As mulheres fazem ainda o trabalho doméstico e renda de bilros. A terra é coletiva, e a titularidade do lote em que vivem, de 6,5 ha, é do pai. A família produz mandioca, feijão, milho, maxixe, mamão, manga, serigüela, banana, coco, caju e castanha, gergelim e melão; coleta algas; faz farinha, goma e renda de bilros. Através da cooperativa, o pai conseguiu crédito, no BNB, para mandioca, coco e caju. Além do casal, um filho e uma filha participam da comercialização da produção. A renda mensal é de R\$ 1.250,00.

Todos gostam do que fazem, mas o pai gostaria de ter um emprego mais valorizado, e a mãe queria ser costureira. Entre os filhos, há quem queira ser: motorista, marinheiro de navio de pesca, caminhoneiro e fazendeiro. Entre as filhas, uma falou que gostaria de ser operária. Com exceção do marido/pai, todos estudaram ou estudam. São todos/as católicos/as. Alguns familiares se consideram morenos, outros brancos e uma filha se diz negra.

Família nº 5, do Assentamento Maceió, no Ceará

A casa é pequena, mas é bem arrumada. Na sala está uma mesa com televisão e um gravador, cadeiras para assentos e armador para armar rede para quem quer deitar. Nos outros cômodos, estão os utensílios da casa e gênero alimentícios, como farinha, goma, feijão, milho e, ainda na cozinha, fogão a gás e a lenha. Prateleiras para guardar panelas e pratos que o filho dela faz. Quintal grande, de mais ou menos dois hectares, cercado três lados da casa. O mesmo contém cajueiro, mangueiras, coqueiros... No terreiro da frente, está um pequeno curral para os bois de trabalho e para as cabras e porcos.

Durante o dia, todos trabalham. A mãe e nora lavam, cozinham, varrem a casa e ainda vão para roça para colher feijão, milho. Pouco descanso. Somente o filho jovem assiste à TV, o “Globo Esporte”. Os filhos homens estão ligados ao trabalho da roça, como arar a terra, destoca, preparo da terra para o plantio de modo geral. Tratam-se com respeito, a mãe

vai orientando de forma amigável o que deve ser feito durante o dia. A alimentação básica da família é, no café-da-manhã, café, tapioca, peixe assado, batata-doce; no almoço, feijão, arroz, peixe, batata, cebola, pimentão e tomate; sobremesa; e suco de manga. Os amigos que chegam são bem recebidos e atendidos conforme o que querem ou necessitam da família.

À tardinha, o filho solteiro vai para o jogo de futebol. O mais velho guarda ou amarra os bois de trabalho. A mãe cuida do jantar; e a nora, das crianças. Depois, assistem à TV. É este o cotidiano dessa família.

Essa família tem, como chefe do domicílio, uma mulher negra de 56 anos, que mora com seus dois filhos, uma nora e dois netos, em uma casa de tijolos com quatro cômodos, todos utilizados para dormir e armazenar a produção. A casa tem eletricidade e banheiro, e a água provém de fonte natural dentro do sítio. O sítio, de 4 ha, tem a mulher como titular, e, lá, cultivam mandioca, milho, feijão, coco, caju e castanha, mamão, pinha, manga, banana e graviola; criam porcos, cabras, galinhas e bois; e produzem algas e farinha. Trabalham com mão-de-obra alguns dias por mês, em torno de R\$ 8,00 a diária, contratada pela mulher. Têm crédito do BNB para mandioca e caju, em nome do filho mais velho, através da cooperativa. A renda mensal é de R\$ 900,00, composta dos rendimentos da produção, de uma pensão e de uma aposentadoria recebida pela chefe do domicílio.

Todos os membros trabalham na roça, no pomar, na criação, no extrativismo e no beneficiamento da produção; e as mulheres, também no trabalho doméstico. A mãe e o filho mais velho são responsáveis pela venda dos produtos. As referências feitas pelos entrevistados ao trabalho da nora são bastante divergentes; com exceção da sua contribuição na farinhada, alguns lhe conferem várias tarefas, e outros sequer percebem que ela realiza alguma.

As duas mulheres participam da comunidade e do STR; o filho mais novo, do grupo de jovens; e o mais velho, da cooperativa.

Nazaré encerrou o seu trabalho nos enviando o seguinte recado:

Às demais famílias, só apliquei os questionários e, por serem mais pessoas entrevistadas, me impossibilitou de acompanhá-las na observação. Mesmo assim, espero ter dado a minha contribuição para a realização do documento final da pesquisa.

Peço desculpa pelas falhas neste primeiro trabalho que fiz; como pesquisadora, a prática ainda é bastante infantil, mas, com a ajuda das assessoras, creio que irei aprender a fazer melhor, se ainda tiver oportunidade como esta. Sem mais, aproveito para deixar meu abraço a toda assessoria da pesquisa.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Esta pesquisa “começou a ser finalizada” com a oficina de devolução dos resultados para a equipe e para os/as representantes das famílias que, gentilmente, se dispuseram a prestar as informações que lhes solicitamos. Ali, foi possível perceber a surpresa e a emoção das pessoas por se verem retratadas no material apresentado, por confirmarem a importância do lugar ocupado por suas colegas pesquisadoras e, não menos significativo, por terem vindo ao Recife. Para muitas daquelas pessoas, aquela foi a primeira vez que saíram de suas comunidades e, a partir daí, foi também a primeira vez de um amplo conjunto de experiências — o metrô, o hotel, o trânsito, os equipamentos de trabalho, o mar — que, até então, eram percebidas como um certo tipo de privilégio associado à riqueza, à vida urbana ou às lideranças políticas sindicais ou comunitárias, cujo direito de “correr o mundo” é garantido pelas suas qualidades e habilidades políticas e não pelo lugar que ocupam na estrutura socioeconômica. A alegria trazida pela experiência do novo deu o tom às discussões a respeito dos resultados da pesquisa e tornou o nosso trabalho mais agradável e prazeroso, mas não pudemos deixar de perceber ali os elementos que confirmavam, mais uma vez, a condição de pobreza e exclusão vivida por boa parte do grupo e que tão duramente se revelou em cada uma das etapas de nosso trabalho.

Não há como fugir da idéia de que, embora não seja o único, a pobreza é o elemento mais forte que unifica as sete localidades que estudamos, e não queremos, com isso, reforçar a associação — que já se tornou um perigoso lugar-comum — entre Nordeste e pobreza ou entre área rural e pobreza. Mas, por paradoxal que pareça, não nos foi possível esconder o espanto quando encontramos o óbvio. E nada mais óbvio do que encontrar pobres em áreas de semi-árido, do que encontrar áreas de semi-árido desprovidas de qualquer infra-estrutura ou serviços públicos; nada mais inequívoco do que procurar e encontrar um Estado ainda assistencialista e precário, seja no plano municipal, estadual ou federal, em muitas das áreas em que trabalhamos. E isso ainda nos surpreende pela simples razão de que, passados vinte anos da democratização do País, estamos tratando aqui da mais pura e simples ausência de democracia. O que falta às comunidades rurais do Nordeste é a democracia, no seu mais amplo sentido, naquele que significa justiça e igualdade no acesso e usufruto de recursos econômicos, políticos, sociais e culturais, tanto no âmbito público quanto no privado. Nossos achados de pesquisa podem ser vistos como um mosaico no qual cada uma das partes chama a atenção para a ausência de democracia em planos específicos da vida na agricultura familiar, e o conjunto — irregular, mas coeso — denuncia as suas razões estruturais profundas. Neste capítulo, pretendemos apresentar algumas reflexões que, longe de se constituírem em conclusões, ponham o foco nas convergências entre as localidades estudadas, de modo a permitir uma primeira análise global sobre o problema do trabalho na agricultura familiar, visto sob uma perspectiva de gênero.

Nossos resultados demonstram a existência de, pelo menos, quatro situações diferenciadas no universo da agricultura familiar, que podem ser alocadas em dois grandes grupos, próximos da classificação do Deser apresentada anteriormente:

- a) Agricultores/as familiares periféricos/as, envolvendo duas situações: os casos de agricultura familiar tradicional do Sítio Cabaceiro/AL, Sítio Varelo de Baixo/PB, Povoado de Fazenda Nova/PE, Povoado de Mata Grande/SE; e a situação de extrativismo da comunidade de Mão Cheinha/MA. Aqui, a terra, a produção e a renda são poucas ou inexistentes, e não há qualquer tipo de apoio governamental para o desenvolvimento das atividades produtivas.

- b) Agricultores/as familiares de transição, envolvendo também duas situações: a área de agricultura familiar tradicional do assentamento Maceió/CE e a área de extrativismo do Povoado de Recreio/BA. Nos dois casos, embora não se possa eludir as diferenças entre eles, há processos em curso que vêm produzindo, ainda que de forma incipiente, um novo reordenamento na organização e nas relações de trabalho de modo a garantir a continuidade da produção, a comercialização e a geração de renda para a comunidade.

Em alguns dos aspectos que analisamos, será possível verificar diferenças importantes entre os dois grupos, especialmente no que toca às condições mais gerais de produção e comercialização. Essas diferenças, porém, parecem ser bem menores quando se trata das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Nós tínhamos o objetivo de verificar, com esta pesquisa, de que modo se organizam as atividades produtivas, reprodutivas e comerciais em estabelecimentos de agricultura familiar, levando em consideração o sexo e a idade dos/as componentes do domicílio. Na nossa análise, procuramos entender como as relações de gênero estruturam as relações produtivas e reprodutivas no interior do estabelecimento agrícola. Ao iniciar a pesquisa, selecionamos quatro “hipóteses”, ou pressupostos, que orientaram o nosso olhar no decorrer do processo, todas situadas no campo do trabalho. Uma dessas hipóteses afirmava a desigualdade entre homens e mulheres no que se refere à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ao uso do tempo, à utilização da mão-de-obra, às atividades de comercialização e à apropriação da renda gerada nos estabelecimentos agrícolas. Uma outra dizia que, com o seu trabalho e a despeito das desigualdades indicadas acima, as mulheres contribuem tanto quanto os homens para o desenvolvimento das atividades do estabelecimento agrícola. De fato, o quadro que encontramos nos sete povoados está longe da complementaridade e reciprocidade freqüentemente utilizadas para descrever as relações de trabalho na agricultura familiar. Podemos, sim, afirmar que o trabalho é o que organiza a vida nos estabelecimentos de agricultura familiar, e, diferentemente dos espaços urbanos, o “lugar ou espaço de trabalho” envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que nem sempre são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho reprodutivo ou doméstico desenvolve-se de maneira coextensiva às demais atividades ou, visto

de uma outra maneira, é possível dizer que, no conjunto, existe uma certa articulação — não necessariamente planejada ou coordenada — entre as diferentes atividades. Não podemos, porém, confundir essa possível articulação das atividades com a suposta complementaridade das relações de trabalho e, em especial, do trabalho de mulheres e homens — até porque, estando as atividades reprodutivas concentradas principal e quase que exclusivamente nas mãos das mulheres, esse *continuum* de trabalho é também delas exclusivo. Para os homens, diferentemente, é possível delimitar tempos distintos de trabalho, descanso e lazer, o que confere à atividade produtiva uma esfera específica de execução.

São dois os principais diferenciais que atestam a desigualdade e a injustiça dos arranjos laborais na agricultura familiar: a atribuição quase exclusiva do trabalho reprodutivo às mulheres e a concentração nas mãos dos homens da comercialização dos produtos rentáveis dos estabelecimentos familiares. Atestam a “semelhança”, por outro lado, a distribuição praticamente equitativa de grande parte das tarefas cotidianas da agricultura, da pecuária — com exceção do gado bovino, que é de responsabilidade masculina — do extrativismo e do beneficiamento de produtos. Como vimos no Capítulo 3, é possível afirmar a existência de atividades mais e menos importantes na agricultura familiar, as primeiras — roça, pecuária bovina e pomar — sendo de responsabilidade masculina, e as demais — trabalho doméstico, artesanato, horta e criação de galinhas —, de responsabilidade feminina. Entre os dois extremos, estariam as atividades “medianas” — extrativismo, beneficiamento, criação de suínos e caprinos —, cujas responsabilidades seriam distribuídas mais equitativamente entre homens e mulheres, estando, porém, a comercialização nas mãos dos primeiros. O critério de “importância”,¹ baseado na idéia de valor comercial e monetário, é o que orienta a alocação de responsabilidades e atribuições entre homens e mulheres, cujas conseqüências mais visíveis são a sobrecarga de trabalho das mulheres — dada especialmente pelas atividades reprodutivas — e o maior poder masculino em todas as esferas da vida nos estabelecimentos de agricultura familiar. Assim como em outras relações sociais, também aqui o poder tem uma de suas bases no plano econômico, sustentando-se nas relações de produção e no acesso aos

¹ A literatura sobre masculinidades aponta para a centralidade da idéia de “importância” na constituição da subjetividade masculina e nas ordenações de gênero em diferentes sociedades. Ver, a esse respeito, Leal e Boff, 1996; Castro, 2000; Jardim, 1995; Portella et al., 1998; Valdés e Olavarría, 1997; Leal, 1995; Vale de Almeida, 1995 e 1996, entre outros.

recursos materiais e monetários a elas relacionados. Apenas como uma ilustração, vale a pena citar os valores médios dos animais comercializados por homens e mulheres: um boi custa cerca de R\$ 800,00, um porco pode ser vendido por R\$ 120,00 e uma cabra por R\$ 70,00; já uma galinha, único animal comercializado pelas mulheres, alcança o preço máximo de R\$ 10,00.

Na produção familiar, as mulheres estão praticamente ausentes de todo o processo de comercialização, da propriedade da terra e dos equipamentos de trabalho, do acesso a recursos financeiros, do contato com organismos governamentais e com instituições de crédito. Além disso, não são incluídas nos processos de capacitação técnica de órgãos públicos ou do movimento sindical nem tampouco suas atividades são alvo de programas de formação ou de implantação de novas tecnologias. Na prática, as mulheres não se apropriam do que fazem, sendo o seu trabalho entendido como uma mera extensão da atividade doméstica, que, como vimos, sequer é compreendida como trabalho e que empresta o seu desvalor e a sua condição de não-trabalho às demais atividades desenvolvidas pelas mulheres. Não obstante os esforços dos movimentos de mulheres rurais, de maneira geral, ainda pode-se dizer que as mulheres são compreendidas e tratadas como mão-de-obra auxiliar e, portanto, subordinada ao homem.

Na base de tudo isso, estão as idéias de que, na família rural, o homem seria o responsável pela atividade agrícola e a mulher seria a responsável pelas atividades domésticas e de que aquele que realiza a atividade produtiva propriamente dita é o chefe da família e deve ser em seu nome e sob a sua responsabilidade que todas as transações produtivas, trabalhistas e comerciais devem se dar. O que chama a atenção aqui é o modo como essas representações sociais dizem mais a respeito de quem está nas posições de maior poder nas famílias — e, portanto, do lugar de onde partem e para o qual convergem as próprias representações — e falam menos da realidade cotidiana a que, aparentemente, parecem se referir. Como qualquer discurso dominante, fala também da realidade de quem o emite e da sua compreensão a respeito daqueles e daquelas que estão em posições subordinadas. As diferenças nas respostas de homens e mulheres quando perguntados/as sobre a divisão sexual do trabalho são reveladoras não apenas de diferenças de percepção, como também de processos de encobrimento da realidade, que, no nosso caso, evidenciam-se como a invisibilização da presença e do trabalho das mulheres.

Pode-se argumentar, com razão, que o regime de trabalho familiar concentra poder e recursos nas mãos do “pai”, em detrimento de todos os membros da

família, e não apenas das mulheres, sendo ainda intrinsecamente injusto pelo fato de se basear na não-remuneração da mão-de-obra. Esse argumento, porém, não deve ocultar o fato de que a família não é um ente homogêneo e monolítico, mas, pelo contrário, é informada pelas relações sociais de sexo e idade, como nossos dados o demonstram, o que torna muito mais complexa a tarefa de compreender e democratizar o trabalho na agricultura familiar.

Mas este estudo também levantou questões a respeito do trabalho doméstico. A despeito do fato de que a maioria das atividades e as principais responsabilidades estão nas mãos das mulheres, encontramos homens realizando atividades domésticas na maior parte dos domicílios, o que parece contradizer o discurso das mulheres em geral e dos movimentos de mulheres. Para entender essa situação, porém, é preciso levar em conta que o trabalho doméstico em estabelecimentos rurais apresenta características próprias que definem esse modo particular de divisão sexual do trabalho. Como vimos no Capítulo 3, o trabalho doméstico abarca, por exemplo, atividades como buscar água, rachar lenha, barrear fogão e fazer consertos na casa, nas quais meninos e homens se envolvem mais diretamente. Além disso, fazem parte do mesmo conjunto atividades que exigem a saída de casa e o contato com o espaço público, como levar doentes aos serviços de saúde e participar das reuniões escolares, mas sendo o espaço público, tradicionalmente, um lugar facultado aos homens e vedado às mulheres, é a eles outorgada a responsabilidade por essas tarefas. Do mesmo modo, assim como nas outras esferas de trabalho, também aqui há atividades que envolvem o manejo de dinheiro — fazer a feira e comprar roupas, remédios e utensílios domésticos —, que é igualmente uma prerrogativa dos homens, e que, por isso, tornam-se executores e responsáveis por essas atividades. Facilita ainda a integração dos meninos às atividades domésticas o fato de que os diferentes espaços de trabalho convergem, muitas vezes, para um mesmo ambiente que envolve a casa e o terreno à sua volta, possibilitando a distribuição das tarefas entre crianças e jovens de ambos os sexos que ali permanecem por mais tempo.

Não obstante, a divisão sexual do trabalho, especialmente no que toca à atribuição de responsabilidades, parece ser um pouco mais rígida do que supõem as lideranças dos movimentos de mulheres rurais. É comum encontrar, no discurso dos movimentos, afirmações que apontam para a quase indistinção entre o trabalho produtivo de mulheres e homens, como se ambos estivessem presentes do mesmo modo na agricultura, na pecuária, no extrativismo e no beneficiamento. A denúncia

dessa igualdade “prática” busca, evidentemente, desfazer o discurso dominante — que afirma que as mulheres trabalham menos que os homens e, com isso, justifica a sua ausência de direitos —, com o claro objetivo político de construção de igualdade e justiça no campo dos direitos. Em certa medida, seja no discurso dominante ou no discurso do movimento, o trabalho é pensado como a condição garantidora dos direitos. O que encontramos, porém, é um pouco diferente dessa indistinção ou homogeneidade. No campo produtivo, homens e mulheres parecem assumir um volume equivalente de tarefas, porém, como pudemos ver no Capítulo 3, há grupos de atividades predominantemente femininas ou masculinas. Não se trata de uma questão de carga de trabalho, e nisso os movimentos estão certos: as mulheres trabalham tanto quanto os homens no campo produtivo e, no geral, trabalham muito mais que os homens porque executam a maior parte das atividades domésticas. Porém, mulheres e homens não fazem o mesmo trabalho, fazem atividades distintas, e, entre estas, há valorações diferenciadas, que operam com base no gênero. Assim, em geral, os homens são responsáveis pela comercialização, e as mulheres, pelas atividades de preparação ou manutenção; eles se responsabilizam pelas atividades mais rentáveis, nas quais executam inclusive as etapas preparatórias, e elas, pelas menos rentáveis.

Os outros dois pressupostos que nos orientaram diziam respeito à igualdade entre homens e mulheres quanto à capacidade de desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais e às habilidades administrativas e financeiras e confirmaram-se apenas parcialmente — nos casos da cooperativa de artesanato de Valente e da comercialização do babaçu, em Mão Cheinha — já que a exclusão das mulheres da maior parte das atividades comerciais, administrativas e financeiras nos impediu de proceder a qualquer avaliação nesse sentido. Seguem sendo, portanto, pressupostos orientadores da ação política e de futuros estudos neste campo. É preciso sublinhar, porém, que, no caso das localidades que estudamos — com escassa ou nenhuma produção, desmonetarizadas, excluídas do mercado e das políticas públicas e muitas delas em franco processo de estagnação —, não é possível estabelecer um “padrão-ouro” de capacidade comercial, administrativa ou financeira a partir do qual as mulheres poderiam ser avaliadas. Mesmo as idéias de capacidade e habilidade — de mulheres ou de homens — perdem o seu sentido em um contexto que não oferece as condições mínimas para o seu exercício.

Os dados que encontramos nas sete localidades confirmam padrões demográficos recentes, como a redução no número de filhos e a própria redução

no tamanho das famílias, que não apenas têm menos filhos, como parecem contar com menos “agregados/as”. Do mesmo modo, em consonância com outras áreas do País, são as famílias chefiadas por mulheres aquelas que vivem em pior situação, apresentando uma produção menor e menos diversificada, menores rendimentos e menor acesso a terra, crédito e benefícios sociais.

Assim como nas áreas urbanas, a mortalidade por violência entre jovens do sexo masculino apareceu como um fenômeno trágico e importante especialmente em Alagoas e Sergipe. Porém, mesmo tendo sido referido por praticamente todas as pesquisadoras, nos chamou a atenção que, no Sítio Cabaceiro, a morte alcance os rapazes em áreas metropolitanas, como um resultado da migração e não necessariamente do incremento da violência na região. A imagem dos corpos migrantes que retornam em caixões é de uma dramaticidade difícil de esquecer. Mas confirma-se também a ampliação da migração feminina, predominantemente para o trabalho doméstico, mas também associada à procura pela educação formal. Também encontramos a tendência de maior escolaridade feminina e, no nosso caso, de melhor aproveitamento escolar entre as mulheres do que entre os homens.

Embora a legislação permita o acesso das mulheres à propriedade e ao crédito rural, dificilmente as mulheres conseguem negociar terra ou recursos financeiros em seu próprio nome. Como vimos, no caso da terra, as poucas exceções são algumas das mulheres chefes de família a quem, por herança ou partilha de bens após a separação, coube a propriedade da terra em que residiam com a família. A existência da legislação, portanto, não tem sido suficiente para produzir mudanças significativas no que toca à propriedade e titularidade da terra.

No caso do crédito, escasso ou inexistente em todas as localidades que estudamos, as mulheres a ele tiveram acesso apenas para as atividades de artesanato à base de sisal, no Povoado de Recreio, na Bahia. A outra situação de existência de crédito foi para a fruticultura no assentamento Maceió, no Ceará, mas, nesse caso, não encontramos mulheres como responsáveis por esses recursos. Essas duas situações reforçam a idéia de segmentação das atividades, na qual cabe aos homens a agricultura e aquilo que dela se aproxima e, às mulheres, aquilo que dela se distancia, ainda que, de diferentes maneiras, tenha origem no trabalho com a terra ou com os animais. Por outro lado, as duas situações podem ser também compreendidas como demonstrações importantes — e, no nosso caso, as únicas — da busca de alternativas rentáveis no sistema de agricultura familiar.

As frutas do assentamento Maceió, cultivadas lado a lado da lavoura tradicional e integradas a um amplo e diversificado conjunto de atividades, são expressamente direcionadas para o comércio, tornando-se uma fonte de recursos significativa, inclusive pela possibilidade de produção em grande escala. O caso do Povoado de Recreio, porém, nos parece mais interessante, pelo fato de se constituir em uma alternativa construída em torno do trabalho das mulheres e voltada para elas mesmas, a partir de uma atividade tradicionalmente considerada como feminina e dirigida apenas para responder às necessidades domésticas imediatas. A associação das artesãs, rompendo o círculo estritamente familiar de onde se originou, organiza-se de modo profissional, interagindo e articulando-se a outros sujeitos e produzindo para o mercado externo. Os rendimentos daí advindos ainda não são suficientes para que se diga que o artesanato se constituiu, de fato, em uma alternativa sólida e duradoura no contexto da agricultura familiar, mas o modelo de organização produtiva e o seus impactos sobre o trabalho e a vida das mulheres nos parecem merecedores de uma maior atenção.

O caso do assentamento Maceió parece indicar o acerto do modelo associativo para a agricultura familiar, tanto no que se refere aos aspectos produtivos propriamente ditos quanto no que toca à ampliação das possibilidades de democratização das relações de trabalho. As diferenças que encontramos entre os resultados gerais do assentamento Maceió e os das outras localidades revelam alguns impactos positivos desse modelo para a vida produtiva e para a geração de renda para mulheres, o que lhes coloca em um novo patamar na comunidade e lhes garante, efetivamente, melhor qualidade de vida. A participação das mulheres no processo de organização do assentamento, bem como o fato de auferirem renda, são duas condições importantes para a mudança na divisão sexual do trabalho.

* * *

A idéia de que a agricultura familiar pode ser a base para um modelo alternativo de desenvolvimento rural é especialmente atrativa se pensarmos na sua real capacidade de superação da pobreza e das desigualdades e de uso racional e sustentável dos recursos naturais. Ou seja, o modelo da agricultura familiar, especialmente se baseado em estruturas associativas, parece ser particularmente adequado e eficaz para produzir mudanças nos campos econômico e socioambiental, o que, evidentemente, não é pouco. Porém, não é mais possível

pensar a transformação social sem considerar as múltiplas e simultâneas relações de desigualdade nas quais as pessoas estão inseridas, entendendo que políticas e projetos de intervenção, do mesmo modo e ao mesmo tempo que produzem a mudança, podem estar também reproduzindo e perpetuando desigualdades. O caso da agricultura familiar presta-se confortavelmente como exemplo dessa situação. Estruturada com base em relações hierárquicas entre homens e mulheres e adultos e jovens, tendo na figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar é lugar de exploração e opressão intra-familiares que, entretanto, são vivenciadas de modo naturalizado, como se derivadas das relações consangüíneas e completamente apartadas do universo do trabalho.

Pensar a respeito do “trabalho” na área rural, portanto, nos desafia a ir além da agricultura familiar, mesmo nos casos em que as pessoas têm nessa atividade o seu principal meio de vida. Melhor dizendo, o termo *agricultura familiar* é claramente insuficiente para dar conta da multiplicidade de atividades desenvolvidas nesse universo. Embora em muitos casos elas sejam, de fato, a principal atividade dos estabelecimentos — tanto em termos do que envolve em volume de recursos humanos e materiais, de tempo e esforço dispendidos quanto do seu maior potencial de inserção no mercado e, conseqüentemente, de geração de renda —, é preciso reconhecer, porém, que, ao lado e em integração com a agricultura, conforma-se um amplo conjunto de atividades cuja diversidade é justamente o que marca e define os estabelecimentos que estudamos. A agricultura familiar nestas regiões muitas vezes nos pareceu, seja no trabalho de campo ou em parte da literatura sobre o tema, ser mais um resíduo de um passado romantizado, no sentido de que talvez nunca tenha se realizado integralmente, ou a projeção de um futuro cujas condições para alcançá-lo são ainda tão difíceis que ele se torna mais uma utopia do que propriamente uma projeção.

Essa discussão está presente entre os diferentes movimentos que trabalham com a questão rural no Brasil, que, nos últimos anos, vêm buscando novas formas de auto-identificação que se afastem dos limites colocados pelas definições de agricultura familiar ou pequena produção e sejam capazes de incorporar a diversidade e a complexidade da vida e do trabalho nas áreas rurais. Apenas como um exemplo, sobre o qual não poderemos nos estender, citamos o debate ainda inconcluso em torno da autodenominação dos movimentos de mulheres em que estão postos em discussão, entre outros, os termos *camponesas*, *mulheres rurais*, *trabalhadoras rurais* e *pequenas produtoras* como seus possíveis definidores. Para além dos movimentos

de mulheres, os movimentos de sem-terra são sujeitos importantes desse debate tão diverso e complexo quanto a realidade que lhe dá origem.²

* * *

O grande desafio que esses resultados nos colocam pode ser expresso em uma questão nada simples: como democratizar as áreas rurais? Como tornar mais justas e igualitárias relações que se baseiam em estruturas, valores e tradições familiares? O modelo tradicional de agricultura familiar implica um cotidiano de isolamento: as famílias vivem e trabalham afastadas umas das outras, cada uma em sua terra e em sua casa, que conformam os limites de suas relações pessoais e sociais. Até muito recentemente, os espaços de convivência restringiam-se à feira, aos cultos religiosos, às festas tradicionais e às visitas a familiares, mas, ainda assim, esses eram espaços a serem vivenciados também em família e a partir de suas normas próprias, que implicam o exercício do poder e da autoridade masculina. Os sindicatos, as cooperativas e, mais recentemente, a escola foram os primeiros espaços a permitir uma sociabilidade menos pautada pelos padrões familiares, mas apenas a escola dá acesso igualitário a pessoas de ambos os sexos. Ainda que se observe, nos sindicatos, uma crescente presença de mulheres em seus quadros, temos que reconhecer que são ainda instituições predominantemente masculinas. E as cooperativas, mais ainda, já que se voltam para a comercialização da produção agrícola, área da qual as mulheres estão excluídas.

O isolamento em que se dão as relações de trabalho as coloca em posição de afastamento das institucionalidades que normatizam, ordenam e colocam padrões mais públicos e coletivos de relacionamento social. Com isso, quero dizer que as relações familiares, menos públicas, dificultam o necessário processo de democratização das relações de produção e trabalho. As desigualdades e injustiças presentes nas relações de produção e trabalho têm suas raízes fincadas nas desigualdades e injustiças presentes nas relações familiares, orientadas pelas hierarquias de gênero e geração, que, de certa forma, deslizam de um a outro campo. A presença da figura do chefe da família, que é simultaneamente pai, marido e patrão, concentra poder e recursos do pequeno coletivo que é a família.

² Agradecemos a Maria Emília Lisboa Pacheco, coordenadora da Fase Nacional, a rica exposição a respeito do contexto dos movimentos rurais a que tivemos o privilégio de ouvir em um agradável momento de informalidade, no Recife, em dezembro de 2003, e que iluminou nossas reflexões para a análise final dos dados da pesquisa, embora também deva afirmar que a responsabilidade sobre as idéias aqui expostas são inteiramente nossas.

Os assentamentos rurais, portanto, podem se constituir em importantes espaços de democratização do campo dada a sua forma coletiva de vida, que institui um espaço público, orientado por normas também públicas, comum às diferentes famílias que ali residem e produzem.

As políticas públicas para as áreas rurais devem considerar a necessidade de se questionar os padrões familiares como orientadores da vida econômica e social, sob pena de perpetuarem desigualdades. No Brasil, porém, a história nos mostra que a família tradicional é freqüentemente utilizada como base e instrumento da implantação de políticas públicas e sociais, o que reforça as suas hierarquias internas e dificulta os processos de democratização. No caso das áreas rurais, isso pode ser mais desastroso que em áreas urbanas em função do isolamento em que vivem mulheres e jovens, o que, em grande medida, as impede de buscar alternativas de vida. Há que se considerar, porém, que é tênue o limite entre a ação pública que pode favorecer a democratização da vida privada e aquela que é simplesmente invasiva e prescritiva e, assim sendo, termina por instituir novos padrões de autoritarismo, dessa vez públicos.³

A diferença que encontramos nas respostas de homens e mulheres nos leva a pensar na importância de se construir métodos mais precisos de obtenção de informação, ao mesmo tempo que levanta uma dúvida a respeito das descrições da agricultura familiar que tomam como fonte apenas o homem chefe de família. E se essas informações subsidiam políticas públicas, a situação pode ser mais complexa, já que o Estado deixará de fora todo um conjunto de atividades desenvolvidas por mulheres e jovens e desconsiderará uma força de trabalho significativa nesse tipo de produção.

Enquanto subsistirem as atuais condições de assistencialismo, irregularidade e precariedade das ações do Estado, estagnação econômica e, conseqüentemente, pobreza nas áreas que investigamos, dificilmente qualquer política voltada para a agricultura familiar logrará sucesso. Em outras palavras, essas políticas devem ser parte de um conjunto mais amplo de políticas de desenvolvimento rural que incorporem a questão regional, tanto quanto a questão das desigualdades de gênero e geração.

³ Esse é o caso, por exemplo, de algumas das ações do Programa Saúde da Família que, escudado na premissa da garantia da saúde da população, têm promovido algumas situações constrangedoras de exposição pública da intimidade das pessoas através de visitas domiciliares realizadas com cuidado ético e político insuficientes.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Nordeste e sul: situações polares. In: *Universidade Aberta Nordeste*, nº12. Brasília: INCRA, [s.d.].
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Uma nova extensão para a agricultura familiar*. Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: PNUD, 1997.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 15, nº 1, p. 137-157, jan-abr,1998.
- ABRAMOVAY, Miriam; Rua, Maria das Graças. *Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Painéis?*. Brasília: Unesco, 2000.
- ARMANI, Domingos. O Contexto Sócioeconômico da Agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste. In: *Agricultura e Pobreza. Construindo os Elos da Sustentabilidade no Nordeste do Brasil*. Porto Alegre: Tomo Editorial e Holanda/ ICCO, 1998.

- APAEB. Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Bahia
Análise & Dados. Salvador: SEI, v. 12, n. 1, p. 111-19, junho, 2002.
Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/analise_dados/ecosolidaria/pag_111.pdf>.
- ÁVILA, Maria Betania.. O Tempo e o Trabalho das Mulheres. In: COSTA, Analice et al. (orgs.). *Um Debate Crítico a Partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero*. São Paulo: CUT, 2002.
- ÁVILA, Maria Betania. Mulheres, Participação Política e Poder. In: *Mulher, Participação e Poder*. São Paulo: Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, 2003.
- BARROS, Ricardo Paes et al. Impactos da Distribuição da Terra sobre a Eficiência Agrícola e a Pobreza no Nordeste. In: HENRIQUES, Ricardo. (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BARSTED, Leila Linhares. *Gênero e Legislação Rural no Brasil: A Situação Legal das Mulheres Face à Reforma Agrária*. Brasília: Incra, 2002.
- BENERIA, Lourdes ; SEN, Gita. "Accumulation, Reproduccion and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited". In: N. Visvanathan (coord.) et al. *The Women, Gender and Development Reader*. London and New Jersey: Zed Books, 1998.
- BENERIA, Lourdes. "Gender and the Global Economy". In: F. Acherman et al. (eds.). *The Changing Nature of Work*. Washington: Island Press, 1998.
- BENFAM - Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde-PNDS 1996. Rio de Janeiro: Benfam, Macro, 1997.
- BERQUÓ, Elza. Ainda a Questão da Esterilização Feminina no Brasil. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah H. (orgs.). *Questões de Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.113-25.
- BERTAUX, D. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potencialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69, p.197-225, 1980.
- BOSERUP, Ester. *Women's Role in Economic Development*. Nova York: St Martin's Press, Inc./ George Allen & Unwin Ltd, 1970.

- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo Rural, Envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão nº 621).
- CASTRO, Roberto. *La Vida en La Adversidad: El Significado de la Salud y la Reproducción en la Pobreza*. Cuernavaca, México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinares, 2000.
- CAYERES, Guilhermina; COSTA, Rosana. *Análise da Mão de Obra no Sistema de Produção Familiar de uma Comunidade Amazônica*. 2000. Disponível em: <<http://www.gipaf.coptia.embrapa.gov.br>>
- CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Grito da Terra Brasil 2003. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>. Capturado em: julho de 2003.
- COUTO ROSA, Sueli L. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Capturado em: 18/07/2003.
- CUNHA, Patrícia Vale da. Metodologia da Pesquisa-Ação. Em Linguagem, Interação e Cotidiano, [s.d]. Disponível em: <<http://www.lic.ufjf.br>>. Capturado em: 15 de julho de 2003.
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e Representações Sociais. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p.65-76.
- DEERE, Carmem Diana; SAFA, Helen; ANTROBUS, Peggy. "Impact of Economic Crisis in Poor Women and their Househods". In: N. Visanathan et al. (eds). *The Women, Gender and Development Reader*. London and New Jersey: Zed Books Ltda, 1998.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. Graziano da. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira Em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro - RJ, v.11, p.26-52, 1998.

- DESER-Departamento Sindical de Estudos Rurais. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local. Brasília: DESER, [s.d.].
- DICK, B. Action research: action **and** research [On line]. 2002 Available at <<http://www.scu.edu.au/schools/gcm/ar/arp/aandr.html>>
- DUGGAN, Lynn. "Introducción to Part 2: Households and Families". In: N. Visvanathan (coord.) et al. *The Women, Gender and Development Reader*. London and New Jersey: Zed Books Ltda, 1998.
- GRUPO de Trabalho sobre Política de Reforma Agrária-CUT. Diretrizes para uma Nova Política de Reforma Agrária e Política Agrícola para o Brasil. São Paulo: CUT, 2003.
- GARDEY, Delphine. Perspectivas Históricas. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p.37-53.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society: an outline of the theory of structuralism*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GOUVEIA, Taciana. Muito Trabalho e Nenhum Poder Marcam as Vidas das Agricultoras. In: *Observatório da Cidadania*. Relatório 2003. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2003.
- GRILLO, Ralf D. "Discourse of Development: the view from Anthropology". In: R.D. Grillo e R.L. Stirrat (eds.). *Discourses of Development*. Oxford/New York: Berg, 1997.
- GRZYBOWSKI, Cândido; SOARES, Sebastião. *Eficácia das Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda*. Observatório da Cidadania n.3, p.125-134, 1999.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A Divisão do Trabalho Revisitada. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 111-123.
- HIRATA, Helena. Apresentação à Edição Brasileira. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e*

- Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.p.16-20.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. O Extrativismo como Atividade Agrária (Homenagem a Fernando Pereira Sodero). Jus Navigandi, Teresina, a. 4, nº 42, jun. 2000. Disponível em:<<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1667>>. Acesso em: 04 ago. 2003.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IBGE. Sindicatos: Indicadores Sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> >.
- INCRA. Universidade Aberta Nordeste: A Experiência Ceará, nº 12. Brasília: Incra. [s.d.].
- INCRA/FAO. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico. Brasília: Incra, 1996.
- INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília: Incra/FAO, 2000.
- JARDIM, Denise Fagundes. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, Ondina (Org.) *Corpo e significado: ensaios de antropologia sócia*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1995. p. 193-206.
- LAUFER, Jacqueline. Introdução. Entre a Esfera Pública e a Esfera Privada: Os Desafios dos Direitos das Mulheres. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p.127-135.
- LEAL, Ondina Fachel ; BOFF, Adriane. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (org). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.119-135.
- LONG, Norman; VAN DER PLOEG, Jan Douwe. “Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure”. In: D. Booth

- (ed.). *Rethinking Social Development. Theory, Research and Practice*. Essex: Longmann S & T, 1994.
- MARCHAND, O.; THÉLOT, C. *Deux Siècles de Travail en France*. Paris: Insee, 1991.
- MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- MARUANI, Elizabeth. Introdução. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 21-28.
- MATTEI, Lauro. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Concepção, Abrangência e Limites Observados*. Belém: trabalho apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001.
- MELLO, Márcio Antonio de; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz et al. Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. In: *Agric.* São Paulo, SP, 50 (1): 11-24, 2003.
- MINAYO, Cecília. *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 4ª ed. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1996. (Coleção Saúde em Debate).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. DF: MDA, 2003. Disponível em: <[http:// www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Declaração de Brasília. DF: MDA, 2003. Disponível em: <[http:// www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003). Plano Safra para a Agricultura Familiar. DF: MDA. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Criação e Acumulação de Capital Social para o Desenvolvimento Local/Regional Sustentável: o Caso de Valente/Bahia*. 2000. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/eco/trabalhos>>. Acesso em: setembro de 2003.

- NUNES, Rubens. Geração de Renda na Agricultura Familiar Brasileira. In: IPEA-NEAD/MDA-Banco Mundial. *Os Desafios da Pobreza Rural*. Brasília: IPEA-NEAD/MDA-Banco Mundial, 2002.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa; CAMURÇA, Sílvia. *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro/Recife: Centro de Cultura Luis Freire, FASE, IBASE e SOS Corpo, 1997.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistema de Produção: Uma Perspectiva de Gênero. *Revista Proposta*, ano 25, nº 71. Rio de Janeiro: FASE, 1997.
- PEREIRA DE MELO, Hildete; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: as relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal de Paranapanema*. Brasília: INCRA/FAO, 1996.
- PERPÉTUO, Ignes H. *Esterilização Feminina: A Experiência da Região Nordeste, 1980-91*. Tese (doutorado), Cedeplar, UFMG. Belo Horizonte, 1996.
- PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Relatórios de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>> , capturados em: setembro de 2003.
- PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA & Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. Banco de Dados disponibilizado em:<<http://www.undp.org.br>, capturado em: outubro de 2003.
- PRONAF. Manual Operacional do Crédito Rural Pronaf. Brasília: MDA/SAF, 2002.
- PRONAF. Manual Pronaf para as Mulheres. Brasília: MDA/SAF, 2002.
- PORTELLA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. *Idéias e Dinâmicas para Trabalhar com Gênero*. Recife: SOS Corpo, 1998.
- PORTELLA, Ana Paula. *Relato de uma Experiência de Sensibilização com Dirigentes Sindicais Rurais*. Recife/Rio de Janeiro: CCLF/IBASE/FASE/SOS CORPO, 1997.
- PORTELLA, Ana Paula. *Relatório de Sistematização das Informações Produzidas nas Oficinas com Trabalhadoras Rurais*. Recife: SOS Corpo, 2000.

- PORTELLA, Ana Paula; DINIZ, Simone; MELLO E SOUZA, Cecília. "Not Like Our Mothers": Reproductive Choice and the Emergence of Citizenship among Brazilian Rural Workers, Domestic Workers and Housewives. In: PETCHESKY, R.; JUDD, K. *Negotiating Reproductive Rights: Women's Perspectives across Countries and Cultures*. London: Zed Press, 1998.
- PORTELLA, Ana Paula; MEDRADO, Benedito; MELLO E SOUZA, Cecília et al., Homens: Sexualidades, Direitos e Construção da Pessoa. Recife: SOS Corpo, 2003.
- PUHL, João Ivo; MOURA, Fátima de; FERREIRA, Ana Paula Lopes. *Etnografia sobre as Relações de Gênero na Agricultura Familiar do Vale do Guaporé*. Rio de Janeiro/Recife: SOS Corpo/Ibase/Fase, 1998.
- REIS, Josefa Martins. Novas Perspectivas de Desenvolvimento Rural com Equidade de Gênero. In: *Universidade Aberta*, nº 13. Brasília: Incra, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> capturado em: 18/07/2003.
- SAFFIOTTI, Heleieth; BOTTA FERRANTE, V. *A Mulher e as Contradições do Capitalismo Agrário*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- SANTOS, Graciete; ALMEIDA, Marli de. *As Relações de Gênero na Agricultura Familiar. Diagnóstico do Pajeú/Pernambuco-2003*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2003.
- SCHWEITZER, Sylvie. Situar as Mulheres no Trabalho. In: MARUANI, Elizabeth; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 55-63.
- SILVA, Daniel José da. *Uma Abordagem Cognitiva ao Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável*. Tese de doutoramento, UFSC/Depto de Engenharia de Produção, 1998.
- SPERRY, Suzana. A Importância da Interdisciplinaridade na Execução dos Diagnósticos sobre a Agricultura Familiar (a história de vida como aproximadora da equipe).[s.d.]. Disponível em:<<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ>> Capturado em: 18/07/2003.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*.

São Paulo: Editora Polis, 1985.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José. "Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo". In: VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José (eds,) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, Santiago: FLACSO-Chile, 1998. p. 12-35.

VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José (eds). *Masculinidades: Poder e Crisis. Ediciones de las mujeres*. Chile, Santiago, n.24, 1997.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si - Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século, 1995.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. "Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal". In: *Anuário Antropológico* 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Direito Humano à Alimentação, Água e Terra Rural. In: Plataforma DhESC Brasil. Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, 2002. Disponível em: <<http://www.dhescbrasil.org.br>>, Capturado em: 2003.

VIEIRA, Elizabeth Meloni. Políticas Públicas e Contracepção no Brasil. In: BERQUÓ, Elza. (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2003. p. 151-96.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: Um Espaço em Construção. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Vol. 25, maio-dez., 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. Caxambu, MG: XX Encontro Anual da Anpocs, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

PROTOCOLO DE PESQUISA

Antecedentes e Justificativas

Esse é um projeto de pesquisa construído coletivamente pelo MMTR-NE e pelo SOS Corpo com os seguintes objetivos:

- i) Identificar e problematizar os impactos da reestruturação produtiva sobre as dimensões reprodutiva e produtiva das mulheres trabalhadoras rurais do nordeste.
- ii) Contribuir para a formação política das mulheres trabalhadoras rurais do nordeste
- iii) Construir coletivamente propostas para intervenção nas políticas públicas relativas aos campos temáticos acima assinalados.

São dois os principais eixos : formação teórico-política e pesquisa - ação.

A formação teórico - política foi realizada no formato de oficinas e produção de material pedagógico. Os temas centrais da formação são os seguintes: agricultura familiar e seus impactos, especialmente na vida das mulheres e crianças; e geração de emprego e renda, tanto no âmbito da produção rural quanto nos demais setores da economia.

Foram realizadas quatro oficinas, duas com agricultoras familiares, uma com extrativistas e a quarta com ambas as categorias para discussão dos temas acima citados através de textos e da experiência das trabalhadoras e para a construção do

desenho e das hipóteses relativas à pesquisa ação. As oficinas tiveram a participação total de 17 trabalhadoras e extrativistas, cinco membros do MMTR (Vanete, Auxiliadora, Lucinha, Ilda e Cícera) e cinco do SOS Corpo (Sílvia, Ana Paula, Taciana, Simone e Enaide).

A escolha deste método se justifica pelo fato de que ele propicia uma articulação direta entre as necessidades e interesses do grupo pesquisado, além de enfatizar a importância dos processos de transformação social.

O resultado da pesquisa será difundido através de uma publicação.

Materiais a Serem Preparados

- a) Descrição e questões de Pesquisa
- b) Roteiro para a caracterização da comunidade
- c) Questionário individual
- d) Roteiro de observação dos estabelecimentos
- e) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- f) Ficha de acompanhamento de campo
- g) Manual da Pesquisadora – a ser elaborado após oficina de treinamento
- h) Carta de Orientações para supervisão da pesquisa de campo
- i) Projeto para comitê de ética

DESCRIÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA

Hipóteses

a) Há desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ao uso do tempo, à utilização da mão de obra, às atividades de comercialização e à apropriação da renda gerada nos estabelecimentos agrícolas;

b) As mulheres possuem a mesma capacidade dos homens no que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas de comerciais;

c) Com o seu trabalho, as mulheres contribuem tanto quanto os homens para o desenvolvimento das atividades do estabelecimento agrícola;

d) As mulheres possuem as mesmas habilidades administrativas e financeiras dos homens.

Objetivo da Pesquisa

Verificar de que modo se organizam as atividades produtivas, reprodutivas e comerciais em estabelecimentos de agricultura familiar, levando em consideração o sexo e a idade dos/as componentes do domicílio.

Questões de Pesquisa

a) Qual o perfil sócio-demográfico das pessoas residentes nas comunidades selecionadas?

b) De que modo as relações de gênero estruturam as relações produtivas e reprodutivas no interior do estabelecimento agrícola?

Universo de Pesquisa

Homens e mulheres residentes em comunidades rurais dos seguintes municípios:

- 1) Inhapi/AL
- 2) Itapipoca/CE
- 3) Esperantinópolis/MA
- 4) São José do Egito/PE
- 5) Valente/BA
- 6) Araci/BA
- 7) Brejo/PB

OBS: Duas novas localidades foram inseridas pelo MMTR, a pesquisa totalizará nove comunidades.

Crítérios de Elegibilidade

Em cada comunidade serão escolhidas cinco (5) famílias obedecendo aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Ter pelo menos uma pessoa entre 18 e 25 anos;
- b) Ter na agricultura familiar a principal fonte de sustento da família;
- c) Ser residente na comunidade há pelo menos um ano.

Observação importante: pelo menos uma família deverá ser chefiada por mulher sem cônjuge.

Metodologia

Qualitativa, com recorte etnográfico.

Técnicas

Entrevista, baseada em questionário fechado, com todos as pessoas maiores de 18 anos residentes no estabelecimento agrícola.

Observação participante, baseada em roteiros de observação, do estabelecimento agrícola durante um dia de trabalho e um dia no final de semana e da comunidade durante o período que a pesquisadora achar necessário, desde que não exceda os dois meses previstos para o trabalho de campo.

Durante o trabalho de campo serão realizadas visitas da coordenação técnica do SOS Corpo nas comunidades. O objetivo será conhecer a região, trocar informações e ajudar nas dúvidas e dificuldades surgidas durante o processo de coleta de dados.

Considerações Éticas

Toda pesquisa deve seguir regras rígidas para assegurar o anonimato e a segurança dos/as entrevistados e das informações prestadas por eles/as. Apenas os dados brutos devem ser trabalhados e não a vinculação entre a pessoa e a informação. Os termos de consentimento são fundamentais para a legitimidade da pesquisa. Eles deverão ser lidos pela pesquisadora e assinados pelos entrevistados/as.

Processo de Análise

Continuando o processo coletivo de construção de conhecimentos, a análise final será realizada em conjunto pesquisadoras, MMTR e SOS Corpo. Após a sistematização e análise inicial das informações recolhidas, será realizada uma oficina geral para debater os resultados da pesquisa e construir a análise final.

Equipe

Nove pesquisadoras residentes em cada uma das comunidades escolhidas.

Apoio logístico: Secretaria do MMTR-NE e SOS Corpo

Coordenação técnica: Ana Paula Portella, Enaide Teixeira e Simone Ferreira

Coordenação geral: SOS Corpo e MMTR-NE

Cronograma

Elaboração dos instrumentos	Setembro e outubro de 2001
Trabalho de campo	Março a abril/2002
Sistematização dos dados	Maio/junho/julho 2002
Oficina de devolução dos dados	Julho 2002
Análise dos dados	Agosto/setembro de 2002
Elaboração do relatório	Setembro e outubro de 2002
Oficina final de devolução	Outubro de 2002

ANEXO 2

CARTA PARA AS PESQUISADORAS

Recife, 21 de março de 2002

Prezada companheira,

Como combinado nas nossas oficinas, estamos enviando o material da nossa pesquisa-ação. Nesse pacote do correio você deverá encontrar os seguintes materiais:

- 03 roteiros da comunidade (você vai precisar preencher apenas 01 mas estamos enviando mais exemplares para rascunho);
- 15 fichas de acompanhamento por família (você precisa mandar apenas 05, os outros são para rascunho);
- 02 roteiros de observação (você só precisa de 01, o outro é para guardar em caso de necessidade);
- 50 questionários individuais (fizemos uma média de 10 pessoas por família);
- 50 termos de consentimento livre e esclarecido (01 para cada entrevistada/o).
- 06 envelopes para enviar o material de pesquisa pronto de volta para o SOS Corpo.

Por favor, ligue-nos – a cobrar, para o número **81– 3445.2086** - para dizer se recebeu tudo. Nesse telefonema, podemos combinar as nossas visitas na sua comunidade. Um abraço,

Enaide Teixeira
Ana Paula Portella
Simone Ferreira

ANEXO 3

MANUAL DA PESQUISADORA

Finalmente, vamos começar o trabalho de campo de nossa pesquisa. Só para lembrar, nós preparamos juntas toda a pesquisa e, nos últimos seis meses, vocês passaram por oficinas de treinamento que lhes prepararam para serem pesquisadoras. Vocês já conhecem o material da pesquisa – questionário, roteiros e fichas – e já sabem onde e com quem a pesquisa será feita.

Com este Manual nós queremos apenas lembrar algumas coisas importantes a respeito do trabalho e queremos que elas fiquem escritas junto de cada uma de vocês para ajudá-las a tirar dúvidas sobre a pesquisa.

Se vocês tiverem qualquer dúvida, podem telefonar para nós a qualquer momento que teremos o maior prazer em ajudá-las.

Antes de Começar o Trabalho

- ~ Cuide bem de seu material de pesquisa.
- ~ Olhe a pasta para ver se todo o material está lá e se está tudo em ordem.

Primeira Tarefa da Pesquisa: Falando da Sua Comunidade

~ ANTES DE COMEÇAR A LER VÁ BUSCAR A SUA FICHA **COMO É A MINHA COMUNIDADE?** ASSIM VOCÊ VAI ENTENDER MELHOR!

A sua primeira tarefa de pesquisa é responder à ficha Como é a Minha Comunidade. Nesta ficha há várias perguntas sobre a sua comunidade que você mesma pode responder a partir do seu próprio conhecimento e da sua experiência na comunidade.

Escreva com o lápis, porque se você errar alguma coisa poderá apagar com a borracha e corrigir.

Na primeira pergunta, a gente quer que você conte um pouco da história de sua comunidade. Aí você pode escrever suas próprias lembranças e conhecimentos sobre muitas coisas. Por exemplo:

- ~ como começou a comunidade
- ~ de onde ela fazia parte
- ~ como chegaram as primeiras famílias
- ~ se tem famílias que já foram embora
- ~ se tem conflitos na área
- ~ ou qualquer outra coisa que você ache importante.

Você vai ver que algumas perguntas precisam ser respondidas com números ou distâncias. Não se preocupe: você não precisa dar o número ou a distância exata, pode escrever um número ou uma distância que seja mais ou menos a verdadeira. Vamos ver um exemplo?

Pergunta: Quantas famílias moram nessa comunidade?

Você pode responder: mais ou menos umas vinte famílias.

Outro exemplo:

Pergunta: Qual a distância da comunidade para a cidade mais próxima?

Você pode responder: mais ou menos 10 léguas

Ou então: mais ou menos uns 20 quilômetros

Ou ainda: uma meia hora a pé

Ou: uma hora e meia de kombi

Na página 2 você vai encontrar um quadro. Na oficina vocês já treinaram o preenchimento do quadro. Lembre-se que você deve ler o primeiro quadrinho da primeira linha e responder nos quadrinhos que estão ao lado dele. Só depois é que passa para a segunda linha.

Quando você terminar de responder à ficha, leia tudo novamente pra ver se não esqueceu alguma coisa ou se escreveu alguma coisa errada. Corrija o que for necessário e guarde a ficha em um envelope grande para depois juntar com os outros materiais e enviar para Recife.

Segunda Tarefa da Pesquisa: Convidando as Pessoas para Participar

~ ANTES DE COMEÇAR A LER VÁ BUSCAR A SUA **FICHA POR FAMÍLIA PARA ACOMPANHAR O TRABALHO DE PESQUISA** E O SEU **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**. ASSIM VOCÊ VAI ENTENDER MELHOR!

Agora você vai começar as entrevistas com as pessoas da comunidade. Você já deve ter escolhido as famílias que irão participar da pesquisa.

Só para lembrar, você irá escolher cinco famílias e, dessas cinco, deve procurar seguir os seguintes critérios:

- 01 família deve ser chefiada por mulher
- 01 família deve ter crianças e jovens com menos de 18 anos.
- As outras 3 famílias com jovens acima de 18 anos.

Mas **ATENÇÃO**: você não irá entrevistar nem as crianças nem os jovens com menos de 18 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que crianças e adolescentes só devem participar de pesquisas com o consentimento dos pais e/ou responsáveis. Nas nossas oficinas, nós achamos melhor entrevistar só adultos/as para não ter que pedir mais um consentimento. Para as pessoas muito idosas, vocês devem sempre perguntar se querem responder já que o questionário é longo e pode ser cansativo.

Então você escolheu cinco famílias e em cada uma delas você irá entrevistar todas as pessoas com mais de 18 anos.

A próxima tarefa será então preencher a **FICHA POR FAMÍLIA PARA ACOMPANHAR O TRABALHO DE PESQUISA**. Essa ficha serve para lhe ajudar a ver o que você já fez e o que ainda falta fazer. A primeira coisa que você deve fazer é colocar seu nome e o nome de sua comunidade nas primeiras linhas da ficha.

Depois você deve ir até a casa de cada uma das famílias e perguntar quem é que chefia a casa: pode ser uma mulher, pode ser um homem ou pode ser o casal. Você deve procurar essa pessoa e perguntar-lhe se ela concorda que sua família participe da pesquisa.

Explique a ela porque iremos fazer a pesquisa, qual a importância desse trabalho e como iremos usar essas informações no futuro para o benefício da comunidade e das mulheres. Explique ainda que você irá fazer entrevistas e que também irá observar o dia a dia da família.

Se a pessoa não concordar em participar, agradeça a ela e não insista. Se ela concordar em participar, você começa a escrever a ficha, colocando o nome da família e nome da pessoa que chefia essa família no quadro. Depois pergunte à pessoa quem são as outras pessoas que moram na casa e escreva o nome de cada uma nas outras linhas do quadro.

Veja agora um exemplo de ficha preenchida:

PESQUISA AÇÃO MULHER E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ficha por família para Acompanhar o Trabalho de Pesquisa

Entrevistadora: Maria José da Silva

Comunidade: Chapéu de Palha

Fez Observação? () Sim. **Data da Observação:**

() Não. **Por que?**

Nome da Família: FAMÍLIA DE DONALIA

Nome do entrevistado

Idade

Parentesco

Aplicou questionário?

Data do questionário

Dona Lia

67

Seu Miro

59

Marido

Antonia

32

Filho

Cícera

24

Filha

Pedro

Carlos

22

26

Filho

Genro

Chico

11

Neto

Teresa

9

Neto

Kelly	3	Neta
Fabiana	1	Neta
Seu Zé Belo	86	Sogro

OBSERVAÇÃO: O PRIMEIRO NOME DEVE SER O DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR

Agora você já tem a lista completa das pessoas da família de Dona Lia. É uma família chefiada por uma mulher, tem 11 pessoas morando na casa e 4 pessoas com menos de 18 anos. Você vai poder entrevistar 7 pessoas dessa família, que são todas as que têm mais de 18 anos.

Terceira Tarefa da Pesquisa: Entrevistando as Pessoas

~ ANTES DE COMEÇAR A LER VÁ BUSCAR UM **QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL**. ASSIM VOCÊ VAI ENTENDER MELHOR!

Nossa terceira tarefa é justamente a entrevista e para ela você vai usar o Questionário Individual.

A primeira coisa que você deve fazer é perguntar se cada uma das pessoas quer participar da pesquisa. Se a pessoa concordar, você vai ler para ela o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Leia o termo em voz alta e responda a todas as dúvidas da pessoa.

Depois da leitura, pergunte mais uma vez se a pessoa concorda em participar. Se ela concordar, você pede a ela para assinar o Termo de Consentimento. Se a pessoa não souber ler, peça a ela para pintar o dedo polegar na caixinha de carimbo que tem na sua pasta e para colocar a marca do dedo no papel. Peça a mais duas outras pessoas para assinarem como testemunhas.

E agora você pode começar a entrevista! Procurem um local agradável, onde vocês se sintam confortáveis. Escreva seu nome na primeira folha do questionário, a data da entrevista e o nome da localidade, que é o nome da comunidade. Escreva também o endereço ou nome do sítio ou da casa da família. E depois escreva o nome do município e do estado. E comece a entrevista!

Escreva as respostas com o lápis, para poder corrigir depois.

Faça as perguntas devagar e responda a todas as dúvidas da pessoa, mas deixe que ela mesma dê as respostas. Mesmo se você já souber de alguma resposta, espere que a pessoa fale e diga a resposta da cabeça dela.

Nosso questionário é muito comprido e tem algumas perguntas que vão fazer a pessoa pensar. Isso talvez dê cansaço tanto em você quanto nela. Se isso acontecer, pare a entrevista e marque um outro horário para continuar.

Quando terminar a entrevista, leia tudo que você escreveu e veja se você não pulou alguma pergunta e se não escreveu alguma coisa errada ou que está difícil de ler. Corrija o que for preciso e se faltar alguma coisa pergunte de novo à entrevistada ou ao entrevistado. Quando acabar, agradeça à pessoa.

Depois de cada entrevista, volte para a sua FICHA POR FAMÍLIA PARA ACOMPANHAR O TRABALHO DE PESQUISA e escreva um “SIM” embaixo de onde tem escrito “APLICOU QUESTIONÁRIO?” e, do lado, escreva a data.

Voltando para o nosso exemplo, que é a família de Dona Lia, depois que todas as entrevistas forem feitas a ficha ficaria assim:

PESQUISA AÇÃO MULHER E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ficha por família para Acompanhar o Trabalho de Pesquisa

Entrevistadora: Maria José da Silva

Comunidade: Chapéu de Palha

Fez Observação? () **Sim.** **Data da Observação:**

() **Não.** **Por que?**

Nome da Família: **FAMÍLIA DE DONALIA**

Nome do entrevistado

Idade

Parentesco

Aplicou questionário?

Data do questionário

Dona Lia

67

Sim

27 de março

Seu Miro

59

Marido

Sim

27 de março

Antonia 28 de março	32	Filho	Sim	
Cícera 24 Filha Sim 28 de março				
Pedro Sim	26 28 de março	Genro		
Carlos de março	22	Filho	Sim	28
Chico	11	Neto	Não	
Teresa Não	9	Neto		
Kelly	3	Neta		Não
Fabiana Neta	1 Não			
Seu Zé Belo Sim	86 27 de março	Sogro		

OBSERVAÇÃO: O PRIMEIRO NOME DEVE SER O DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR

Quando você chegar em casa, faça mais uma revisão dos questionários. Veja se está tudo escrito certo e veja se dá para outra pessoa entender o que você escreveu. É muito importante que o questionário esteja limpo e inteiro, sem rasgão. Se por acaso um questionário sujar ou rasgar, passe a limpo, escreva de novo as respostas em outro questionário.

Escreva o nome da família em um envelope e, à medida que for fazendo as entrevistas, coloque os questionários desta família no mesmo envelope. Você terá um envelope para cada família e dentro dele vai estar todo o material daquela família.

Lembre-se que você prometeu às pessoas que ninguém iria saber as coisas que ela lhe disse. Por isso, tome muito cuidado com os questionários. Guarde os questionários em um lugar seguro, onde outras pessoas não possam pegá-los para ler.

Quarta Tarefa da Pesquisa: Observando o Dia a Dia da Família

~ ANTES DE COMEÇAR A LER VÁ BUSCAR A SEU **ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO DA VIDA NOS SÍTIOS**. ASSIM VOCÊ VAI ENTENDER MELHOR!

Antes de começar a observação, estude bem o seu roteiro até ficar com ele bem gravado na cabeça, para não esquecer as coisas em que você deverá prestar atenção.

Converse com a pessoa que chefia a família e combine com ela os dias em que você poderá ir para lá fazer a observação.

Você deve chegar cedinho na casa e sair o mais tarde possível. Se der para dormir por lá, melhor ainda. Mas não se arrisque! Não ande sozinha à noite em lugares distantes e desertos só por causa da pesquisa! Se o lugar for longe de sua casa, volte para casa com a luz do dia ou consiga companhia, mas não se arrisque.

Nos dias da observação, faça parte do cotidiano da família. Participe das atividades da família, ofereça ajuda nos serviços, converse com as pessoas normalmente.

Leve a sua pasta de trabalho com o roteiro, seu caderno e seus lápis, caneta e borracha. De vez em quando, peça licença às pessoas, sente-se em um lugar mais calmo e escreva **no seu caderno** as coisas que você observou.

Antes de começar a escrever não esqueça de colocar a data, o local e o nome da família que foi observada.

Quando a observação terminar, agradeça mais uma vez à todas as pessoas da família por terem deixado você passar um dia com elas.

Quando chegar em casa, leia o que você escreveu. Corrija o que estiver errado ou difícil de entender. Escreva mais coisas que você lembrar.

Pegue a sua FICHA POR FAMÍLIA e escreva a informação que falta sobre a observação. Depois de todas as entrevistas e da observação de uma família, a sua ficha vai ficar assim:

PESQUISA AÇÃO MULHER E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ficha por família para Acompanhar o Trabalho de Pesquisa

Entrevistadora: Maria José da Silva

Comunidade: Chapéu de Palha

Fez Observação? (X) Sim. Data da Observação: 30 de março de 2002

() Não. Por que?

Nome da Família: FAMÍLIA DE DONALIA

Nome do entrevistado

Idade

Parentesco

Aplicou questionário?

Data do questionário

Dona Lia

67

Sim

27 de março

Seu Miro

59

Marido

Sim

27 de março

Antonia

32

Filho

Sim

28 de março

Cícera

24

Filha

Sim

28 de março

Pedro

26

Genro

Sim

28 de março

Carlos

22

Filho

Sim

28

de março

Chico

11

Neto

Não

Teresa

9

Neto

Não

Kelly

3

Neta

Não

Fabiana

1

Neta

Não

Seu Zé Belo

86

Sogro

Sim

27 de março

OBSERVAÇÃO: O PRIMEIRO NOME DEVE SER O DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR

Se a família não quis que você fizesse a observação ou se aconteceu alguma outra coisa que lhe impediu de observar a família, marque um X no “Não” e escreva porque você não fez a observação.

Coloque a sua ficha completa dentro do envelope da família. Veja se não falta nenhum questionário. Se estiver tudo certo, feche o envelope e guarde ele em lugar seguro.

E Quando o Trabalho de Campo Acabar?

No final da pesquisa, você vai ter cinco envelopes e dentro deles tem que estar a ficha da família e todos os questionários individuais respondidos.

Em um outro envelope coloque o seu caderno e a sua ficha Como é a Minha Comunidade? já respondida.

Junte tudo, leve ao correio e peça para mandar um SEDEX A COBRAR. Veja bem se o pessoal do Correio coloca todos os envelopes em uma caixa de papelão, forte e lacrada e não esqueça de pedir o seu COMPROVANTE DE ENVIO.

Assim que você enviar o material ligue a cobrar para o SOS Corpo avisando que o material seguiu.

O endereço e o telefone do SOS Corpo são os seguintes:

SOS Corpo (Aos cuidados de Enaide Teixeira)
Rua Real da Torres, 593
Madalena 50610-000
Recife-PE
Telefone: 81-34452086

Lembre-se:

- **Prazo para enviar todo o material da pesquisa:** 31 de maio de 2002.
- Antes disso, faremos uma visita na sua comunidade, pense qual a melhor data e ligue para combinarmos.

Boa Sorte! Bom Trabalho!

Lembrem-se que estamos aqui

para ajudá-las no que for preciso!

Anexo 4: Ficha para Acompanhar o Trabalho de Pesquisa

Entrevistadora:

Comunidade:

Família
questionário?
questionário
Data da observação
Nome
Parentesco

Aplicou
Data do
Fez observação?

Idade

ANEXO 5

ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO DA VIDA NOS SÍTIOS

Durante um dia da semana e um outro dia no final de semana participe da vida da família, observando o seguinte. Preste atenção a tudo o que você estiver vendo, anotando no seu caderno aquilo que você acha que responde às perguntas abaixo.

1. Diga como é a casa dessa família, como é o quintal, o terreiro na frente e dos lados, diga tudo que tem dentro e fora de casa.
2. O que é que cada pessoa faz durante todo o dia?
3. Quem trabalha?
4. Quem descansa?
5. Quem se diverte?
6. Quem faz atividade política ou atividade na comunidade?
7. Qual o tipo de trabalho que cada pessoa faz?
8. Qual o tipo de diversão que cada pessoa faz?
9. Que tipo de atividade política, comunitária ou religiosa as pessoas fazem?
10. As pessoas se tratam bem? Como é que elas falam umas com as outras?
11. Existe alguém que manda nas outras pessoas? Quem?

12. As pessoas obedecem ou reclamam?
13. A família recebe visitas? De quem?
14. Como é a alimentação dessa família? O que as pessoas comem durante as refeições? Elas gostam da comida ou reclamam?
15. Como as pessoas estão vestidas?

ANEXO 6

ROTEIRO PARA DESCREVER A COMUNIDADE. COMO É A MINHA COMUNIDADE?

NOME DA COMUNIDADE _____

MUNICÍPIO _____ ESTADO _____

PESQUISADORA _____ DATA _____

- 1) Conte um pouco da história de sua comunidade.
- 2) Qual a distância da comunidade para o centro mais próximo?
- 3) Tem linha de ônibus?
 - () Sim. A que distância da comunidade? _____
 - () Não. Como é que se vai até o centro? _____
- 4) Tem iluminação pública na comunidade?
 - () Sim () Não
- 5) Tem açude, rio ou mar próximo da comunidade?
 - () Sim. Qual deles? _____
 - () Não
- 6) A comunidade possui calçamento?
 - () sim () não

7) Na sua comunidade tem:

TELEFONE PÚBLICO (ORELHÃO)

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.
- () Está funcionando() Não está funcionando

CORREIO

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.
- () Está funcionando() Não está funcionando

POSTO POLICIAL

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.
- () Está funcionando() Não está funcionando

HOSPITAL

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.
- () Está funcionando() Não está funcionando

POSTO DE SAÚDE

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.

A comunidade é visitada pelas agentes sociais?() sim () NãoSe sim, quantas vezes por mês?

ESCOLAS

- () na própria comunidade.
- () outro local, mas dá para ir a pé.
- () Outro local, mas tem que pegar transporte.

Até que série as escolas ensinam?Quais os horários das aulas?() manhã() tarde() noite

MERCADO PÚBLICO

- () na própria comunidade.

- () outro local, mas dá para ir a pé.
() Outro local, mas tem que pegar transporte.

8) Existe alguma dificuldade para a população conseguir atendimento de saúde?
Por que?

9) Existe alguma dificuldade de conseguir vaga nas escolas? Por que?

10) A comunidade tem praça?

() Sim. Quantas? _____ () Não

11) Tem campo de futebol na comunidade?

() Sim. Quantos? _____ () Não

12) O que as pessoas da comunidade costumam fazer para se divertir?

13) Tem igreja na comunidade?

() Sim. Quantas? _____ () Não. Qual a distância até a igreja mais próxima? _____

14) Tem associação de moradores na comunidade?

() Sim () Não.

15) Tem liderança comunitária?

() Sim () Não

16) Existe programas sociais voltados para comunidade?

() Sim. Quais?

() Não

17) Existem ONGs atuando na comunidade?

()Sim. ()Não

18) Se sim, quais são as ONGs?

19)Qual o tipo de atuação das ONGs?

ANEXO 6

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Boa tarde, meu nome é _____ e eu estou fazendo uma pesquisa sobre agricultura familiar no Nordeste. Está pesquisa é coordenada pelo SOS Corpo e pelo MMTR-NE, duas organizações que trabalham na defesa dos direitos das mulheres. Queremos saber o cotidiano do trabalhador e da trabalhadora rural e sua família na agricultura familiar. Esse trabalho vai nos ajudar a reivindicar melhor os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. de que maneira as pessoas dividem os trabalhos dentro de casa e na roça e como é que cada uma participa dos resultados da produção.: quem é que vende os produtos, quem ganha o dinheiro e quem é que usa o dinheiro. Outras pesquisas já mostraram que nem sempre essa participação é igual para todas as pessoas da família. Nós queremos saber se isso também acontece com as mulheres desta comunidade.

Para isso, nós vamos entrevistar algumas pessoas desta comunidade e observar como é que as atividades no sítio são divididas em um dia de trabalho. A sua família foi escolhida para participar da pesquisa e eu gostaria de saber se você concorda em conversar conosco sobre os assuntos que falei acima.

A sua participação na pesquisa não vai trazer nenhum prejuízo a você nem à sua família. Mas, se você concordar em participar, você estará nos ajudando a entender melhor a vida da trabalhadora e do trabalhador rural e, com isso, nós poderemos melhorar o nosso trabalho de apoio aqui na região. Os resultados desta pesquisa serão transformados em materiais que serão utilizados nas atividades educativas do

MMTR-NE na sua comunidade. As pessoas que participarem da pesquisa terão conhecimento do resultado. As pessoas que participarem da pesquisa serão as primeiras a conhecerem estes resultados.

A entrevista será feita em um lugar reservado, sem que ninguém escute e suas respostas serão anotadas no questionário. Você não precisa dizer seu nome completo e o seu endereço não será anotado. O que você me disser será reunido ao que as outras pessoas também disserem e, assim, ninguém ficará sabendo que foi você que disse uma determinada coisa. Você pode interromper a entrevista a qualquer momento e pode desistir de participar da pesquisa na hora que quiser. E se quiser tirar qualquer dúvida pode me perguntar a qualquer hora ou pode se comunicar com as coordenadoras técnicas da pesquisa, que são Ana Paula Portella, Enaide Teixeira e Simone Ferreira. Você pode ligar a cobrar para o número 0-xx-81-3445 ou escrever para a Rua Real da Torre, 593 Madalena 50000-610 Recife-PE.

Caso você concorde em participar, desde já nós agradecemos muito a sua colaboração.

ENTREVISTADORA

ENTREVISTADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Local:

Data:

ANEXO 8

QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

Entrevistadora: _____

Data _____

Nome da Localidade: _____

Endereço ou Nome da Propriedade: _____

Nome do Entrevistado/a: _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

I – IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A

1. Qual a sua idade? _____ anos

2. Onde você nasceu?

3. Quanto tempo você mora aqui?

4. Qual o seu estado civil?

☐ Solteiro/a ☐ Casado/a ☐ Unido/a ☐ Separado/a ☐ Viúvo/a

5. Você sabe assinar o nome?

☐ Sim ☐ Não

6. Você consegue ler e escrever uma carta?
☐ Sim ☐ Não
7. Você frequenta a escola atualmente ?
☐ Sim ☐ Não
8. Qual a série ?
9. Você estudou?
☐ Sim ☐ Não
10. Até que série?
11. Você tem carteira de identidade?
☐ Sim ☐ Não
12. Qual a sua cor?
☐ Branco ☐ Pardo ☐ Preto ☐ Amarelo ☐ Indígena ☐ Não sabe ☐ Não respondeu
13. Atualmente, qual a sua religião?
☐ Católica romana ☐ Protestante ☐ Pentecostal ☐ Espírita ☐ Umbanda ☐ Evangélicas ☐ Nenhuma ☐ Não respondeu ☐ Outra. Qual? _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

14. Você sabe quantos hectares tem sua propriedade?
☐ Sim. Quantos? _____ ☐ Não
15. Qual a forma de acesso à terra?
☐ Compra ☐ Posse ☐ Arrendamento ☐ Outros. Qual? _____
16. Em nome de quem está a propriedade?
☐ Marido ☐ Esposa ☐ Outros. Qual? _____
17. O que é produzido na sua propriedade? Para cada um dos itens ao lado, coloque todos os produtos feitos na unidade familiar. Por exemplo, na roça, pode ser milho, feijão; na criação de animais, pode ser ave, porco ou cabra; na horta, pode ser todos os legumes. Doces, licores, óleos são beneficiamento de produtos.
 A. ☐ Roça. Quais? _____ B. ☐ Horta/
 Pomar. Quais? _____ C. ☐ Criação de animais.
 Quais? _____ D. ☐ _____
 Artesanato. Quais? _____ E. ☐ Extrativismo.

Quais? _____ F. () Beneficiamento de produtos.
Quais? _____ G. () Outros.
Q u a i s ? _ _ _ _ _
_____ H. () Não sabe.

18. No quadro abaixo, coloque todos os produtos que a propriedade faz, a quantidade produzida e a parte que é vendida.

Produto
Quantidade produzida
Quantidade vendida

19. De tudo isso que se faz na propriedade, quem decidiu produzir cada uma delas. Escreva o nome ao lado.

A. _____ B. _____
Horta/pomar _____ C. _____
Criação de animais _____ D. _____
Artesanato _____ E. _____
Extrativismo _____ F. _____
Beneficiamento de produtos. _____ G. _____
Outros. _____ H. _____
() Não sabe.

20. Vocês contratam mão-de-obra?

() Sim. Quantos? _____
_____ () Não. Por que?

21. Se contrata mão-de-obra,

Quanto paga?

Quem faz ? _____ () Não contrata.

22. Para essas atividades, você ou a família tem acesso ao crédito?

() Sim. Para qual atividade? _____ ()
Não. Por que? _____

23. Se existe o crédito, quem é o responsável por ele?

() Marido () Esposa () Ambos () Outros. Quem? _____ () Não tem
acesso ao crédito

24. Se existe crédito, através de qual instituição?

() Cooperativa() Bancos() Associação() Outros. Qual? _____

25. De onde vem a água que é usada na propriedade? E de onde vem a água de beber?

() água encanada dentro do sítio() água encanada fora do sítio. () Poço ou cacimba dentro do sítio() Poço ou cacimba fora do sítio() Riacho, nascente, rio ou barreiro dentro do sítio.() Riacho, nascente, rio ou barreiro fora do sítio.() Água da chuva

26. Como a água é transportada?

() de automóvel() de carro de boi() no lombo de animais() na cabeça

27. A parede da casa é feita de

() Tijolo() Tijolo e cimento() Madeira() Taipa() Palha() Outros. Qual?

28. Quantos cômodos tem a casa? (Não contar com o terraço).

29. Quantos são utilizados para dormir?

30. A casa tem eletricidade?

() Sim() Não

31. A casa tem banheiro?

() Sim () Não

32. Para onde vai o esgoto da casa?

() Vaso sanitário para uma casa() Vaso sanitário compartilhado () Latrina escavada no solo com melhorias (ventilação) () Latrina tradicional escavada no solo () Mato ou campo () Riacho, nascentes , rios.() Outro. Qual?

33. A casa tem telefone?

() Sim() Não. Nesse caso, a quantos quilômetros fica o telefone mais perto?_____

33. Qual o tipo de estrada que liga a propriedade à cidade mais próxima?

() asfaltada() de barro() caminhos de terra() Outros. Qual?

III - TRABALHO, TAREFAS E ATIVIDADES

34. Em que área você executa tarefas na sua propriedade ou fora dela?

- A. ☐ Roça B. ☐ Horta/pomar C. ☐ Criação de animais D. ☐ Artesanato E. ☐ Extrativismo F.
☐ Beneficiamento de produtos G.
☐ Trabalho doméstico H.

() Trabalho assalariado.
 Qual? _____ () Outros.
 Qual? _____

35. Vamos listar várias atividades e você vai dizendo em quais você participa sempre, várias vezes, raramente e nunca:

Tarefas ligadas à:

- Sempre
 Algumas vezes
 Poucas vezes
 Nunca

1. Roça

- Desbaste
 Limpeza
 Capina
 Seleção de sementes
 Adubação
 Plantio
 Controle de pragas
 Colheita
 Armazenamento
 Comercialização

2. Horta/pomar

- Limpeza
 Capina
 Coveamento
 Preparação dos canteiros
 Semeadura
 Plantio

Poda
Colheita

3. Criação de aves

Alimentação
Água
Prevenção de doenças
Controle do choco
Coleta de ovos
Controle do abate
Comercialização

4. Criação de porcos

Alimentação
Água
Prevenção de doenças
Controle do abate
Castração
Controle do abate
Comercialização

Tarefas ligadas à

Sempre
Muitas vezes
Algumas vezes
Nunca

5. Criação de bois

Alimentação
Água
Ordenha
Oferta de sal
Controle do cio
Vacinação
Apartação dos bezerros
Roçagem dos pastos
Abate
Comercialização

6. Criação de cabras

Alimentação

Água

Ordenha

Prevenção de doenças

Abate

Comercialização

7. Extrativismo

Colheita

Quebradeira (babaçu)

Armazenamento

Comercialização

8. Artesanato

Preparar matéria prima

Produção

Comercialização

9. Beneficiamento

10. Outras tarefas (escreva cada uma)

36. Você gosta do seu trabalho?

() Sim () Não. Por que? _____

37. Você gostaria de trabalhar em outra atividade?

() Sim. Em qual? _____ () Não.

38. Em algumas das tarefas que você faz, você recebe pagamento em dinheiro ou em mercadorias?

() Sim. Em quais? _____ () Não. Por que? _____

39. Caso você produza mercadorias ou crie animais com seu trabalho, quem vende esses produtos?

() Você mesmo/a () Marido () Esposa () Pai () Mãe () Filho () Filha () Outros.
Quem? _____ () Não produz

40. Caso tenha emprego remunerado, qual é a sua posição no emprego?
() Empregado/a () Conta própria/Empregador/a

41. Caso seja assalariado, tem ou já teve carteira assinada?
() Sim () Não

42. Você recebe aposentadoria e/ou pensão ou benefício?
() Sim, pensão () Sim, aposentadoria () Sim, benefícios. Qual? _____ () Não, mas
trabalha ou já trabalhou () Não, e nunca trabalhou

43. Mensalmente, quanto você recebe pelo trabalho que faz? Quanto você recebe de pensão e/ou aposentadoria?

Tabalha R\$ _____ Pensão R\$ _____ Aposentadoria R\$ _____ Benefício R\$ _____
Mercadoria (Tipo/Quantidade): _____
Outro: _____

44. Você gasta esse dinheiro do jeito que você quiser?
() Sim () Não

45. Se não. Por que?

46. Você sabe que há tarefas no nosso dia a dia que são necessárias para toda a família. Das tarefas abaixo, assinale quais as que você realiza sempre, muitas vezes, poucas vezes e nunca.

Tarefas ligadas ao trabalho reprodutivo

Sempre

Muitas vezes

Poucas vezes

Nunca

Cozinhar

Buscar água

Lavar louça

Lavar roupa

Passar roupa

Arrumar a casa
 Cuidar dos doentes
 Levar os doentes ao médico
 Fazer remédio caseiro
 Consertar roupas
 Cuidar das crianças
 Frequentar reuniões da escola
 Ajudar tarefas escolares
 Comprar roupas
 Comprar feira
 Comprar remédio
 Consertos de utensílios
 Conserto da casa
 Buscar e rachar lenha
 Varrer o terreiro
 Barrear fogão

47. Você participa de algum grupo ou organização como, por exemplo,
 () Igreja() Sindicato() Associação() Grupos de mulheres() Cooperativa()
 Outros. Qual? _____() Não participa

48. Se não participa, por que?

49. Se participa, você tem dificuldades em ir às reuniões?
 () Sim.
 Quais? _____() Não.

50. Das atividades que eu vou listar quais as que você gosta mais de fazer?
 A. () Roça B. () Horta/pomar C. () Criação de animais D. () Artesanato E.
 () Extrativismo F. () Beneficiamento de produtos G. () Trabalho domésticoI.
 () Trabalho assalariadoJ.
 () Trabalho comunitárioK.
 () Outros. Qual? _____

51. Por que?

SOBRE A AUTORA

Ana Paula Portella é psicóloga e Coordenadora de Pesquisas do SOS CORPO. É autora e co-autora de diversos artigos e materiais educativos sobre os temas de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres.

Formato	18,5 x 24 cm
Tipo principal	Berkeley Book 11/15,5
Tipo secundário	Gill Sans Light
Papel	Cartão Supremo 250 g/m ² (capa) Offset 90 g/m ² (miolo)
Número de páginas	282
Tiragem	???
Fotolito, impressão e acabamento	???
Finalização	Julho de 2004